Cadernos

#13
22 DE JULHO A
4 DE AGOSTO
DE 2026

FIOCRUZ DE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE

PUBLICAÇÃO DIGITAL

FIOCRUZ / VPSGRI / OBSERVATÓRIO DE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE



Dia Nacional da Saúde comemora data de nascimento de Oswaldo Cruz, busca promover hábitos saudáveis na população e acesso universal, equitativo e integral à saúde



Ministros de Saúde do BRICS se reúnem na Índia, reconhecem os avanços da trilha de saúde do grupo e assumem as nove áreas prioritárias identificadas durante sua presidência



O relatório da *Global Climate and Health Alliance* demonstra que mudanças climáticas, conflitos armados e saúde pública constituem uma "policrise", na qual cada uma intensifica os impactos da outra sobre a saúde, os sistemas de saúde, a segurança alimentar e os ecossistemas



Pobreza e falta de perspectivas, aliadas a *fake news* nas redes sociais e movimentos de opositores conservadores à política migratória da Espanha, impulsionam onda gigante de imigrantes marroquinos em Ceuta



Dentro de 40 dias, a Assembleia Geral das Nações Unidas, considerando as recomendações do Conselho de Segurança, decidirá quem vai ocupar esta cadeira no período 2027-2031. Mulheres da América Latina estão no páreo.



Calor extremo e incêndios florestais em diversas regiões do mundo vêm se transformando no novo normal? As consequências sobre a saúde humana e planetária já cobram alto preço da humanidade. Leia sobre o tema, tratado em diversos informes neste fascículo.

FIOCRUZ

SUMÁRIO

4 – Sumário Executivo – *Paulo M. Buss, Fabiane Gaspar e Sebastián Tob*ar

Sistema Nações Unidas

23 – Sobre o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 17 – *Santiago Alcázar*

30 – A eleição do Secretário-Geral das Nações Unidas teve início com o primeiro turno de votação no Conselho de Segurança – *Sebastián Tobar e Santiago Alcázar*

35 – Inteligência artificial e direitos humanos: diligência, governança e obrigação do Estado – *Fabiane Gaspar e Armando De Negri Filho*

48 – Multilateralismo em Ação: Fiocruz, OMS e os rumos da saúde global – *Paula Reges, Luana Bermudez e Luiz Augusto Galvão*

61 – Clima, conflitos, calor extremo e negociações internacionais marcam a agenda ambiental global – *Danielly Magalhães e Luiz Augusto Galvão*

77 – Tendências do Mercado de Trabalho na América Latina e Caribe: empregabilidade e informalidade em um mundo do trabalho em franca transformação – *Frederico Peres*

87 – Crises migratórias e proteção internacional: desafios contemporâneos em Ceuta, Mianmar e nos 75 anos da Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados – *Rafael Gomes França, Giacomo Giannelli, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura*

95 – Transições Demográficas, Escolhas e Futuros: Evidências da Pesquisa *Demographic Futures Survey* (UNFPA, 2026) – *Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos, Maria Teresa Rossetti Massari e Maria Auxiliadora Souza Mendes Gomes*

105 – O Estado da Insegurança Alimentar e Nutrição no Mundo – Relatório SOFI 2026 – *Eduardo Nilson, Erin William, Aliena Grainger e Denise Oliveira*

124 – O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional: Estreitando as Relações com a Venezuela – *Isis Pillar Cazumbá*

127 – Pedido de Consultas do Brasil na OMC, Tendências do Comércio Internacional e Patentes em Inteligência Artificial Generativa – *Claudia Chamas e Bernardo Bahia Cesário*

Movimentos sociais globais e saúde

141 – Da Sofisticação Biomédica ao Colapso Humanitário: As Contradições Estruturais da Saúde Global – *Renan Amaral Oliveira, Tatiana Cerqueira Machado Medrado, Ana Carol Aldapi Vaquera, Patrícia Lewis Carpio, Diana Zeballos, Mateus dos Santos Brito, Matheus dos Santos da Silveira e Luis Eugênio de Souza*

Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países

159 – Sul Global – *Regina Ungerer, Erica Kastrup e Rychard L. Monteiro*

178 – G20, G7 e OCDE **–** *Pedro Burger, Vitória Kavanami, Thaiany Medeiros Cury, Nina Bouqvar e João Miguel Estephanio*

187 – A 16ª Reunião dos Ministros da Saúde do BRICS na Índia e a Declaração de Chandigarh – *Claudia Hoirisch*

194 – Serão as questões securitárias o tema de união dos países da América Latina nos próximos *anos? – Sebastián Tobar e Sâmia de Brito*

210 – Governança, saúde e segurança em transformação – *Augusto Paulo Silva, Manuel Mahoche, Tomé Cá, Valery Martinez Jean e Felix Rosenberg*

233 – *A Europa dos desafios humanitários – Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*

239 – Reforma da OMS: o que defendem países e blocos da Ásia-Pacífico e MENA – *Lúcia Marques*

249 – Educação com Saúde em Primeiro Lugar – *André Costa Lobato, Anabela Santiago e Rafael Aguilar-Zamudio*

256 – A geopolítica dos minerais críticos: reservas, refino e a economia política da posição – *Paulo Esteves*

263 – Estante de livros, vídeos e outros que tais

265 – Editores e autores dos cadernos

270 – Produtos do Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde

271 – Ficha catalográfica

Cadernos FIOCRUZ de Saúde Global e Diplomacia da Saúde 13/2026

22 de julho a 4 de agosto de 2026

Sumário Executivo

As **reformas das Nações Unidas e da Organização Mundial da Saúde** ganharam tração neste mês de julho que está se encerrando. Em Nova York, no dia 30/07, os 15 membros do *Conselho de Segurança da ONU* realizaram uma primeira votação informal preliminar e não-vinculativa, visando a eleição do novo(a) Secretário(a)-Geral, que ocorre na Assembleia Geral em setembro. A costa-ricense Rebeca Grynspan teve a melhor acolhida pelo Conselho entre os sete candidatos já inscritos no processo. *Tobar e Alcázar* apresentam e analisam preliminarmente os resultados neste fascículo. Chamam a atenção que o(a) novo(a) SG tem o desafio de enfrentar a crise política e a fragilização do multilateralismo nas últimas décadas, implementando a *Iniciativa ONU 80* sobre reforma das Nações Unidas https://www.un.org/un80-initiative/en/all-un80-related-resources-and-documents na forma como está formulada, ou propondo mudanças na proposta apresentada por Guterres. Por outro lado, os problemas globais que o(a) esperam também não são pequenos: conflitos militares importantes, desigualdades crescentes entre países, regiões e pessoas, acúmulos de déficits no campo dos direitos humanos e do desenvolvimento, a tríplice crise planetária, entre tantos outros.



Na **OMS**, como em todas as agências, fundos e programas da ONU, também está em curso um processo de reforma, definido pelos Estados-membros na Assembleia Mundial de Saúde (AMS) deste ano https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA79/A79_31-en.pdf. A resolução aprovada define a constituição de uma Força Tarefa que elaborará uma proposta a ser apreciado na AMS de 2027. A Força Tarefa será composta de 25 membros, organizados por regiões geográficas da OMS e níveis de desenvolvimento econômico, com indicação direta dos blocos regionais. O objetivo central é aplicar o princípio da subsidiariedade (decisões tomadas no nível regional, e não centralizada em Genebra). A Task Force será composta por:

- 14 Representantes de Estados-Membros (Países): 2 países da Região Africana (AFRO; 2 países da Região das Américas (AMRO/OPAS); 2 países da Região do Mediterrâneo Oriental (EMRO); 2 países da Região Europeia (EURO); 2 países da Região do Sudeste Asiático (SEARO); 2 países da Região do Pacífico Ocidental (WPRO); 2 membros adicionais provenientes dos países que assumem a Copresidência.

- Copresidência: a liderança da força-tarefa deve ser compartilhada obrigatoriamente por 1 país em desenvolvimento e 1 país desenvolvido.

- Demais 11 Assentos na Força-Tarefa para evitar duplicações e alinhar financiamento e resposta: 5 principais iniciativas globais de saúde (não-ONU): Gavi (Alliance), Fundo Global (AIDS, TB e Malária), CEPI, Unitaid e o Fundo Pandêmico do Banco Mundial; 4 agências do sistema ONU: Agências focadas em saúde (como UNICEF, UNFPA, UNAIDS); 1 representante do Banco Mundial; 1 representante de organização regional de saúde.

A Força Tarefa terá o brasileiro **Prof. Dr. Rômulo Paes (FIOCRUZ Minas Gerais)** como um dos representantes da região das Américas.

Ademais, além da reforma no horizonte político, no próximo ano haverá eleições para a definição de um novo(a) Diretor(a) Geral da Organização.

Os Cadernos já há algum tempo vêm acompanhando e noticiando ambos os processos e reafirmamos o compromisso de continuar desenvolvendo esta tarefa.

Assembleia Geral revisa ECOSOC e HLPF 2026

Com superlativa agenda https://docs.un.org/en/E/HLPF/2026/1 realizou-se na última quinzena (7-15 de julho), o **Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável 2026** (**HLPF**, no seu acrônimo em inglês), em Nova York, na sede da ONU, e no âmbito da reunião anual do *ECOSOC (Conselho Econômico-Social das Nações Unidas)*. Nesta quinzena, a Assembleia Geral fez numa de suas sessões uma revisão do processo que se desenvolveu no ECOSOC e no HLPF 2026.

A UNGA acolheu preliminarmente a *Declaração Ministerial,* que é o principal documento político que emana do HLPF https://press.un.org/en/2026/ecosoc7234.doc.htm. Além disso, a Assembleia adotou resoluções sobre governança do desenvolvimento sustentável. Reafirmou o tema geral da programação do HLPF de 2027, que será: "*Ampliar as transições justas para alcançar o desenvolvimento sustentável, a erradicação da pobreza e a plena implementação da Agenda 2030 e de seus ODS"*. Os ODS a serem analisados em profundidade são os *Objetivos 4 (Educação de Qualidade), 10 (Redução das Desigualdades), 12 (Consumo e Produção Responsáveis), 15 (Vida Terrestre) e 17 (Parcerias e Meios de Implementação*).

A Assembleia decidiu ainda que em 2028 o tema será "C*umprir, transformando promessas em ação: ampliar ações transformadoras, justas, inclusivas, equitativas e coordenadas para alcançar o desenvolvimento sustentável e entregar a Agenda 2030 e seus Objetivos*" e que que o Conselho e o Fórum revisarão em profundidade os ODS 6, 7, 9, 11, 12, 13, 14, 15 e 17. Para 2029, o tema será "*All in: erradicar a pobreza e não deixar um objetivo para a implementação da Agenda 2030*", e a revisão dos ODS 1, 2, 3, 4, 5, 8, 10, 16 e 17.

O ODS 17 está sempre presente, pois aborda a governança necessária para a implementação da Agenda 2030 e seus ODS como um todo. *Alcázar* examina no seu artigo dessa

quinzena exatamente as dificuldades políticas e alguns obstáculos técnicos que vêm impedindo uma boa governança do desenvolvimento sustentável, por isso focando no ODS17.

Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) amplia até 2030 o mandato do Alto Comissário para os Direitos Humanos, o austríaco Volker Türk

Depois de difíceis e acaloradas discussões que antepuseram Estados Unidos, Israel e Argentina à maioria dos demais Estados-membros da ONU, a AGNU aprovou a proposta do SG António Guterres de estender por mais 4 anos, até 2030, o mandato do atual Alto Comissário, Volker Türk. As críticas vieram destes três países de posições mais conservadoras quanto à direitos humanos, e insatisfeitos por medidas tomadas por Türk na função que exerce junto ao Conselho de Direitos Humanos (CDH). Os representantes do Uruguai e do México defenderam a gestão de Türk, afirmando que ele tem realizado "trabalho sólido e construtivo à frente do Alto Comissariado" e apoiando a proposta do SG, assim como o representante da França, que enfatizou que Türk tem sido "uma voz de consciência, confrontando os Estados com a realidade e suas responsabilidades" ao longo de seu mandato.

A AGNU criou o cargo de Alto Comissário para os Direitos Humanos em 1994. Em 8 de setembro de 2022, a Assembleia aprovou a nomeação do Secretário-Geral de Volker Türk (Áustria) para um mandato de quatro anos, que expiraria em 11 de outubro de 2026. No início de julho, o Secretário-Geral propôs que Türk fosse reconduzido por um período de quatro anos, com início em 12 de outubro de 2026 e expiração em 11 de outubro de 2030. A votação registrada foi de 144 votos a favor, 10 votos contra (Argentina, Burkina Faso, República Popular Democrática da Coreia, Israel, Mali, Nicarágua, Níger, Federação Russa, Trinidad e Tobago, Estados Unidos), com 13 abstenções.

A votação ressaltou o amplo apoio ao sistema de direitos humanos da ONU, ao mesmo tempo em que deixou visível as crescentes tensões políticas sobre nomeações de liderança, autoridade institucional e a direção futura da governança multilateral.

A guerra de versões sobre a guerra real

Na guerra, a primeira vítima é a verdade. Atribuída a pensadores antigos como Ésquilo e popularizada por figuras políticas ao longo dos séculos, a expressão descreve a manipulação dos fatos como uma arma estratégica essencial.

São impressionantes as mentiras contadas por todos os lados envolvidos nas guerras da Ucrânia e no Oriente Médio. O caso mais grave é certamente o caso do conflito USA-Irã. A maioria das pessoas e as economias de todo o planeta sofrem as consequências destas manipulações de informações, por exemplo com o preço volátil do petróleo a cada anúncio diferente sobre o estreito de Ormuz ou o curso das negociações, o que impacta o preço de cada produto ou serviço mundo afora. Evidentemente há ganhadores com isso: os que são avisados antes de cada movimento e que fazem negócios bilionários relâmpagos com o "cru", vendendo ou comprando o "ouro negro" na hora certa nos mercados mundiais. Famílias de castas governantes estão enriquecendo com estas guerras e setores industriais específicos (como o complexo industrial e tecnológico militar), enquanto a miséria se alastra entre a maioria devido às consequências destas guerras

Em **Gaza**, as mortes de inocentes, a fome, a desnutrição, as doenças e os serviços de saúde em frangalhos continuam. Informe de situação da OMS https://www.emro.who.int/opt/priority-

areas/occupied-palestinian-territory-health-crisis-2023.html sinaliza que ataques aéreos continuam e a escassez de suprimentos médicos, alimentos, água e combustível praticamente exauriram um sistema de saúde que já carecia de recursos. Os hospitais têm operado muito além de sua capacidade, devido ao número crescente de pacientes e de civis deslocados em busca de abrigo. A prestação de serviços de saúde essenciais — desde cuidados maternos e neonatais até o tratamento de doenças crônicas — continua gravemente comprometida. Sobre o **Oriente Médio** como um todo, o Escritório da OMS para a região publicou informe https://www.emro.who.int/images/stories/eha/Health-emergencies-situation-report-1-June2026.pdf que sinaliza haver cerca de 117 milhões de pessoas necessitando ajuda humanitária, entre as quais 60 milhões de deslocados de seus habitats; e 80 milhões sofrem severa ameaça de insegurança alimentar.

Conflitos armados em toda a **África** devastam gravemente os sistemas de saúde pública, provocando altas taxas de mortalidade infantil, surtos de doenças evitáveis e a destruição generalizada da infraestrutura médica em nações como *Sudão, Burkina Faso e República Democrática do Congo*. A maioria das mortes ocorre de forma indireta — em decorrência de desnutrição, deslocamento populacional e colapso do acesso aos serviços de saúde — e não por meio de combates diretos.

====*====

Na **Venezuela,** mais de um mês após os dois terremotos que atingiram o centro-norte da Venezuela em 24 de junho de 2026, a resposta de emergência permanece ativa, ao mesmo tempo em que se lançam as bases para a recuperação inicial. Segundo a OPS https://www.paho.org/en/documents/situation-report-no8-earthquakes-venezuela-2026-m72-and-m75 as prioridades agora concentram-se em manter serviços de saúde essenciais, fortalecer as vias de encaminhamento e apoiar acampamentos temporários, prevenindo riscos à saúde pública e garantindo o fornecimento contínuo de medicamentos e equipamentos essenciais com base nas necessidades. Aproximadamente 30.638 doses de vacina foram administradas, enquanto atividades de vigilância laboratorial, ambiental e baseada em eventos continuam a apoiar a verificação e a resposta oportunas. Acampamentos de transição abrigam agora 24.477 pessoas em 107 locais, com 87% de ocupação; as necessidades de saúde, WASH (água, saneamento e higiene) e proteção estendem-se além de La Guaira, chegando ao Distrito Capital e a Miranda à medida que as populações se deslocam, o que exige uma ação coordenada entre vários estados. A OPAS/OMS continuou a apoiar a resposta com medicamentos e equipamentos críticos, e continua a fortalecer o Ministério do Poder Popular para a Saúde (MPPS) por meio de sua Equipe Regional de Resposta nas áreas de coordenação de emergência, logística, gestão de informações, epidemiologia, laboratório, WASH, imunização, comunicação de risco e coordenação de EMTs (Equipes Médicas de Emergência), com a chegada de especialistas adicionais nas áreas de entomologia e prevenção e controle de infecções.

Avalanche imigratória em Ceuta, Espanha, assombrou a Europa

Segundo fontes do governo espanhol, cerca de 70 mil imigrantes marroquinos e de outros países africanos, a maioria homens jovens ou adolescentes, chegaram ao enclave espanhol de Ceuta em território africano (marroquino) em apenas 2 dias da semana passada, a nado ou em rudimentares flutuadores, fugindo da pobreza e da falta de oportunidades de toda a ordem. As leis que regulam a migração na Espanha, as mais avançadas da Europa, e *fake news* em redes sociais marroquinas, possivelmente difundidas por ativistas conservadores de países

adversários da política migratória espanhola para gerar caos, impulsionaram esta estranha avalanche de imigrantes. Falta água potável, comida, assistência médica e, sobretudo, empatia com os jovens que acreditaram nas milícias terroristas que venderam ilusões de uma vida melhor, o "sonho europeu". Entretanto, a maioria já foi devolvida ao Marrocos. Dirigentes de governos europeus conservadores e deputados de direita do Parlamento Europeu tentam desmoralizar o presidente espanhol, Pedro Sánches, e suas políticas migratórias sensíveis e responsáveis. O episódio redundou em mais de 100 afogamentos, número de cadáveres recolhidos do mar, embora admitam as autoridades que as vítimas possam ser em número muito maior. Leia mais no informe de ***Freire*** sobre **Europa** neste fascículo.

Fogo florestal continua destruindo florestas e casas e desalojando milhares no mundo

Europa, África, Ásia, América do Norte e outras regiões estão sofrendo consequências do calor intenso, da seca e do despreparo para o enfrentamento de emergências "naturais". Milhares de hectares da já escassa floresta da Europa ardeu nesta temporada de calor intenso, especialmente na Espanha e França, mas também na Grécia, destruindo a biodiversidade, ameaçando áreas habitadas e obrigando a retirada de milhares de pessoas. A OMS Europa emitiu alertas e medidas que permitem reduzir os impactos das nuvens de gases oriundos das queimadas sobre a saúde humana. Contudo, enquanto gasta bilhões de euros em armamento, os recursos destinados pelos governos europeus para enfrentar este 'novo normal' do fogo são escassos. A gastança em rearmamento, por seu lado, vai para produzir mais fogo (literalmente) e destruição de vidas humanas, enquanto retira recursos para proteger e recuperar a natureza. Leia mais sobre o tema no informe de ***Magalhães & Galvão*** sobre *saúde e ambiente* e de ***Freire*** no informe sobre *Europa*.

Friends of PAHO (Amigos da OPAS)

O plano da administração Trump de interromper o financiamento da *Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS)* que, como se sabe, coordena esforços de saúde pública dos países da região das América, incluindo os Estados Unidos, deixará os americanos mais vulneráveis a ameaças de doenças infecciosas, alertaram mais de 100 líderes americanos em saúde e segurança nacional em uma carta aberta divulgada no dia 30/07 último. Os signatários incluem ex-secretários de saúde, diretores de agências de saúde, funcionários do Pentágono e da Casa Branca, além de cirurgiões-gerais que serviram em administrações democratas e republicanas. Fundada em 1902, a organização conta com contribuições de seus 35 países membros. Os Estados Unidos, um dos membros fundadores, devem quase 135 milhões de dólares em taxas em atraso desde o final de 2024. No seu primeiro dia no cargo, o presidente Trump retirou os Estados Unidos da Organização Mundial da Saúde e encerrou todo o financiamento americano para a agência. O orçamento proposto pela administração para o próximo ano agora elimina o financiamento para a OPAS, escritório regional da OMS para as Américas.

"Uma nação que não pode detectar e conter ameaças de doenças em sua origem não pode proteger totalmente seu povo em casa", escreveram os autores. O Escritório de Gestão e Orçamento dos EUA não respondeu a um pedido de comentário, segundo o *New York Times*, que publicou matéria sobre o tema https://www.nytimes.com/2026/07/30/health/paho-us-pan-american-health-organization-withdrawal.html?unlocked_article_code=1.1IA.Oz2j.zCsq5m-KMJik&smid=url-share

Regiões, territórios e temas em foco

Nossos analistas apresentam a seguir, em seus respectivos informes, as diversas **instituições do sistema multilateral** e temas de que elas se ocupam: *desenvolvimento, direitos humanos, trabalho, saúde da mulher e da criança, fome e segurança alimentar, comércio e propriedade intelectual, meio ambiente, saúde, educação e cultura, migração e refúgio, entre outros, e incluindo as instituições de Bretton Woods (FMI e Banco Mundial) e os bancos regionais de desenvolvimento*. Sempre que possível buscando explicar os nexos e impactos destes temas sobre a saúde humana e planetária**.** Também buscamos cobrir o posicionamento da *sociedade civil global de interesse público e de interesse privado*, ator de enorme importância nos destinos da saúde global e da diplomacia da saúde.

Pesquisador e analista responsável por acompanhar a complexidade das **Nações Unidas**, ***Alcázar*** trata do *Objetivo do Desenvolvimento Sustentável — ODS 17*, que é aquele que faz possível todos os demais. O ODS 17 visa o fortalecimento dos meios de implementação da Agenda 2030, que são as parcerias. Parceria, parceiro, união de propósitos para levar adiante o projeto da Agenda, que é também o da ideia encerrada no projeto de nações unidas em torno à Organização do mesmo nome. A ideia de um mundo em transformação para o mundo que queremos está na origem da Organização. Os impedimentos e desafios são muitos, mas nenhum deles consegue apagar o espírito da grande maioria dos países, que apoiam incondicionalmente a Agenda 2030 e os seus ODS.

Segundo ***Tobar*** e ***Alcázar***, as **eleições para o próximo Secretário-Geral da ONU** começaram com uma votação informal do Conselho de Segurança entre sete candidatos da América Latina e da África. Rebeca Grynspan (Costa Rica) liderou a primeira rodada, seguida por Carolyn Rodrigues-Birkett (Guiana) e Rafael Grossi (Argentina). O processo seguirá com novas votações até a definição de um nome para aprovação pela Assembleia Geral. O futuro Secretário-Geral enfrentará desafios como a implementação da iniciativa de reforma UN80, a crise financeira da ONU, tensões geopolíticas, mudanças climáticas, reforma do Conselho de Segurança e o avanço da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

No âmbito do **Conselho de Direitos Humanos da ONU**, o informe de ***Gaspar e De Negri Filho*** aborda sobre o relatório *Human Rights and New and Emerging Digital Technologies: Human Rights Due Diligence for AI and State Obligations*, publicado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR), que analisa o papel da devida diligência em direitos humanos como mecanismo central para orientar a atuação dos Estados diante dos riscos associados à **inteligência artificial (IA)**. O documento sustenta que as obrigações estatais de respeitar, proteger e garantir os direitos humanos exigem avaliações contínuas dos impactos da IA ao longo de todo o seu ciclo de vida, incluindo desenvolvimento, aquisição, implementação e monitoramento. Além disso, enfatiza a importância da prevenção, transparência, prestação de contas, supervisão independente, responsabilização corporativa e participação social ao lidar com riscos associados à IA. O relatório propõe um modelo regulatório com base em riscos e fundamentado no direito internacional dos direitos humanos, com ênfase na identificação precoce de danos sistêmicos e discriminatórios. Dessa maneira, a publicação constitui uma referência importante a construção de políticas públicas compatíveis com os direitos fundamentais em sociedades cada vez mais digitais.

Reges, Bermudez e Galvão trazem atualização de acontecimentos recentes na **saúde global**. A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) concedeu ao Diretor-Geral da Organização Mundial

da Saúde (OMS), *Tedros Adhanom Ghebreyesus*, o título de *Doutor Honoris Causa*, reconhecendo sua trajetória em defesa do direito universal à saúde, do multilateralismo e da equidade global. A homenagem destacou sua liderança à frente da OMS durante a pandemia de COVID-19 e outras emergências sanitárias, bem como seu papel na ampliação da participação dos países do Sul Global na governança da saúde internacional. Durante a cerimônia, foram ressaltados os *avanços da cooperação entre Fiocruz e OMS* em áreas como pesquisa, vigilância epidemiológica, biomanufatura e fortalecimento dos sistemas públicos de saúde, reafirmando valores comuns de solidariedade, inovação e cooperação internacional. O texto também aborda temas centrais da agenda global de saúde discutidos recentemente, incluindo a realização da *26ª Conferência Internacional de AIDS (AIDS 2026*) no Rio de Janeiro, que reafirmou o protagonismo do Brasil e da Fiocruz na resposta ao HIV/AIDS, com destaque para a defesa do acesso equitativo a novas tecnologias de prevenção e para os desafios impostos pela redução do financiamento internacional. Além disso, apresenta reflexões sobre os 80 anos da Constituição da OMS, a importância histórica da cooperação internacional para a saúde global, o andamento das negociações do Acordo sobre Pandemias e os avanços científicos observados após 75 dias da emergência internacional causada pelo *vírus Ebola Bundibugyo*. Em conjunto, os temas reforçam a necessidade de fortalecer a ciência, o multilateralismo, a produção regional de tecnologias em saúde e mecanismos globais de acesso equitativo para enfrentar os desafios sanitários contemporâneos.

Magalhães e Galvão reportam as últimas semanas foram marcadas por importantes avanços e alertas na **agenda internacional de clima e saúde**. O principal destaque é o relatório da *Global Climate and Health Alliance*, que demonstra que *mudanças climáticas, conflitos armados e saúde pública* constituem uma "policrise", na qual cada crise intensifica os impactos da outra sobre a saúde, os sistemas de saúde, a segurança alimentar e os ecossistemas. O documento evidencia que conflitos armados não apenas destroem infraestrutura e ampliam crises humanitárias, mas também contribuem significativamente para as emissões de gases de efeito estufa, embora essas emissões permaneçam amplamente ausentes dos mecanismos internacionais de transparência climática. Paralelamente, o *verão de 2026 no Hemisfério Norte* registrou algumas das mais severas ondas de calor já observadas, com temperaturas recordes, milhares de mortes relacionadas ao calor na Europa, incêndios florestais de grande magnitude e impactos crescentes sobre a saúde e a segurança energética. Em preparação para a *COP31*, que será realizada na Turquia em novembro, avançam as negociações sobre eletrificação, financiamento climático e fortalecimento de sistemas de saúde resilientes, enquanto a *Climate Week NYC* reforça a implementação de soluções climáticas, consolidando a saúde como uma das principais prioridades da agenda internacional. Estudos científicos divulgados nas últimas semanas também reforçam que o aquecimento global causado pelas atividades humanas está aumentando significativamente a frequência e a intensidade dos eventos extremos, evidenciando a necessidade de integrar políticas de clima, saúde, energia e construção da paz para fortalecer a resiliência das sociedades frente aos desafios globais.

Em relação à **saúde do trabalhador**, o artigo de ***Peres*** informa que a **Organização Internacional do Trabalho (OIT)** lançou, em julho último, o *Relatório Tendências do Mercado de Trabalho na América Latina e no Caribe*, que analisa as transformações estruturais recentes observadas na ALC e seus impactos sobre as taxas regionais de ocupação e desocupação, bem como sobre e empregabilidade em geral. A partir da compilação e análise de dados macroeconômicos e do mercado de trabalho de países da região, o documento identifica que as economias latino-americanas e caribenhas, de uma forma geral, ultrapassaram a fase de

recuperação pós-pandemia e entraram em um novo período, caracterizado pela crescente influência de fatores estruturais como a transição demográfica, as transformações tecnológicas e a persistência da informalidade. A resiliência observada no mundo do trabalho na América Latina e no Caribe em 2025-2026, expressa por taxas mínimas históricas de desemprego, é real, mas frágil, sustentada por um crescimento moderado que ainda não resolveu os hiatos de produtividade nem a superação das históricas desigualdades que marcam o desenvolvimento regional. O enfrentamento de tais desafios passa, entre outras ações sistêmicas, pela capacidade de integrar mulheres e jovens em postos de alta produtividade, assim como pela transformação da informalidade persistente em trabalho decente. Somente através de uma transformação estrutural coordenada, que priorize a competência integral e a estabilidade macroeconômica, a região da ALC poderá converter a resiliência atual em prosperidade sustentável de longo prazo.

O informe elaborado pelo ***Grupo de Trabalho sobre Migrações, Refúgio e Saúde Global*** apresenta um panorama de acontecimentos recentes relacionados à migração e ao refúgio, com destaque para a *crise migratória em Ceuta*, os *75 anos da Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados* e o possível *naufrágio de embarcações com refugiados rohingya na costa de Mianmar*. A crise em *Ceuta* teve início em 30 de julho de 2026, quando cerca de 60 mil pessoas atravessaram a fronteira entre Marrocos e o enclave espanhol, provocando uma grave sobrecarga dos serviços públicos, dezenas de mortes e uma resposta emergencial do governo espanhol, que reforçou o controle das fronteiras e intensificou a cooperação com Marrocos. O episódio mobilizou a União Europeia, reacendeu o debate sobre a governança migratória e foi explorado politicamente por grupos de extrema direita para defender políticas migratórias mais restritivas. O texto também destaca os 75 anos da *Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados*, ressaltando sua relevância como principal instrumento internacional de proteção às pessoas refugiadas, embora alerte para os desafios impostos pelo crescimento das políticas restritivas de controle migratório. Além disso, aborda a preocupação da *OIM e do ACNUR* com o possível naufrágio de duas embarcações que transportavam mais de 500 refugiados rohingya na costa de Mianmar, evidenciando a persistência dos riscos enfrentados por populações deslocadas e a necessidade de fortalecer a cooperação internacional, as operações de busca e salvamento e os mecanismos de proteção humanitária.

Com foco na **saúde da mulher e da criança**, ***Massari, Vilella e Gomes*** analisam os principais resultados da pesquisa *Demographic Futures Survey 2026*, conduzida pelo **Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA)**, com o objetivo de compreender as aspirações e os desafios enfrentados por jovens de 18 a 39 anos em 73 países. A pesquisa revela que, embora a maioria dos jovens valorize a formação de parcerias e a parentalidade, a concretização desses projetos de vida é fortemente limitada por fatores estruturais, com destaque para a insegurança econômica, a instabilidade política e social e a falta de apoio institucional. As transformações demográficas contemporâneas, como o adiamento da formação familiar e a baixa fecundidade, são reflexos de um descompasso entre as aspirações juvenis e as condições sociais, econômicas e institucionais disponíveis, demandando políticas públicas integradas que promovam a autonomia, a equidade de gênero e a redução das desigualdades.

Na área da **segurança alimentar e nutricional global**, ***Nilson, William, Grainger e Oliveira e Silva*** apresentam uma análise do *Relatório sobre o Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo (SOFI) 2026,* da **FAO***,* que traz dados atualizados sobre a *fome global* e o *preço de dietas saudáveis* e as tendências sobre os *indicadores de nutrição* em relação aos compromissos globais. A exemplo de 2025, observa-se a continuidade da redução da fome,

porém em velocidade insuficiente para eliminar a fome até 2030, mas com a continuidade das desigualdades regionais e a continuidade do aumento do preço das dietas saudáveis. Duas importantes notícias do relatório foram a manutenção do Brasil fora do Mapa da Fome e o primeiro avanço nos indicadores de subnutrição na África desde a pandemia de Covid-19.

Cazumbá informa que o **Banco Mundial** lançou no final de julho uma publicação que avaliou os impactos negativos dos terremotos que aconteceram na *Venezuela*, em junho. A instituição financeira multilateral revelou que os danos ao país chegaram aos bilhões e que será necessária a reconstrução de forma mais célere, com o objetivo de recuperar a economia e melhorar os resultados sociais. Já o **Fundo Monetário Internacional** esteve na Venezuela em missão após vinte anos, buscando normalizar as relações com o governo da presidente em exercício, Delcy Rodríguez.

Chamas e Cesário analisam desenvolvimentos recentes da *governança multilateral* envolvendo a **Organização Mundial do Comércio (OMC)**, a **Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD)** e a **Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI)**. O informe analisa três desenvolvimentos recentes relacionados ao comércio internacional e à governança da inovação. Inicialmente, examina o pedido de *consultas apresentado pelo Brasil à OMC em razão das tarifas adicionais impostas pelos Estados Unidos* com fundamento na Seção 301 do *Trade Act of 1974*, destacando o contexto da controvérsia, as medidas contestadas e os fundamentos jurídicos invocados com base no GATT 1994 e no Entendimento sobre Solução de Controvérsias. Em seguida, sintetiza a atualização da **UNCTAD** sobre o comércio mundial no primeiro semestre de 2026, ressaltando a expansão do comércio impulsionada principalmente pelos preços, as assimetrias entre economias, os riscos geopolíticos e o dinamismo dos setores associados à inteligência artificial. Por fim, apresenta os principais resultados do relatório da **OMPI** sobre patentes em inteligência artificial generativa, abordando a aceleração do patenteamento, a concentração geográfica da inovação, as tendências tecnológicas e os desafios emergentes para a governança internacional da inovação.

O ***GT sobre Movimentos Sociais Globais e Saúde***, liderado por ***Luis Eugênio de Sousa,*** monitoraram nesta quinzena, 63 **organizações da sociedade civil global**, das quais 43 realizaram publicações relacionadas a temas relevantes para a saúde global. As manifestações concentraram-se principalmente nos *impactos humanitários de conflitos armados, deslocamentos populacionais e desastres*, com destaque para Haiti, República Democrática do Congo, Sudão, Palestina, Afeganistão e Venezuela. Também se sobressaíram discussões sobre o *financiamento da saúde global*, especialmente diante da redução de recursos destinados à resposta ao HIV/AIDS e às emergências humanitárias. Outro tema recorrente foi o fortalecimento dos *sistemas de saúde*, enfatizando a atenção primária, a preparação para epidemias, a vigilância epidemiológica, a participação comunitária e a necessidade de ampliar investimentos públicos. Permaneceram em evidência temas relacionados às *doenças transmissíveis*, especialmente HIV/AIDS, ebola, hepatites, leishmaniose e covid-19, ao lado do crescimento das discussões sobre *mudanças climáticas, poluição, transição energética* e seus impactos sobre a saúde. As organizações também destacaram questões ligadas a equidade, direitos humanos, gênero, envelhecimento, saúde materna e inovação em saúde, reforçando a centralidade dos determinantes sociais da saúde e da cooperação internacional na agenda contemporânea da saúde global.

Ungerer, Kastrup e Monteiro apresentam o **Sul Global**. A diretora do **UNOSSC** apresentou a futura *Aliança Global para a Cooperação Sul-Sul e Triangular* à missão da União

Africana, visando impulsionar as Agendas 2030 e 2063. Após a aprovação da Resolução A/80/L.90 pela AGNU, o UNOSSC foi designado para atuar como secretaria técnica do processo preparatório e da revisão intergovernamental do *BAPA+40*. Destaque para o Boletim do mês de julho. O **Brasil** vem intensificando a **Cooperação Sul-Sul** com foco no fortalecimento da *atenção primária e dos sistemas de saúde na CPLP e na América Latina*. Em julho, o Rio de Janeiro sediou a *26ª Conferência Internacional sobre Aids*, ocasião em que o presidente Lula cumpriu agenda voltada ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e à valorização da ciência nacional. No mesmo período, a *Fiocruz* outorgou o título de *Doutor Honoris Causa ao Diretor-Geral da OMS, Tedros Adhanom,* e o Fundo Nacional de Saúde aportou R$ 20 milhões para a cooperação técnica com a OPAS/OMS. Em Brasília, o Ministério da Saúde e a OPAS/OMS atualizaram as *diretrizes dos Termos de Cooperação Técnica*, para qualificar a gestão em apoio ao SUS e o Diretor Regional Jarbas Barbosa entregou cartas de designação a *13 novos Centros Colaboradores da OMS no país*, elevando a rede nacional a 31 unidades. Após o HLPF, o **G-77 e a China** vêm intensificando sua coordenação diplomática para consolidar Declarações Ministeriais e preparar posições negociadoras com vistas à 81ª AGNU, em setembro, e sua Reunião Ministerial. O Grupo se reuniu com representantes do Banco Mundial para avançar nos compromissos de financiamento necessários para cumprir o *Compromisso de Sevilha*, defendendo a reforma da arquitetura financeira global e recursos acessíveis para erradicar a pobreza e cumprir os ODS. Em diálogo com candidata à Secretária-geral da ONU, abordaram o comércio internacional, o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento do multilateralismo. A Indonésia reafirmou sua doutrina de política externa independente e ativa (*bebas-aktif*), resgatando o Espírito de Bandung de 1955. A postura busca preservar a soberania, rejeitar blocos militares, evitar a instrumentalização do Sul Global por grandes potências e garantir a estabilidade diplomática e regional via ASEAN. Paralelamente, a *Declaração de Colombo* reavaliou os 50 anos da *5ª Cúpula* do **MNA** (1976), alertando para a erosão do ideal do Oceano Índico como zona de paz. O documento aponta que a neutralidade da região é ameaçada pela militarização e alianças exclusivas (AUKUS e Quad), dependência financeira e dívida soberana, vulnerabilidades políticas internas e hegemonia mediática/cultural ocidental. O **Centro Sul** comemorou *30 anos*, reafirmando seu papel como equalizador técnico do Sul Global. Suas publicações abordaram a reforma do Direito Internacional de Investimento (DII) e as assimetrias do mecanismo ISDS sobre regulações de saúde pública, o combate à biofraude via regulamentação de sequências digitais (DSI) para a COP17, e a governança multilateral da inteligência artificial no contexto do lançamento da WAICO, reforçando o apoio analítico aos seus Estados-membros.

O informe de ***Burger, Estephanio e coautores*** dedica-se à análise de dois temas centrais que marcaram a quinzena no **G20**. O primeiro eixo examina os recentes desdobramentos da política do Reino Unido e seus impactos diretos no planejamento e na definição das prioridades da próxima gestão do bloco. Em seguida, o segundo eixo aborda a estratégia diplomática da África do Sul para contornar o boicote imposto pelos Estados Unidos, destacando a articulação com a Alemanha para assegurar a sustentação e a projeção do país no fórum. No **G7** os autores fazem o balanço do exercício de coordenação transfronteiriça do Grupo de Especialistas em Cibernética e três pontos de vista sobre os desequilíbrios globais e a subvalorização cambial chinesa. Os destaques da **OCDE** se dividem entre quatro publicações lançadas no período: um estudo sobre interoperabilidade no setor da saúde, outro sobre iniciativas-piloto em prol da participação política europeia, uma proposta de estrutura conceitual de mensuração da aprendizagem ao longo da vida e uma pesquisa sobre a adoção de inteligência artificial generativa em governos

Hoirisch aborda em seu informe que os países membros do **BRICS** reconheceram a liderança da Índia no avanço da trilha de saúde do BRICS e reverenciaram as nove áreas prioritárias identificadas durante sua presidência. As delegações expressaram apoio ao fortalecimento da Rede de Pesquisa sobre Tuberculose do BRICS, à melhoria da cooperação entre Autoridades Reguladoras de Produtos Médicos, à operacionalização do Sistema Integrado de Alerta Precoce do BRICS para Prevenção e Resposta a Doenças Infecciosas em Massa, à promoção da Arquitetura de Saúde Digital para o Continuum do Cuidado, à institucionalização da colaboração por meio da Missão BRICS por um Estilo de Vida Saudável, à Rede de Centros de Excelência em Bem-Estar Mental, à Rede de Institutos Nacionais de Saúde Pública (RINSP) e as iniciativas voltadas para Doenças Impulsionadas por Determinantes Sociais da Saúde. Os pilares da RINSP/BRICS são: o desenvolvimento da Força de Trabalho em Saúde Pública e Colaboração Técnica; a Prevenção e Controle de Doenças (doenças transmissíveis e não transmissíveis (DNTs)) incluindo Eliminação/Erradicação, quando aplicável; a Preparação, Resposta e Segurança Sanitária em Casos de Epidemia; a Pesquisa Aplicada em Saúde Pública e Sistemas de Saúde; a Saúde Ambiental, Mudanças Climáticas, Resistência Antimicrobiana (RAM) e Saúde Única; a Saúde Digital e Inovação; e o Apoio a Políticas e Consultoria. Os países também apontaram o lançamento dos diversos compêndios e estruturas operacionais do BRICS como recursos importantes de conhecimento para avançar na cooperação.

No informe sobre **América Latina e Caribe (ALC),** nossos analistas ***Tobar e Brito*** analisam que a América Latina tem passado por uma mudança política significativa a níveis nacionais e, consequentemente, regional, como desdobramento da chegada massiva de governos de direita ao poder. Peru e Colômbia se juntam a outros países que são governados por presidentes de direita conservadora, como Argentina e Paraguai. Além disso, as agendas temáticas das políticas externas também indicam uma nova prioridade para a região, questões securitárias. As tensões entre governos de polos políticos diferentes tem surgido e fortalecido as divergências entre antigos parceiros, como é o caso de Brasil e Argentino. Nesse sentido, os arranjos regionais devem passar por mudanças e novos reveses. No seguimento das organizações regionais, destacamos que o *Organismo Andino de Saúde Convênio Hipólito Unanue (ORAS-Conhu)* participou de eventos sobre hantavirus, El Niño, no Parlamento Andino; e a *Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)* participou em eventos de articulação indígenas e enfrentamento do fogo na área amazônica.

O ***GT Fiocruz sobre África***, liderado por ***Augusto Paulo Silva***, analisa os principais acontecimentos políticos, econômicos e sanitários na **África Ocidental e Austral**. Na *África Ocidental*, destaca-se a *69ª Cúpula da CEDEAO*, realizada em Serra Leoa, marcada pelo debate sobre o *futuro da integração regional* após a saída de Mali, Níger e Burkina Faso. A organização buscou reafirmar a unidade regional, renovou sua liderança com a eleição do General Birame Diop para a presidência da Comissão e de Bassirou Diomaye Faye para a presidência *pro tempore*. Também foram anunciados avanços em *dois projetos estratégicos*: o gasoduto Nigéria–Marrocos e a meta de lançamento da *moeda única ECO* em 2027. No campo da *saúde,* houve mudança na direção da *Organização Oeste Africana da Saúde*, em meio aos desafios institucionais decorrentes da divisão entre CEDEAO e AES. A segurança marítima no Golfo da Guiné também recebeu atenção especial por meio de uma reunião regional no Benim. Na área sanitária continental, o *surto de Ebola na República Democrática do Congo* continuou a se expandir, com aumento de casos, mortalidade elevada e risco de disseminação regional. O *CDC África* reforçou sua atuação por meio de novas parcerias voltadas para vigilância, imunização, atenção primária à saúde e fortalecimento dos sistemas sanitários. Na *África Austral*, a *SADC*

discutiu financiamento sustentável da saúde, produção regional de medicamentos, resposta ao HIV, impacto dos eventos climáticos e preparação para emergências. O relatório conclui que segurança sanitária, integração regional, resiliência climática e soberania produtiva permanecerão centrais para o desenvolvimento africano.

No informe sobre a **Europa**, ***Freire*** traz o agravamento dos impactos das mudanças climáticas no continente. Se antes o destaque era o calor extremo, agora os incêndios florestais dominam o cenário, provocando evacuações em massa, mais mortes e o surgimento das chamadas "nuvens de fogo", que favorecem a propagação das chamas. Especialistas apontam que, além das mudanças climáticas, a expansão de florestas de monocultura e o manejo inadequado do solo contribuem para a intensidade dos incêndios. Diante desse cenário, a OMS Europa reforçou a necessidade de planos nacionais para enfrentar ondas de calor, integrando alertas meteorológicos, ações de saúde pública e proteção aos grupos mais vulneráveis. A entidade também alertou para os riscos da fumaça dos incêndios, que pode se espalhar por grandes distâncias e causar problemas respiratórios e cardiovasculares, recomendando medidas de proteção individual e o fortalecimento da resposta dos serviços de saúde. O informe também aborda outros temas prioritários para a saúde na região, como combate às hepatites virais e o aumento dos casos do vírus do Nilo Ocidental em diversos países europeus. A OMS chamou atenção para o rápido avanço da inteligência artificial na saúde sem regulamentação adequada, defendeu maior governança, capacitação profissional e cooperação internacional, incluindo uma futura iniciativa entre países lusófonos. O documento encerra destacando a crise migratória em Ceuta, onde a entrada de dezenas de milhares de migrantes em apenas um dia provocou uma emergência humanitária e reacendeu o debate sobre imigração, desinformação e controle das fronteiras externas da União Europeia.

Marques analisa que o debate sobre a reforma da OMS e da própria Arquitetura Global de Saúde (GHA — Global Health Architecture) está em um momento de profunda ebulição, fortemente pautado por uma demanda de descentralização e transferência de poder para os blocos regionais, pois para que o Acordo Pandêmico saia do papel, a OMS precisa de uma estrutura executiva mais ágil, transparente e imparcial. Países em desenvolvimento **da Ásia e do Oriente Médio** estão usando este debate como barganha política para descentralizar a manufatura de vacinas e insumos, exigindo que a OMS transfira tecnologia para hubs regionais em vez de depender do financiamento ocidental. Países como Índia (OMS/SEARO) e Arábia Saudita (OMS/EMRO) têm se articulado nos bastidores para garantir que seus aliados (ou eles próprios) ocupem vagas na Força Tarefa, grupo que vai liderar os primeiros movimentos de reforma. Enquanto China propõe reformulação das normas globais a partir da centralidade da ONU e do Sul Global, a Índia foca na liderança fabril, biotecnologia e autossuficiência econômica. Arábia Saudita, representando os países do MENA, defende o financiamento estratégico de emergências e autonomia operacional do escritório EMRO. Na Ásia Central, Cazaquistão e Uzbequistão são defensores da Atenção Primária à Saúde e Sub-Regionalização dos escritórios regionais da OMS. A ASEAN**,** enquanto bloco, defende a descentralização da governança e da capacidade fabril e regulatória. Embora haja diferentes visões sobre a reforma da OMS e seu financiamento, todos anseiam pelos mesmos objetivos: autonomia decisória e financeira, descentralização, compartilhamento de dados, hubs e descentralização produtiva. Todos querem se desvincular do Norte Global, das *Big Techs* e dos financiamentos com rubricas.

Em seu artigo, ***Lobato, Santiago e Zamudio*** analisam a pauta bilateral Brasil-China que alcança recorde histórico com carros elétricos, carne e petróleo. Aumento foi de 22% no ano.

Ministros das Relações Exteriores da China+Asean emitem declaração sobre situação no Oriente Médio, defendendo soberania dos países e liberdade de trânsito no mar. Diante do aumento de procura por Panda Bonds, banco central chinês, demandam-se novas regras das agências de classificação de risco dos títulos. No âmbito sanitário, queda de natalidade é notada na diminuição das doses de vacinas. Xi Jinping propõe novos alicerces para educação básica na China, que incluem ênfase em valores e na saúde coletiva.

Esteves propõe uma leitura da geopolítica dos minerais críticos. O seu artigo sustenta que a criticidade não é uma propriedade geológica, mas uma relação política, fabricada no encontro entre a demanda projetada pelas transições energética e digital e uma geografia de oferta construída por décadas de escolhas de política industrial. O argumento distingue três geografias que o debate público confunde: a das reservas, dispersa; a da produção, concentrada; e a do refino, onde a concentração se converte em estrutura de poder. Examina em seguida as respostas em disputa, o subsídio condicionado norte-americano, a meta regulatória europeia e o controle graduado chinês, e sua convergência num dirigismo mineral generalizado, bem como a camada de iniciativas internacionais que se formou entre elas, dos clubes de alinhamento como a Pax Silica aos princípios do painel da ONU. Para o caso brasileiro, argumenta que o país enfrenta um problema de posição, não de dotação: detentor de reservas expressivas, permanece marginal na produção e praticamente ausente do refino, e a janela política aberta pela rivalidade sino-americana tanto pode financiar a industrialização quanto induzir a reprimarização.

Estante



A seção traz breves informações e resumos de livros, revistas, relatórios e vídeos sobre temas de saúde global e diplomacia da saúde. A ideia é permitir que nossos analistas, mas também leitores e colaboradores, compartilhem dicas sobre o que leram, viram ou ouviram e que gostaram. Os comentários não devem ultrapassar 150 palavras para que possamos compartilhar diversas contribuições a cada fascículo editado. A ESTANTE fica no final do fascículo, antes da lista de autores e dos créditos dos *Cadernos*.

Fiocruz na Saúde Global

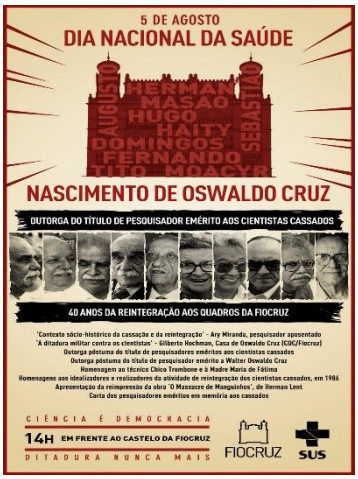
Diretor-geral da OMS recebe título de Doutor Honoris Causa da Fiocruz



A Fiocruz concedeu, na segunda-feira (27/7), o título de *Doutor Honoris Causa* ao *diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus.* A entrega ocorreu no Rio de Janeiro e foi feita durante a agenda *Saúde global em um mundo em transformação*. A honraria é o reconhecimento a uma vida dedicada à saúde pública, à promoção da equidade e ao fortalecimento do multilateralismo. Graduado em biologia, Tedros é de nacionalidade etíope e assumiu importantes cargos em seu país antes de

ser eleito para a direção-geral da OMS. A homenagem a Tedros foi aprovada pelo Conselho Deliberativo da Fiocruz, por unanimidade, em setembro. Para saber mais, ler o informe de ***Reges, Bermudez e Galvão*** e a *Agência Fiocruz de Notícias. (Foto: Pedro Linger).*

Cientistas cassados da Fiocruz recebem Emerência póstuma



Dia 5 de agosto — data na qual nasceu Oswaldo Cruz, em 1872 — é o *Dia Nacional da Saúde*. Neste ano uma comemoração especial está programada: os cientistas da Fiocruz cassados pela ditadura militar, no episódio conhecido como *Massacre de Manguinhos*, receberão postumamente o título de *Pesquisadores Eméritos* da Instituição. A cerimônia está programada para as 14h na esplanada defronte ao Castelo Mourisco de Manguinhos, tradicional espaço das grandes comemorações da Fiocruz. Será presidida por Mario Moreira, presidente da Fiocruz, e está aberta a participação de centenas de convidados. Para saber mais, leia o artigo de Renato Cordeiro em: https://theconversation.com/fiocruz-celebra-os-40-anos-de-reintegracao-dos-cientistas-cassados-pela-ditadura-287839

Seminário Avançado da Fiocruz debate *One Health / Uma só Saúde* no dia 12 de agosto



Ministério da Saúde atualiza marco da cooperação técnica internacional e reforça parceria com a OPAS/OMS

Na Cerimônia de Atualização do *Novo Marco para a Governança da Cooperação Técnica Internacional no Ministério da Saúde*, realizada na tarde de 29/07, em Brasília, o ministro da Saúde, *Alexandre Padilha*, assinou a atualização da Portaria nº 2.053, de 30 de agosto de 2011, que estabelece as diretrizes para a governança da cooperação técnica internacional da pasta. Durante o evento foram entregues as cartas de designação aos novos *Centros Colaboradores da OMS/OPS* no país.



As medidas reforçam o compromisso do Ministério da Saúde com a cooperação internacional e com a atuação conjunta com organismos multilaterais, especialmente na área da saúde, como a *Organização Pan-Americana da Saúde (Opas)* e a *Organização Mundial da Saúde (OMS)*.

"Quando assinamos uma portaria como essa, quando reafirmamos novas diretrizes de cooperação internacional e identificamos novos centros de colaboração, estamos contribuindo para uma Opas/OMS cada vez mais fortes", destacou o ministro, ao ressaltar o fortalecimento desses organismos é fundamental para o enfrentamento coordenado de emergências e desafios de saúde pública, como surtos e o ressurgimento de doenças, a exemplo do sarampo.

A cerimônia aconteceu durante a *Reunião Ordinária da Rede de Centros Colaboradores da Opas/OMS,* encontro que teve como objetivo fortalecer a articulação entre os Centros Colaboradores e ampliar a cooperação técnica internacional em apoio às prioridades do Sistema Único de Saúde (SUS), visando a consolidação da rede como um mecanismo estratégico da cooperação técnica internacional em saúde, promovendo a gestão do conhecimento, inovação, colaboração técnica e articulação institucional. A agenda também marcou a designação oficial da Secretaria de Informação e Saúde Digital (SEIDIGI) do Ministério da Saúde como Centro Colaborador da Opas/OMS para Gestão de Dados e Transformação Digital em Saúde (BRA-107), com vigência até julho de 2030.

Os Centros Colaboradores da Opas/OMS são instituições designadas para apoiar a Organização em atividades de cooperação técnica internacional. Com base em sua expertise técnico-científica, essas instituições contribuem para o desenvolvimento, a adaptação e a

disseminação de evidências, metodologias, tecnologias e estratégias voltadas ao fortalecimento dos sistemas de saúde.

O ministro destacou o simbolismo dos novos centros colaboradores, que demonstram a capacidade do Brasil de contribui tanto em temas históricos e recorrentes da saúde pública, que ainda permanecem como desafios, quanto em agendas emergentes, como a transformação digital, a economia na saúde, o direto à saúde, as Práticas Integrativas e Complementares da Saúde (PICS), entre outros. (*Por: Larissa Mangabeira (Ministério da Saúde). Foto: Rafael Nascimento /MS. Publicado em 29/07/2026 no site MS)*

30 anos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)



Registramos a comemoração do 30º. aniversário de criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), data que marca a assinatura da Declaração Constitutiva da organização, em 17 de julho de 1996, em Lisboa. Fundada por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, a Comunidade expandiu-se com o ingresso de Timor-Leste e da Guiné Equatorial. As comemorações ocorreram sob o significativo lema *"CPLP 30 Anos: Unidade na Diversidade, Uma Comunidade para os Povos".*

A CPLP é foro de diálogo político e de cooperação e importante instrumento de fortalecimento do multilateralismo e do Estado democrático de Direito. Ao longo de três décadas, consolidou-se como espaço de concertação política, de cooperação para o desenvolvimento e de promoção e difusão da língua portuguesa

A projeção internacional da CPLP reflete-se na expansão de sua rede de parceiros, que reúne 35 Observadores Associados e 130 Observadores Consultivos, demonstrando o reconhecimento da relevância e do dinamismo da organização, por parte de outros Estados e de organizações da sociedade civil.

Desde o início das atividades da CPLP, a *Fiocruz* mantém estreita cooperação em saúde com a organização, materializada no *Plano Estratégico de Cooperação em Saúde (PECS-CPLP).* Recentemente, a cooperação tem sido intensificada com o apoio da Fiocruz aos mestrados na área da saúde em Moçambique e Angola, e à criação da Escola de Saúde Pública no âmbito do Instituto Nacional de Saúde de Moçambique, entre outras cooperações (ver nota no Caderno 12).

Ao celebrar os 30 anos da CPLP, o Brasil e a Fiocruz renovam seu compromisso histórico com a organização e expressa sua confiança no futuro da Comunidade como espaço de solidariedade e cooperação. (Para saber mais sobre as comemorações acessar: https://www.cplp.org/comunicacao/30-anos/)

26ª Conferência Internacional de AIDS (AIDS 2026) se realizou com sucesso no Rio



A *26ª Conferência Internacional de AIDS (AIDS 2026)* se realizou no Riocentro, no Rio de Janeiro, e de forma virtual, entre os dias 26 e 31 de julho de 2026. Com o tema oficial *"Repensar, Reconstruir, Ascender"*, o

evento abordou ampla agenda, incluindo a crise global de financiamento e o futuro das inovações e do acesso à saúde. A programação organizada pela *International AIDS Society (IAS)* reuniu pesquisadores, gestores, profissionais de saúde e ativistas para fortalecer a resposta global ao HIV. Trata-se do maior evento sobre AIDS no mundo, com centenas de conferências magnas, painéis, mesas-redondas. A IAS é presidida pela pesquisadora do Instituto Nacional de Infectologia da Fiocruz, *dra. Beatriz Grinsztejn*, que destacou a presença de expressivos nomes da saúde pública internacional como conferencistas e painelistas, entre os quais o DG da OMS, *Tedros Adhanom*; o diretor da OPS, *Jarbas Barbosa*; e a diretora executiva da UNAIDS, *Winnie Byanyima*; entre muitos outros gestores, pesquisadores e ativistas sociais. *Grinsztejn* disse ainda que uma expressão marcante que ressoou durante toda a Conferência foi cunhada pelo Ministro Alexandre Padilha: "a inovação sem acesso não é inovação, é injustiça". Esta expressão foi baseada na questão da não disponibilização do acesso aos antirretrovirais de longa ação para prevenção, licenciados como genéricos em vários países desenvolvidos, mas não licenciados para mais de 120 países, incluindo o Brasil e vários outros países da América do Sul. *Leia mais sobre a Conferência no artigo de **Reges, Bermudez e Galvão**, neste fascículo).*

Abrasco realiza ainda dois congressos em 2026

De 16 a 19 de setembro, a Abrasco realiza o **10° Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde**, em Manaus/AM. Com o tema *"Interculturalidade, ambiente e saúde: os desafios do século XXI para uma vida em conexão com os territórios"*, o congresso promoverá o diálogo entre diferentes saberes e experiências, fortalecendo a reflexão crítica sobre os desafios contemporâneos da Saúde Coletiva. Faltam apenas cerca de 40 dias, mas as inscrições continuam aberta. Acompanhe atualizações e inscrições diretamente pelo site do 10º Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde ou pela página da Associação Brasileira de Saúde Coletiva.

Em novembro, será realizado o **10º Simpósio Brasileiro de Vigilância Sanitária (Simbravisa)**, em Brasília (DF). O evento é promovido pelo Grupo Temático de Vigilância Sanitária da Abrasco, e visa ampliar o debate sobre políticas, práticas e desafios da vigilância sanitária no país.

18º Congresso Mundial de Saúde Pública em Cape Town de 6 a 9 de setembro próximo

O *18º Congresso Mundial de Saúde Pública* será realizado de 6 a 9 de setembro de 2026, na Cidade do Cabo, África do Sul. Organizado pela *Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA)* e pela Associação de Saúde Pública da África do Sul (PHASA), este evento de prestígio reunirá profissionais de saúde pública, formuladores de políticas e defensores da área de todo o mundo para abordar os desafios globais de saúde mais urgentes. O tema do congresso, "*Saúde Sem Fronteiras: Equidade, Inclusão e Sustentabilidade*", reflete a necessidade urgente de ação coletiva em um mundo marcado por guerras, instabilidade política, epidemias e injustiças sistêmicas. A programação procura cobrir todos estes temas desafiadores. Principais subtemas do Congresso são: 1) Equidade na saúde pública: Enfrentar disparidades e garantir o acesso à assistência à saúde para todos; 2) Inclusão e diversidade: Promover políticas e práticas inclusivas na saúde global; e 3) Sustentabilidade e resiliência: Construir sistemas de saúde sustentáveis para

proteger as pessoas. Para conhecer todo o programa e se inscrever acesse: https://www.wfpha.org/world-congress-on-public-health/

Congresso do Consortium of Universities for Global Health (CUGH) e ALASAG em Lima (fevereiro de 2027)



O *Consórcio de Universidades para Saúde Global (CUGH),* associado com a *Aliança Latino-americana de Saúde Global (ALASAG*), vai realizar em Lima, de 25 a 28 de fevereiro de 2027, sua 18ª. conferência anual com o tema "*Transformando a Saúde Global: Parecerias, poder, liderança e tecnologia num mundo em rápida transformação*". Os congressos do CUGH e da ALASAG já se transformaram em reconhecidos espaços de intercâmbio e informação em saúde global. Ambas as instituições esperam grande participação de latino-americanos pela proximidade com Lima. Maiores informações sobre o congresso podem ser obtidas e as inscrições realizadas em: https://cughlima2027.org/

Cadernos FIOCRUZ de Saúde Global e Diplomacia da Saúde há 6 anos servindo a comunidade global

Com seu primeiro número tendo sido lançado em março de 2020, por ocasião da decretação pela OMS da Covid-19 como pandemia, os *Cadernos* se transformaram numa referência para a comunidade global da saúde e da diplomacia neste campo político e de conhecimento contemporâneo. Mais de 150 fascículos já foram lançados, a base de 22 a 23 por ano, com cerca de 280 páginas em média por quinzena, ou seja, mais de 5.000 páginas por ano. Cada fascículo contém em torno de 22 a 25 artigos de atualidades, escrito por cerca de 60 autores, que compartilham em torno de 500 referências de artigos, relatórios, declarações etc. sobre este dinâmico campo das relações internacionais em saúde. Todos os fascículos dos Cadernos estão disponíveis para exame ou *download* no site: Cadernos CRIS/Fiocruz: Informes sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde | Portal Fiocruz Para 2026 está programada a edição de 23 fascículos.



Catálogo de Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde 2020-2025



A coleção dos 137 Seminários do CRIS realizados de 2020 a 2025, com uma breve descrição e os links para acesso às versões em português, espanhol e inglês, está disponível para acesso ou download nos seguintes endereços: https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global ou https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN. Tem se mostrado um recurso excelente para ensino e aprendizagem em saúde global e diplomacia da saúde, com cerca de 700 painelistas brasileiros e internacionais, abordando temas como a agenda da saúde global e ambiental, direitos humanos, *One Health*, C&T em saúde, os grandes eventos mundiais realizados nos últimos 6 anos, entre tantos outros

temas de interesse para profissionais da saúde, da diplomacia e dos movimentos sociais. Para 2026 estão programados 23 seminários; os que já foram realizados neste ano estão disponíveis online no YouTube da Fiocruz.

===*===

Produtos do *Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde da Fiocruz* e do *Centro Colaborador em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul da OMS/OPS na Fiocruz*, os *Cadernos* e os *Seminários Avançados* são tributos que prestamos a tais posições. Queremos sempre sua companhia. Boa leitura!

Rio de Janeiro, Manguinhos, 7 de agosto de 2026

Paulo M. Buss, Fabiane Gaspar e Sebastián Tobar

Editor e editores-associados

Cadernos Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Sobre o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 17

Sobre el Objetivo de Desarrollo Sostenible 17

On Sustainable Development Goal 17

Santiago Alcázar

Resumo: O artigo trata do ODS 17, que é aquele que faz possível todos os demais. O ODS 17 visa o fortalecimento dos meios de implementação da Agenda 2030, que são as parcerias. Parceria, parceiro, união de propósitos para levar adiante o projeto da Agenda, que é também o da ideia encerrada no projeto de nações unidas em torno à Organização do mesmo nome. A ideia de um mundo em transformação para o mundo que queremos está na origem da Organização. Os impedimentos e desafios são muitos, mas nenhum deles consegue apagar o espírito da grande maioria dos países, que apoiam incondicionalmente a Agenda 2030 e os seus ODS.

Resumen: *El artículo trata del ODS 17, que es aquel que hace posible todos los demás. El ODS 17 reúne los medios de implementación de la Agenda 2030, que se materializan en la asociación. Asociación, socio, unión de propósitos para llevar adelante el proyecto de la Agenda 2030, que es también el de la idea encerrada en el proyecto de naciones unidas en torno a la Organización del mismo nombre. La idea de un mundo en transformación para el mundo que queremos está en el origen de la Organización. Los impedimentos y desafíos son muchos, pero ninguno de ellos ha apagado el espíritu de la gran mayoría de los países, que apoyan incondicionalmente la Agenda 2030 y sus ODS.*

Abstract: *This paper is about SDG 17, the SDG that makes all the other SDGs possible. The purpose of SDG 17 is to strengthen the means of implementation of 2030 Agenda, that is to strengthen the partnerships. Partnership, partner, the coming together of people to drive forward the project of the 2030 Agenda is the same idea at the origin of uniting nations through the United Nations Organization. The idea of transforming the world for a world that we all want is what the UN is all about. The difficulties and challenges are immense, but the spirit of most of the State members is unbroken. They support, unconditionally the 2030 Agenda and its SDGs.*

O Foro Político de Alto Nível (HLPF), a principal plataforma responsável, no âmbito das Nações Unidas, pela medição de progresso da Agenda 2030 e de seus ODS, encerrou-se no dia 15 de julho com a aprovação da Declaração ministerial[1].

A Declaração é um documento importante pela clareza com que expõem, por um lado, as forças de desagregação global que dificultam o avanço da Agenda 2030 e, por outro, a persistência da confiança no multilateralismo por parte da maioria dos Estados membros, refletida no espírito de cooperação que permitiu avanços, não obstante as dificuldades interpostas.

[1] https://documents.un.org/symbol-explorer?s=E/2026/L.16&i=E/2026/L.16_1784099089676

Os desafios presentes não são de pouca monta, como se sabe – crescente pressão com o aumento das inequidades; com o aumento do gap financeiro; com o aumento dos conflitos; com o aumento dos efeitos da mudança climática, como o Super El Niño; com o aumento da perda da biodiversidade; com o aumento do peso da dívida; com o aumento da insegurança alimentar e do acesso à energia; com o aumento da falta de confiança no multilateralismo.

E, no entanto, não obstante esse quadro sombrio, houve avanços, como atestam os relatórios oficiais. O Brasil, por exemplo, segundo o Relatório Nacional Voluntário Nacional, registrou índice de Gini de 0,506, a menor marca da série histórica[2]. O país ocupa a 53ª posição no Índice de Desenvolvimento Sustentável de 2026, com 74,2 pontos, acima da média regional de América Latina e o Caribe (70,5). Cabe destacar também a realização da 1ª Conferência Nacional dos ODS (30 de junho a 2 de julho)[3], importante como exemplo de uma construção coletiva em favor do desenvolvimento.

O HLPF deste ano focou a sua atenção nos seguintes cinco ODS: 6 (água), 7 (energia), 9 (infraestrutura), 11 (cidades e comunidades sustentáveis) e 17 (parcerias). Este artigo tratará somente do último, o ODS 17.

O ODS 17 é aquele que faz possível todos os demais, no entendimento de que é impossível avançar na implementação dos objetivos sem a cooperação de um amplo leque de atores – governos, povos originários, sociedade civil, setor privado, comunidades científicas, comunidades acadêmicas, todos em suma, como reza a resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas que deu origem à Agenda 2030, intitulada “Transformando o nosso mundo”[4].

A totalidade de atores que devem envolver-se com as transformações exigidas pela Agenda 2030 é a mesma que está inscrita no parágrafo preambular da Carta das Nações Unidas – “Nós, os povos”. A Carta expressa a vontade coletiva dos 51 países que a assinaram, em 1945, na cidade de São Francisco. A vontade coletiva era a de nunca mais repetir os horrores cometidos na Segunda Guerra, bem como a série de eventos que conduziu àquela conflagração.

Nesse contexto, “Nós os povos” e as parcerias para levar adiante a Agenda 2030 e os ODS expressam a mesma coisa, a mesma coletividade. É como se houvesse um acordo tácito para garantir o “Nunca Mais” e para implementar as condições que levam ao desenvolvimento sustentável. Alguns analistas criticam que a Agenda 2030 e os ODS não contemplam os direitos humanos, fator imprescindível tanto para o desenvolvimento sustentável, quanto para a meta de paz e segurança.

É possível que, durante os debates que levaram à formulação do que deveria ser a Agenda 2030 e os ODS, não se tenha dado suficiente atenção à questão de direitos humanos. A questão fundamental, no entanto, é a profunda interrelação que existe entre desenvolvimento e paz e segurança – não há desenvolvimento sustentável sem a paz e não há paz sem desenvolvimento sustentável, como diz a Declaração ministerial. É importante observar, ademais, de que tampouco há desenvolvimento sustentável sem reconhecimento e respeito dos direitos humanos e não há reconhecimento e respeito dos direitos humanos sem desenvolvimento sustentável. O que remete ao fato de que paz e segurança, reconhecimento e respeito dos direitos humanos e desenvolvimento sustentável se remetem uns aos outros de

[2] https://hlpf.un.org/countries/brazil/voluntary-national-reviews-2026

[3] https://www.conferenciaods.org

[4] https://basus.info/wp-content/uploads/2025/04/A_RES_70_1_E.pdf

maneira profunda; são objetivos essencialmente interrelacionados e representam o significado profundo do que almeja a ideia de nações unidas em volta ao projeto da Organização das Nações Unidas. São também as condições que devem guiar as transformações necessárias para levar adiante o sonho de um mundo melhor, tanto para os que saíram dos horrores da Segunda Guerra, quanto para aqueles que querem sair da lógica perversa do liberalismo econômico e da opção política que produz inequidades e injustiças sociais.

O estado atual dos ODS é muito insuficiente. Somente 36% das 139 metas estão no caminho certo para serem alcançadas em 2030; 49%, mostram avanços insuficientes e 15% estão em franco retrocesso em comparação a 2015.

O propósito do ODS é fortalecer os meios de implementação dos ODS, ou seja, fortalecer as parcerias ou fazer que elas se realizem. Num mundo tão atormentado por diferenças e conflitos, como reconhece a Declaração ministerial, a questão fundamental é saber se existem as condições mínimas para que os atores relevantes se unam em volta ao projeto de transformar o nosso mundo, como propõe a resolução que deu origem à Agenda 2030.

O ODS 17 tem 19 metas, assim divididas: Finanças (17.1 a 17.5); Tecnologia (17.6 a 17.8); Capacitação (17.9); Comércio (17.10 a 17.12); Assuntos Sistêmicos (17.13 a 17.19).

Todas as metas são importantes, mas as que têm maior impacto para o desenvolvimento são as relativas às finanças e ao comércio: não há desenvolvimento sem financiamento e, em alguns casos, para países de menor desenvolvimento relativo, as exportações são o principal meio para financiar o desenvolvimento.

É preciso esclarecer uma ideia desde logo. O desenvolvimento não é um estágio final, cristalizado. Nesse contexto, nenhum país é desenvolvido, mas em desenvolvimento, em maior ou menor grau. Não se é desenvolvido. Está-se em desenvolvimento. Os países que estão mais avançados no desenvolvimento têm excedentes de capital que favorecem o desenvolvimento contínuo. Os países que estão menos desenvolvidos, não têm excedentes de capital. Esse é o principal problema.

Entre as metas relativas às finanças, destaco três: i) realização do compromisso dos países mais ricos de destinar 0,7% dos seus respectivos PIBs aos países de menor desenvolvimento relativo a título de Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA); ii) mobilização de recursos financeiros, por meio de bancos de desenvolvimento sobretudo, doações e empréstimos concessionais para financiar o desenvolvimento dos países de menor desenvolvimento relativo; iii) aliviar o peso da dívida dos países de menor desenvolvimento relativo. Os países de menor desenvolvimento relativo são um grupo de 78 países, mais de um terço do conjunto de Estados membros das Nações Unidas.

Infelizmente, as três metas acima apresentam um quadro de piora. A ODA vem caindo ano a ano. Em 2025, a queda foi de 24% e estima-se para 2026 uma queda adicional de 7%. Os investimentos externos diminuíram em 2% e a sustentabilidade da dívida tornou-se irrealizável. Com efeito, a dívida dos países em desenvolvimento alcançou exorbitantes US$ 11,7 trilhões. O custo anual dessa dívida situa-se em pouco menos de US$ 1 trilhão, por ano.

E mais que evidente que num quadro assim, com o derretimento da Assistência Oficial ao Desenvolvimento, a perda de interesse em investir nos países de menor desenvolvimento relativos e o enorme peso dos serviços da dívida – que o avanço para implementar os ODS seja problemático para os países menos favorecidos. O estado abaixo do esperado dos ODS tem

muito, senão tudo, a ver com a situação financeira dos países de menor desenvolvimento relativo.

Com respeito às metas de comércio, basta destacar somente uma – promoção de um sistema multilateral de comércio universal, baseado em regras, não discriminatório e equitativo no âmbito da OMC. Um leitor de outro planeta que lesse essa meta, diria que faz todo sentido e pensaria que constitui um passo fundamental para a cumprir a meta de parceria rumo ao desenvolvimento sustentável. E teria razão de pensar assim. Acontece que, neste planeta, todos sabem que a OMC está paralisada desde 2019, quando o seu órgão de apelação deixou de funcionar por boicote dos EUA. O comércio internacional não está paralisado, mas as regras de funcionamento estão frouxas, a discriminação é lei e o sentido equitativo é algo desconhecido. Desde o segundo mandato do Presidente Donald Trump, o comércio internacional entrou em parafuso e ninguém mais é capaz de fazer apostas com confiança.

É preciso incluir neste escrito uma outra meta: a que diz respeito a Assuntos Sistémicos sob o título "aumentar a estabilidade macroeconômica global, inclusive por meio da coordenação e da coerência de políticas". A estabilidade macroeconômica, como todos sabem, foi gravemente afetada pelas tensões geopolíticas, assim, ao invés de estabilidade o que se tem é uma perigosa instabilidade global.

Sem poder contar com comércio justo e equitativo e com a instabilidade macroeconômica em alta, o que se tem e a possibilidade de avançar na meta sobre finanças, que como vimos, não promete. Ainda assim, é preciso remeter-se ao Compromisso de Sevilha, documento final da 4ª Conferência Mundial sobre Financiamento para o Desenvolvimento adotado em julho de 2025, naquela cidade andaluza.

O propósito do Compromisso reside na proposta de fechar o gap financeiro dos ODS, que é a diferença entre os recursos necessários e os recursos disponíveis para financiar os ODS, por ano. O gap atual é da ordem de US$ 4,3 trilhões. Em síntese, o Compromisso propõe 4 ações: i) reforma do sistema financeiro internacional por meio de novas ferramentas financeiras; ii) aumentar a capacidade de investimento dos bancos de desenvolvimento; iii) incentivar sistemas impositivos justos e transparentes e combater a evasão fiscal; iv) sustentabilidade das dívidas.

A principal crítica que se pode fazer à 4ª Conferência é o elevado número de lobistas em comparação ao número de integrantes das delegações oficiais, o que nunca é um bom sinal. Os lobistas não foram a Sevilha para ouvir flamenco, mas para influir na redação do documento final. Os interesses das delegações oficiais às vezes coincidirão com as de lobistas, mas nunca serão idênticas.

A tão falada reforma do sistema financeiro internacional é um exemplo. As reformas que interessam ao setor privado não serão necessariamente as que buscam os representantes dos estados.

A totalidade de ativos financeiros no mundo situa-se entre US$ 400 trilhões e US$ 500 trilhões. Canalizar uma parte ínfima desse montante para os ODS seria suficiente para cobrir o gap financeiro e cumprir o objetivo da Agenda 2030. Para isso, no entanto, é preciso que os interesses de uns e os objetivos de outros coincidam. Até o presente não houve essa coincidência, talvez porque ela reclama "generosidade" e esse termo é tratado no meio financeiro com condescendência que beira ao insulto.

Aumentar a capacidade de financiamento dos bancos públicos de desenvolvimento pode ser um caminho, mas talvez não seja suficiente diante da imensidão do gap financeiro.

Restam duas ações propostas pelo Compromisso: i) a criação de sistemas de imposição justos e transparentes e combate eficaz à evasão fiscal; ii) o alívio da dívida.

A primeira, parece realizável em sua primeira parte, ainda que o grau de transparência requerido seja sempre uma questão espinhosa. O problema reside na segunda parte; como evitar a evasão fiscal? O problema é parecido com a questão: como evitar o crime? Pode haver uma profusão de propostas, mas não creio que a questão de como financiar o desenvolvimento tenha que obrigatoriamente passar por aí. A corrupção é um mal que ninguém defende, a não ser os criminosos, mas é também uma distração útil para evitar concentrar a atenção em reformas estruturais necessárias.

O alívio da dívida também é problemático, uma vez que se trata de tornar sustentável o montante da dívida de modo a permitir aos países de menor desenvolvimento relativo poder investir nos ODS. O assunto principal dos debates nessa área é como transformar a dívida em investimento, o que parece reclamar "generosidade" por parte dos credores.

O leitor que seguiu até aqui diria que nada se fez, mas estaria equivocado. Muita coisa se fez desde 2015. Centenas de milhões de pessoas ganharam acesso à água potável e à saneamento. A eletricidade alcança 92% da população mundial. O uso da Internet saltou de 40 a 74%. A meta de redução de redução da mortalidade infantil foi alcançada por 134 países, um número impressionante.

Ao menos 59 países eliminaram ao menos uma doença tropical negligenciada. Pela primeira vez, pouco mais da metade da população mundial tem algum tipo de proteção social.

Há 10 anos atrás, faltavam dados seguros para metade dos ODS. Hoje, o banco global de dados cobre mais de 3 milhões de pontos estatísticos, cobrindo quase a totalidade de indicadores. Em consequência, a imagem do estado dos ODS hoje é muito mais precisa.

Nada disso teria sido possível sem a mediação do ODS 17, as parcerias, o espírito coletivo expressado na Carta por meio da expressão "Nós, os povos" e na Resolução que deu partida à Agenda 2030 "*Somos nós, os povos que estamos embarcando no caminho para 2030 – governos, povos originários, sociedade civil, setor privado, empresários, comunidades científicas e acadêmicas, todos em suma".*

A Carta das Nações Unidas baseia-se em três ideias-pilares: i) paz e segurança; ii) direitos humanos; iii) desenvolvimento. As três ideias-pilares são apresentadas na Carta como rótulos indicativos para serem desenvolvidos posteriormente.

Em 1945, ninguém tinha clara consciência da profundidade do que significa "reconhecimento e respeito dos direitos humanos". Foi somente em setembro de 2023, durante a nova sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas que foi sugerido pelo Brasil um novo ODS – igualdade étnica e racial, que olhando em retrospectiva é algo evidente e necessário. Esse novo ODS é o de número 18. As ideias mais simples são às vezes as que mais tardam em tornaram-se evidentes.

Tampouco havia ideia clara sobre o que é "desenvolvimento", nem das complexidades envolvidas em sua busca.

Por outro lado, sabia-se perfeitamente o que era "o anseio de paz e segurança". A experiência da Segunda Guerra terá provocado traumas profundos nas sensibilidades da época, talvez maiores dos que até então haviam sido produzidos na coletividade humana. As sensibilidades feridas foram as que levaram adiante a ideia de reconhecimento e respeito dos direitos humanos, bem como da necessidade de prover bens materiais, que viriam com o desenvolvimento.

No momento da descoberta do horror juraram o "Nunca Mais" e fizeram a promessa de que todos – *Nós, os povos* – estariam envolvidos no projeto de construção de um mundo que não repetisse os erros do passado.

O que talvez tenha passado desapercebido é o papel crucial da ética, que havia sido enterrada sob escombros. O "Nunca Mais", no entanto, é o ressurgimento surpreendente da ética que reclama a valorização do ser humano.

É a ética que confere sentido e amplitude à noção vaga de direitos humanos.

É também ela que traça o caminho ao desenvolvimento, que tem de ser sustentável.

Desdobrar os significados profundos de direitos humanos e de desenvolvimento não é algo que se faz imediatamente, como testemunha a história das Nações Unidas.

O importante aqui é procurar entender que as três ideias-pilares refletem o caráter ético e, por isso, universal, do empreendimento que é a Organização das Nações Unidas.

Em recente debate aberto com os candidatos ao cargo de Secretário-Geral das Nações Unidas, ventilou-se a pergunta: o que pode fazer o SG quando a ética não é suficiente? A pergunta é absurda. Sem ética não há Nações Unidas. Ter-se-á outra coisa, mas não se terá a Organização criada a partir do "Nunca Mais" que lhe deu sentido e autoridade.

Segundo o Secretário-Geral, mais de 170 países apoiam a Agenda 2030. Os avanços feitos a partir de 2015 são significativos, como se viu acima. Existe vontade política de avançar na implementação dos ODS. Segundo o Relatório do SG sobre progresso dos ODS, 163 países reportaram possuir legislação estatística nacional compatível com os Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais das Nações Unidas. A mesma fonte revela que entre 2015 e 2024, 87% dos países realizaram ao menos um censo demográfico e de habitação. O mundo está muito mais interligado hoje. É possível conhecer com detalhe o que se faz para avançar na implementação dos ODS em praticamente todos os cantos do mundo. A foto do estado do mundo hoje é muito mais precisa do que em qualquer tempo anterior.

Se é assim, se há consenso com respeito à necessidade de avançar nos ODS, o que impede a plena realização do ODS 17? Num quadro em que praticamente a totalidade dos países apoia a Agenda 2030 e os seus ODS; em que a maioria procura ajustar as suas respectivas políticas aos ODS, como atestado pelos HLPF; em que há uma consciência generalizada sobre as inequidades e injustiças e que é preciso fazer transformações fundamentais para as superar – o que impede a realização do ODS 17?

A dificuldade, ou impossibilidade, de levar adiante o Compromisso de Sevilha é um fator importante, mas certamente não o único. Mais importante, creio, é a falha moral que se viu de maneira gritante durante pandemia da Covid-19, na distribuição desigual de vacinas. O Secretário-Geral das Nações Unidas disse na ocasião que havíamos sido reprovados em ética.

Em seus 81 anos de existência, não foi a primeira vez que fomos reprovados em ética. Os exemplos são muitos, mas bem ou mal sempre conseguíamos resgatar pedaços de ética.

O que se viu na pandemia foi a volta da crueldade que tanto havia espantado os fundadores. Foi como se tudo voltasse a acontecer, não obstante o Nunca Mais, como numa voragem que não se pode explicar.

Como se disse acima, sem ética as Nações Unidas não têm sentido.

Nesse contexto, voltando à pergunta: o que impede a plena realização dos ODS? O que impede, frente à força de união, de percepções e de propósitos, de que é testemunha o HLPF? O que impede frente à vontade da maioria de um mundo melhor?

Frente às forças de união há forças de desagregação, algumas das quais listo a seguir, a título de exemplo, sem comentários por achar que não são necessários: i) o genocídio em Gaza; ii) a guerra dos EUA e Israel contra o Irã; iii) a guerra na Ucrânia; iv) o risco de uma confrontação nuclear; v) a nova corrida armamentista; o fechamento do Estreito de Ormuz; o aquecimento global, o Super El Niño e a perda irreversível da biodiversidade; o impasse esperado que impede a conclusão do tratado sobre pandemias; a questão da água; a questão da energia; a IA e as suas exorbitantes demandas por água, energia e investimentos, puxando para um lado as demandas humanas.

Não tudo está perdido, contudo. Em junho de 2024, por ocasião da Cúpula do G-20, celebrada no Rio de Janeiro, o Brasil lançou uma proposta. Frente ao alarmante crescimento do número de pessoas enfrentando insegurança alimentar e pobreza, não obstante os esforços para avançar nos ODS 1 (fome zero) e 2 (eliminação da pobreza extrema), não se está fazendo o suficiente. Por essa razão, o Brasil propôs a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza.

A Aliança hoje conta com apoio de mais de 86 países, bem como de todo o Sistema Nações Unidas. O espírito de colaboração coletiva, que deu origem às Nações Unidas e à Agenda 2030 está aí, vivo. É esse espírito que moverá montanhas e fará as transformações necessárias para um mundo melhor.

A eleição do Secretário-Geral das Nações Unidas teve início com o primeiro turno de votação no Conselho de Segurança

La elección del Secretario General de las Naciones Unidas comenzó con la primera ronda de votación en el Consejo de Seguridad.

The election of the United Nations Secretary-General began with the first round of voting in the Security Council

Sebastián Tobar e Santiago Alcázar

As eleições para o(a) próximo(a) Secretário(a)-Geral das Nações Unidas começaram com a apresentação de sete candidatos (cinco da América Latina e dois da África):

- Rebeca Grynspan (Costa Rica)
- Carolyn Rodrigues-Birkett (Guiana)
- Rafael Grossi (Argentina)
- María Fernanda Espinosa (Equador)
- Michelle Bachelet (Chile)
- Macky Sall (Senegal)
- Olara Otunnu (Uganda)

O Conselho de Segurança das Nações Unidas realizou sua primeira votação informal em 30 de julho, marcando o início da fase confidencial do processo de seleção do próximo Secretário-Geral das Nações Unidas para substituir o atual António Guterres.

A primeira votação informal do Conselho de Segurança ("votação preliminar"), realizada no final de julho de 2026, colocou Rebecca Grynspan em primeiro lugar, seguida por Carolyn Rodrigues-Birkett, Rafael Grossi em terceiro, María Fernanda Espinosa em quarto, Michelle Bachelet em quinto, Macky Sall em sexto e Olara Otunnu em sétimo e último lugar[1].

[1] O fato de o candidato ugandense ter concorrido diretamente ao Conselho de Segurança provavelmente gerou alguma antipatia ou reservas entre os Estados-membros, razão pela qual ele teria ficado em último lugar.

Candidata	Apoio *"Encorauge"*	No Apoio *"Discorauge"*	Sem Opinião *"No Opinion"*
Rebeca Grynspan — Costa Rica	10	1	4
Carolyn Rodriguez-Birket — Guyana	9	2	4
Rafael Grossi — Argentina	7	2	6
Michelle Bachelet — Chile	6	5	4
Macky Sall — Senegal	6	7	2
María Fernanda Espinosa — Equador	5	2	8
Olara Otunnu — Uganda	2	5	8

Fonte: Construção a partir de dados de Reuter https://www.reuters.com/world/un-hold-informal-polls-new-un-chief-thursday-2026-07-28/

Tudo indica que *Rebeca Grynspan* é a principal candidata; no entanto, nunca houve uma mulher e judia como Secretária-Geral das Nações Unidas. É também digno de nota que a candidata guianense *Carolyn Rodriguez-Birket* tenha recebido tantos votos, um número que surpreendeu muitos.

A segunda votação informal está agendada para 21 de agosto de 2026, sob a presidência dinamarquesa do Conselho de Segurança. Esta nova rodada avaliará se algum dos candidatos consegue consolidar apoio ou se alguns começam a perder viabilidade[2].

O processo de seleção do Secretário-Geral não vai ser rápido[3] e continua: várias rodadas de votação informal são esperadas. Entre elas, está uma "*color polls*: *votação por cor*", na qual os membros permanentes do Conselho de Segurança (Estados Unidos, China, Rússia, França e Reino Unido) declaram explicitamente seus votos. Essa votação torna visíveis as posições dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança. Após esse processo, o candidato é submetido à Assembleia Geral das Nações Unidas para apreciação dos 193 membros.

[2] Christina Markus Lassen, embaixadora da Dinamarca na ONU, que detém a presidência mensal do Conselho de Segurança em agosto, disse que "esperava muito" que outra votação fosse agendada para 21 de agosto. https://www.reuters.com/world/americas/denmark-targets-august-21-second-security-council-un-chief-poll-2026-08-03/

[3] Precedentes históricos sugerem que várias rodadas de votação podem continuar nas próximas semanas e terminar no final de setembro ou início de outubro. O processo pode levar mais tempo se não houver consenso sobre qual candidato será escolhido.



O próximo Secretário-Geral terá a difícil tarefa de implementar a Iniciativa UN80[4], que é o principal processo de reforma institucional das Nações Unidas, lançado em março de 2025 pelo Secretário-Geral António Guterres para marcar o 80º aniversário da Organização. Visa adaptar o sistema das Nações Unidas a um contexto de maiores exigências, restrições financeiras e crescentes tensões geopolíticas.

A iniciativa persegue **quatro objetivos principais**:

I. Aumentar a eficácia e o impacto das Nações Unidas.

II. Reduzir a duplicação de funções entre as agências.

III. Simplificar a estrutura administrativa e reduzir custos.

IV. Adaptar a Organização aos desafios do século XXI, preservando o multilateralismo.

A iniciativa UN80 foi construída sobre **três pilares**:

A. **Eficiência administrativa**: incluindo medidas que o Secretário-Geral pode implementar no âmbito do Secretariado para simplificar os processos administrativos, digitalizar e automatizar a organização, consolidar serviços comuns e transferir algumas funções para locais de menor custo; bem como reduzir as despesas operacionais.

B. **Revisão de mandatos**: análise do conjunto de mandatos adotados pelos Estados-Membros ao longo de décadas com o objetivo de: identificar mandatos duplicados ou obsoletos; eliminar atividades que já não correspondem às prioridades atuais; melhorar a coordenação entre os organismos e agências. A este respeito, a Assembleia Geral adotou uma resolução em março de 2026 para estabelecer um processo permanente de criação, implementação e revisão de mandatos.

C. **Reestruturação do sistema das Nações Unidas:** Este é o componente mais ambicioso e politicamente complexo. As propostas incluem: reorganização de programas e fundos; possíveis fusões entre agências com funções semelhantes;

[4] https://www.un.org/un80-initiative/en/all-un80-related-resources-and-documents

fortalecimento da coordenação nos níveis regional e nacional; criação de plataformas compartilhadas para dados, tecnologia e serviços administrativos; e maior integração entre os pilares da paz e segurança, desenvolvimento sustentável, ação humanitária e direitos humanos.

A Carta de São Francisco, que criou as Nações Unidas[5] em 1945, estabelece cinco pilares principais: 1) a manutenção da paz e da segurança, 2) o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações, 3) a cooperação internacional, 4) a promoção dos direitos humanos e 5) o multilateralismo e a cooperação entre os Estados. O cenário atual que o novo Secretário-Geral da ONU terá de enfrentar apresenta desafios significativos para o seu cumprimento.

De uma perspectiva próxima ao Neorrealismo das Relações Internacionais, o Departamento de Estado dos Estados Unidos tem questionado o multilateralismo[6][7] e até mesmo atrasado o pagamento de contribuições regulares[8], enfraquecendo seu financiamento. As rivalidades geopolíticas entre os Estados Unidos e a China criaram obstáculos à aprovação de resoluções sobre conflitos armados, intensificaram o poder de veto, enfraqueceram o consenso multilateral e, consequentemente, a ONU enfrenta dificuldades significativas na prevenção de conflitos ou na imposição de soluções diplomáticas.

Os *conflitos armados atuais apresentam características diferentes daqueles vivenciados nas décadas anteriores*, devido à presença de atores não estatais, grupos terroristas, empresas militares privadas, ciberataques, guerra híbrida e o uso de inteligência artificial para fins militares[9]. Consequentemente, observamos que *as ferramentas diplomáticas tradicionais para a manutenção da paz são frequentemente insuficientes*.

Da mesma forma, existe um *consenso global sobre a necessidade de reformar o Conselho de Segurança*, que já não reflete o equilíbrio político do século XXI. Entre as propostas, destacam-se a ampliação do número de membros permanentes, conferindo maior representação à África,

---

[5] https://www.un.org/es/about-us/un-charter/full-text

[6] https://revistafal.com/un-mundo-sin-multilateralismo/

[7] https://www.state.gov/translations/spanish/declaraciones-durante-un-debate-abierto-en-el-consejo-de-seguridad-de-la-onu-sobre-multilateralismo-y-resolucion-pacifica-de-disputas/

[8] Desde que o presidente Donald Trump retornou ao poder em janeiro de 2025, os Estados Unidos ainda não pagaram sua parte do orçamento regular da ONU, deixando a organização com uma dívida de cerca de US$ 800 milhões para 2025 e mais de US$ 750 milhões para 2026. A ONU afirma que os Estados Unidos devem ainda mais — cerca de US$ 2,2 bilhões apenas em taxas administrativas e outros US$ 1,8 bilhão em contribuições não pagas para missões de paz. https://www.devex.com/news/exclusive-us-withholds-dues-to-un-again-113057

[9] A segurança internacional não pode mais ser compreendida apenas pela ótica da Guerra Fria do século XX, que se concentrou no confronto entre Estados soberanos e exércitos regulares. Desde a década de 1990, a ONU tem promovido o conceito de novas ameaças, como migração em massa, pobreza extrema, desastres humanitários, terrorismo, narcotráfico e crime organizado transnacional. Essas ameaças se distinguem por uma característica fundamental: são intermesticadas, ou seja, desenvolvem-se tanto dentro quanto além das fronteiras nacionais. Algumas de suas características definidoras incluem a falta de reconhecimento da soberania e a extrema flexibilidade. https://www.infobae.com/opinion/2025/09/15/tablero-global-hibridacion-de-conflictos-y-nuevas-amenazas/

América Latina e Ásia; a limitação do uso do veto em casos de genocídio ou crimes de guerra; e o aprimoramento da transparência no processo decisório.

A *crise financeira das Nações Unidas* afeta diretamente os programas de desenvolvimento, as ações em direitos humanos e as diversas missões humanitárias realizadas em todo o mundo[10].

Muitos Estados-membros questionam a *eficácia da ONU na resolução de conflitos internacionais*[11], e a pressão aumenta para a redução da burocracia, o aumento da responsabilização, a demonstração de resultados concretos e o incremento da eficiência administrativa. Essas preocupações impulsionaram a iniciativa ONU80 mencionada anteriormente.

Talvez as *mudanças climáticas*[12], que se intensificaram drasticamente em muitos países devido a eventos climáticos extremos como secas, inundações, elevação do nível do mar, aumente o da insegurança alimentar e perda de biodiversidade, além de afetarem as populações refugiadas deslocadas à força, constituam o desafio mais significativo que o próximo Secretário-Geral enfrentará, juntamente com a necessidade de priorizar a implementação do Acordo de Paris.

Faltando apenas quatro anos para 2030, o próximo Secretário-Geral da ONU terá que enfrentar o grande *desafio de cumprir a Agenda 2030* e as significativas deficiências que observamos em muitos de seus ODS, com o *aumento da pobreza* em algumas regiões, o aumento da desigualdade e da *insegurança alimentar,* lacunas educacionais significativas e grandes *obstáculos ao acesso à saúde*, bem como o aumento dos gastos globais com armamentos e a queda no financiamento para o desenvolvimento.

[10] O orçamento regular das Nações Unidas para 2026, aprovado pela Assembleia Geral, totaliza US$ 3,45 bilhões. A distribuição dessas contribuições é calculada utilizando uma escala aprovada pela Assembleia Geral que leva em consideração a capacidade econômica de cada país. Como resultado, os Estados Unidos contribuem com aproximadamente 22% do orçamento regular, a China com cerca de 20%, enquanto Japão, Alemanha, Reino Unido e França completam o grupo dos principais contribuintes. A disputa também se estende a este nível: os Estados Unidos e a China, juntos, representam cerca de 40% das receitas do orçamento regular da organização. https://www.un.org/en/delegate/general-assembly-approves-345-billion-regular-budget-2026

[11] https://www.france24.com/es/programas/el-debate/20250924-trump-se-despacha-contra-la-onu-el-multilateralismo-en-jaque

[12] https://www.un.org/es/global-issues/climate-change

Inteligência artificial e direitos humanos: diligência, governança e obrigação do Estado

Inteligencia artificial y derechos humanos: diligencia, gobernanza y obligación del Estado

Artificial intelligence and human rights: due diligence, governance, and State obligations

Fabiane Gaspar e Armando De Negri Filho

Resumo: O relatório *Human Rights and New and Emerging Digital Technologies: Human Rights Due Diligence for AI and State Obligations*, publicado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR), analisa o papel da devida diligência em direitos humanos como mecanismo central para orientar a atuação dos Estados diante dos riscos associados à inteligência artificial (IA). O documento sustenta que as obrigações estatais de respeitar, proteger e garantir os direitos humanos exigem avaliações contínuas dos impactos da IA ao longo de todo o seu ciclo de vida, incluindo desenvolvimento, aquisição, implementação e monitoramento. Além disso, enfatiza a importância da prevenção, transparência, prestação de contas, supervisão independente, responsabilização corporativa e participação social ao lidar com riscos associados à IA. O relatório propõe um modelo regulatório com base em riscos e fundamentado no direito internacional dos direitos humanos, com ênfase na identificação precoce de danos sistêmicos e discriminatórios. Dessa maneira, a publicação constitui uma referência importante a construção de políticas públicas compatíveis com os direitos fundamentais em sociedades cada vez mais digitais.

Palavras-chave: Inteligência artificial; direitos humanos; devida diligência; governança digital.

Resumen: *El informe "Human Rights and New and Emerging Digital Technologies: Human Rights Due Diligence for AI and State Obligations" (Derechos Humanos e Tecnologías Nuevas e Emergentes: Devida Diligencia para IA e Obligaciones Estatales, en libre traducción), publicado por la Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos, examina la diligencia debida en materia de derechos humanos como un instrumento esencial para la gobernanza de la inteligencia artificial. El documento sostiene que las obligaciones estatales de respetar, proteger y garantizar los derechos humanos requieren evaluaciones permanentes de los impactos generados por los sistemas de IA durante todo su ciclo de vida, incluidos el desarrollo, la adquisición, la implementación y el seguimiento. Asimismo, destaca la importancia de la prevención, la transparencia, la rendición de cuentas, la supervisión independiente, responsabilidad corporativa y la participación pública en hacer frente a los riesgos relacionados con la IA. El informe propone un modelo regulatorio basado en riesgos y fundamentado en el derecho internacional de los derechos humanos, con énfasis en la identificación temprana de daños sistémicos y discriminatorios. De esta manera, constituye una referencia importante para el desarrollo de políticas públicas y marcos normativos orientados a una innovación tecnológica compatible con la dignidad humana.*

Palabras clave*: Inteligencia artificial; derechos humanos; debida diligencia; gobernanza digital.*

Abstract: *The report "Human Rights and New and Emerging Digital Technologies: Human Rights Due Diligence for AI and State Obligations", issued by the Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights, examines human rights due diligence as a core mechanism for governing artificial intelligence. The report argues that States' obligations to respect, protect and fulfil human rights require continuous impact assessments throughout the entire AI lifecycle, including development, procurement, deployment and monitoring. It highlights the importance of prevention, transparency, accountability, independent oversight, and public participation in addressing AI-related risks.*

The report proposes a risk-based regulatory model grounded in international human rights law, with an emphasis on the early identification of systemic and discriminatory harms. As such, it serves as an important reference for the development of regulatory frameworks aimed at technological innovation that is compatible with human dignity.

Keywords: *Artificial Intelligence; Human Rights; Due Diligence; Digital Governance.*

Introdução

A expansão acelerada da inteligência artificial (IA)[1] tem provocado profundas transformações econômicas, políticas e sociais, reconfigurando a forma como Estados, empresas e cidadãos interagem no ambiente digital. O crescente emprego de sistemas automatizados em áreas como segurança pública, administração da justiça, controle migratório, educação, saúde e políticas sociais ampliou as possibilidades de eficiência institucional, mas também revelou riscos significativos para a proteção dos direitos humanos. Nesse cenário, a formulação de mecanismos jurídicos torna-se relevante na tentativa em garantir que a inovação tecnológica seja compatível com os princípios da dignidade humana, da igualdade e da justiça social.

É nesse contexto que se insere o relatório *Human Rights and New and Emerging Digital Technologies: Human Rights Due Diligence for AI and State Obligations* (Direitos Humanos e Novas as Tecnologias Digitais Emergentes: Devida Diligência em Direitos Humanos para IA e Obrigações dos Estados, em tradução livre) (A/HRC/82/33), elaborado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR) e apresentado durante a 62ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU.

O documento representa um marco importante na construção de parâmetros internacionais voltados à governança da inteligência artificial, ao propor que a devida diligência em direitos humanos seja incluída, no cumprimento das obrigações estatais, como um instrumento indispensável para respeitar, proteger e garantir direitos fundamentais.

A argumentação desenvolvida pelo relatório parte da premissa de que os impactos da IA não são exclusivamente individuais, mas coletivos, cumulativos e sistêmicos.

[1] Não existe uma definição única e simples de inteligência artificial. A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) define IA como sistemas baseados em máquinas que, com objetivos explícitos ou implícitos, inferem, a partir dos dados de entrada que recebem, como "gerar resultados tais como previsões, conteúdo, recomendações ou decisões que possam influenciar ambientes físicos ou virtuais". Disponível em: https://legalinstruments.oecd.org/en/instruments/OECD-LEGAL-0449 Acesso em: 03 ago. 2026.

Consequentemente, mecanismos tradicionais de supervisão e responsabilização mostram-se insuficientes e ineficazes diante de tecnologias capazes de produzir efeitos amplificados em larga escala. A publicação propõe, portanto, uma abordagem preventiva e contínua, baseada na antecipação de riscos e na avaliação permanente dos possíveis impactos dessas tecnologias sobre diferentes grupos sociais, especialmente aqueles historicamente vulnerabilizados.

Nesse sentido, o relatório não se limita a reiterar princípios gerais de direitos humanos, mas busca operacionalizá-los em um contexto marcado pela complexidade tecnológica, pela opacidade algorítmica[2] e pela atuação transnacional das empresas que compõem o ecossistema da inteligência artificial. O resultado é uma contribuição relevante para o debate contemporâneo sobre regulação digital, servindo como referência para formuladores de políticas públicas, pesquisadores, órgãos reguladores e instituições internacionais.

Relatório "Direitos Humanos e Novas as Tecnologias Digitais Emergentes: Devida Diligência em Direitos Humanos para IA e Obrigações dos Estados"

Inteligência artificial e devida diligência em direitos humanos – panorama geral

O relatório parte do reconhecimento de que a inteligência artificial se tornou uma das tecnologias mais influentes do século XXI, produzindo impactos significativos sobre direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. Nesse contexto, a devida diligência em direitos humanos (*human rights due diligence*) emerge como um dos principais instrumentos normativos para orientar a atuação de Estados e empresas diante dos riscos associados à crescente digitalização da vida social.

Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR):

> *... a devida diligência consiste em um processo contínuo voltado à identificação, prevenção, mitigação e prestação de contas sobre impactos adversos relacionados aos direitos humanos decorrentes do desenvolvimento e da utilização de tecnologias digitais, especialmente sistemas de inteligência artificial.*

O documento destaca que a centralidade da devida diligência no debate sobre governança digital resulta de um processo gradual de consolidação dentro do sistema internacional de direitos humanos. Relatórios anteriores do OHCHR já haviam enfatizado a necessidade de avaliações permanentes dos impactos das tecnologias digitais sobre a privacidade, a liberdade de expressão, a igualdade e outros direitos fundamentais.

A inovação do relatório de 2026 reside em aprofundar a relação entre a devida diligência e as obrigações jurídicas dos Estados, estabelecendo que a proteção dos direitos humanos em

[2] A opacidade algorítmica (ou do algoritmo) refere-se ao fenômeno em que o funcionamento interno de um sistema de IA é opaco (obscuro, não transparente) para seus usuários ou reguladores, uma questão comum em modelos de aprendizado profundo (*deep learning models*). De acordo com o Artigo 13 da Lei de IA da União Europeia e os Artigos 13 a 15 do Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia, os sistemas de IA de alto risco devem ser transparentes e interpretáveis. Disponível em https://winners.com.tw/en/glossary/algorithmic-opacity Acesso em: 03 ago. 2026.

contextos de inteligência artificial não pode depender exclusivamente da boa vontade das empresas ou de mecanismos voluntários de autorregulação.

Nesse sentido, o relatório argumenta que a devida diligência deve ser compreendida como um mecanismo capaz de integrar a proteção dos direitos humanos em todas as etapas do ciclo de vida da inteligência artificial. Isso inclui a coleta de dados, o treinamento dos modelos, o desenvolvimento de algoritmos, os testes de segurança, a implementação prática dos sistemas, sua utilização por entidades públicas ou privadas e o monitoramento permanente de seus efeitos concretos.

A análise parte da premissa de que os riscos associados à IA não são eventos isolados ou ocasionais, mas fenômenos dinâmicos que podem surgir ou se agravar ao longo do tempo, exigindo respostas igualmente contínuas e adaptáveis.

Outro aspecto importante abordado pelo relatório refere-se à crescente incorporação da devida diligência em instrumentos internacionais recentes. O documento menciona o Pacto Global Digital das Nações Unidas, recomendações da UNESCO sobre ética da inteligência artificial e diversas resoluções da Assembleia Geral e do Conselho de Direitos Humanos que já reconhecem a necessidade de mecanismos preventivos de gestão de riscos. Essa convergência normativa evidencia a formação gradual de um consenso internacional segundo o qual a inovação tecnológica deve estar subordinada aos princípios da dignidade humana, da não discriminação e da responsabilidade pública (*public accountability*).

O relatório também enfatiza que a devida diligência não deve ser vista apenas como uma ferramenta de prevenção de danos, mas como um instrumento de governança democrática. Isso ocorre porque os processos de avaliação de impacto exigem transparência, participação social e diálogo com grupos potencialmente afetados pelas decisões algorítmicas. Dessa forma, a devida diligência contribui para ampliar a legitimidade das políticas tecnológicas, promovendo formas mais inclusivas e participativas de regulação da inteligência artificial.

Em síntese, o panorama apresentado pelo OHCHR demonstra que a devida diligência em direitos humanos deve ser considerada como um modelo central para a governança global da inteligência artificial. Mais do que um procedimento administrativo, trata-se de uma abordagem normativa que visa assegurar que os avanços tecnológicos sejam compatíveis com os compromissos internacionais assumidos pelos Estados em matéria de direitos humanos.

Sistemas de inteligência artificial e desafios específicos aos direitos humanos

Uma das contribuições centrais do relatório consiste em demonstrar que a inteligência artificial apresenta riscos qualitativamente distintos daqueles observados em tecnologias digitais anteriores. Segundo o OHCHR, os impactos da IA não se restringem a violações individuais facilmente identificáveis, mas frequentemente assumem caráter coletivo, sistêmico, cumulativo e transnacional. Isso ocorre porque os sistemas inteligentes operam a partir da coleta massiva de dados, do processamento automatizado de informações e da capacidade de realizar inferências, previsões, recomendações e decisões que influenciam diretamente ambientes físicos e virtuais.

Uma característica fundamental destacada pelo relatório é a natureza intensiva em dados dos sistemas de IA. A coleta, o armazenamento e o processamento de grandes volumes de informações pessoais ampliam significativamente os riscos relacionados à privacidade e à proteção de dados. Além disso, a concentração dessas informações em plataformas digitais,

combinada ao uso de mecanismos automatizados de vigilância e monitoramento, cria condições para formas de controle social sem precedentes. Os sistemas de IA frequentemente dependem de correlações estatísticas e padrões comportamentais que permitem classificar indivíduos e grupos, produzindo consequências concretas no acesso a direitos, oportunidades e serviços.

O documento enfatiza que a dependência de dados históricos também favorece a reprodução de desigualdades estruturais. Como os algoritmos aprendem a partir de informações produzidas em contextos sociais já marcados por discriminações raciais, étnicas, econômicas e de gênero, existe o risco de que esses sistemas internalizem e ampliem tais distorções.

O problema torna-se ainda mais preocupante porque a aparente objetividade matemática das decisões algorítmicas pode mascarar preconceitos presentes tanto nas bases de dados quanto nos critérios de desenvolvimento dos modelos computacionais. Como consequência, grupos historicamente vulnerabilizados, incluindo mulheres, minorias raciais e étnicas, pessoas com deficiência, migrantes e populações socialmente marginalizadas, podem sofrer impactos desproporcionais em áreas como recrutamento profissional, concessão de crédito, acesso a serviços públicos e processos decisórios estatais.

Outra preocupação central do relatório refere-se à capacidade dos sistemas de IA de operar em larga escala. Diferentemente de decisões humanas isoladas, decisões automatizadas podem ser replicadas simultaneamente para milhões de pessoas. Assim, pequenos erros estatísticos, falhas de programação ou vieses aparentemente insignificantes podem produzir consequências amplificadas e disseminadas em toda a sociedade. Por essa razão, o OHCHR argumenta que a análise de riscos não deve limitar-se à avaliação de prejuízos individuais, mas considerar também os efeitos coletivos, sistêmicos e cumulativos que podem emergir da utilização continuada dessas tecnologias.

O relatório destaca ainda o impacto da inteligência artificial sobre o ambiente informacional contemporâneo. Algoritmos utilizados por plataformas digitais influenciam diretamente quais conteúdos são exibidos, recomendados ou ocultados aos usuários, moldando fluxos de informação e processos de formação de opinião. Essa capacidade de mediação afeta direitos relacionados à liberdade de expressão, ao acesso à informação e à participação democrática. Em contextos políticos, mecanismos automatizados de recomendação podem facilitar a segmentação excessiva de audiências, a manipulação informacional e a disseminação direcionada de conteúdos enganosos. Esses riscos são agravados pela opacidade algorítmica, uma vez que os critérios de funcionamento dos sistemas frequentemente permanecem inacessíveis ao escrutínio público e à fiscalização regulatória.

Especial atenção é dedicada às tecnologias de vigilância habilitadas por inteligência artificial, especialmente aquelas baseadas em reconhecimento facial, identificação biométrica, rastreamento comportamental e monitoramento automatizado. O relatório observa que essas ferramentas não afetam apenas o direito à privacidade, mas também produzem impactos indiretos sobre diversas outras liberdades fundamentais.

A percepção de estar permanentemente monitorado pode desencorajar a participação em manifestações públicas, atividades políticas, movimentos sociais e iniciativas de defesa de direitos, gerando efeitos inibidores sobre a liberdade de expressão, a liberdade de associação e a participação democrática. Dessa forma, os impactos da vigilância algorítmica ultrapassam a esfera individual e assumem dimensão coletiva.

No campo das relações de trabalho, o documento aponta que a crescente adoção de sistemas automatizados está transformando profundamente a organização laboral. Ferramentas de monitoramento algorítmico são utilizadas para avaliar desempenho, controlar produtividade e coordenar fluxos de trabalho. Embora possam gerar ganhos de eficiência, essas tecnologias também têm potencial para ampliar a vigilância sobre trabalhadores, reduzir sua autonomia e afetar o direito a condições dignas e justas de trabalho.

O relatório também chama atenção para a utilização crescente de sistemas de IA em setores estratégicos da atuação estatal, como administração pública, justiça, segurança pública, gestão migratória, assistência social e defesa militar. Nesses contextos, erros algorítmicos podem consolidar preconceitos, reproduzir falhas institucionais e provocar restrições indevidas de direitos em larga escala. Como os sistemas automatizados tendem a aplicar os mesmos critérios decisórios a grandes conjuntos populacionais, uma única falha de concepção ou implementação pode afetar milhares de pessoas simultaneamente. Além disso, decisões algorítmicas em diferentes setores podem reforçar mutuamente padrões de exclusão e vulnerabilidade, criando ciclos acumulativos de desvantagens sociais.

Diante desse cenário, o relatório conclui que os desafios impostos pela inteligência artificial exigem uma abordagem regulatória específica, baseada nos direitos humanos e orientada pela devida diligência. Diferentemente de tecnologias convencionais, os sistemas de IA apresentam características estruturais que dificultam a aplicação dos mecanismos tradicionais de prevenção, supervisão e responsabilização. Entre esses fatores destacam-se a opacidade algorítmica, a escalabilidade dos efeitos produzidos pelos sistemas automatizados, a intensa dependência de dados, a crescente autonomia dos modelos de IA e a complexidade das cadeias globais de desenvolvimento, fornecimento e utilização dessas tecnologias.

A **opacidade algorítmica** constitui um dos principais desafios apontados pelo relatório. Muitos sistemas contemporâneos de inteligência artificial, especialmente aqueles desenvolvidos com técnicas de aprendizado de máquina e aprendizado profundo (*machine learning* e *deep learning*), funcionam de forma que nem mesmo seus desenvolvedores conseguem explicar plenamente como determinadas conclusões ou recomendações foram produzidas. Essa característica compromete princípios fundamentais do Estado Democrático de Direito, como transparência, previsibilidade, motivação das decisões e possibilidade de controle social.

Quando uma pessoa é afetada por uma decisão automatizada relacionada à concessão de benefícios sociais, à seleção para uma vaga de emprego, à obtenção de crédito ou até mesmo à avaliação de risco criminal, a dificuldade de compreender os critérios utilizados pelo algoritmo cria obstáculos para o exercício do contraditório e da ampla defesa. O relatório argumenta que essa falta de explicabilidade torna especialmente difícil identificar discriminações, corrigir erros e atribuir responsabilidades quando ocorrem violações de direitos humanos.

Outro aspecto crítico é a **escalabilidade dos efeitos da inteligência artificial**. Enquanto decisões humanas costumam produzir impactos limitados a casos específicos, sistemas algorítmicos podem replicar instantaneamente suas decisões para milhões de pessoas. Um erro em um modelo estatístico, uma falha de programação ou um viés presente no treinamento do algoritmo pode ser reproduzido em larga escala, afetando simultaneamente grupos inteiros da população. Nesse sentido, o relatório destaca que a IA possui a capacidade de transformar pequenos problemas técnicos em grandes problemas sociais.

Um critério discriminatório incorporado ao algoritmo de seleção de candidatos, por exemplo, pode excluir sistematicamente milhares de pessoas de oportunidades de emprego; da mesma forma, um sistema automatizado utilizado em programas governamentais pode negar benefícios sociais a grandes contingentes populacionais antes mesmo que a falha seja identificada. Essa capacidade de amplificação dos efeitos faz com que os riscos da IA sejam potencialmente mais graves e difíceis de corrigir do que aqueles decorrentes de decisões humanas isoladas.

A **intensa dependência de dados** representa outro desafio estrutural destacado pelo OHCHR. Os sistemas de inteligência artificial dependem de enormes quantidades de informações para treinamento, validação e funcionamento. Entretanto, os dados utilizados não são neutros. Eles refletem contextos sociais, econômicos e políticos específicos, frequentemente marcados por desigualdades históricas e discriminações estruturais.

Quando esses dados são utilizados para treinar algoritmos, preconceitos e assimetrias existentes podem ser incorporados ao sistema e reproduzidos de maneira automatizada. Além disso, a coleta massiva de dados necessária para alimentar sistemas de IA levanta preocupações relacionadas ao direito à privacidade, à proteção de dados pessoais e à autodeterminação informativa. O relatório ressalta que muitos dos impactos negativos da IA decorrem não apenas dos algoritmos em si, mas também da qualidade, da representatividade e da governança dos dados utilizados em seu desenvolvimento.

O documento chama atenção ainda para a crescente utilização de **sistemas autônomos e de IA agêntica**, nos quais múltiplos agentes artificiais atuam de forma relativamente independente e interagem entre si para atingir determinados objetivos. Nessas situações, torna-se cada vez mais difícil identificar a origem de uma decisão ou atribuir responsabilidade por determinado resultado. A atuação simultânea de vários sistemas autônomos pode gerar efeitos inesperados e comportamentos emergentes que não foram explicitamente programados pelos desenvolvedores. Esse fenômeno desafia mecanismos tradicionais de responsabilização jurídica, que normalmente pressupõem a existência de um agente claramente identificável responsável pela conduta analisada.

Além disso, o relatório destaca a complexidade das **cadeias globais de valor da inteligência artificial**. Um único sistema pode ser resultado da interação entre fabricantes de hardware, empresas de computação em nuvem, desenvolvedores de modelos fundacionais, fornecedores de bases de dados, trabalhadores responsáveis pela rotulação de informações, integradores de sistemas e usuários finais localizados em países distintos. Da mesma forma, os dados podem ser coletados em uma região do mundo, armazenados em outra, processados em servidores situados em diferentes jurisdições e utilizados globalmente. Essa fragmentação dificulta a identificação de responsabilidades e favorece o surgimento de lacunas regulatórias, especialmente quando diferentes países adotam níveis distintos de proteção aos direitos humanos e de fiscalização tecnológica.

Segundo o relatório, a combinação desses fatores produz um cenário em que os riscos associados à inteligência artificial tendem a ser não apenas amplificados, mas também mais difíceis de detectar, compreender e corrigir. Por essa razão, o OHCHR sustenta que os mecanismos tradicionais de supervisão estatal são insuficientes para responder adequadamente aos desafios contemporâneos.

Em seu lugar, defende a implementação de processos contínuos e adaptativos de devida diligência em direitos humanos, capazes de acompanhar todas as etapas do ciclo de vida da tecnologia, desde a concepção e o treinamento dos modelos até sua implementação, monitoramento e eventual descontinuação. Nessa perspectiva, quanto maior for a complexidade, a opacidade e o potencial de impacto de um sistema de inteligência artificial, maior deverá ser o nível de cautela, transparência, supervisão e responsabilidade exigido dos Estados e das empresas envolvidas em seu desenvolvimento e utilização.

Como a devida diligência em direitos humanos pode enfrentar os desafios específicos da IA

Prevenção, identificação de riscos, avaliação e previsibilidade ao longo do ciclo de vida da IA

O relatório estabelece que a prevenção constitui o elemento central da devida diligência em direitos humanos. Em vez de reagir aos danos apenas após sua ocorrência, os Estados devem identificar e avaliar riscos potenciais antes do desenvolvimento, da aquisição ou da implementação de sistemas de inteligência artificial.

Essa abordagem exige a realização de **avaliações de impacto em direitos humanos** (*Human Rights Impact Assessments*) em todas as fases do ciclo de vida da IA. Tais avaliações devem examinar possíveis interferências em direitos como igualdade, privacidade, liberdade de expressão, devido processo legal, acesso a serviços públicos e integridade física.

O documento enfatiza que essas avaliações precisam basear-se nas melhores evidências científicas e técnicas disponíveis. Não basta uma análise jurídica formal; torna-se necessário envolver especialistas em ciência de dados, tecnologia, ética, direitos humanos, sociologia e áreas correlatas para compreender adequadamente os potenciais impactos dos sistemas.

O relatório também incorpora o **princípio da precaução**, tradicionalmente aplicado ao direito ambiental. Quando os riscos são elevados e não podem ser adequadamente avaliados ou mitigados, a ausência de certeza científica não pode justificar a omissão estatal. Em determinadas circunstâncias, especialmente em áreas como segurança pública, gestão migratória, proteção social ou aplicações militares, a devida diligência pode exigir a suspensão ou mesmo a proibição do uso de determinadas tecnologias até que garantias suficientes sejam estabelecidas.

Outro ponto importante refere-se à necessidade de atenção especial às populações vulneráveis. O relatório reconhece que mulheres, minorias raciais e étnicas, pessoas com deficiência, migrantes e grupos historicamente discriminados podem sofrer impactos desproporcionais decorrentes da utilização de sistemas automatizados. Por isso, a avaliação de riscos deve incorporar uma perspectiva de igualdade substancial e de não discriminação.

Além disso, o documento enfatiza que a diligência preventiva não deixa de existir em emergências. Mesmo em contextos de crises humanitárias, desastres naturais ou operações de segurança, a utilização de IA deve ser acompanhada por monitoramento contínuo e mecanismos capazes de corrigir rapidamente falhas identificadas após a implementação.

Regulação das empresas e a combinação inteligente (*smart mix)* de medidas

O relatório dedica especial atenção à responsabilidade dos Estados na regulação das empresas que participam do ecossistema da inteligência artificial. Considerando que grande parte das tecnologias atualmente utilizadas por governos é desenvolvida por agentes privados,

o cumprimento das obrigações estatais de proteção dos direitos humanos depende diretamente da capacidade regulatória do poder público.

Nesse sentido, o OHCHR adota a abordagem proposta pelos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos (U*N Guiding Principles on Business and Human Rights – UNGPs*), defendendo a implementação de uma **combinação inteligente** (***smart mix)*** **de medidas regulatórias**. Essa estratégia consiste na combinação de mecanismos voluntários e obrigatórios destinados a promover comportamentos empresariais compatíveis com os direitos humanos.

As iniciativas voluntárias incluem códigos de conduta, diretrizes éticas, certificações e programas de autorregulação. Embora importantes, o relatório afirma que elas não são suficientes para enfrentar riscos estruturais de grande magnitude.

Por essa razão, os Estados devem complementar essas iniciativas com medidas juridicamente vinculantes, como:

- legislações obrigatórias de devida diligência em direitos humanos;
- exigência de auditorias independentes;
- avaliações obrigatórias de impacto;
- fiscalização por autoridades especializadas;
- sanções administrativas e judiciais;
- mecanismos de monitoramento contínuo.

Em aplicações consideradas de alto risco, o documento recomenda que autoridades reguladoras possuam poderes efetivos de investigação e intervenção, incluindo a possibilidade de restringir ou suspender sistemas que apresentem riscos significativos aos direitos fundamentais.

Responsabilização (*Accountability*) e acesso a recursos efetivos

A responsabilização constitui um dos pilares centrais da estrutura de devida diligência proposta pelo relatório. O documento observa que muitos danos provocados pela inteligência artificial permanecem invisíveis ou difíceis de identificar em razão da complexidade técnica e da opacidade dos algoritmos.

Para enfrentar esse problema, o relatório recomenda que os Estados implementem mecanismos robustos de transparência e supervisão. Entre as medidas sugeridas destacam-se a criação de registros públicos de sistemas de IA utilizados pelo setor público, a divulgação de avaliações de impacto em direitos humanos e a realização periódica de auditorias independentes.

O documento ressalta que indivíduos afetados por decisões automatizadas devem ter acesso a mecanismos efetivos de contestação e revisão. Isso inclui o direito de obter explicações compreensíveis sobre decisões algorítmicas (direito à explicabilidade), solicitar revisão por seres humanos e recorrer a instâncias administrativas ou judiciais.

O relatório também demonstra preocupação com o uso excessivo de alegações de segredo comercial para impedir a fiscalização dos sistemas. Embora reconheça a legitimidade da proteção à propriedade intelectual, afirma que tais mecanismos não podem impedir a investigação de violações de direitos humanos nem restringir o acesso à justiça.

Outro aspecto relevante refere-se aos desafios transnacionais da responsabilização. Como muitos sistemas operam simultaneamente em diferentes países, o relatório sugere a construção de mecanismos de cooperação internacional que permitam o compartilhamento de informações e a responsabilização de atores envolvidos em danos que ultrapassem fronteiras nacionais.

Participação e cooperação internacional

O relatório conclui a seção destacando a participação social e a cooperação internacional como componentes indispensáveis da devida diligência em direitos humanos para inteligência artificial.

Segundo o OHCHR, avaliações de risco somente podem ser consideradas adequadas quando incluem as perspectivas das pessoas potencialmente afetadas. A participação de usuários, comunidades vulneráveis, organizações da sociedade civil, instituições acadêmicas e especialistas técnicos permite identificar impactos que poderiam passar despercebidos em avaliações exclusivamente governamentais ou corporativas.

O documento distingue duas dimensões complementares da participação. A primeira refere-se ao engajamento durante os processos de avaliação de impactos, permitindo que diferentes atores contribuam para a identificação de riscos concretos. A segunda relaciona-se à participação na elaboração das políticas públicas e marcos regulatórios que irão orientar a governança da inteligência artificial.

Além da participação interna, o relatório enfatiza que a natureza global da IA torna indispensável a cooperação internacional. Nenhum Estado é capaz de regular sozinho sistemas tecnológicos que operam por meio de infraestruturas globais e cadeias produtivas distribuídas em várias jurisdições.

Por essa razão, o documento defende o fortalecimento de iniciativas voltadas para:

- harmonização de normas regulatórias;
- compartilhamento internacional de informações sobre riscos e incidentes;
- criação de padrões técnicos comuns;
- cooperação entre autoridades reguladoras;
- proteção transnacional dos direitos humanos na era digital.

Para o OHCHR, a participação multissetorial e a cooperação internacional não constituem apenas boas práticas de governança, mas requisitos fundamentais para que os Estados possam cumprir efetivamente suas obrigações de respeitar, proteger e realizar os direitos humanos em um contexto de crescente expansão da inteligência artificial.

Conclusões e recomendações do relatório

Reprodução das recomendações com assistência do tradutor *DeepL.com* e revisão pelos autores:

> *Reconhecendo que o cumprimento das obrigações dos Estados de proteger, respeitar e garantir os direitos humanos no contexto da inteligência artificial e dos riscos a ela associados exige uma ação estatal cuidadosa, proativa e diligente, o ACNUDH recomenda que os Estados:*

(a) Realizem, de forma sistemática e contínua, a devida diligência em matéria de direitos humanos, incluindo avaliações de impacto sobre os direitos humanos que também levem em conta danos sistêmicos e cumulativos, ao longo de todo o ciclo de vida dos sistemas de IA que projetam, desenvolvem, implantam, vendem, adquirem ou operam, e que o façam por meio de processos consultivos inclusivos envolvendo a sociedade civil, empresas de tecnologia e outras partes interessadas relevantes;

(b) Assegurem que seus processos de devida diligência e auditorias sejam capazes de identificar e abordar danos sistêmicos, baseados em grupos, coletivos e cumulativos decorrentes da IA, levando em consideração, particularmente, os grupos historicamente sujeitos à discriminação;

(c) Nos casos em que os riscos não possam ser efetivamente mitigados em aplicações de IA de alto risco e sensíveis aos direitos, incluindo aplicação da lei, gestão de fronteiras, migração, administração de programas de assistência social e aplicações militares da IA, os Estados devem, em conformidade com o princípio da precaução, abster-se de implantar ou proibir totalmente usos específicos da IA;

(d) Preencher as lacunas de governança nas compras públicas e nas parcerias entre o Estado e o setor privado; garantir que as compras públicas e as parcerias público-privadas envolvendo sistemas de IA estejam plenamente sujeitas à devida diligência em matéria de direitos humanos, o que inclui avaliações independentes de impacto sobre os direitos humanos e transparência quanto à capacidade do sistema monitoramento contínuo dos impactos e salvaguardas contratuais que garantam a prestação de contas, a supervisão e o acesso a vias de recurso;

(e) Garantir a transparência e assegurar o acesso à informação ao longo de todo o ciclo de vida da IA, particularmente no que diz respeito à IA em funções públicas, e incorporar a participação significativa no desenvolvimento e na adoção de leis e políticas que regem a IA;

(f) Dotar os órgãos de supervisão do mandato e dos recursos necessários para monitorar e investigar violações dos direitos humanos relacionadas à IA, garantindo o direito de contestar e obter revisão humana de decisões assistidas por IA, salvaguardando os direitos processuais à explicação e removendo barreiras legais, tais como a dependência excessiva de alegações de segredo comercial que impedem o acesso à justiça;

(g) Investir e garantir as capacidades institucionais e técnicas necessárias para realizar a devida diligência em matéria de direitos humanos para sistemas de IA, inclusive assegurando que as autoridades competentes tenham a capacidade de (i) realizar avaliações independentes e multidisciplinares de riscos e impactos; e (ii) envolver sistematicamente as partes interessadas afetadas para identificar riscos e impactos no mundo real;

(h) Fortalecer a cooperação internacional e o desenvolvimento de padrões comuns para lidar com riscos transfronteiriços aos direitos humanos; prevenir lacunas jurisdicionais e regulatórias que prejudiquem a proteção dos direitos humanos; e apoiar processos inclusivos envolvendo múltiplas partes interessadas na governança da IA;

(i) Proteger os indivíduos contra violações dos direitos humanos decorrentes de atividades corporativas envolvendo IA, por meio da aplicação de uma combinação inteligente de medidas regulatórias e incentivos políticos, em conformidade com os Princípios Orientadores das Nações Unidas (UNGPs) e o documento A/HRC/59/32, recomendação 55 (a); estabelecer estruturas que exijam a devida diligência em matéria de direitos humanos por parte das empresas e, em contextos que apresentem riscos elevados, conferir às autoridades de supervisão poderes de investigação e fiscalização, incluindo a auditoria independente de sistemas de IA de alto risco;

> *(j) Colaborar com o serviço de assessoria do ACNUDH sobre direitos humanos no espaço digital para obter apoio na elaboração de leis e políticas relacionadas à devida diligência em matéria de IA.*

Considerações finais

O relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos representa uma importante formulação internacional sobre a relação entre inteligência artificial e obrigações estatais em matéria de direitos humanos. Sua principal contribuição reside na afirmação de que a devida diligência em direitos humanos não deve ser tratada como uma prática facultativa ou meramente administrativa, mas como uma exigência decorrente das obrigações jurídicas dos Estados de respeitar, proteger e garantir os direitos fundamentais em ambientes cada vez mais mediados por tecnologias digitais.

O documento apresenta uma mudança de ponto de vista ao deslocar o debate da simples regulação tecnológica para uma perspectiva centrada em direitos humanos. Essa abordagem permite incorporar preocupações frequentemente negligenciadas nos debates sobre inovação, como discriminação algorítmica, vigilância em massa, exclusão digital, impactos laborais da automação e restrições ao acesso à justiça.

Entretanto, a implementação das recomendações propostas pelo Alto Comissário enfrenta desafios significativos. Em primeiro lugar, muitos governos ainda carecem de capacidade técnica e institucional para realizar avaliações independentes de sistemas complexos de IA. A ausência de especialistas, infraestrutura de auditoria e órgãos reguladores adequadamente estruturados pode comprometer a efetividade das medidas sugeridas.

Outra dificuldade a ser considerada decorre da própria natureza complexa e global da indústria de inteligência artificial. Sistemas frequentemente são desenvolvidos em uma jurisdição, treinados em outra e utilizados em diversos países simultaneamente. Essa fragmentação dificulta a definição de responsabilidades e cria lacunas regulatórias que podem ser exploradas por empresas transnacionais.

A cooperação internacional proposta pelo relatório surge, portanto, como requisito indispensável, embora sua concretização dependa de elevado grau de coordenação política entre Estados com diferentes níveis de desenvolvimento tecnológico e interesses econômicos.

Há ainda obstáculos relacionados à transparência. Grande parte das ferramentas de IA utilizadas atualmente encontra-se protegida por segredos comerciais e direitos de propriedade intelectual. A exigência de explicabilidade e auditoria independente pode enfrentar resistência do setor privado, sobretudo em mercados altamente competitivos.

Conciliar inovação, proteção de investimentos e direitos fundamentais é incompatível com o atual modelo capitalista e regulatório. Por outro lado, algumas condições favorecem a implementação das recomendações do relatório, pois há um movimento de reconhecimento internacional dos riscos da IA, aliado à consolidação de marcos regulatórios como o AI Act europeu e às iniciativas normativas da UNESCO e das Nações Unidas, criando um repertório e um ambiente cada vez mais propício para a adoção de políticas de governança responsável.

Além disso, o avanço das metodologias de avaliação de impacto algorítmico e das auditorias de sistemas automatizados oferece instrumentos concretos para operacionalizar a devida diligência defendida pelo OHCHR.

Em síntese, o relatório demonstra que a governança da inteligência artificial não pode ser reduzida a uma questão técnica. Trata-se de um desafio eminentemente jurídico, político e ético, que exige a construção de instituições capazes de compatibilizar inovação e proteção dos direitos humanos.

Um mérito do relatório a ser reconhecido é o de fornecer uma estrutura consistente normativa e epistêmica para orientar esse processo, oferecendo aos Estados um roteiro para que a inteligência artificial seja utilizada como instrumento de promoção do bem-estar coletivo, e não como um vetor de aprofundamento das desigualdades e vulnerabilidades existentes.

Referências

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR). Human rights and new and emerging digital technologies: human rights due diligence for AI and State obligations: report of the United Nations High Commissioner for Human Rights. Geneva: United Nations Human Rights Council, 2026. Documento A/HRC/62/33. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/documents/thematic-reports/ahrc6233-human-rights-due-diligence-ai-and-state-obligations-under>. Acesso em: 30 jul. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Guiding Principles on Business and Human Rights: implementing the United Nations “Protect, Respect and Remedy” Framework. New York; Geneva: United Nations, 2011. Disponível em: <https://www.ohchr.org>. Acesso em: 30 jul. 2026.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). Recommendation on the Ethics of Artificial Intelligence. Paris: UNESCO, 2021. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/>. Acesso em: 30 jul. 2026.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). Recommendation of the Council on Artificial Intelligence. Paris: OECD, 2019. Atualizada em 2024. Disponível em: <https://legalinstruments.oecd.org>. Acesso em: 30 jul. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Assembleia Geral. Global Digital Compact. New York: United Nations, 2025. Disponível em: <https://www.un.org>. Acesso em: 30 jul. 2026.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Emergência climática e direitos humanos: parecer consultivo OC-32/25. San José: Corte Interamericana de Direitos Humanos, 2025. Disponível em: <https://www.corteidh.or.cr>. Acesso em: 30 jul. 2026.

COMISSÃO EUROPEIA. Regulation (EU) 2024/1689 of the European Parliament and of the Council laying down harmonised rules on artificial intelligence (Artificial Intelligence Act). Official Journal of the European Union, Brussels, 2024. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu>. Acesso em: 30 jul. 2026.

UNIÃO EUROPEIA. Directive (EU) 2024/1760 on Corporate Sustainability Due Diligence. Official Journal of the European Union, Brussels, 2024. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu>. Acesso em: 30 jul. 2026.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. Recommendation of the Council on Artificial Intelligence. OECD/LEGAL/0463. Disponível em: < https://legalinstruments.oecd.org/en/instruments/OECD-LEGAL-0449> Acesso em: 03 ago. 2026.

Multilateralismo em Ação: Fiocruz, OMS e os rumos da saúde global

Multilateralismo en acción: Fiocruz, la OMS y el futuro de la salud mundial

Multilateralism in Action: Fiocruz, WHO, and the Future of Global Health

Paula Reges, Luana Bermudez e Luiz Augusto Galvão

Resumo: A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) concedeu ao Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus, o título de Doutor Honoris Causa, reconhecendo sua trajetória em defesa do direito universal à saúde, do multilateralismo e da equidade global. A homenagem destacou sua liderança à frente da OMS durante a pandemia de COVID-19 e outras emergências sanitárias, bem como seu papel na ampliação da participação dos países do Sul Global na governança da saúde internacional. Durante a cerimônia, foram ressaltados os avanços da cooperação entre Fiocruz e OMS em áreas como pesquisa, vigilância epidemiológica, biomanufatura e fortalecimento dos sistemas públicos de saúde, reafirmando valores comuns de solidariedade, inovação e cooperação internacional. O texto também aborda temas centrais da agenda global de saúde discutidos recentemente, incluindo a realização da 26ª Conferência Internacional de AIDS (AIDS 2026) no Rio de Janeiro, que reafirmou o protagonismo do Brasil e da Fiocruz na resposta ao HIV/AIDS, com destaque para a defesa do acesso equitativo a novas tecnologias de prevenção e para os desafios impostos pela redução do financiamento internacional. Além disso, apresenta reflexões sobre os 80 anos da Constituição da OMS, a importância histórica da cooperação internacional para a saúde global, o andamento das negociações do Acordo sobre Pandemias e os avanços científicos observados após 75 dias da emergência internacional causada pelo vírus Ebola Bundibugyo. Em conjunto, os temas reforçam a necessidade de fortalecer a ciência, o multilateralismo, a produção regional de tecnologias em saúde e mecanismos globais de acesso equitativo para enfrentar os desafios sanitários contemporâneos.

Palavras-chave: Fiocruz; Honoris Causa, Tedros, OMS, 80 anos, AIDS 2026, IGWG7, Ebola Bundibugyo

Resumen: *La Fundación Oswaldo Cruz (Fiocruz) otorgó al director general de la Organización Mundial de la Salud (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus, el título de Doctor Honoris Causa, en reconocimiento a su prolongado compromiso con el derecho universal a la salud, el multilateralismo y la equidad en salud a nivel mundial. La distinción destacó su liderazgo al frente de la OMS durante la pandemia de COVID-19 y otras emergencias de salud pública, así como sus esfuerzos por ampliar la participación de los países del Sur Global en la gobernanza internacional de la salud. Durante la ceremonia, se resaltaron los avances alcanzados mediante la cooperación entre Fiocruz y la OMS en ámbitos como la investigación, la vigilancia epidemiológica, la biomanufactura y el fortalecimiento de los sistemas públicos de salud, reafirmando valores compartidos de solidaridad, innovación y cooperación internacional. El texto también aborda temas clave de la agenda contemporánea de salud global, entre ellos la realización de la 26.ª*

Conferencia Internacional sobre el SIDA (AIDS 2026) en Río de Janeiro, que reafirmó el liderazgo de Brasil y de Fiocruz en la respuesta mundial al VIH/SIDA. Se puso especial énfasis en el acceso equitativo a las nuevas tecnologías de prevención y en los desafíos derivados de la reducción del financiamiento internacional para la salud. Asimismo, el texto reflexiona sobre el 80.º aniversario de la Constitución de la OMS, la importancia histórica de la cooperación internacional para la salud global, el avance de las negociaciones del Acuerdo sobre Pandemias y los progresos científicos alcanzados durante los primeros 75 días de la Emergencia de Salud Pública de Importancia Internacional relacionada con el brote del virus del Ébola Bundibugyo. En conjunto, estos temas subrayan la necesidad de fortalecer la ciencia, el multilateralismo, la producción regional de tecnologías sanitarias y los mecanismos globales de acceso equitativo para afrontar los desafíos contemporáneos de la salud pública.

Palabras clave: *Fiocruz; Doctorado honoris causa, Tedros, OMS, 80 años, SIDA 2026, IGWG7, Ébola Bundibugyo*

Abstract: *The Oswaldo Cruz Foundation (Fiocruz) awarded the Director-General of the World Health Organization (WHO), Tedros Adhanom Ghebreyesus, the title of Doctor Honoris Causa, recognizing his longstanding commitment to the universal right to health, multilateralism, and global health equity. The distinction highlighted his leadership of WHO during the COVID-19 pandemic and other public health emergencies, as well as his efforts to expand the participation of Global South countries in international health governance. During the ceremony, speakers emphasized the progress achieved through cooperation between Fiocruz and WHO in areas such as research, epidemiological surveillance, biomanufacturing, and the strengthening of public health systems, reaffirming shared values of solidarity, innovation, and international cooperation. The text also addresses key issues on the contemporary global health agenda, including the 26th International AIDS Conference (AIDS 2026) held in Rio de Janeiro, which reaffirmed the leading role of Brazil and Fiocruz in the global response to HIV/AIDS. Particular emphasis was placed on equitable access to new prevention technologies and on the challenges posed by declining international health financing. In addition, the text reflects on the 80th anniversary of the WHO Constitution, the historical importance of international cooperation for global health, the ongoing negotiations of the Pandemic Agreement, and the scientific advances achieved during the first 75 days following the Public Health Emergency of International Concern related to the Bundibugyo Ebola virus outbreak. Taken together, these themes underscore the need to strengthen science, multilateralism, regional production of health technologies, and global mechanisms for equitable access in order to address contemporary public health challenges.*

Keywords: *Fiocruz; Honorary Degree, Tedros, WHO, 80th anniversary, AIDS 2026, IGWG7, Bundibugyo Ebola*

Dr. Tedros, o mais novo *Doutor Honoris Causa* da Fiocruz

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) concedeu ao Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus, o título de Doutor Honoris Causa, a mais alta distinção acadêmica da instituição. A homenagem reconhece uma trajetória marcada pela defesa do direito universal à saúde, pelo fortalecimento do multilateralismo e pela liderança da principal agência internacional de saúde pública em um dos períodos mais desafiadores da

história recente, marcado pela pandemia de COVID-19, por sucessivas emergências sanitárias e pelo agravamento das desigualdades globais em saúde.

A cerimônia reuniu autoridades nacionais e internacionais, dirigentes da Fiocruz, pesquisadores, estudantes e representantes de organismos internacionais. Em seu discurso de abertura, o presidente da Fiocruz, Mario Moreira, destacou que a concessão do título representa o reconhecimento não apenas da atuação de Tedros à frente da OMS, mas de uma liderança do Sul Global comprometida com a ciência, a equidade e a cooperação internacional como pilares para enfrentar os desafios da saúde global.

Moreira ressaltou que, durante a gestão de Tedros, a parceria entre a Fiocruz e a Organização Mundial da Saúde alcançou um nível sem precedentes de cooperação científica, técnica e institucional. Entre os avanços, destacou a ampliação da participação da Fundação na rede de Centros Colaboradores da OMS/OPAS, que atualmente soma sete centros na instituição, a coordenação brasileira do ensaio clínico internacional *Solidarity Trial* durante a pandemia de COVID-19, a liderança do *Collaborative Open Research Consortium* (CORC) para Flaviviridae e a crescente colaboração com o Hub da OMS para Inteligência em Pandemias e Epidemias, sediado em Berlim.

O presidente também ressaltou que essa cooperação ultrapassa o campo da pesquisa biomédica, abrangendo iniciativas voltadas ao fortalecimento dos sistemas públicos de saúde, da vigilância epidemiológica, da produção regional de tecnologias em saúde e da formulação de políticas públicas. Nesse contexto, destacou a designação recente da Fiocruz como Centro Regional de Treinamento da OPAS/OMS para Biomanufatura, reconhecimento que reforça o papel estratégico da produção local e regional como componente essencial da segurança sanitária global.

Outro aspecto enfatizado foi a contribuição conjunta da Fiocruz e da OMS para a agenda de fortalecimento das capacidades dos países do Sul Global. O presidente lembrou que a Fundação coordena atualmente a Secretaria Executiva da Coalizão Global para Produção Local e Regional, Inovação e Acesso Equitativo, iniciativa lançada durante a Presidência brasileira do G20 e cujo Conselho Consultivo é presidido pela Organização Mundial da Saúde. Segundo Mario Moreira, essa agenda expressa valores compartilhados entre a Fiocruz e a gestão de Tedros, baseados na solidariedade, na cooperação internacional, na inovação e na redução das desigualdades no acesso às tecnologias em saúde.

Ao longo de sua fala, Mario Moreira também destacou a importância histórica da liderança de Tedros para o sistema multilateral. Primeiro Diretor-Geral da OMS oriundo da região africana, Tedros ampliou a participação de países do Sul Global nos processos decisórios da saúde internacional, promovendo uma agenda baseada na diversidade, no fortalecimento das capacidades nacionais e na valorização da cooperação entre países.

A homenagem contou ainda com mensagem em vídeo do Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, que ressaltou a contribuição de Tedros para a defesa do acesso universal à saúde e sua atuação durante a pandemia de COVID-19, reafirmando o reconhecimento do governo brasileiro à sua liderança na condução da resposta internacional à emergência sanitária.

Também participaram da cerimônia o Diretor da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), Jarbas Barbosa; a Secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde, Mariângela Simão, representando o ministro Alexandre Padilha; o coordenador-geral do Centro

de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CDTS/Fiocruz), Carlos Morel; a diretora de Bio-Manguinhos, Rosane Cuber; e a chefe do Laboratório de Vírus Respiratórios e do Sarampo do Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz), Marilda Siqueira.

Ao receber o título, Tedros Adhanom Ghebreyesus agradeceu a homenagem e afirmou sentir-se profundamente honrado por integrar a comunidade da Fiocruz. Em seu discurso, destacou que a saúde constitui um direito humano fundamental e não um privilégio, ressaltando que esse princípio orientou sua trajetória como pesquisador, gestor público e Diretor-Geral da OMS.

Tedros reconheceu a Fiocruz como uma das principais instituições científicas do mundo em saúde pública, destacando sua contribuição para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde, sua liderança na pesquisa biomédica na América Latina, sua capacidade de produção de vacinas e medicamentos e sua atuação em favor da equidade global em saúde. Ressaltou ainda que a Fundação representa um exemplo de como ciência, inovação, produção e compromisso social podem caminhar conjuntamente em benefício das populações.

A cerimônia também simbolizou a convergência entre duas instituições comprometidas com uma visão comum da saúde como bem público global. Em um cenário internacional marcado por crises sanitárias, conflitos, mudanças climáticas e crescentes desafios ao financiamento da saúde global, a homenagem reafirmou a importância do fortalecimento do multilateralismo, da ciência e da cooperação internacional como instrumentos essenciais para enfrentar ameaças comuns.

AIDS 2026

A realização da 26ª Conferência Internacional de AIDS (AIDS 2026), no Rio de Janeiro, representou um dos acontecimentos mais relevantes da saúde global da década e reafirmou o protagonismo histórico do Brasil na resposta ao HIV/aids. Em um contexto marcado por profundas transformações no financiamento internacional da saúde, pelo avanço de tecnologias inovadoras de prevenção e tratamento e por crescentes ameaças aos direitos humanos das populações mais vulnerabilizadas, a conferência recolocou a América Latina no centro do debate global e evidenciou o papel estratégico do Brasil como liderança científica, política e diplomática em saúde.

O tema da conferência foi "*Rethink. Rebuild. Rise*" e esteve presente das apresentações científicas ao fervoroso trabalho dos movimentos sociais e ativistas.

A escolha do Rio de Janeiro como sede da principal conferência mundial possui significado que transcende o simbolismo. Pela primeira vez em mais de duas décadas, a América Latina recebeu novamente o maior encontro internacional dedicado ao tema, reunindo aproximadamente sete mil participantes entre pesquisadores, gestores, representantes de governos, organismos internacionais, sociedade civil e pessoas vivendo com HIV. O evento proporcionou uma oportunidade singular para aproximar a produção científica regional dos principais centros de decisão global, fortalecer redes de colaboração Sul-Sul e ampliar a visibilidade das experiências exitosas desenvolvidas pelos sistemas públicos de saúde latino-americanos.

Para a região, a conferência representou uma oportunidade estratégica para reposicionar temas historicamente negligenciados no debate internacional. A América Latina enfrenta desafios particulares relacionados à sustentabilidade do financiamento, ao acesso

equitativo às novas tecnologias de prevenção, à crescente incidência do HIV entre populações-chave e à necessidade de fortalecer políticas baseadas em direitos humanos. Ao sediar a conferência, o Brasil contribuiu para que essas questões fossem incorporadas às discussões globais, reforçando a importância de soluções adaptadas às realidades dos países de renda média, frequentemente excluídos dos mecanismos internacionais de licenciamento voluntário e acesso a medicamentos inovadores.

No campo científico, a AIDS 2026 consolidou-se como espaço para apresentação das principais inovações na prevenção do HIV. O debate foi amplamente dominado pelas novas estratégias de profilaxia pré-exposição (PrEP) de longa duração, especialmente o lenacapavir, administrado semestralmente, e o alimatravir, um potencial medicamento oral de administração mensal atualmente em desenvolvimento clínico. Essas tecnologias representam uma mudança paradigmática na prevenção do HIV, com potencial para ampliar significativamente a adesão às estratégias preventivas entre populações mais vulneráveis.

Entretanto, uma das mensagens centrais da conferência foi que inovação científica, por si só, não garante impacto em saúde pública. O acesso equitativo às novas tecnologias emergiu como principal tema político do evento. Diversos debates evidenciaram as dificuldades enfrentadas pelos países latino-americanos para acessar medicamentos inovadores em razão de seu enquadramento como países de renda média, condição que frequentemente os exclui dos acordos internacionais de licenciamento voluntário estabelecidos entre empresas farmacêuticas e fabricantes de medicamentos genéricos. O Brasil tornou-se um dos principais porta-vozes dessa agenda ao defender que a inovação somente cumpre seu propósito quando acompanhada de acesso universal, sustentável e financeiramente viável.

Outra pauta dominante foi a crise do financiamento global da resposta ao HIV. Dados apresentados durante a conferência mostraram uma redução histórica de aproximadamente 25% nos recursos internacionais destinados ao enfrentamento da epidemia em 2025, impulsionada principalmente pelos cortes promovidos pelos Estados Unidos. Especialistas alertaram que essa retração ameaça comprometer décadas de avanços obtidos no controle da epidemia, especialmente em programas de prevenção, aquisição de medicamentos, fortalecimento dos sistemas de vigilância e apoio às organizações comunitárias. Paralelamente, discutiu-se o futuro do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS), diante das propostas de reestruturação do sistema das Nações Unidas, reforçando sua importância como principal mecanismo internacional de coordenação, monitoramento epidemiológico e defesa dos direitos humanos.

Nesse cenário, a conferência também reafirmou que a resposta ao HIV permanece inseparável da agenda de direitos humanos. Lideranças internacionais destacaram que o enfrentamento da epidemia depende da proteção das populações-chave, do combate à criminalização e à discriminação, bem como do fortalecimento das organizações comunitárias, historicamente responsáveis por impulsionar os maiores avanços da resposta global à AIDS.

A presença do Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde, Tedros Adhanom Ghebreyesus, conferiu ainda maior relevância política ao evento. Foi a primeira vez que um Diretor-Geral da OMS participou da Conferência Internacional de AIDS, demonstrando o reconhecimento da importância estratégica da resposta ao HIV para a agenda contemporânea da saúde global. Em sua intervenção, Tedros ressaltou que o progresso alcançado nas últimas décadas permanece frágil diante da redução do financiamento internacional, da criminalização

das populações-chave e do enfraquecimento das organizações comunitárias, defendendo que a resposta ao HIV continue fundamentada na ciência, na solidariedade e nos direitos humanos.

Para o Brasil, a conferência reafirmou um legado construído ao longo de mais de quatro décadas de resposta à epidemia. O Sistema Único de Saúde permanece como uma das maiores experiências mundiais de acesso universal ao tratamento antirretroviral e à prevenção combinada, constituindo referência internacional na incorporação de tecnologias, na produção pública de medicamentos e na integração entre assistência, pesquisa e vigilância epidemiológica. Ao sediar a AIDS 2026, o país não apenas apresentou esse patrimônio ao mundo, como também reforçou sua capacidade de contribuir para o desenvolvimento de soluções globais diante dos novos desafios da epidemia.

Nesse contexto, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) desempenhou papel central e multifacetado na conferência. A instituição foi coorganizadora do evento, por meio da Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde (Fiotec) e do Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz), contribuindo diretamente para sua organização científica e operacional. Além disso, destacou-se como uma das principais referências internacionais em pesquisa clínica, prevenção e políticas públicas relacionadas ao HIV.

Um dos momentos de maior repercussão ocorreu com o anúncio do memorando de entendimento firmado entre a Fiocruz (através de Farmanguinhos) e a MSD/Merck para negociação de futura transferência de tecnologia e produção regional do alimatravir, candidato a medicamento oral de administração mensal para PrEP, caso sua eficácia seja confirmada nos estudos clínicos de fase III. A iniciativa representa uma mudança estratégica para a América Latina, ao buscar antecipar acordos de produção antes mesmo da aprovação regulatória, reduzindo potenciais barreiras de acesso e fortalecendo a capacidade regional de produção de tecnologias estratégicas para saúde pública.

O protagonismo da Fiocruz também se refletiu na liderança científica do Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas. Sob a liderança da pesquisadora Beatriz Grinsztejn, presidente da International AIDS Society (IAS), o INI consolidou-se como uma das principais instituições mundiais em pesquisa clínica sobre HIV, prevenção combinada e estudos envolvendo novas tecnologias profiláticas. A atuação de Beatriz Grinsztejn simboliza a crescente inserção da ciência brasileira nos espaços de liderança internacional, contribuindo simultaneamente para a formulação de políticas globais, a coordenação de grandes estudos multicêntricos e o fortalecimento da cooperação científica entre países.

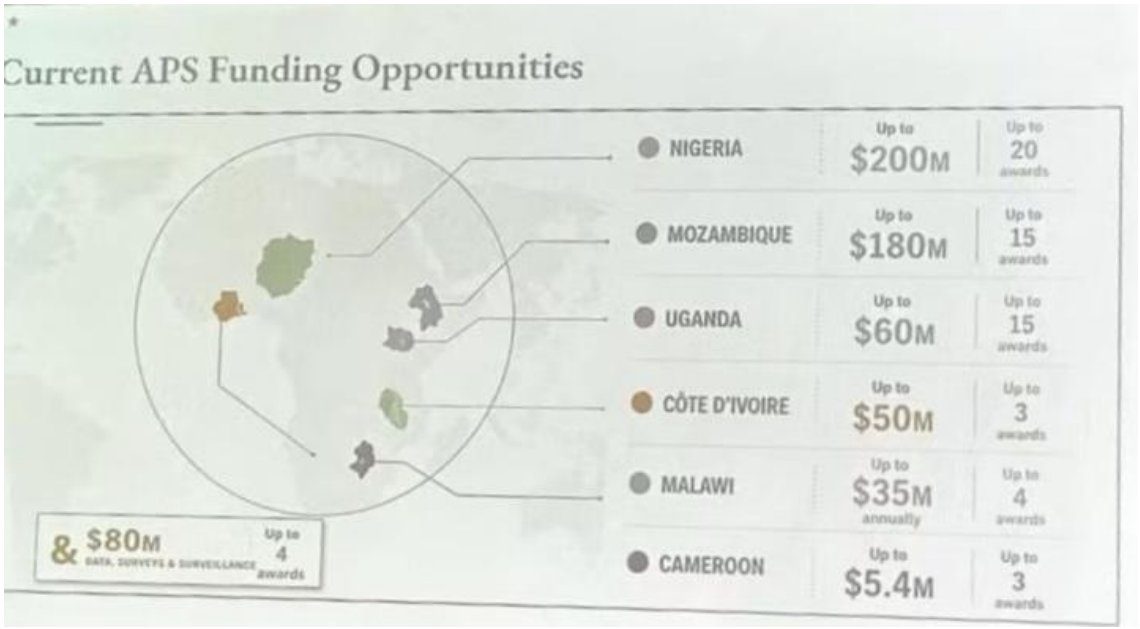
Em síntese, a AIDS 2026 representou muito mais do que a realização de um congresso científico. O evento consolidou-se como um espaço estratégico para redefinir prioridades globais frente aos desafios contemporâneos da resposta ao HIV, reafirmando que ciência, inovação, produção local, financiamento sustentável e direitos humanos são dimensões inseparáveis para alcançar a meta de eliminação da AIDS como problema de saúde pública. Para o Brasil, a conferência fortaleceu sua posição como liderança em saúde global; para a América Latina, ampliou sua voz nos processos internacionais de tomada de decisão; e, para a Fiocruz, representou a confirmação de seu papel como instituição de excelência científica, inovação tecnológica, diplomacia da saúde e cooperação internacional, capaz de transformar conhecimento em políticas públicas e ampliar o acesso equitativo às tecnologias que definirão o futuro da prevenção do HIV.

E os EUA?

Outro aspecto que marcou a AIDS 2026 foi a forte repercussão internacional dos impactos da retração da cooperação internacional dos Estados Unidos na resposta global ao HIV/AIDS. A conferência ocorreu sob o pano de fundo da maior redução anual de financiamento para o enfrentamento da epidemia desde o início da resposta global, colocando em evidência não apenas as consequências sanitárias dos cortes promovidos pelo governo norte-americano, mas também questionamentos sobre o futuro da liderança dos Estados Unidos na saúde global.

Um episódio amplamente comentado durante os dias que antecederam a abertura oficial da conferência ilustrou esse ambiente de tensão. Em um evento paralelo organizado pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos sobre a implementação dos novos memorandos de entendimento (MOUs) do Plano de Emergência Presidencial para o Alívio da Aids (PEPFAR), uma apresentação oficial exibiu um mapa da África completamente incorreto, posicionando diversos países em localizações erradas e atribuindo fronteiras equivocadas. Entre os erros estavam a localização incorreta da Nigéria, Moçambique e Costa do Marfim, além da ausência de identificação adequada de outros países africanos. O episódio provocou forte reação entre participantes, pesquisadores e representantes governamentais africanos presentes, sendo amplamente interpretado como um símbolo do distanciamento político e institucional dos Estados Unidos em relação aos países parceiros africanos. Mais do que um erro gráfico, o episódio foi visto como uma demonstração de descuido diplomático em um dos principais fóruns mundiais dedicados à saúde global.

Imagem 1 – Mapa de países da África com localização incorreta, apresentado durante evento paralelo ao da 26ª Conferência Internacional de AIDS (AIDS 2026), no Rio de Janeiro, organizado pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos sobre a implementação dos novos memorandos de entendimento (MOUs) do Plano de Emergência Presidencial para o Alívio da Aids (PEPFAR)



A controvérsia ganhou ainda maior repercussão porque ocorreu justamente durante uma sessão dedicada ao futuro da cooperação internacional em HIV/aids, na presença de autoridades africanas responsáveis pela implementação dos programas nacionais de resposta à epidemia. Diversos analistas destacaram que o incidente refletia um momento mais amplo de

enfraquecimento das relações construídas ao longo de mais de duas décadas entre os Estados Unidos e os países beneficiários do PEPFAR.

Mais significativa do que o episódio do mapa foi a preocupação generalizada com a reconfiguração do próprio PEPFAR. Considerado uma das iniciativas de saúde global mais bem-sucedidas da história, o programa, criado em 2003, foi responsável por salvar dezenas de milhões de vidas, ampliar o acesso ao tratamento antirretroviral, fortalecer sistemas nacionais de saúde e apoiar a construção de capacidades laboratoriais, de vigilância epidemiológica e de resposta a emergências em dezenas de países, especialmente na África Subsaariana.

Entretanto, a conferência evidenciou que esse modelo atravessa sua maior crise desde sua criação. Em 2025, os desembolsos estadunidenses para programas internacionais de HIV sofreram redução de aproximadamente 30%, caindo de cerca de US$ 6,7 bilhões para US$ 4,6 bilhões. Como consequência, o financiamento internacional total destinado ao HIV apresentou retração histórica de aproximadamente 25%, retornando a níveis observados há quase duas décadas.

Os impactos desses cortes já são perceptíveis. Dados apresentados durante a conferência mostraram o fechamento de aproximadamente 1.700 clínicas e centros comunitários anteriormente apoiados pelo PEPFAR, redução significativa de programas de prevenção, interrupções em serviços voltados às populações-chave, diminuição da oferta de PrEP e enfraquecimento de sistemas de vigilância e monitoramento epidemiológico. Países africanos relataram dificuldades para manter equipes de saúde, garantir fornecimento contínuo de medicamentos e sustentar programas comunitários historicamente responsáveis pelo sucesso da resposta ao HIV.

A redução do financiamento também compromete a incorporação das novas tecnologias de prevenção apresentadas durante a conferência. Embora medicamentos inovadores, como o lenacapavir e o alimatravir, representem um avanço científico extraordinário, especialistas alertaram que seu impacto dependerá da existência de mecanismos sustentáveis de financiamento capazes de garantir sua distribuição em larga escala. Sem recursos internacionais suficientes, existe o risco de aprofundamento das desigualdades globais, restringindo o acesso às populações que mais necessitam dessas tecnologias.

Diversas lideranças internacionais enfatizaram que a crise atual não representa apenas um problema financeiro, mas uma ameaça ao compromisso político que sustentou a resposta global ao HIV nas últimas décadas. A diretora executiva do UNAIDS, Winnie Byanyima, alertou que “quando a prevenção desaparece, as infecções aumentam; quando o tratamento é interrompido, as pessoas morrem”, reforçando que a epidemia permanece longe do fim. O Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde, Tedros Adhanom Ghebreyesus, também ressaltou que os avanços alcançados são frágeis e dependem da manutenção dos investimentos, da solidariedade internacional e da proteção dos direitos das populações mais vulneráveis.

Nesse contexto, a AIDS 2026 tornou-se um espaço de reflexão sobre a necessidade de construir um novo modelo de governança da resposta global ao HIV, menos dependente de um único financiador e mais baseado na diversificação das fontes de financiamento, no fortalecimento das capacidades nacionais, na produção regional de tecnologias em saúde e na ampliação da cooperação entre países do Sul Global. A conferência deixou claro que o futuro da resposta à epidemia dependerá não apenas da continuidade da inovação científica, mas da capacidade da comunidade internacional de preservar o compromisso político, financeiro e

ético que permitiu transformar o HIV de uma sentença de morte em uma condição crônica tratável para milhões de pessoas.

80 anos da Constituição da OMS

Para marcar os 80 anos da Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS), assinada em julho de 1946, o Diretor-Geral da OMS, Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus, publicou um comentário em suas redes sociais destacando a importância histórica desse documento e homenageando as personalidades de diferentes países que contribuíram para sua criação. A seguir, apresentamos uma tradução para o português desse texto, realizada por nossa equipe, com o objetivo de ampliar seu acesso ao público:

> *Há oitenta anos, nesta semana, em julho de 1946, as nações que emergiam da devastação da Segunda Guerra Mundial escolheram a cooperação em vez da divisão. Elas assinaram a Constituição da OMS, fundamentada em uma ideia ousada e radical: que a saúde é essencial para a paz e a segurança, e que a saúde é um direito humano.*
>
> *Oito décadas depois, em um mundo conturbado e dividido, essa visão é mais importante do que nunca.*
>
> *A Constituição continua sendo a nossa bússola. A OMS continua sendo o espaço onde os países se unem para enfrentar desafios de saúde que nenhum de nós pode resolver sozinho.*
>
> *Ao celebrarmos este aniversário, também lembramos das pessoas cuja visão ajudou a tornar isso possível.*
>
> *A Constituição da OMS não surgiu da noite para o dia. O Dr. Thomas Parran, Cirurgião-Geral dos Estados Unidos, convocou e presidiu a Conferência Internacional de Saúde de 1946, em Nova York, onde os delegados finalizaram e assinaram a Constituição. Sua liderança ajudou a transformar uma visão ambiciosa em uma instituição internacional.*
>
> *Na Conferência de São Francisco de 1945, que estabeleceu a ONU, o diplomata chinês Dr. Szeming Sze foi o primeiro a propor a criação de uma organização mundial dedicada à saúde. Juntamente com o Dr. Geraldo de Paula Souza, do Brasil, ele transformou essa visão em realidade. A parceria entre os dois personificou um princípio que ainda hoje define a OMS: o progresso acontece quando os países trabalham juntos.*
>
> *A ideia da OMS não surgiu do nada. O Dr. Raymond Gautier, da Suíça, trouxe sua experiência da Organização de Saúde da Liga das Nações para a criação da OMS, ajudando a fazer a ponte entre duas eras da cooperação internacional e garantindo que lições valiosas não fossem perdidas. Posteriormente, ele atuou como um dos primeiros Diretores-Gerais Assistentes da OMS, de 1948 até sua aposentadoria, em 1950.*
>
> *No entanto, o homem que inicialmente formulou as concepções mais amplas do trabalho internacional em saúde, desenvolvidas entre as duas Guerras Mundiais, foi o polonês Ludwik Rajchman, Diretor Médico da Organização de Saúde da Liga das Nações. Mais tarde, ele também desempenhou um papel fundamental na criação do UNICEF.*
>
> *Antes da existência da OMS, a saúde era frequentemente definida apenas como a ausência de doença. O Dr. Andrija Štampar, croata que na época representava a Iugoslávia, juntamente com outros colegas, acreditava que a humanidade merecia uma visão mais ampla. Suas palavras na Conferência Internacional de Saúde de 1946 tornaram-se a abertura da Constituição da OMS: "Saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social." Mais tarde, ele foi o primeiro presidente da Assembleia Mundial da Saúde (AMS) em 1948.*

O médico norueguês Dr. Karl Evang esteve entre os arquitetos que moldaram os alicerces da OMS. Como membro do Comitê Técnico Preparatório, ajudou a definir a forma de funcionamento da nova organização mundial de saúde, demonstrando que instituições duradouras são construídas por meio da expertise, do diálogo e de um propósito compartilhado.

Construir a OMS exigiu mais do que uma visão. Exigiu a elaboração de cada princípio, cada artigo e cada compromisso. Sir William Jameson representou o Reino Unido durante todo o processo de redação e apresentou um dos textos constitucionais que ajudaram a moldar o documento final.

A França também desempenhou um papel fundamental. André Cavaillon e Xavier Leclainche apresentaram conjuntamente o projeto francês de Constituição, contribuindo com ideias que influenciaram o texto final assinado há 80 anos.

O Dr. Brock Chisholm não participou da redação da Constituição. Ele lhe deu vida. Como primeiro Diretor-Geral da OMS, transformou a visão fundadora em ação, liderando a Organização em seus primeiros anos e ajudando a consolidar a instituição que conhecemos hoje.

Líderes africanos também desempenharam um papel importante na elaboração da Constituição da OMS:

- *Dr. Joseph Nathaniel Togba, da Libéria, ajudou a redigir e assinar a Constituição antes de servir posteriormente como o sétimo Presidente da Assembleia Mundial da Saúde.*
- *Dr. Aly Tewfik Shousha Pasha, do Egito, presidiu o Comitê de Escopo e Funções, responsável por definir exatamente qual seria o mandato global da OMS, suas responsabilidades e suas atribuições cotidianas.*
- *Sr. Getahoun Tesemma, da Etiópia, defendeu a transparência na divulgação de informações de saúde pública e participou de debates estruturais sobre a Constituição para promover os interesses dos países em desenvolvimento.*
- *Dr. Harry Sutherland Gear, da África do Sul, assinou a Constituição da OMS em nome da União Sul-Africana e posteriormente atuou como membro do Conselho Executivo e como alto funcionário da OMS, ajudando a moldar suas primeiras estruturas administrativas e técnicas.*

A Constituição da OMS nunca foi obra de uma única nação. Ela foi construída por meio da colaboração internacional e assinada por representantes de todas as regiões do mundo.

Diferentes culturas. Diferentes sistemas políticos. Diferentes histórias.

Unidos por uma única convicção: a saúde é um direito humano fundamental.

Essa ideia ajudou bilhões de pessoas a viver vidas mais longas e saudáveis ao longo dos últimos 80 anos.

Ela é tão essencial hoje quanto era em 1946.

Feliz 80º aniversário à Organização Mundial da Saúde (OMS)!"

Acordo sobre Pandemias

Realizou-se, entre 6 e 17 de julho, a sétima reunião do Grupo de Trabalho Intergovernamental (IGWG7) responsável pelas negociações do Acordo sobre Pandemias, com foco prioritário na elaboração do Anexo relativo ao Sistema de Acesso a Patógenos e Repartição de Benefícios (PABS). A reunião foi precedida por consultas informais realizadas entre 22 de junho e 3 de julho, conforme acordado ao término da sexta sessão do grupo (IGWG6), com o objetivo de aproximar posições sobre os principais temas em negociação.

As discussões sobre o Anexo PABS permanecem em situação de impasse. A prorrogação do mandato do grupo de trabalho até maio de 2027 reduziu a pressão por compromissos imediatos e contribuiu para que as delegações mantivessem posições mais rígidas. Ainda assim, o IGWG7 permitiu aprofundar o debate técnico sobre componentes estruturantes do futuro Sistema PABS, incluindo os instrumentos contratuais necessários à sua operacionalização, a rede de laboratórios da OMS (*World Coordinated Laboratory Network* — WCLN) e o uso de bases de dados reconhecidas pela OMS para armazenamento de informações de sequência digital.

Os debates concentraram-se principalmente em duas propostas alternativas de arquitetura para o compartilhamento de materiais biológicos e informações de sequência: um modelo híbrido, apresentado pela União Europeia, e um modelo federado, proposto pelo Grupo Africano. Ambas as propostas buscam compatibilizar o compartilhamento oportuno de recursos e dados com a soberania dos Estados e os mecanismos de repartição de benefícios, mas partem de premissas distintas.

A proposta europeia prevê um sistema único com três modalidades de acesso aos patógenos de potencial pandêmico, organizadas em diferentes níveis de condicionalidade. Na modalidade denominada “verde”, o acesso a materiais ou dados não está condicionado à assinatura de contratos de repartição de benefícios, sendo apenas estimulada a adesão voluntária ao sistema. Na modalidade “amarela”, o acesso depende do compromisso de assinatura futura do instrumento contratual correspondente. Já na modalidade “vermelha”, o acesso somente é autorizado após a celebração prévia do contrato. Cada Estado Parte teria liberdade para definir qual modalidade aplicar aos recursos sob sua jurisdição.

Apesar dos esforços para acomodar diferentes preferências nacionais, a proposta híbrida não obteve apoio significativo durante as negociações, nem entre países em desenvolvimento nem entre países desenvolvidos.

Por sua vez, o modelo federado do Grupo Africano baseia-se no entendimento de que a soberania sobre materiais biológicos e informações de sequência digital deve ser preservada tanto no plano jurídico quanto na própria arquitetura técnica do sistema. A proposta prevê uma rede descentralizada composta por bases de dados nacionais, regionais ou internacionais reconhecidas, articuladas por um núcleo coordenador sob responsabilidade da OMS. Esse núcleo teria função de indexação e direcionamento de consultas, sem armazenar diretamente os dados ou materiais compartilhados.

Segundo seus proponentes, o modelo federado permitiria conciliar soberania, rastreabilidade e compartilhamento célere de informações para fins de saúde pública, ao mesmo tempo em que evitaria a transferência irrestrita de dados sensíveis para plataformas internacionais. O sistema contemplaria ainda registro único de usuários, regras harmonizadas de acesso e procedimentos acelerados para contextos de emergência sanitária, preservando a custódia nacional dos recursos.

Em termos substantivos, a principal diferença entre as duas propostas diz respeito à relação entre o acesso aos patógenos e a repartição de benefícios advindos de sua utilização. O modelo híbrido admite diferentes níveis de condicionalidade definidos pelos Estados Partes e preserva espaço para mecanismos voluntários de adesão. Já o modelo federado busca estabelecer condições uniformes de acesso e repartição de benefícios para todos os usuários, transferindo a flexibilidade para a escolha da infraestrutura de armazenamento dos dados e materiais, e não para as obrigações jurídicas associadas ao seu uso.

75 dias da ESPII do vírus Ebola Bundibugyo

Setenta e cinco dias após a declaração da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) para o surto de ebolavírus Bundibugyo (BDBV), pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 18 de maio de 2026, o cenário internacional revela avanços científicos sem precedentes, mas também evidencia importantes limitações estruturais para transformar pesquisa em resposta efetiva à emergência. O marco dos 75 dias permite avaliar, pela primeira vez em um surto de Bundibugyo, o desempenho da chamada "Missão dos 100 Dias", iniciativa internacional que busca disponibilizar diagnósticos, vacinas e terapêuticos para novos patógenos com potencial pandêmico em até cem dias após a identificação de uma emergência. E pode ser ocnsultado na íntegra aqui.

A análise do período demonstra que os investimentos realizados nos últimos anos em plataformas tecnológicas, protocolos clínicos padronizados e mecanismos internacionais de coordenação permitiram reduzir significativamente o tempo entre a declaração da emergência e o início das pesquisas clínicas. Ao contrário de surtos anteriores de filovírus, em que os estudos precisavam ser estruturados durante a própria emergência, o atual surto encontrou uma arquitetura científica previamente organizada, permitindo que ensaios clínicos fossem iniciados poucas semanas após a declaração da ESPII.

Na área de diagnósticos, entretanto, persistem importantes lacunas. Passados 75 dias da emergência, ainda não existe teste rápido aprovado especificamente para o vírus Bundibugyo. O diagnóstico continua dependente principalmente de métodos moleculares realizados em laboratórios de referência ou unidades móveis, embora tenha ocorrido avanço regulatório com a aprovação do primeiro teste de RT-PCR pelo mecanismo de Emergency Use Listing (EUL) da OMS e com a avaliação de outros candidatos diagnósticos em andamento. Paralelamente, diferentes iniciativas internacionais seguem investindo no desenvolvimento de testes verdadeiramente descentralizados, capazes de ampliar o acesso ao diagnóstico em áreas remotas e reduzir o tempo entre suspeita clínica e confirmação laboratorial.

Os maiores avanços concentram-se na área terapêutica. Pela primeira vez na história dos surtos causados pelo vírus Bundibugyo, dois ensaios clínicos foram iniciados ainda durante a fase aguda da emergência. O estudo PARTNERS passou a recrutar pacientes com doença confirmada apenas seis semanas após a declaração da ESPII, avaliando diferentes estratégias terapêuticas com anticorpos monoclonais e antivirais. Paralelamente, o estudo EBO-PEP BUNDI iniciou a avaliação do uso profilático pós-exposição do antiviral oral obeldesivir entre contatos de alto risco. Ambos os estudos só foram possíveis graças à existência de protocolos mestres previamente desenvolvidos e de infraestrutura regulatória preparada antes do surgimento do atual surto, evidenciando a importância do investimento contínuo em preparação para futuras emergências.

Apesar desses avanços, o relatório destaca que produzir evidências científicas representa apenas uma etapa do processo. Ainda permanecem desafios relacionados ao financiamento da produção em escala, aos mecanismos de aquisição internacional e às estratégias de acesso pós-estudo. Diferentemente do que ocorre com vacinas, não existe atualmente uma arquitetura internacional consolidada capaz de coordenar financiamento, produção e aquisição de novos terapêuticos para doenças emergentes. O documento ressalta que garantir acesso rápido e equitativo aos produtos será tão importante quanto demonstrar sua eficácia clínica.

No campo das vacinas, o balanço dos primeiros 75 dias também é considerado altamente positivo. O desenvolvimento da primeira vacina específica contra o vírus Bundibugyo avançou da fase pré-clínica para estudos em seres humanos em tempo recorde. O ensaio clínico BD-EBOV-01, conduzido pela Universidade de Oxford com uma vacina baseada na plataforma ChAdOx1 e produzida pelo Serum Institute of India, iniciou o recrutamento de voluntários apenas dez semanas após a declaração da emergência. Simultaneamente, outra candidata baseada em tecnologia de RNA mensageiro encontra-se em preparação para início dos estudos clínicos, enquanto outros candidatos vacinais seguem recebendo investimentos coordenados pela CEPI.

Esses resultados demonstram o impacto dos investimentos realizados em plataformas vacinais reutilizáveis durante os últimos anos. O relatório enfatiza que a velocidade observada não decorre exclusivamente da resposta ao atual surto, mas da existência prévia de plataformas tecnológicas, capacidades industriais e acordos de produção que puderam ser rapidamente adaptados ao novo vírus. A experiência reforça que preparação para pandemias depende menos da capacidade de reagir durante uma emergência e mais da manutenção contínua de investimentos em pesquisa, desenvolvimento e manufatura entre os surtos.

Ao mesmo tempo, o documento alerta que a velocidade científica não elimina os desafios para assegurar acesso equitativo. Permanecem em discussão mecanismos de financiamento para estudos de fases posteriores, estratégias de aquisição internacional, processos regulatórios harmonizados, produção em escala e planejamento para distribuição dos produtos em países afetados. Também são destacadas preocupações relacionadas à hesitação vacinal, ao engajamento comunitário e à necessidade de incorporar pesquisas sociais e comportamentais desde as fases iniciais dos ensaios clínicos, reconhecendo que confiança da população constitui elemento indispensável para o sucesso de qualquer intervenção em saúde pública.

Outro aspecto relevante observado aos 75 dias é o fortalecimento da coordenação internacional entre OMS, Africa CDC, CEPI, Gavi, Unitaid, governos nacionais e instituições de pesquisa. O relatório aponta que essa articulação permitiu acelerar processos regulatórios, compartilhar capacidades laboratoriais, organizar redes internacionais de ensaios clínicos e desenvolver estratégias conjuntas para acesso futuro às novas tecnologias. Ainda assim, identifica a necessidade de ampliar mecanismos permanentes de coordenação, especialmente para terapêuticos e diagnósticos, áreas que permanecem menos estruturadas do que o ecossistema internacional de vacinas.

Em síntese, o marco dos 75 dias da ESPII demonstra que a comunidade internacional avançou significativamente em sua capacidade de responder cientificamente a emergências sanitárias. Pela primeira vez, diagnósticos, terapêuticos e vacinas começaram a ser desenvolvidos e avaliados em ritmo compatível com os objetivos da Missão dos 100 Dias. Contudo, o relatório evidencia que a preparação para pandemias não pode ser medida apenas pela velocidade da inovação científica. O verdadeiro teste reside na capacidade de transformar conhecimento em produtos disponíveis, acessíveis e distribuídos de forma equitativa às populações afetadas. Nesse sentido, o surto de Bundibugyo representa não apenas uma emergência sanitária em curso, mas também a primeira grande prova operacional da arquitetura global de preparação para futuras pandemias.

Clima, conflitos, calor extremo e negociações internacionais marcam a agenda ambiental global

El clima, los conflictos, el calor extremo y las negociaciones internacionales dominan la agenda medioambiental mundial

Climate, Armed Conflicts, Extreme Heat, and International Negotiations Shape the Global Environmental Agenda

Danielly Magalhães e Luiz Augusto Galvão

Resumo: As últimas semanas foram marcadas por importantes avanços e alertas na agenda internacional de clima e saúde. O principal destaque é o relatório da Global Climate and Health Alliance, que demonstra que mudanças climáticas, conflitos armados e saúde pública constituem uma "policrise", na qual cada crise intensifica os impactos da outra sobre a saúde, os sistemas de saúde, a segurança alimentar e os ecossistemas. O documento evidencia que conflitos armados não apenas destroem infraestrutura e ampliam crises humanitárias, mas também contribuem significativamente para as emissões de gases de efeito estufa, embora essas emissões permaneçam amplamente ausentes dos mecanismos internacionais de transparência climática. Paralelamente, o verão de 2026 no Norte registrou algumas das mais severas ondas de calor já observadas, com temperaturas recordes, milhares de mortes relacionadas ao calor na Europa, incêndios florestais de grande magnitude e impactos crescentes sobre a saúde e a segurança energética. Em preparação para a COP31, que será realizada na Turquia em novembro, avançam as negociações sobre eletrificação, financiamento climático e fortalecimento de sistemas de saúde resilientes, enquanto a Climate Week NYC reforça a implementação de soluções climáticas, consolidando a saúde como uma das principais prioridades da agenda internacional. Estudos científicos divulgados nas últimas semanas também reforçam que o aquecimento global causado pelas atividades humanas está aumentando significativamente a frequência e a intensidade dos eventos extremos, evidenciando a necessidade de integrar políticas de clima, saúde, energia e construção da paz para fortalecer a resiliência das sociedades frente aos desafios globais.

Palavras-chave: Mudanças climáticas; Conflitos armados; Saúde; COP31; Ondas de calor.

Resumen: *Las últimas semanas han estado marcadas por importantes avances y advertencias en la agenda internacional sobre clima y salud. El informe de la Alianza Mundial por el Clima y la Salud (Global Climate and Health Alliance, por sus siglas en inglés) es el más destacado, ya que demuestra que el cambio climático, los conflictos armados y la salud pública constituyen una "policrisis", en la que cada crisis intensifica los impactos de la otra en la salud, los sistemas de salud, la seguridad alimentaria y los ecosistemas. El documento muestra que los conflictos armados no solo destruyen infraestructuras y amplifican las crisis humanitarias, sino que también contribuyen significativamente a las emisiones de gases de efecto invernadero, si bien estas emisiones permanecen en gran medida ausentes de los mecanismos internacionales de transparencia climática. Paralelamente, el verano de 2026 en el Ártico registró algunas de las olas de calor más severas jamás observadas, con temperaturas récord, miles de muertes relacionadas con el calor en Europa, incendios forestales a gran escala y crecientes impactos en la salud y la seguridad energética. En preparación para la COP31, que se celebrará en Turquía en*

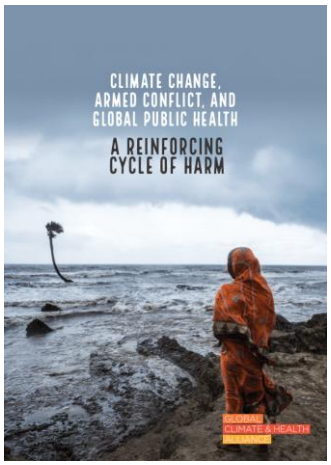
noviembre, avanzan las negociaciones sobre electrificación, financiación climática y fortalecimiento de sistemas de salud resilientes, mientras que la Semana del Clima de Nueva York refuerza la implementación de soluciones climáticas, consolidando la salud como una de las principales prioridades de la agenda internacional. Los estudios científicos publicados en las últimas semanas también refuerzan la idea de que el calentamiento global causado por las actividades humanas está aumentando significativamente la frecuencia e intensidad de los fenómenos extremos, lo que subraya la necesidad de integrar políticas climáticas, de salud, energéticas y de consolidación de la paz para fortalecer la resiliencia de las sociedades frente a los desafíos globales.

Palabras clave: *Cambio climático; Conflictos armados; Salud; COP31; Olas de calor.*

Abstract: *The past few weeks have been marked by significant developments and growing concerns across the global climate and health agenda. A major highlight is the recent report from the Global Climate and Health Alliance, which argues that climate change, armed conflict, and public health constitute a "polycrisis", in which each crisis amplifies the impacts of the others on human health, health systems, food security, and ecosystems. The report demonstrates that armed conflicts not only destroy infrastructure and exacerbate humanitarian crises but also contribute substantially to greenhouse gas emissions, while these emissions remain largely absent from international climate transparency and accountability mechanisms. At the same time, the Northern Hemisphere summer of 2026 experienced some of the most severe heatwaves on record, with unprecedented temperatures, thousands of heat-related deaths across Europe, large-scale wildfires, and increasing impacts on public health and energy security. In preparation for COP31, to be held in Türkiye this November, international negotiations are advancing on key issues such as electrification, climate finance, and strengthening climate-resilient health systems. Meanwhile, Climate Week NYC continues to promote the implementation of climate solutions, further positioning health as one of the central priorities of the global climate agenda. Recent scientific studies have also reinforced that human-induced global warming is significantly increasing the frequency and intensity of extreme weather events, underscoring the urgent need to integrate climate, health, energy, and peacebuilding policies to strengthen societal resilience in the face of growing global challenges.*

Keywords: *Climate change; Armed conflict; Health; COP31; Heatwaves*.

1. Global Climate and Health Alliance: Relatório Mudanças Climáticas, Conflitos Armados e Saúde Pública Global: Um Ciclo Reforçador de Danos



As mudanças climáticas e os conflitos armados representam dois dos maiores desafios para a saúde pública global no século XXI. Tradicionalmente tratados como crises distintas, esses fenômenos são cada vez mais reconhecidos como processos interdependentes que se reforçam mutuamente, produzindo impactos crescentes sobre a saúde humana, os sistemas de saúde, a segurança alimentar, os ecossistemas e o desenvolvimento sustentável. Em um cenário caracterizado pelo aumento das temperaturas globais, pela maior frequência e intensidade de eventos climáticos extremos e pelo crescimento do número de conflitos armados — o maior desde a Segunda Guerra Mundial —

torna-se evidente que compreender as conexões entre clima, meio ambiente, segurança e saúde é fundamental para o planejamento de respostas eficazes. Essas conexões são tratadas no relatório produzido pela Global Climate and Health Alliance (GCHA), intitulado *Climate Change, Armed Conflict, and Global Public Health: A Reinforcing Cycle of Harm*. Neste informe vamos trazer os principais destaques dessas relações apresentadas no relatório, que são apresentadas separadamente para melhor entender a sinergia do seu impacto nos sistemas de saúde e na saúde humana e ambiental.

1.1 Conflitos Armados e Saúde: impactos diretos, indiretos e o colapso dos sistemas de saúde

As guerras produzem consequências igualmente profundas às da mudança climática, tanto imediatas quanto de longo prazo. Os impactos da violência armada vão muito além das mortes ocorridas nos campos de batalha: eles desestruturam completamente os sistemas de saúde, comprometem os determinantes sociais da saúde e aumentam o risco de epidemias, crises humanitárias e colapso institucional. O relatório demonstra que, embora o Direito Internacional Humanitário estabeleça normas para proteger civis, profissionais de saúde e infraestrutura médica, essas normas têm sido repetidamente violadas nos conflitos contemporâneos, ampliando ainda mais o sofrimento das populações afetadas.

Os conflitos armados produzem **efeitos diretos e indiretos sobre a saúde**. Os impactos diretos incluem mortes, lesões traumáticas, mutilações permanentes, violência física, violência sexual e de gênero, além de graves consequências psicológicas decorrentes da exposição contínua à violência. Entretanto, segundo o documento, são frequentemente os impactos indiretos que geram o maior número de vítimas ao longo do tempo. A destruição da infraestrutura de saúde, o deslocamento populacional, a perda de moradias, a interrupção do abastecimento de água e alimentos e o colapso dos serviços públicos reduzem drasticamente a capacidade das populações de prevenir e tratar doenças. Dessa forma, conflitos armados transformam condições de saúde potencialmente controláveis em crises humanitárias prolongadas, aumentando significativamente a morbidade e a mortalidade mesmo entre indivíduos que nunca sofreram diretamente um ataque militar.

Um dos principais argumentos do relatório é que os conflitos contemporâneos vêm sendo caracterizados por violações cada vez mais frequentes do **Direito Internacional Humanitário (DIH)**. Embora as Convenções de Genebra determinem a proteção de civis, profissionais de saúde e instalações médicas durante conflitos armados, o relatório demonstra que esses princípios têm sido sistematicamente desrespeitados. A violência direcionada aos serviços de saúde tornou-se uma característica recorrente dos conflitos atuais, comprometendo profundamente a capacidade de resposta dos sistemas nacionais de saúde. O documento lembra que os conflitos variam em intensidade, duração e natureza — podendo ser internacionais ou não internacionais —, mas ressalta que, independentemente da classificação jurídica, os impactos sobre a saúde pública tendem a ser devastadores quando hospitais, ambulâncias e profissionais de saúde passam a ser alvos diretos das hostilidades.

Para ilustrar essa realidade, o relatório apresenta dados recentes da **Safeguarding Health in Conflict Coalition (SHCC)**. Em **2024 foram documentados 3.623 incidentes de violência ou obstrução contra serviços de saúde em áreas de conflito**, o maior número já registrado pela organização. Esse valor representa um aumento de **15% em relação a 2023** e de **62% em comparação com 2022**, refletindo principalmente a intensificação dos conflitos na Ucrânia, Sudão, Líbano, Myanmar e nos Territórios Palestinos Ocupados. O crescimento contínuo

desses ataques demonstra que a proteção dos serviços de saúde durante conflitos armados vem se deteriorando rapidamente, colocando em risco tanto pacientes quanto profissionais responsáveis pelo atendimento das populações afetadas.

O conflito na Ucrânia é utilizado como um dos principais exemplos dessa tendência. Segundo o relatório, foram registrados **103 ataques relacionados aos serviços de saúde**, dos quais **89 tiveram como alvo estabelecimentos de saúde** e **13 atingiram meios de transporte sanitário**, como ambulâncias. Além dos danos físicos às instalações, esses ataques interrompem cirurgias, tratamentos de doenças crônicas, vacinação, atendimento obstétrico e serviços de emergência. Hospitais destruídos ou parcialmente danificados tornam-se incapazes de atender tanto vítimas da guerra quanto pacientes com outras condições clínicas, ampliando significativamente a carga de doenças e a mortalidade evitável.

O relatório enfatiza que a destruição dos sistemas de saúde vai muito além da perda de edifícios. Em cenários de guerra, profissionais de saúde frequentemente são mortos, feridos ou obrigados a abandonar as áreas afetadas, medicamentos deixam de chegar aos hospitais, cadeias logísticas são interrompidas e o fornecimento de energia elétrica e água torna-se instável. Como consequência, doenças comuns deixam de ser tratadas adequadamente, programas de saúde pública são interrompidos e aumenta o risco de agravamento de condições crônicas e infecciosas. Assim, o conflito armado compromete simultaneamente a oferta e a demanda por serviços de saúde, reduzindo a capacidade do sistema justamente quando a necessidade de assistência médica aumenta drasticamente.

O relatório demonstra que guerras interrompem mecanismos fundamentais para a prevenção e controle de doenças infecciosas. A destruição dos sistemas de vigilância, dos laboratórios, das cadeias de suprimentos médicos e dos programas de vacinação reduz significativamente a capacidade dos países de detectar precocemente surtos e responder de forma rápida às emergências sanitárias. Além disso, o deslocamento de populações, a superlotação de abrigos temporários, a escassez de água potável e as más condições de higiene favorecem a transmissão de diversas doenças infecciosas.

O relatório cita uma série de doenças cuja disseminação é favorecida pelos conflitos armados, incluindo **cólera, COVID-19, tuberculose, Ebola, poliomielite, malária, leishmaniose, sarampo, dengue e meningite bacteriana aguda**. Essas doenças representam importantes ameaças à saúde pública global porque podem rapidamente ultrapassar fronteiras nacionais, especialmente em contextos marcados por deslocamentos populacionais e fragilidade institucional. A interrupção das campanhas de vacinação e das ações de vigilância epidemiológica aumenta significativamente o risco de epidemias prolongadas, com consequências sanitárias e econômicas de grande magnitude.

O relatório utiliza a **República Democrática do Congo (RDC)** como exemplo dessa dinâmica. O país enfrenta, simultaneamente, conflitos armados prolongados e uma emergência sanitária causada pelo vírus Ebola. Segundo o relatório, em **17 de junho de 2026** haviam sido registrados **896 casos confirmados e 232 mortes**. Entretanto, o aspecto central do exemplo não é o número de casos, mas o fato de que o surto ocorre em um contexto de insegurança e deslocamento populacional. Muitas comunidades vivem em áreas de difícil acesso ou controladas por grupos armados, dificultando que equipes de saúde realizem vigilância epidemiológica, identifiquem rapidamente novos casos, rastreiem contatos e implementem medidas de controle. Além disso, a elevada mobilidade das populações deslocadas aumenta o

risco de disseminação da doença para novas regiões, enquanto a fragilidade do sistema de saúde limita a capacidade de diagnóstico, isolamento e tratamento dos pacientes. Dessa forma, o conflito armado não provoca diretamente o surgimento do Ebola, mas **amplia significativamente sua transmissão e dificulta sua contenção**, transformando um surto localizado em uma ameaça muito maior à saúde pública.

Ao longo de todo o relatório, torna-se evidente que a guerra produz uma sucessão de efeitos interligados sobre a saúde pública. Inicialmente, os ataques causam mortes e ferimentos imediatos; em seguida, a destruição da infraestrutura sanitária reduz o acesso aos serviços de saúde; posteriormente, a interrupção dos programas de vigilância, vacinação e controle de doenças favorece o aparecimento de surtos e epidemias; por fim, a degradação das condições de vida, marcada pela escassez de água, alimentos e abrigo, perpetua uma crise sanitária que pode persistir por muitos anos após o término dos combates. Essa sequência de eventos demonstra que os impactos dos conflitos armados sobre a saúde ultrapassam amplamente o período das hostilidades, produzindo consequências de longo prazo para indivíduos, comunidades e sistemas nacionais de saúde.

1.2 Entendendo a relação entre conflitos armados e o meio ambiente

Os conflitos armados provocam impactos ambientais profundos e duradouros que frequentemente persistem muito além do fim das hostilidades. A destruição causada pelas guerras não se limita às perdas humanas e à infraestrutura; ela altera ecossistemas inteiros, degrada recursos naturais essenciais à sobrevivência das populações e compromete a saúde pública por décadas. Dessa forma, os danos ambientais tornam-se mais um mecanismo pelo qual os conflitos agravam crises humanitárias e aumentam a vulnerabilidade das populações.

Os impactos ambientais ocorrem tanto em áreas urbanas quanto rurais. Bombardeios aéreos, explosões e operações militares destroem florestas, alteram a paisagem, degradam o solo e reduzem sua capacidade produtiva. A perda das propriedades físicas, químicas e biológicas do solo diminui a produção agrícola, reduz a disponibilidade de alimentos e aumenta a insegurança alimentar, afetando diretamente a saúde das populações. Além disso, a degradação ambiental dificulta a recuperação econômica das regiões atingidas e aumenta sua vulnerabilidade às mudanças climáticas.

Os conflitos também causam graves impactos sobre a biodiversidade. Ecossistemas são destruídos, habitats naturais desaparecem e espécies animais são deslocadas ou eliminadas. Ao mesmo tempo, a contaminação do ar, da água e do solo por combustíveis, metais pesados, explosivos e outras substâncias tóxicas compromete a qualidade ambiental e pode permanecer por muitos anos após o término da guerra. Um exemplo apresentado é a região de **Ypres, na Bélgica**, onde, mais de um século após a Primeira Guerra Mundial, os solos ainda apresentam concentrações elevadas de cobre decorrentes da enorme quantidade de munições utilizadas durante o conflito. Esse exemplo demonstra que os impactos ambientais da guerra podem persistir por gerações.

Em alguns casos, o meio ambiente deixa de ser apenas uma vítima indireta da guerra e passa a ser deliberadamente utilizado como instrumento militar. Um dos exemplos mais conhecidos ocorreu durante a Guerra do Vietnã, quando os Estados Unidos pulverizaram grandes áreas do país com o herbicida **Agente Laranja** para eliminar a cobertura florestal e destruir plantações que serviam de alimento e abrigo às forças inimigas. As consequências desse episódio continuam sendo observadas mais de cinquenta anos depois. Milhões de vietnamitas

e veteranos militares foram expostos ao produto químico, que foi associado ao aumento da ocorrência de diversos tipos de câncer, doenças cardiovasculares, alterações neurológicas e incapacidades físicas. Esse caso ilustra como a utilização de agentes químicos pode produzir efeitos ambientais e sanitários extremamente duradouros.

A degradação ambiental provocada pelos conflitos compromete diretamente a segurança alimentar global. Solos degradados tornam-se menos produtivos, reduzindo a produção agrícola e dificultando o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável relacionados à erradicação da fome e à agricultura sustentável. Essa preocupação é reforçada pela avaliação global conduzida pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), que concluiu que aproximadamente **33% dos solos do planeta já apresentam algum grau de degradação**. Embora essa degradação tenha múltiplas causas, os conflitos armados representam um importante fator adicional em regiões afetadas pela guerra, agravando um problema que já ameaça a produção mundial de alimentos.

O relatório também reforça os impactos das armas nucleares, consideradas uma das formas mais extremas de degradação ambiental causada por conflitos. Além dos efeitos imediatos provocados pela explosão — como calor intenso, ondas de choque e radiação —, a contaminação radioativa produz consequências sanitárias e ambientais que persistem durante décadas. A exposição à radiação está associada ao aumento de cânceres, infertilidade, abortos espontâneos, malformações congênitas, alterações genéticas hereditárias e graves transtornos psicológicos. A contaminação do solo, da água e do ar também compromete o uso dessas áreas por longos períodos, obrigando populações inteiras a abandonar seus territórios.

Entre 1945 e 2015 foram realizadas 2.055 explosões nucleares em diferentes partes do mundo, a maioria destinada ao desenvolvimento e teste de armas nucleares. [1]Muitos desses testes ocorreram em territórios indígenas e ilhas do Pacífico ocupadas por potências nucleares, expondo comunidades inteiras à radiação e outros contaminantes ambientais. Além dos testes, permanecem como exemplos emblemáticos as bombas atômicas lançadas sobre Hiroshima e Nagasaki durante a Segunda Guerra Mundial, cujos efeitos sobre a saúde das populações e sobre o ambiente ainda são estudados décadas depois.

Um dos temas mais relevantes do relatório é a discussão sobre a **pegada de carbono das atividades militares**. O setor militar é responsável por uma parcela significativa das emissões globais de gases de efeito estufa, estimada em aproximadamente **5,5% das emissões mundiais de dióxido de carbono**. Entretanto, esse valor provavelmente está subestimado porque as emissões militares permanecem, em grande parte, excluídas dos mecanismos internacionais de contabilização e transparência climática. Essa ausência de monitoramento representa uma importante lacuna nas políticas globais de mitigação das mudanças climáticas.

[1] A crescente evidência dos impactos ambientais e sanitários levou a uma série de acordos internacionais. O mais importante foi o **Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBT)**, aberto para assinatura em 1996. Embora o tratado ainda não tenha entrado formalmente em vigor por falta de ratificação de alguns países-chave, ele estabeleceu uma forte norma internacional contra testes nucleares. Desde então, apenas um pequeno número de explosões nucleares foi registrado, todas conduzidas pela Coreia do Norte entre 2006 e 2017. Em janeiro de 2026, o mundo havia completado **mais de oito anos sem qualquer teste nuclear detectado**, o maior intervalo desde o início da era nuclear em 1945.

Durante conflitos ativos, essas emissões aumentam de forma expressiva. Como exemplo, é citado que a operação militar **Operation Epic Fury, realizada durante o conflito entre Estados Unidos, Israel e Irã em 2026, gerou aproximadamente 5 milhões de toneladas de dióxido de carbono em apenas 14 dias, volume equivalente às emissões anuais de cerca de 1,1 milhão de automóveis movidos a gasolina**. Esse exemplo evidencia que operações militares de curta duração podem produzir impactos climáticos extremamente elevados, ampliando ainda mais a contribuição dos conflitos para o aquecimento global.

O relatório também discute a relação entre gastos militares e emissões de carbono. Estudos recentes indicam que aumentos nos investimentos em defesa tendem a ser acompanhados por maiores emissões de gases de efeito estufa**. Uma análise citada mostra que o crescimento dos gastos militares durante conflitos como a Guerra ao Terror e a guerra entre Rússia e Ucrânia respondeu por aproximadamente 27% da variação da intensidade global das emissões de CO_2 entre 1995 e 2023**. Caso a tendência de aumento contínuo dos investimentos militares persista, torna-se cada vez mais difícil atingir as metas internacionais de redução das emissões e limitar o aquecimento global.

Em conjunto, os vários capítulos do relatório ampliam a compreensão dos impactos da guerra ao demonstrar que seus efeitos extrapolam as perdas humanas imediatas. Os conflitos degradam ecossistemas, contaminam recursos naturais, comprometem a produção de alimentos, aumentam as emissões de gases de efeito estufa e deixam um legado ambiental que pode persistir por décadas ou mesmo séculos. Dessa forma, os danos ambientais tornam-se mais um componente da crise sanitária associada aos conflitos armados, reforçando a ideia central do relatório de que saúde, meio ambiente, clima e segurança internacional são dimensões profundamente interdependentes.

1.3 As Interseções entre Mudanças Climáticas, Conflitos Armados e Saúde

O quarto capítulo constitui o núcleo do relatório, pois apresenta o conceito central de que **as mudanças climáticas, os conflitos armados e a saúde pública não são crises independentes, mas processos que interagem e se reforçam mutuamente**. Em vez de estabelecer uma relação simples de causa e efeito, o relatório demonstra que as mudanças climáticas funcionam como um **"multiplicador de ameaças" (threat multiplier)**, intensificando vulnerabilidades sociais, econômicas e políticas já existentes. Em países caracterizados por pobreza, desigualdade, instituições frágeis e baixa capacidade de governança, os impactos climáticos tornam-se fatores adicionais que aumentam a instabilidade, favorecem conflitos e agravam crises humanitárias, criando um ciclo contínuo de vulnerabilidade e adoecimento.

A ideia de "multiplicador de ameaças" não significa que as mudanças climáticas sejam uma causa direta das guerras. O relatório enfatiza que conflitos armados resultam de múltiplos fatores políticos, econômicos, sociais e históricos. Entretanto, eventos climáticos extremos podem aumentar tensões existentes ao reduzir a disponibilidade de recursos naturais essenciais à sobrevivência, pressionar instituições públicas já fragilizadas e aprofundar desigualdades. Assim, a mudança do clima passa a atuar como um fator que aumenta a probabilidade de instabilidade em contextos onde já existem vulnerabilidades estruturais.

Um dos principais mecanismos apresentados é a relação entre **eventos climáticos extremos, escassez de recursos naturais e insegurança alimentar**. O aumento da frequência de secas, enchentes e ondas de calor reduz a produtividade agrícola, diminui a disponibilidade de água e compromete os meios de subsistência de milhões de pessoas. Em países altamente

dependentes da agricultura, essas perdas econômicas ampliam a pobreza, aumentam a competição por recursos naturais e favorecem conflitos locais.

O **Sudão do Sul** é utilizado como um exemplo emblemático dessa dinâmica. O país está entre os mais vulneráveis às mudanças climáticas no mundo e sofre repetidamente com secas prolongadas, enchentes e ondas de calor extremas. Mais de **95% da população depende diretamente de atividades agrícolas sensíveis ao clima**, enquanto a agricultura responde por aproximadamente **um terço do Produto Interno Bruto (PIB)** nacional. As sucessivas perdas agrícolas provocadas pelos eventos climáticos extremos agravaram rapidamente a insegurança alimentar: **o número de pessoas em situação de insegurança alimentar aumentou de 6,3 milhões em 2022 para mais de 7,8 milhões em 2023**. A redução da produção de alimentos, associada à fragilidade institucional e aos conflitos já existentes, cria um ambiente propício para novas tensões sociais e amplia a necessidade de assistência humanitária.

Além da produção de alimentos, o relatório discute os impactos das mudanças climáticas sobre o chamado nexo água-energia. Alterações nos padrões de precipitação e secas prolongadas reduzem a disponibilidade de água e comprometem simultaneamente a geração de energia, especialmente em regiões que dependem de recursos hídricos. A região do Oriente Médio e Norte da África (MENA) é apresentada como um exemplo particularmente vulnerável. Considerada uma das regiões que mais rapidamente aquecem no planeta, enfrenta crescente escassez hídrica, elevada demanda energética e forte dependência de combustíveis fósseis. Nesse contexto, a expansão das fontes renováveis de energia é apresentada não apenas como uma estratégia de mitigação das mudanças climáticas, mas também como um mecanismo para fortalecer a segurança energética e reduzir vulnerabilidades geopolíticas.

Outro eixo central do relatório é a relação entre escassez de recursos, migração e deslocamento forçado. À medida que eventos climáticos extremos comprometem a agricultura, a disponibilidade de água e os meios de subsistência, cresce o número de pessoas obrigadas a abandonar suas comunidades. Em muitos casos ocorre inicialmente um deslocamento das áreas rurais para os centros urbanos; posteriormente, quando as condições continuam se deteriorando ou são agravadas por conflitos, surgem fluxos migratórios nacionais e internacionais.

Em 2026, aproximadamente 123 milhões de pessoas encontravam-se em situação de deslocamento forçado em todo o mundo, sendo que milhões foram deslocadas em consequência de desastres relacionados ao clima. Dados apresentados mostram ainda que, em 2024, **75% das pessoas deslocadas viviam em países severamente afetados pelas mudanças climáticas, enquanto 50% encontravam-se em regiões que enfrentavam simultaneamente ameaças climáticas e conflitos armados,** como Etiópia, Haiti, Myanmar, Somália, Sudão e Síria. Esses números demonstram que clima e conflito frequentemente coexistem nas mesmas regiões, potencializando seus impactos sobre a saúde e sobre a estabilidade social.

A região do **Sahel**, na África Ocidental, é utilizada para ilustrar como esses processos ocorrem simultaneamente. As temperaturas na região aumentam aproximadamente **1,5 vez mais rápido que a média global**, enquanto secas prolongadas e enchentes tornam-se cada vez mais frequentes. Como a maior parte da população depende diretamente da agricultura, essas alterações climáticas provocam perda de produtividade, insegurança alimentar, deslocamentos populacionais e intensificação da competição por recursos naturais. No início de 2026, estimava-

se que **2,9 milhões de pessoas estavam deslocadas internamente no Sahel**, resultado da combinação entre degradação ambiental, instabilidade política e conflitos armados.

O texto reconhece, entretanto, que a relação entre mudanças climáticas e conflitos permanece objeto de debate científico. Alguns estudos apontam que desastres climáticos podem aumentar significativamente o risco de violência em países caracterizados por exclusão política, pobreza e instituições frágeis. Outros pesquisadores argumentam que não existe evidência suficiente para afirmar que eventos climáticos provoquem diretamente guerras. A conclusão apresentada é mais cautelosa: as mudanças climáticas não constituem uma causa isolada dos conflitos, mas podem aumentar sua probabilidade quando interagem com vulnerabilidades preexistentes.

Essa discussão é ilustrada pelo caso da **Síria**. Entre 2006 e 2009, o nordeste do país enfrentou uma das secas mais severas de sua história recente, provocando perdas agrícolas, dificuldades econômicas e deslocamentos populacionais. Parte da literatura considera que aproximadamente **1,5 milhão de pessoas foram deslocadas internamente**, contribuindo para expor fragilidades de governança e ampliar tensões sociais que precederam o conflito. Outros estudos, porém, contestam essa interpretação e argumentam que não há evidências suficientes para estabelecer uma relação causal direta entre a seca e o início da guerra civil. A utilização desse exemplo demonstra a preocupação em apresentar uma visão equilibrada da literatura científica, reconhecendo tanto as evidências quanto suas limitações.

Outro tema importante é a **destruição deliberada de infraestruturas críticas durante os conflitos armados**. Sistemas de abastecimento de água, saneamento, energia, gestão de resíduos e transporte frequentemente tornam-se alvos militares. A destruição dessas estruturas compromete imediatamente a saúde das populações, favorecendo surtos de doenças infecciosas, contaminação ambiental e interrupção dos serviços de saúde.

A situação da **Faixa de Gaza** é apresentada como um exemplo extremo. A destruição de sistemas de abastecimento de água, saneamento e coleta de resíduos levou ao acúmulo de lixo em áreas urbanas, aumentando o risco de disseminação de doenças e de contaminação do solo, da água e do ar. A devastação da infraestrutura também comprometeu praticamente todos os serviços públicos essenciais, dificultando qualquer resposta humanitária ou sanitária.

O relatório também analisa os impactos dos ataques à infraestrutura energética durante conflitos recentes. Bombardeios a depósitos de combustíveis e refinarias liberam grandes quantidades de hidrocarbonetos, óxidos de enxofre e compostos nitrogenados para a atmosfera, fenômeno descrito como **“chuva negra” (black rain)**. Além de aumentar a poluição atmosférica, esses contaminantes infiltram-se no solo e nos recursos hídricos, elevando o risco de doenças respiratórias, cardiovasculares e diversos tipos de câncer nas populações expostas. Paralelamente, a destruição das redes elétricas interrompe o funcionamento de hospitais, escolas, sistemas de abastecimento de água e outras infraestruturas fundamentais para a saúde pública.

A discussão se amplia para a relação entre conflitos armados, segurança energética e dependência de combustíveis fósseis. Os conflitos recentes envolvendo o Irã evidenciaram a vulnerabilidade da economia mundial diante da dependência do petróleo e do gás natural. As ameaças à navegação no Estreito de Ormuz provocaram aumentos expressivos nos preços internacionais da energia, afetando especialmente países importadores da Ásia. O caso das Filipinas ilustra essa vulnerabilidade: dependente da importação de aproximadamente 98% de

seus combustíveis provenientes do Oriente Médio, o país enfrentou um aumento de cerca de 95% nos preços dos combustíveis, levando o governo a declarar emergência energética nacional.

Ao mesmo tempo, o aumento do custo da energia repercute diretamente sobre os sistemas alimentares globais, altamente dependentes de combustíveis fósseis para produção de fertilizantes, pesticidas, processamento e transporte de alimentos. O relatório argumenta que essa dependência torna a segurança alimentar extremamente vulnerável aos conflitos geopolíticos, reforçando a necessidade de acelerar a transição para fontes renováveis de energia e sistemas agrícolas mais sustentáveis, como a agricultura regenerativa.

1.4 Entendendo os Impactos sobre a Governança e a Capacidade Institucional

O quinto capítulo do relatório aborda uma consequência frequentemente negligenciada da interação entre mudanças climáticas e conflitos armados: o enfraquecimento da governança e da capacidade institucional dos países para responder simultaneamente às crises ambientais, sanitárias e humanitárias. À medida que os conflitos se intensificam, recursos financeiros, capacidade técnica e atenção política são progressivamente desviados de setores essenciais, como saúde, assistência humanitária e adaptação climática, para investimentos em defesa e segurança. Esse redirecionamento compromete a capacidade dos governos de proteger suas populações justamente quando elas se tornam mais vulneráveis aos impactos combinados da guerra e das mudanças climáticas.

Em 2024, os gastos militares globais alcançaram aproximadamente US$ 2,7 trilhões, representando um aumento de 7,4% em relação ao ano anterior, o maior crescimento registrado nas últimas décadas. Esse montante corresponde, aproximadamente, ao investimento estimado para promover a descarbonização completa do setor energético mundial. **Em contraste, estima-se que seriam necessários apenas US$ 23 bilhões para atender às necessidades humanitárias mais urgentes decorrentes de conflitos e deslocamentos forçados, valor equivalente a cerca de 1% dos gastos militares globais anuais.** Essa comparação evidencia o descompasso entre os recursos destinados à preparação para a guerra e aqueles direcionados à proteção da saúde e da vida humana.

A redução do financiamento internacional e o afastamento de importantes países de organismos multilaterais comprometem programas fundamentais de controle de doenças infecciosas, saúde materno-infantil, vigilância epidemiológica e preparação para emergências, afetando principalmente países de baixa renda que dependem desses recursos para manter seus sistemas de saúde.

O Iêmen exemplifica como conflitos prolongados comprometem simultaneamente a governança ambiental e sanitária. O país enfrenta aumento das temperaturas, alterações no regime de chuvas, desertificação, elevação do nível do mar e eventos climáticos extremos, enquanto permanece em uma situação de conflito armado. Como consequência, as instituições públicas perderam grande parte de sua capacidade de implementar políticas de adaptação climática e de responder às necessidades da população. Atualmente, mais de 21 milhões de pessoas necessitam de assistência humanitária, 20,3 milhões precisam de serviços de saúde, 17,3 milhões enfrentam insegurança alimentar e 15,3 milhões carecem de acesso adequado à água, saneamento e higiene. Esse cenário demonstra como conflitos armados reduzem significativamente a capacidade adaptativa das sociedades frente às mudanças climáticas.

1.5 Impactos Agravados sobre as Populações em Situação de Maior Vulnerabilidade

Essas crises aprofundam desigualdades já existentes e atingem de forma desproporcional grupos socialmente, economicamente e politicamente vulneráveis.

Os refugiados, solicitantes de asilo e deslocados internos figuram entre os grupos mais afetados. Em campos de refugiados ou assentamentos temporários, essas populações frequentemente vivem em condições de superlotação, insegurança alimentar, acesso limitado aos serviços de saúde, falta de água potável e saneamento inadequado. Essas condições favorecem surtos de doenças infecciosas, aumentam a prevalência de desnutrição e agravam problemas de saúde mental.

O Sudão representa um exemplo dessa realidade. Desde abril de 2023, **mais de 14,5 milhões de pessoas foram deslocadas**, enquanto aproximadamente **30% das crianças em campos de refugiados apresentam desnutrição**, acompanhada de surtos recorrentes de cólera associados às precárias condições de abastecimento de água e saneamento. Além dos impactos físicos, o deslocamento prolongado produz elevados níveis de sofrimento psicológico e transtornos mentais.

Mulheres e meninas enfrentam riscos específicos decorrentes da combinação entre conflitos e mudanças climáticas. Em 2024, aproximadamente **17% da população feminina mundial vivia a menos de 50 quilômetros de um conflito armado**. A insegurança alimentar, os deslocamentos populacionais, a perda dos meios de subsistência e a interrupção dos serviços públicos aumentam o risco de violência baseada em gênero, complicações relacionadas à saúde sexual e reprodutiva, transtornos mentais e sobrecarga de trabalho doméstico e agrícola. Na Etiópia, por exemplo, **5,8 milhões de mulheres e meninas necessitam de serviços relacionados à violência baseada em gênero**, refletindo o agravamento das desigualdades provocado pelas crises simultâneas.

As crianças constituem outro grupo extremamente vulnerável. A exposição precoce à desnutrição está associada a consequências que persistem por toda a vida, aumentando o risco futuro de hipertensão, doenças cardiovasculares, diabetes e síndrome metabólica. Em diversos países da África Subsaariana, secas prolongadas, enchentes e conflitos armados interrompem sistemas alimentares e serviços de saúde, comprometendo o crescimento e o desenvolvimento infantil.

Os idosos também enfrentam desafios específicos devido à elevada prevalência de doenças crônicas e à menor capacidade fisiológica de adaptação. Entre refugiados sírios residentes no Líbano, **60% apresentavam hipertensão**, **47% diabetes** e **30% doenças cardiovasculares**, além de elevados níveis de depressão, ansiedade e isolamento social, agravados pela dificuldade de acesso contínuo aos serviços de saúde e aos medicamentos.

O relatório também chama atenção para a situação das populações indígenas e comunidades rurais, cuja dependência direta dos recursos naturais torna seus modos de vida particularmente sensíveis aos impactos climáticos. A perda de territórios tradicionais, a degradação ambiental e a exclusão dos processos de tomada de decisão reduzem sua capacidade de adaptação e ampliam as desigualdades em saúde.

1.6 Reconstrução Pós-Conflito e sua Pegada de Carbono

Outro capítulo apresenta uma dimensão pouco discutida dos conflitos armados: as emissões de gases de efeito estufa geradas durante a reconstrução das áreas destruídas. Embora a reconstrução seja indispensável para restaurar hospitais, escolas, moradias e infraestrutura básica, ela também demanda grande consumo de energia e materiais de construção, tornando-se uma importante fonte de emissões de carbono.

Atualmente, o setor da construção civil responde por aproximadamente **32% do consumo global de energia** e **34% das emissões globais de dióxido de carbono**, superando inclusive setores como transporte e agricultura. Após um conflito, a necessidade de remover escombros, reconstruir edifícios e restaurar áreas degradadas amplia significativamente essas emissões.

A Ucrânia é apresentada como um dos principais exemplos. Estima-se que a reconstrução da infraestrutura destruída durante a guerra poderá gerar aproximadamente 741 milhões de toneladas de CO_2 ao longo de uma década, representando um aumento de cerca de 310% em relação às emissões anuais anteriores ao conflito. Ou seja, os impactos climáticos dos conflitos continuam muito além do término das hostilidades e reforçam a necessidade de incorporar princípios de sustentabilidade aos processos de reconstrução.

Em conclusão, o relatório preconiza que paz, ação climática e fortalecimento dos sistemas de saúde podem produzir benefícios mútuos e reforçar-se reciprocamente. Em vez de tratar conflitos armados, mudanças climáticas e saúde como agendas independentes, propõe uma abordagem integrada voltada para a construção da resiliência.

Entre as principais recomendações está o fortalecimento de sistemas de saúde resilientes às mudanças climáticas, capazes de manter seu funcionamento durante eventos extremos e crises humanitárias. O relatório também enfatiza a necessidade de ampliar o acesso universal à energia limpa, reduzir a dependência de combustíveis fósseis, proteger a infraestrutura de saúde durante conflitos, fortalecer a cooperação internacional e aumentar a responsabilização pelas emissões de gases de efeito estufa associadas às atividades militares.

Paz, saúde e ação climática não devem ser compreendidas como objetivos separados, mas como componentes de uma mesma estratégia de desenvolvimento sustentável. A construção de sociedades mais resilientes depende da integração entre políticas climáticas, fortalecimento institucional, proteção ambiental, promoção da saúde e cooperação internacional, rompendo o ciclo de vulnerabilidades que conecta mudanças climáticas, conflitos armados e crises sanitárias.

2. A crise de calor de 2026

O verão de 2026 tornou-se o pano de fundo das negociações climáticas. Um estudo do World Weather Attribution concluiu que a estação começou com temperaturas recordes e seca severa agravadas pela mudança climática causada pelo homem, criando as condições para incêndios de intensidade excepcional. A Europa aqueceu duas vezes mais rápido que o resto do planeta nos últimos 30 anos.

2.1 O contexto global: um planeta perto do limite de 1,5°C

A crise deste ano insere-se numa trajetória de aquecimento sem precedentes. A OMM confirmou que 2024 foi o ano mais quente já registrado, cerca de 1,55°C acima do nível pré-

industrial, e que os dez anos de 2015 a 2024 foram os dez mais quentes da série histórica. A atualização decenal da OMM divulgada em maio de 2026 projeta a média global entre 1,3°C e 1,9°C acima do período pré-industrial até 2030, com 86% de chance de que ao menos um ano entre 2026 e 2030 supere 2024 como o mais quente, e 91% de probabilidade de que o planeta ultrapasse temporariamente 1,5°C em pelo menos um desses anos. A previsão de um El Niño para o fim de 2026 aumenta a chance de 2027 bater novo recorde.

2.2. Europa: a onda de calor mais mortal já registrada

As ondas de calor europeias de 2026 começaram já em 22 de maio, com um pico de 40,3°C em Mora (Portugal) em 27 de maio e recordes de maio e primavera quebrados em vários países. O episódio de junho foi o evento de calor mais extremo já vivido na Europa: estimativas apontam cerca de 20.390 mortes relacionadas ao calor entre 22 e 28 de junho em todo o continente.

Dados do monitor de mortalidade EuroMOMO, apoiado pelo ECDC e pela OMS, indicam mais de 10 mil mortes em excesso em junho, das quais mais de 9 mil entre pessoas com 65 anos ou mais. O padrão meteorológico responsável foi um chamado “omega block”, que empurrou temperaturas até 18°C acima da média sazonal. Na Espanha, só maio de 2026 registrou um recorde de 101 mortes por calor, 3,6 vezes a média mensal da última década. No Reino Unido, o pico chegou a 35,1°C em Kew Gardens, com estimativas de cerca de 550 mortes entre 21 e 29 de maio e quase 2.200 entre 18 e 28 de junho na Inglaterra e no País de Gales.

2.3. Incêndios florestais e evacuações

Na semana de 28 de julho, França e Espanha lutavam contra incêndios que ardiam havia quase uma semana, ameaçados por uma nova onda de calor, seca e ventos fortes. A quarta onda de calor da França em 2026 chegou a temperaturas próximas de 40°C, e na Espanha 116 mil pessoas tiveram de deixar suas casas desde o início dos incêndios. Segundo a ONU, mais de 250 mil hectares queimaram na Europa, com 1.254 incêndios detectados desde o início de 2026. O World Weather Attribution calculou que valores de severidade de fogo como os observados na Espanha central em julho de 2026 são hoje ao menos 20 vezes mais prováveis do que num clima pré-industrial.

2.4. Ásia e norte da África

Na Índia, a estação chegou com ferocidade incomum: as temperaturas se aproximaram de 50°C, Sri Ganganagar registrou 48,2°C em 27 de maio (o ponto mais quente do planeta naquele dia) e, no pico, todas as 50 cidades mais quentes do mundo estavam em território indiano — 26 delas só em Uttar Pradesh. A demanda de energia bateu recorde de 270,82 GW em 21 de maio. Um estudo estima que um único dia de calor extremo está associado a cerca de 3.400 mortes em excesso na Índia, e que uma onda de cinco dias poderia levar a cerca de 30 mil mortes adicionais; cinco estados concentram 66% das mortes em excesso, mas respondem por apenas 29% do PIB. No fim de julho, o The Guardian relatou que a mortalidade continuava a subir e que o número real pode estar sendo subestimado.

A mesma análise da ONU registrou temperaturas próximas de 49°C no norte da África, colocando hospitais e redes elétricas sob forte pressão, e apontou que o Japão vivia sua mais longa sequência de dias a 40°C já medida, enquanto tempestades mortais atingiam o Chile.

Números-chave de 2026

- 2024 foi o ano mais quente já registrado (~1,55°C acima do pré-industrial)
- 91% de chance de ultrapassar 1,5°C em ao menos um ano até 2030 (OMM)
- ~20.390 mortes por calor na Europa (22–28 de junho)
- >250.000 hectares queimados e 1.254 incêndios na Europa desde janeiro
- 116.000 pessoas evacuadas na Espanha
- Índia: ~3.400 mortes em excesso por dia de calor extremo; pico de 270,82 GW
- Norte da África perto de 49°C; Japão com recorde de dias consecutivos a 40 °

3. Climate Week NYC 2026: escala, foco e saúde

A Climate Week NYC ocorre de 20 a 27 de setembro de 2026 e deve reunir mais de 100 mil pessoas em mais de mil eventos por Nova York. A programação abre com a Cerimônia de Abertura na segunda-feira, 21, seguida do Hub Live nos dias 21 e 22, com plenárias, breakouts e mesas-redondas executivas. O evento acontece em paralelo à Assembleia Geral da ONU e, neste ano, coincide com o Yom Kippur — algo que a organização classificou como inevitável.

O programa oficial cobre doze temas, de Energia e Finanças a Alimentação e Saúde, com questões transversais como adaptação, resiliência, liderança jovem e transição justa. O tom desta edição desloca-se da ambição para a implementação, num contexto de sistemas de energia sendo redesenhados e de demanda elétrica em alta, puxada por eletrificação, inteligência artificial e infraestrutura digital.

A saúde deixou de ser assunto lateral: a Climate Week estreou seu primeiro programa dedicado ao tema em 2024, explorando os impactos do clima na saúde, a desigualdade de desfechos entre grupos e as inovações de mitigação, ancorada na definição da OMS de que a mudança climática é a maior ameaça à saúde da humanidade. Na edição de 2025, o Resilience Hub abrigou uma sessão de saúde sobre adaptação, com patrocínio de empresas como Mercer, Elevance Health e The Hartford.

4. COP31: quando, onde e quem comanda

A COP31 será no Antalya Expo Center, na Turquia, de 9 a 20 de novembro de 2026. A liderança é dividida de forma inédita: a Turquia sedia e detém a Presidência, com a Austrália nomeada Presidente das Negociações (o ministro Chris Bowen) e a pré-COP a cargo do Pacífico. Murat Kurum, ministro turco do Meio Ambiente, é o presidente-designado. A Cúpula de Líderes Mundiais ocorrerá nos dias 11 e 12 de novembro — no 3º e 4º dias da conferência, e não no início, como em edições anteriores.

A escala é considerável: a Presidência espera cerca de 100 mil participantes e os 197 países-parte da UNFCCC. O espaço divide-se em duas zonas — a Zona Azul, área oficial de negociações gerida pela ONU e restrita a credenciados, e a Zona Verde, a face pública da ação climática, aberta a todos.

4.1. As dez prioridades da Agenda de Ação

A Agenda de Ação turca, batizada de "COP do Futuro", organiza-se em dez temas prioritários, tendo finanças, tecnologia e capacitação como eixos transversais:

- **Resíduo Zero** — economia circular, redução do metano de resíduos e combate à perda e desperdício de alimentos;
- **Oceanos e Mares** — resiliência de ecossistemas costeiros e marinhos e carbono azul;
- **Segurança Alimentar** — transição para sistemas alimentares sustentáveis e resilientes;
- **Cidades Resilientes ao Clima**, **Transição para Energia Limpa** e **Industrialização Verde**;
- **Juventude e Educação**, **Sinergia do Rio** e **Sistemas de Saúde Dinâmicos e Resilientes**.

O eixo de resíduo zero tem forte impulso turco: a primeira-dama Emine Erdoğan preside honorariamente a Fundação Resíduo Zero e integra o Conselho Consultivo do Secretário-Geral da ONU sobre Resíduo Zero, criado por três anos com 12 membros.

4.2. A grande novidade: a meta "35 by 35"

O carro-chefe da Agenda é a meta "35x35", apresentada em Bonn em 9 de junho: elevar a fatia da eletricidade no consumo final de energia de pouco mais de 20% hoje para 35% até 2035, o que exige eletrificar transporte, aquecimento e indústria. A iniciativa é voluntária e não vinculativa. Há ainda outras duas metas de destaque: reduzir pela metade o crescimento do lixo global até 2035 e cortar a intensidade energética dos edifícios em pelo menos um quarto.

4.3. Financiamento: a herança de Belém

A Nova Meta Coletiva Quantificada (NCQG), definida na COP29, compromete os países a mobilizar ao menos US$ 300 bilhões por ano até 2035 para nações em desenvolvimento, enquanto o "Roteiro de Baku a Belém rumo a US$ 1,3 trilhão" busca ampliar esse valor para US$ 1,3 trilhão anuais. O roteiro entra em fase de consolidação, com a primeira atualização de implementação prevista para a COP31. Ainda assim, análise do NRDC estima que, na trajetória atual, as fontes cobertas pela meta chegariam a cerca de US$ 427 bilhões anuais até 2035 — menos de um terço do objetivo.

4.4. Saúde na COP31

A Presidência incluiu "Sistemas de Saúde Dinâmicos e Resilientes" como tema prioritário, defendendo uma transformação estrutural que permita antecipar, absorver, adaptar-se e recuperar-se de choques climáticos. O eixo abrange infraestrutura de saúde resiliente, alerta precoce e monitoramento de surtos, ar limpo e apoio a grupos vulneráveis. A OMS, com a Wellcome, sediará o Health Pavilion na Zona Azul, com programação de duas semanas; as propostas de eventos vão até 12 de setembro. A aliança ATACH, liderada pela OMS, reúne mais de 100 países e mais de 100 parceiros.

4.5. Caretta, Startup Zone e engajamento

Para aproximar o público, a COP31 adotou como mascote a Caretta, tartaruga-cabeçuda do Mediterrâneo apresentada como embaixadora da ação climática e da "história dos mares". A conferência também estreia a primeira Startup Zone de uma COP, na Zona Verde, reunindo

startups climáticas, investidores e tomadores de decisão. No campo do financiamento privado, a Presidência firmou parceria com a Bloomberg Philanthropies para apoiar a Agenda de Ação.

4.6. Tensões na largada

Em Bonn, as copresidências de Austrália e Turquia foram criticadas por não apresentarem prioridades políticas claras, sendo a meta de eletrificação a única iniciativa concreta — e com status negociado incerto. O Greenpeace saudou a proposta, mas ressaltou que ela precisa vir acompanhada de rápida eliminação dos combustíveis fósseis para manter o limite de 1,5°C ao alcance.

5. Outros eventos ambientais das últimas duas semanas

Diplomacia rumo a Antalya. Nos dias 22 e 23 de julho, a cidade de Shamakhi, no Azerbaijão, sediou a terceira reunião informal de chefes de negociação da UNFCCC, organizada em parceria com Turquia e Austrália, com mais de 70 delegados de 34 países. O encontro tratou de financiamento climático, transição justa, adaptação, mitigação, o plano de trabalho da Presidência da COP31 e a iniciativa "Missão 1.5 rumo a Belém".

Prazos abertos. Seguem abertas até 14 de agosto de 2026 as candidaturas para Parcerias e Eventos Paralelos do Pavilhão da Turquia na COP31, e até 12 de setembro as propostas para o Pavilhão da Saúde, coordenado pela OMS.

Alerta científico e institucional. Além dos incêndios, a ONU classificou o alarme climático como soando "de todas as direções", enquanto o World Weather Attribution reforçava, em novo estudo, o nexo entre o aquecimento global e a severidade dos eventos extremos do verão de 2026 no Hemisfério Norte.

Tendências do Mercado de Trabalho na América Latina e Caribe: empregabilidade e informalidade em um mundo do trabalho em franca transformação

Tendencias del Mercado Laboral en América Latina y el Caribe: empleabilidad e informalidad en un mundo del trabajo en rápida transformación

Labor Market Trends in Latin America and the Caribbean: employability and informality in a rapidly transforming world of work

Frederico Peres

Resumo: A Organização Internacional do Trabalho (OIT) lançou, em julho último, o Relatório Tendências do Mercado de Trabalho na América Latina e no Caribe, que analisa as transformações estruturais recentes observadas na América Latina e do Caribe e seus impactos sobre as taxas regionais de ocupação e desocupação, bem como sobre e empregabilidade em geral. A partir da compilação e análise de dados macroeconômicos e do mercado de trabalho de países da região, o documento identifica que as economias latino-americanas e caribenhas, de uma forma geral, ultrapassaram a fase de recuperação pós-pandemia e entraram em um novo período, caracterizado pela crescente influência de fatores estruturais como a transição demográfica, as transformações tecnológicas e a persistência da informalidade. A resiliência observada no mundo do trabalho na América Latina e no Caribe em 2025-2026, expressa por taxas mínimas históricas de desemprego, é real, mas frágil, sustentada por um crescimento moderado que ainda não resolveu os hiatos de produtividade nem a superação das históricas desigualdades que marcam o desenvolvimento regional. O enfrentamento de tais desafios passa, entre outras ações sistêmicas, pela capacidade de integrar mulheres e jovens em postos de alta produtividade, assim como pela transformação da informalidade persistente em trabalho decente. Somente através de uma transformação estrutural coordenada, que priorize a competência integral e a estabilidade macroeconômica, a região da América Latina e do Caribe poderá converter a resiliência atual em prosperidade sustentável de longo prazo.

Palavras-chave: Desemprego; Informalidade; Precarização do trabalho; Trabalho decente; Iniquidades de gênero.

Resumen: *En julio último, la Organización Internacional del Trabajo (OIT) publicó el informe "Tendencias del Mercado Laboral en América Latina y el Caribe", que analiza las recientes transformaciones estructurales observadas en América Latina y el Caribe y sus impactos en las tasas regionales de empleo y desempleo, así como en la empleabilidad en general. Con base en la recopilación y el análisis de datos macroeconómicos y del mercado laboral de los países de la región, el documento identifica que las economías de América Latina y el Caribe, en general, han superado la fase de recuperación post pandémica y han entrado en un nuevo período caracterizado por la creciente influencia de factores estructurales como la transición demográfica, las transformaciones tecnológicas y la persistencia de la informalidad. La resiliencia observada en el mundo del trabajo en América Latina y el Caribe en 2025-2026,*

expresada por tasas de desempleo históricamente bajas, es real pero frágil, sostenida por un crecimiento moderado que aún no ha resuelto las brechas de productividad ni superado las desigualdades históricas que marcan el desarrollo regional. Abordar estos desafíos implica, entre otras acciones sistémicas, la capacidad de integrar a mujeres y jóvenes en puestos de alta productividad, así como transformar la informalidad persistente en trabajo decente. Solo mediante una transformación estructural coordinada que priorice la competencia integral y la estabilidad macroeconómica, la región de América Latina y el Caribe podrá convertir la resiliencia actual en prosperidad sostenible a largo plazo.

Palabras clave: *Desempleo; Informalidad; Inseguridad laboral; Trabajo decente; Desigualdades de género.*

Abstract: *Last July, the International Labour Organization (ILO) published the report "Labour Market Trends in Latin America and the Caribbean", which examines recent structural changes in the region and their effects on employment and unemployment rates, along with overall employability. The document concludes that, following the aggregation and examination of macroeconomic and labor market statistics from regional nations, the economies of Latin America and the Caribbean have largely progressed past the post-pandemic recovery stage and have entered a new era marked by the increasing impact of structural elements like demographic shifts, technological advancements, and ongoing informality. The robustness evident in the region's labor market during 2025–2026, exemplified by unprecedentedly low unemployment figures, is genuine but fragile, supported by modest growth that has not yet bridged productivity disparities or addressed the longstanding imbalances characterizing regional advancement. Confronting these obstacles necessitates, among various structural measures, the capacity to incorporate women and youth into high-yield employment and to convert enduring informality into respectable work. The Latin American and Caribbean area can only convert its present resilience into enduring prosperity with a synchronized structural overhaul that emphasizes holistic skills enhancement and macroeconomic stability.*

Keywords: *Unemployment; Informal employment; Precarious labor; Decent work; Gender disparities.*

Introdução

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) lançou, em julho último, o relatório Tendências do Mercado de Trabalho na América Latina e no Caribe. A partir de uma análise das transformações estruturais recentes observadas na América Latina e do Caribe, o documento identifica que os mercados de trabalho na região, de uma forma geral, ultrapassaram a fase de recuperação pós-pandemia e entraram em um novo período, caracterizado pela crescente influência de fatores estruturais como a transição demográfica, as transformações tecnológicas e a persistência da informalidade.

Em um momento em que a região transita entre os resultados de programas e políticas adotados para promover a recuperação econômica e a empregabilidade e as incertezas relacionadas à ascensão de governos conservadores, historicamente vinculados à flexibilização de normas e redes de proteção social do trabalho, este documento serve como um importante indicador de tendências no mundo do trabalho, no curto e médio prazos, apontando os desafios

que a região deve enfrentar na promoção do trabalho decente e garantia da produtividade sistêmica.

O documento destaca a resiliência dos mercados de trabalho na região, cujas tendências recentes desvelam um padrão distinto do dinamismo econômico tradicionalmente observado na região, sobretudo no que diz respeito à vinculação entre o crescimento do PIB e do emprego. Dados analisados no documento apontam que, embora o PIB regional tenha crescido apenas 2,4% em 2025, com projeções de desaceleração para a faixa de 2,2% a 2,3% em 2026, a região atingiu níveis de desocupação historicamente baixos.

Os terremotos que atingiram a Venezuela, em 24 de junho deste ano, causaram, além de sofrimento humano significativo e perda de vidas, danos materiais severos, afetando infraestrutura e meios de subsistência. Seu impacto sub-regional no crescimento econômico, no emprego e na renda, não avaliados no presente relatório, ainda deve ser considerado em projeções futuras. Nas outras sub-regiões, como na América Central, e mesmo em países caribenhos como a República Dominicana, a perspectiva é relativamente mais favorável, com exceção de Cuba e Haiti que, por motivos diversos, enfrentam graves crises humanitárias, já abordadas anteriormente nestes Cadernos.

Ainda segundo o relatório, Guatemala, Panamá, Honduras e República Dominicana devem permanecer entre as economias de crescimento mais rápido da região, com taxas de crescimento próximas ou superiores a 4%. Já o México apresenta um caso singular, onde embora as taxas de crescimento projetadas devem permanecer relativamente baixas, em comparação com a média regional, segundo estimativas da CEPAL, do FMI e do Banco Mundial, com previsão de crescimento entre 1,3% e 1,6%, permanecendo entre as de crescimento mais lento da região.

De modo geral, o cenário esperado para a América Latina em 2026 combina expansão econômica positiva com sinais de desaceleração em um número significativo de países. Isso cria um contexto no qual o progresso do mercado de trabalho dependerá não apenas do crescimento econômico, mas também da capacidade das economias de melhorar a produtividade, promover a formalização e expandir a participação da força de trabalho entre grupos com níveis mais baixos de integração ao mercado de trabalho.

Contudo, destaca o relatório, as incertezas no cenário geopolítico global, em particular os conflitos no Oriente Médio e entre a Rússia e a Ucrânia, reduzem o potencial de expansão econômica e limitam a capacidade de geração de empregos de maior qualidade. Adicionalmente, o cenário geopolítico Latino-americano e os novos projetos de governo liderados por forças conservadoras, na região, colocam novas camadas de incerteza ao cenário prospectivo, devendo ser analisadas e consideradas nas projeções futuras.

Contexto Macroeconômico: crescimento moderado em ambiente de elevada incerteza

O relatório destaca que a economia regional manteve crescimento positivo em 2025, alcançando expansão do Produto Interno Bruto (PIB) de aproximadamente 2,4%, resultado ligeiramente superior às previsões anteriores. Entretanto, essa trajetória ocorre em um ambiente internacional marcado por elevada instabilidade geopolítica, desaceleração do comércio internacional, volatilidade financeira e aumento dos preços da energia decorrentes dos conflitos no Oriente Médio e entre Rússia e Ucrânia.

A crise no Oriente Médio, por exemplo, expõe uma assimetria importante: enquanto países exportadores de combustíveis fósseis como Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, México e

Trinidad e Tobago possuem reservas para amortizar as pressões causadas pelo aumento e a volatilidade do preço do petróleo global, a vasta maioria dos países da região — importadores de tais combustíveis fósseis —, enfrenta pressões inflacionárias persistentes que ameaçam os custos de produção e a estabilidade dos salários reais.

Para 2026, as projeções compiladas no documento apontam para uma desaceleração moderada do crescimento, situando-o entre 2,2% e 2,3%, segundo dados da CEPAL, do FMI e do Banco Mundial citados. Apesar desse ritmo relativamente baixo, a região demonstra maior resiliência do mercado de trabalho quando comparada aos anos anteriores, indicando que fatores estruturais passaram a exercer influência crescente sobre a dinâmica do emprego.

Outro aspecto central, destacado pela OIT no documento, é a continuidade do processo de redução da inflação regional. Após os elevados níveis observados entre 2021 e 2024, a inflação apresentou desaceleração importante, favorecendo a recuperação do poder de compra dos salários e criando condições macroeconômicas mais favoráveis para a manutenção do emprego e para novos investimentos. Segundo dados e projeções apresentados no relatório, a inflação média regional caiu de 16,6% em 2024 para cerca de 7,6% em 2025, com expectativa de redução adicional para 6,7% em 2026 e 4,9% em 2027. O documento ressalta, entretanto, que esse movimento não ocorre de maneira homogênea. Persistem diferenças importantes entre países, determinadas pelas distintas políticas monetárias, pelos diferentes graus de dependência das importações de energia e pela intensidade com que os choques internacionais afetam as economias nacionais.

Assim, embora a inflação tenha deixado de ser o principal fator de desequilíbrio macroeconômico da região, sua trajetória continua sendo um elemento relevante para a evolução do mercado de trabalho. Os principais aspectos destacados pelo relatório sobre o cenário macroeconômico, atual e no futuro próximo, foram:

- Tendências do PIB: as projeções para 2026 convergem para um crescimento regional moderado entre 2,2% e 2,3%, situando-se abaixo da média global. A heterogeneidade é a tônica: a Guiana mantém um ritmo excepcional de 16,3%, impulsionada pela exploração e extração de suas reservas de petróleo, enquanto a Argentina vivencia uma desaceleração, ajustando-se de 4,4% em 2025 para uma faixa entre 3,3% e 3,6% em 2026;

- Dinâmica da Inflação: A trajetória de convergência inflacionária é um imperativo para a previsibilidade do mercado. A inflação média regional, que atingiu 16,6% em 2024 (fortemente impactada pela volatilidade argentina), projeta-se em 6,7% para 2026. A moderação de preços é o principal catalisador para a recuperação do poder de compra. Sem estabilidade monetária, os ganhos nominais de emprego são erodidos, impedindo a consolidação de um mercado de consumo interno robusto e elevando a incerteza para investimentos de longo prazo em capital humano.

Este cenário de estabilização macroeconômica, embora positivo, estabelece um teto para o dinamismo laboral, tornando a resiliência dos indicadores de emprego um fenômeno que exige análise profunda para além das superfícies estatísticas.

O Paradoxo do Desemprego em Taxas Mínimas Históricas

O relatório da OIT identifica que os mercados de trabalho latino-americanos mantiveram evolução positiva durante o ano de 2025. Entre os principais resultados observados

destacam-se a continuidade da expansão do emprego, com consequente redução da taxa regional de desemprego, uma melhora gradual de alguns indicadores de qualidade do emprego e a estabilização das taxas de participação da força de trabalho. Todavia, diferentemente do que se passou no período imediatamente posterior à pandemia (2023-2024), a melhora recente (2025-2026) não decorre apenas da criação acelerada de postos de trabalho ou de aumento significativo do PIB.

As taxas mínimas de desocupação, registradas na América Latina e no Caribe em 2025-2026, não são, necessariamente, frutos de uma situação econômica pujante e vigorosa, adverte o documento da OIT. Mas sim de um fenômeno que combina resultados de políticas e programas de recuperação pós-pandemia e menor oferta de mão de obra em diferentes setores — evidenciando um contexto de "armadilha de baixo crescimento e baixa desocupação".

Em 2025, a taxa regional de desocupação atingiu o mínimo histórico de 5,3%. No entanto, a decomposição sub-regional revela importantes disparidades (Quadro 1):

Quadro 1 – distribuição sub-regional das taxas de ocupação e desocupação na América Latina e no Caribe

Sub-região	Taxa de Participação (%)	Taxa de Ocupação (%)	Taxa de Desocupação (%)
México-CARD	60,4	58,4	3,2
Cone Sul	63,2	59,3	6,2
Países Andinos	67,7	63,6	6,1
Caribe	63,9	61,2	4,3
Total ALC	63,3	59,9	5,3

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da OIT (2026)

A redução da desocupação é, em grande medida, atribuída ao menor crescimento da oferta de mão de obra, associado ao envelhecimento populacional, à transição demográfica e às mudanças na composição da população em idade ativa. Em outras palavras, a redução da taxa de desocupação passa a refletir mudanças demográficas e estruturais, além da própria dinâmica econômica.

A desaceleração no crescimento da força de trabalho, com uma menor quantidade de jovens entrando no mercado de trabalho, acaba por reduzir a pressão sobre a oferta. Assim, a baixa desocupação pode ser entendida, também, como um sintoma de contração demográfica, e não apenas como decorrência do aumento de postos de trabalho, o que impõe um limite estrutural ao crescimento do PIB potencial.

Outro aspecto importante destacado no documento, e que merece especial destaque para a interpretação dos indicadores de trabalho e emprego na região, é o fato de a menor taxa histórica de desemprego não poder ser interpretada como sinônimo de melhora significativa das condições de trabalho, ou da ampliação do trabalho decente nos países latino-americanos e caribenhos. Isto porque embora a taxa regional de desocupação tenha alcançado um dos

menores níveis das últimas décadas, a qualidade do emprego não avançou na mesma intensidade.

A razão principal encontra-se na permanência de um elevado contingente de trabalhadores latino-americanos e caribenhos inseridos em ocupações informais. O relatório destaca que embora a informalidade tenha apresentado redução em 2025, essa redução ocorreu principalmente pela criação de empregos formais, e não pela eliminação de postos informais. Assim, e apesar do avanço, registrado, aproximadamente metade da população ocupada da América Latina e do Caribe continua trabalhando na informalidade.

Desta forma, é possível considerar que um dos principais desafios para o mundo do trabalho, na região, deixou de ser apenas gerar empregos, passando a ser produzir empregos produtivos, protegidos e de qualidade. Importante destacar que a elevada informalidade implica na ausência ou limitação das redes de proteção social, menor cobertura previdenciária, maior insegurança ocupacional, menores salários, reduzido acesso à qualificação profissional, baixa produtividade e elevada vulnerabilidade diante de crises econômicas, sanitárias ou climáticas.

Em síntese, embora as taxas de desocupação tenham alcançado níveis mínimos históricos na América Latina e no Caribe, a qualidade do emprego e a produtividade estagnada ainda representam um verdadeiro bloqueio sistêmico ao efetivo desenvolvimento regional.

Persistência das Desigualdades Estruturais no Mundo do Trabalho Regional

Mesmo diante dos avanços observados, o relatório da OIT destaca a permanência de importantes desigualdades estruturais na região, com impactos diretos e indiretos sobre a qualidade do emprego na América Latina e no Caribe. O desafio da inclusão de mulheres e jovens no mercado de trabalho regional não deve ser entendido, apenas, como meta para a promoção de justiça social, mas como um imperativo estratégico para a promoção do trabalho equitativo e decente na região, sobretudo em um contexto em que o envelhecimento populacional já impacta as dinâmicas de empregabilidade e ocupação.

Enfrentamento das históricas iniquidades de gênero

O relatório destaca que, embora tenha ocorrido uma redução importante das diferenças entre homens e mulheres na participação, ocupação e desemprego, ainda persistem muitos obstáculos associados à participação equitativa de mulheres no mercado de trabalho regional, principalmente no que diz respeito à divisão desigual das responsabilidades de cuidado, que limita não apenas a inserção como a permanência de mulheres no mercado de trabalho, impactando a progressão de carreiras e acesso a cargos mais elevados e melhor remunerados.

As evidências compiladas no documento da OIT mostram que a redução da diferença de participação de mulheres no mercado de trabalho regional, observada na última década, perdeu força nos últimos dois anos. Desta forma, embora a participação feminina no mercado de trabalho da América Latina e do Caribe continue a aumentar, as diferenças em comparação com a dos homens permanecem significativas, confirmando que a equidade de gênero no mundo do trabalho continua sendo um dos principais desafios da região.

O relatório destaca, ainda, a persistência de diferenças significativas nas oportunidades de acesso ao mercado de trabalho, com diferenças superiores a 22 pontos percentuais quando comparadas as oportunidades de ingresso de homens e mulheres no mercado de trabalho regional (ou seja, a taxa de desocupação feminina é 43% maior que a registradas entre os

homens na região). Diferenças também observadas no que se refere à discrepância salarial entre homens e mulheres nos países da região.

As disparidades na participação e no emprego tornam-se ainda mais relevantes como expressão das barreiras estruturais que as mulheres enfrentam. A sobrecarga persistente de responsabilidades de cuidado não remuneradas, as limitações no acesso a serviços de cuidado, a segregação ocupacional e as diferenças nas trajetórias de carreira continuam a restringir a equidade de gênero no mundo do trabalho em grande parte da região.

Assim, um dos principais desafios que ainda persistem, na região, é ampliar o acesso efetivo das mulheres a empregos produtivos, formais e de qualidade. Para alcançar esse objetivo, destaca o documento, é necessário complementar as políticas de trabalho e emprego com estratégias que fortaleçam a economia do cuidado, reduzindo a carga do trabalho de cuidado não remunerado (um dos principais fatores que limitam a participação das mulheres na força de trabalho) e ampliando a oferta de serviços de cuidado. Ademais, é fundamental a elaboração e a implementação de políticas que promovam o acesso das mulheres a oportunidades de educação continuada, requalificação e desenvolvimento de habilidades, especialmente em setores com maior produtividade e potencial de crescimento, incluindo aqueles associados à economia verde.

Progressos na redução do desemprego com persistência de lacunas estruturais entre jovens

O relatório da OIT destaca que os jovens latino-americanos e caribenhos continuam apresentando maiores taxas de desemprego, maiores níveis de informalidade, dificuldades de transição entre educação e trabalho e maior exposição (vulnerabilização) às mudanças tecnológicas, quando comparados a trabalhadoras e trabalhadores adultos.

A taxa de desocupação registrada entre jovens (15-24 anos), na região, situou-se em 11,3% em 2025, quase três vezes a taxa de desocupação da população adulta (4,1%). Assim, embora a participação na força de trabalho entre pessoas com 25 anos ou mais tenha conseguido se recuperar — e até mesmo superar parcialmente — os níveis pré-pandemia, a participação dos jovens continua a apresentar uma trajetória mais errática, sem uma recuperação sustentada (em 2025, a taxa de participação dos jovens caiu um ponto percentual em comparação com 2024, enquanto a taxa de participação dos adultos permaneceu estável).

Segundo o documento, essa tendência pode estar associada tanto à permanência mais longa dos jovens no sistema educacional quanto às dificuldades que esse grupo enfrenta para acessar o mercado de trabalho em contextos de menor dinamismo econômico. Esses dois motivos não são, necessariamente, excludentes e refletem a complexidade da transição da educação para o emprego na região. O diagnóstico da OIT identifica três barreiras fundamentais na transição educação-trabalho:

- Baixa Compatibilidade de Competências Educacionais e Demandas do Mercado de Trabalho: existe uma lacuna crítica, e não apenas no que se refere à expansão da IA, entre as competências e habilidades trabalhadas na educação básica e as demandas do mundo do trabalho contemporâneo. Sobretudo no que diz respeito às competências cognitivas, socioemocionais e digitais básicas exigidas pelo mercado moderno;
- Fragmentação dos Sistemas de Formação e de Trabalho/Emprego: a desconexão entre currículos acadêmicos e as necessidades dinâmicas dos setores produtivos, na região, são fruto, em parte, pela fragmentação entre os sistemas educacionais — cada vez mais

ocupados por instituições privadas de ensino — e as demandas de um mercado de trabalho em constante transformação, sobretudo no que se refere à inclusão tecnológica e as novas formas de organização do trabalho;

- Limitados Mecanismos de Intermediação Educação-Trabalho: a ausência de sistemas eficientes de busca e de oferta de primeiras experiências laborais limita a entrada de jovens no mercado de trabalho, comprometendo a transição entre o sistema educacional e o mundo do trabalho e facilitando a precarização do primeiro emprego acessado por estes jovens latino-americanos e caribenhos;

Como consequência, a informalidade acaba sendo o principal destino para uma enorme parcela dos jovens que ingressam no mercado de trabalho, na região, perpetuando ciclos de baixa proteção, precarização do trabalho e produtividade limitada.

Informalidade e a Crise do Trabalho Decente

Indicadores e tendências recentes sobre o emprego informal, apresentados e discutidos no documento da OIT, mostram que a América Latina continua a progredir muito lentamente rumo a uma maior formalização do emprego. Um progresso que, segundo o relatório, permanece insuficiente dada a magnitude do desafio que a questão representa na América Latina e no Caribe.

Em 2025, a taxa de informalidade para os 15 países latino-americanos cujos dados foram compilados no relatório ficou em 47,4%, representando uma redução de 0,9 ponto percentual em comparação com 2024 (e o nível mais baixo desde 2019). Apesar dessa melhora, praticamente uma em cada duas pessoas empregadas na região continua a trabalhar em condições informais.

As médias regionais mascaram, ainda, desigualdades territoriais e setoriais relevantes, com a informalidade concentrada mais intensamente em áreas rurais e em atividades agrícolas de baixa produtividade, bem como nas periferias dos grandes centros urbanos. Com relação ao primeiro, é importante destacar que embora o emprego agrícola tenha perdido peso relativo no mundo do trabalho regional, por conta da forte mecanização, concentração de terras e migração de populações rurais para as zonas urbanas, ele continua sendo uma fonte central de renda nas áreas rurais, onde quase metade da população empregada trabalha no setor agrícola e onde a pobreza permanece consideravelmente maior do que nas áreas urbanas.

O progresso agregado na formalização deve ser interpretado em conjunto com a capacidade das políticas de produção e de trabalho de transformar a integração do mercado de trabalho, sobretudo em territórios rurais. Tal consideração é particularmente importante quando se observa que, em 2025, a diminuição do desemprego se concentrou no setor formal, responsável por uma parcela significativa dos novos empregos criados no período. Em outras palavras, a melhoria observada no mercado de trabalho não se baseou apenas na expansão do emprego, mas também em uma mudança positiva em sua composição que, na região, obscurece a permanência dos elevados índices de informalidade.

O fato de quase metade da população empregada na região continuar a trabalhar na economia informal sublinha que o principal desafio já não é apenas criar mais empregos, mas sim acelerar o processo de desprecarização e promoção da formalização no mundo do trabalho. Num contexto de crescimento económico moderado e de crescimento mais lento da força de trabalho, a expansão do emprego formal assume, segundo a OIT, uma importância estratégica,

não só pelos seus efeitos nas condições de trabalho e na proteção social, mas também pela sua contribuição para o aumento da produtividade e o reforço do potencial de crescimento das economias da região.

A informalidade na América Latina e no Caribe segue sendo, portanto, um entrave ao desenvolvimento, impedindo ganhos de escala e o acesso equitativo às tecnologias que, por consequência, limitam a promoção do trabalho decente na região. E, assim, colocam a questão no centro da agenda de desenvolvimento produtivo, sustentável e equitativo da região.

Estratégias da OIT e o Caminho para o Trabalho Decente

O relatório da OIT conclui sua análise reafirmando que o enfrentamento da informalidade exige políticas públicas integradas e coordenadas, capazes de atuar, simultaneamente, sobre crescimento econômico, produtividade, proteção social e qualidade do emprego. Inspirado na Declaração Tripartite de Punta Cana (2025), o documento propõe uma agenda regional baseada nos seguintes eixos estratégicos:

1. **Promover crescimento econômico inclusivo**, capaz de gerar empregos produtivos e sustentáveis.
2. **Acelerar a transição da economia informal para a economia formal**, fortalecendo instituições do mercado de trabalho e reduzindo barreiras regulatórias e produtivas à formalização.
3. **Fortalecer políticas de desenvolvimento produtivo**, aumentando a produtividade das empresas e dos trabalhadores, especialmente dos pequenos empreendimentos.
4. **Expandir sistemas de proteção social**, assegurando cobertura previdenciária, proteção contra riscos e segurança de renda aos trabalhadores.
5. **Investir na formação contínua e no desenvolvimento de competências**, articulando aprendizagem ao longo da vida com as novas demandas decorrentes da digitalização, da inteligência artificial, da transição ecológica e das mudanças demográficas.
6. **Fortalecer a inclusão laboral de mulheres e jovens**, reduzindo barreiras estruturais de acesso ao emprego de qualidade.
7. **Valorizar o diálogo social tripartite**, envolvendo governos, empregadores e trabalhadores na construção de políticas públicas baseadas em evidências.
8. **Articular políticas de emprego, produtividade, proteção social e transição justa**, preparando os mercados de trabalho para os impactos das transformações tecnológicas, climáticas e demográficas.

E conclui apontando que os dados sobre desemprego e empregabilidade de 2025-2026 mostram que a América Latina e o Caribe atingiram um ponto de inflexão. Os baixos índices de desocupação (5,3%) não podem/devem ser interpretados como indicador de absoluto sucesso e pujança econômica, mas como um alerta sobre fatores sistêmicos e estruturais que passam a ter maior destaque quando comparados às dinâmicas econômicas dos anos anteriores. Com destaque, entre estes fatores, à contração da oferta laboral decorrente da transição demográfica, às históricas iniquidades de gênero e a persistente informalidade do mercado de trabalho regional.

A resiliência observada no mundo do trabalho na América Latina e no Caribe em 2025-2026 é real, mas frágil, sustentada por um crescimento moderado que ainda não resolveu os hiatos de produtividade nem a superação das históricas desigualdades que marcam o

desenvolvimento regional. O foco estratégico para a superação de tais desafios, segundo o documento da OIT, deve deslocar-se da quantidade de empregos para a qualidade e a formalidade. O verdadeiro progresso regional será medido pela capacidade de integrar mulheres e jovens em postos de alta produtividade e pela transformação da informalidade persistente (47,4%) em trabalho decente. Somente através de uma transformação estrutural coordenada, que priorize a competência integral e a estabilidade macroeconômica, a região da América Latina e do Caribe poderá converter a resiliência atual em prosperidade sustentável de longo prazo.

Crises migratórias e proteção internacional: desafios contemporâneos em Ceuta, Mianmar e nos 75 anos da Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados

Crisis migratorias y protección internacional: desafíos actuales en Ceuta, Myanmar y en el 75.º aniversario de la Convención sobre el Estatuto de los Refugiados

Migration Crises and International Protection: Contemporary Challenges in Ceuta, Myanmar, and the 75th Anniversary of the Convention Relating to the Status of Refugees

Rafael Gomes França, Giacomo Giannelli, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura

Resumo: O presente informe, elaborado pelo Grupo de Trabalho sobre Migrações, Refúgio e Saúde Global, apresenta um panorama de acontecimentos recentes relacionados à migração e ao refúgio, com destaque para a crise migratória em Ceuta, os 75 anos da Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados e o possível naufrágio de embarcações com refugiados rohingya na costa de Mianmar. A crise em Ceuta teve início em 30 de julho de 2026, quando cerca de 60 mil pessoas atravessaram a fronteira entre Marrocos e o enclave espanhol, provocando uma grave sobrecarga dos serviços públicos, dezenas de mortes e uma resposta emergencial do governo espanhol, que reforçou o controle das fronteiras e intensificou a cooperação com Marrocos. O episódio mobilizou a União Europeia, reacendeu o debate sobre a governança migratória e foi explorado politicamente por grupos de extrema direita para defender políticas migratórias mais restritivas. O texto também destaca os 75 anos da Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, ressaltando sua relevância como principal instrumento internacional de proteção às pessoas refugiadas, embora alerte para os desafios impostos pelo crescimento das políticas restritivas de controle migratório. Além disso, aborda a preocupação da OIM e do ACNUR com o possível naufrágio de duas embarcações que transportavam mais de 500 refugiados rohingya na costa de Mianmar, evidenciando a persistência dos riscos enfrentados por populações deslocadas e a necessidade de fortalecer a cooperação internacional, as operações de busca e salvamento e os mecanismos de proteção humanitária.

Palavras-chave: Migração; Refúgio; Proteção internacional; Governança migratória.

Resumen: *El presente informe, elaborado por el Grupo de Trabajo sobre Migración, Refugio y Salud Global, ofrece una visión general de los acontecimientos recientes relacionados con la migración y el refugio, con especial énfasis en la crisis migratoria en Ceuta, los 75 años de la Convención sobre el Estatuto de los Refugiados y el posible naufragio de embarcaciones con refugiados rohingya en la costa de Myanmar. La crisis en Ceuta comenzó el 30 de julio de 2026, cuando cerca de 60 mil personas cruzaron la frontera entre Marruecos y el enclave español, lo que provocó una grave sobrecarga de los servicios públicos, decenas de muertes y una respuesta de emergencia del gobierno español, que reforzó el control de las fronteras e intensificó la*

cooperación con Marruecos. El episodio movilizó a la Unión Europea, reavivó el debate sobre la gobernanza migratoria y fue explotado políticamente por grupos de extrema derecha para defender políticas migratorias más restrictivas. El texto también destaca los 75 años de la Convención sobre el Estatuto de los Refugiados, resaltando su relevancia como principal instrumento internacional de protección de las personas refugiadas, aunque alerta sobre los desafíos que plantea el aumento de las políticas restrictivas de control migratorio. Además, aborda la preocupación de la OIM y el ACNUR por el posible naufragio de dos embarcaciones que transportaban a más de 500 refugiados rohingya en la costa de Myanmar, lo que pone de manifiesto la persistencia de los riesgos que enfrentan las poblaciones desplazadas y la necesidad de fortalecer la cooperación internacional, las operaciones de búsqueda y rescate y los mecanismos de protección humanitaria.

Palabras clave: *Migración; Refugio; Protección internacional; Gobernanza migratoria.*

Abstract: *This report, prepared by the Working Group on Migration, Refugees and Global Health, provides an overview of recent developments related to migration and refugee issues, with a particular focus on the migration crisis in Ceuta, the 75th anniversary of the Convention Relating to the Status of Refugees, and the reported shipwreck involving boats carrying Rohingya refugees off the coast of Myanmar. The crisis in Ceuta began on July 30, 2026, when approximately 60.000 people crossed the border between Morocco and the Spanish enclave, placing severe pressure on public services, causing dozens of deaths, and prompting an emergency response from the Spanish government, which strengthened border controls and intensified cooperation with Morocco. The episode mobilized the European Union, reignited debates on migration governance, and was politically exploited by far-right groups to advocate for more restrictive migration policies. The report also marks the 75th anniversary of the Convention Relating to the Status of Refugees, emphasizing its enduring importance as the principal international legal instrument for the protection of refugees while highlighting the challenges posed by the growing adoption of restrictive migration control policies. In addition, it addresses the concerns expressed by the International Organization for Migration (IOM) and the United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR) regarding the possible shipwreck of two boats carrying more than 500 Rohingya refugees off the coast of Myanmar. The incident underscores the persistent risks faced by displaced populations and the need to strengthen international cooperation, search and rescue operations, and humanitarian protection mechanisms.*

Keywords: *Migration; Refugees; International protection; Migration governance.*

Crise Migratória em Ceuta: Causas, efeitos e manipulações

Contextualização

A crise migratória em Ceuta teve início em 30 de julho de 2026, quando aproximadamente 60 mil pessoas provenientes do Marrocos atravessaram, por via terrestre e marítima, a fronteira em direção ao enclave espanhol localizado no norte da África. O intenso fluxo migratório ocorreu em poucas horas, provocando uma rápida sobrecarga da capacidade operacional da cidade e resultando em dezenas de mortes (até o momento foram contadas ao menos 72 mortes) durante as tentativas de travessia[1,2].

Ceuta e Melilla constituem as únicas fronteiras terrestres entre a União Europeia e o continente africano. Embora sejam reivindicadas por Marrocos desde sua independência, em

1956, ambas permanecem sob administração espanhola há mais de cinco séculos e são reconhecidas internacionalmente como parte do território espanhol. Em razão de sua posição geográfica, os dois enclaves consolidaram-se como importantes pontos de entrada para migrantes e refugiados que buscam alcançar o território europeu[2].

A maior parte das pessoas que chegaram a Ceuta era composta por jovens marroquinos, incluindo milhares de crianças e adolescentes desacompanhados. As travessias ocorreram por diferentes pontos da fronteira terrestre e marítima, especialmente pela praia de Tarajal, enquanto novos cruzamentos também foram registrados em Melilla. Em uma cidade com aproximadamente 84 mil habitantes, a chegada de um contingente populacional dessa magnitude provocou impactos imediatos sobre os serviços públicos, a capacidade de acolhimento e a segurança local, levando as autoridades a classificarem a situação como uma emergência humanitária e operacional[1,2].

Nas primeiras horas da crise, milhares de pessoas permaneceram concentradas em diferentes áreas de Ceuta, enquanto as forças de segurança enfrentavam dificuldades para controlar simultaneamente a fronteira, realizar operações de resgate no mar, identificar os migrantes e organizar espaços de acolhimento. A elevada presença de menores desacompanhados e a continuidade das tentativas de travessia agravaram ainda mais a capacidade de resposta das instituições locais, aproximando a cidade de um cenário de colapso operacional[1].

O episódio ocorreu em um contexto de tensões diplomáticas entre Espanha e Marrocos, associado às disputas envolvendo o Saara Ocidental e à cooperação bilateral para o controle das fronteiras. Entre os fatores apontados para o aumento das travessias está uma recente decisão do Supremo Tribunal espanhol que restringiu as devoluções imediatas de migrantes interceptados no mar, circunstância que teria sido explorada por redes de tráfico de pessoas para incentivar novos deslocamentos em direção aos enclaves espanhóis[2].

Nos dias seguintes ao início da crise, Marrocos reforçou os controles fronteiriços e passou a impedir novos deslocamentos em massa, enquanto milhares de migrantes retornaram ao território marroquino. Apesar da redução do fluxo migratório, permaneceram os desafios relacionados ao acolhimento das pessoas que permaneceram em Ceuta, à gestão da fronteira e às repercussões diplomáticas entre os dois países[3,4].

Reações do governo espanhol

Diante da rápida deterioração da situação, o governo espanhol mobilizou efetivos adicionais da Polícia Nacional, da Guarda Civil e das Forças Armadas para Ceuta e Melilla, reforçando a vigilância terrestre, marítima e da barreira fronteiriça. Veículos militares, embarcações e patrulhas passaram a atuar em diferentes pontos da cidade para conter novas tentativas de travessia e restabelecer o controle da fronteira[1,3].

Além das ações de segurança, foram organizados espaços provisórios de acolhimento para atender as pessoas que permaneceram no enclave e iniciados procedimentos de identificação dos recém-chegados, com atenção especial ao elevado número de crianças e adolescentes desacompanhados. Paralelamente, as autoridades espanholas intensificaram as negociações com Marrocos para acelerar o retorno daqueles que haviam ingressado de forma irregular e reforçar a cooperação bilateral na gestão da fronteira[1,3].

As forças de segurança relataram dificuldades para administrar o elevado volume de chegadas, uma vez que precisavam conciliar o controle da fronteira com operações de resgate, assistência humanitária, identificação dos migrantes e manutenção da ordem pública. Esse cenário levou autoridades locais a classificarem a situação como próxima de um colapso operacional, diante da insuficiência dos recursos disponíveis para responder à dimensão da crise[1].

No plano político, o primeiro-ministro Pedro Sánchez deslocou-se para Ceuta e classificou o episódio como uma violação da integridade territorial da Espanha, afirmando que o Estado utilizaria todos os recursos necessários para garantir a segurança da cidade autônoma e preservar a soberania nacional (1,3). O governo também atribuiu parte da intensificação do fluxo migratório à atuação de redes de tráfico de pessoas, que teriam explorado mudanças recentes na interpretação judicial sobre as devoluções imediatas de migrantes interceptados no mar[2].

À medida que Marrocos reforçou os controles na fronteira e interrompeu novos deslocamentos em massa, o fluxo migratório foi gradualmente reduzido. O governo espanhol afirmou ter restabelecido o controle da situação em menos de 48 horas, mantendo, entretanto, o reforço das operações de segurança e o acompanhamento permanente da situação humanitária em Ceuta[3,4].

Reações da comunidade global

A crise migratória em Ceuta teve ampla repercussão internacional e mobilizou diferentes governos e instituições europeias. Em resposta ao aumento do fluxo migratório e às tensões entre Espanha e Marrocos, a União Europeia convocou uma reunião de emergência para discutir a situação e avaliar medidas coordenadas para o fortalecimento da gestão das fronteiras externas do bloco[3,4].

Vinte e dois Estados-membros da União Europeia divulgaram uma carta conjunta dirigida às principais lideranças das instituições europeias, defendendo uma resposta comum à crise e alertando para o risco de que a percepção de facilidade de entrada irregular no território europeu estimulasse novos fluxos migratórios e comprometesse a política comum de migração da União Europeia[4].

Apesar das manifestações de solidariedade à Espanha por parte de diversos países e das instituições europeias, a crise também evidenciou divergências entre os Estados-membros. A Itália anunciou a suspensão temporária da aplicação do Acordo de Schengen em relação à Espanha, medida apoiada por Finlândia e Dinamarca, enquanto França e Portugal informaram que avaliavam a adoção de controles fronteiriços adicionais. Essas decisões provocaram críticas do governo espanhol, que afirmou ter restabelecido o controle da situação em menos de 48 horas e destacou que Ceuta não integra o espaço Schengen[4].

Representantes da Comissão Europeia reiteraram a necessidade de proteger as fronteiras externas da União Europeia e defenderam o fortalecimento da cooperação com Marrocos para conter novos deslocamentos. Outros governos europeus também manifestaram apoio à Espanha, solicitaram maior colaboração das autoridades marroquinas no controle das saídas irregulares e ressaltaram a importância de uma resposta coordenada entre os Estados-membros para preservar a política comum de migração e as regras de circulação no bloco.[3,4]

Além das respostas imediatas, a crise reacendeu o debate sobre a governança migratória na União Europeia, a dependência da cooperação com países vizinhos para o controle das fronteiras externas e a utilização dos fluxos migratórios como instrumento de pressão nas relações diplomáticas entre Estados. O episódio também reforçou a centralidade de Ceuta como uma das principais portas de entrada para migrantes em direção ao território europeu e evidenciou os desafios enfrentados pela União Europeia para conciliar segurança fronteiriça, cooperação internacional e gestão dos fluxos migratórios.[2,3,4]

Impactos políticos e pautas da extrema-direita nos desdobramentos da crise

A crise também evidenciou como episódios migratórios de grande escala podem ser rapidamente apropriados por diferentes atores políticos e utilizados como instrumento de disputa ideológica no contexto europeu. Enquanto o governo do primeiro-ministro socialista Pedro Sánchez concentrava seus esforços na contenção da crise e na manutenção da cooperação diplomática com Marrocos, lideranças e partidos da direita radical passaram a utilizar os acontecimentos para defender o endurecimento das políticas migratórias e o fortalecimento dos controles fronteiriços.

Na Itália, a primeira-ministra Giorgia Meloni suspendeu temporariamente a aplicação do Acordo de Schengen em relação à Espanha e associou a crise à política migratória do governo espanhol, transformando o episódio em um elemento central do debate político europeu, por sua vez, Donald Trump, Presidente dos Estados Unidos, tratou o assunto como uma “tragédia”, exagerando em números e estatísticas e também nas razões desta crise, tornando novamente a questão migratória como uma pauta potencialmente eleitoral e distorcendo os fatos para benefício ideológico.[5]

Paralelamente, a ampla circulação de imagens e narrativas nas redes sociais contribuiu para intensificar a polarização em torno da migração, deslocando parte do debate público das causas estruturais dos deslocamentos humanos para discursos centrados na segurança e no controle das fronteiras, com pouca, ou nenhuma, preocupação pelas causas que levam aos fluxos migratórios e tampouco às populações em deslocamento. Estratégia amplamente utilizada pela extrema-direita para atacar migrantes e refugiados, inclusive levantando um debate a ser observado referente a ações orquestradas envolvendo fluxos migratórios para alimentação de discursos xenofóbicos e de ódio.

75 anos da Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados

Em 28 de julho de 2026, a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados completou 75 anos, reafirmando sua importância como principal instrumento internacional de proteção às pessoas forçadas a deixar seus países em decorrência de perseguições, conflitos, guerras e graves violações de direitos humanos. No Brasil, a data coincide com a aproximação da marca de 1 milhão de pessoas em necessidade de proteção internacional. Segundo o ACNUR, o país abriga atualmente cerca de 977 mil pessoas nessa condição, entre refugiados reconhecidos e solicitantes de refúgio. A legislação brasileira destaca-se internacionalmente por adotar uma definição ampliada de refugiado, assegurar direitos civis e sociais e garantir o princípio da não devolução (non-refoulement)[6].

Elaborada no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados consolidou-se como um importante marco jurídico internacional. Ao longo de mais de sete décadas, esse instrumento tem orientado a resposta da comunidade

internacional a diferentes crises de deslocamento forçado, desde a reconstrução da Europa no pós-guerra até conflitos contemporâneos, como os do Afeganistão, Síria, Ucrânia e Sudão[7].

Atualmente, 149 Estados são partes da Convenção de 1951, do Protocolo de 1967 ou de ambos, evidenciando a ampla adesão ao regime internacional de proteção aos refugiados. Esses instrumentos estabelecem os critérios para o reconhecimento da condição de refugiado, definem os direitos assegurados a essa população e fixam as obrigações dos Estados em matéria de proteção internacional. Entre seus princípios estruturantes destaca-se o da não devolução (*non-refoulement*), que proíbe o retorno de pessoas a territórios onde suas vidas, liberdade ou integridade estejam ameaçadas por perseguição, tortura ou outras formas de grave violação de direitos humanos[7].

A permanência da relevância da Convenção decorre de sua capacidade de adaptação aos desafios contemporâneos. A evolução da jurisprudência internacional, das práticas estatais e das diretrizes do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) ampliou sua aplicação para situações envolvendo perseguição baseada em gênero, recrutamento forçado e deslocamentos marcados pela interação entre mudanças climáticas, conflitos armados e outras formas de violência[7].

Apesar da consolidação desse marco normativo, o sistema internacional de proteção enfrenta desafios crescentes. Em um contexto de intensificação dos conflitos armados e do aumento do deslocamento forçado, estimava-se que cerca de 41,6 milhões de refugiados permaneciam deslocados em 2025. A maior parte dessa população é acolhida por países de baixa e média renda, frequentemente submetidos a limitações econômicas e institucionais, enquanto parcela significativa permanece em situação de exílio prolongado[7].

Nesse cenário, organizações internacionais têm alertado para o crescimento de políticas restritivas de controle migratório, como devoluções sumárias (*pushbacks*), impedimentos de acesso ao território e retornos forçados, práticas que comprometem o exercício do direito de solicitar asilo. Assim, a Convenção de 1951 continua a oferecer o principal referencial jurídico para conciliar a gestão das fronteiras estatais com a garantia da proteção internacional às pessoas em situação de refúgio[7].

OIM e ACNUR manifestam preocupação após possível naufrágio de embarcações com mais de 500 pessoas na costa de Mianmar

Em julho de 2026, a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) manifestaram preocupação diante de relatos sobre o possível naufrágio de duas embarcações que transportavam mais de 500 pessoas na costa de Mianmar. Segundo informações preliminares, os barcos haviam partido do estado de Rakhine, no final de junho, conduzindo majoritariamente pessoas da etnia rohingya, entre elas refugiados provenientes dos campos de Cox's Bazar, em Bangladesh[8].

De acordo com as informações divulgadas, uma das embarcações, com aproximadamente 250 passageiros, perdeu contato pouco depois da partida, enquanto a outra, que transportava cerca de 280 pessoas, teria naufragado em 8 de julho, próximo à costa da região de Ayeyarwady, em Mianmar. As travessias ocorreram em um período atípico para a navegação, caracterizado por condições marítimas mais adversas. Além disso, as fortes chuvas e as inundações registradas na região intensificaram os riscos da viagem, somando-se ao uso

recorrente de embarcações precárias e frequentemente superlotadas, inadequadas para a navegação em alto-mar[8,9].

As vítimas eram, predominantemente, pessoas da etnia Rohingya, originárias do estado de Rakhine, em Mianmar, grupo que há décadas é submetido a perseguições, discriminação e sucessivas violações de direitos humanos. Parte dos passageiros também havia deixado o campo de refugiados de Cox's Bazar, em Bangladesh, considerado o maior assentamento de refugiados do mundo, onde vivem aproximadamente um milhão de rohingyas que buscaram proteção após a escalada da violência em Mianmar, em 2017[9].

A deterioração das condições de vida nesse campo, agravada pela redução do financiamento internacional destinado à assistência humanitária, tem intensificado a vulnerabilidade dessa população e impulsionado um número crescente de pessoas a recorrer a rotas migratórias irregulares e de alto risco. Esse cenário evidencia os efeitos prolongados do deslocamento forçado e a ausência de soluções duradouras para a população rohingya[9].

O aumento dessas travessias também está relacionado à intensificação do conflito armado em Mianmar após o golpe militar de fevereiro de 2021. Relatórios recentes das Nações Unidas apontam que atores externos continuam fornecendo armamentos, munições, combustível de aviação e outros insumos de uso militar às forças armadas mianmarenses, contribuindo para a continuidade da violência e do deslocamento da população civil.

Para a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), os naufrágios também evidenciam a atuação de redes de contrabando e tráfico de pessoas, que exploram a vulnerabilidade de indivíduos em busca de proteção internacional. Diante desse contexto, as agências defendem o fortalecimento da cooperação regional e internacional, com a ampliação das operações de busca e salvamento, a garantia de acesso ao asilo e à proteção internacional e o enfrentamento das organizações criminosas responsáveis pela exploração dessas rotas migratórias, consideradas entre as mais letais do mundo[9].

Referências

1. EL PAÍS. **Ceuta afronta una crisis migratoria sin precedentes tras la entrada masiva de personas desde Marruecos**. Madrid: *El País*, 31 jul. 2026.
2. BBC NEWS BRASIL. **4 perguntas para entender a nova crise migratória em Ceuta, enclave espanhol na África**. BBC News Brasil, 31 jul. 2026. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/c39edxdldxyo?xtor. Acesso em: 3 ago. 2026.
3. EL PAÍS. Cobertura especial sobre a crise migratória em Ceuta e as repercussões diplomáticas entre Espanha e Marrocos. Madrid: *El País*, 1 ago. 2026.
4. BBC NEWS BRASIL. **União Europeia convoca reunião de emergência para discutir a crise migratória em Ceuta**. BBC News Brasil, 1 ago. 2026. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/c4g65x1y140o. Acesso em: 3 ago. 2026.
5. BBC NEWS BRASIL. **Como a crise migratória na Espanha gerou uma tempestade política – alimentada pelas redes sociais**. BBC News Brasil, 2 ago. 2026. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/cx2kp639yx4o. Acesso em: 3 ago. 2026.
6. CNN BRASIL. **Convenção dos Refugiados completa 75 anos; Brasil acolhe quase 1 milhão**. São Paulo: CNN Brasil, 28 jul. 2026. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil/convencao-dos-refugiados-completa-75-anos-brasil-acolhe-quase-1-milhao/. Acesso em: 31 jul. 2026.

7. ACNUR. **75 anos: Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados continua sendo um salva-vidas para milhões de pessoas**. Brasília: ACNUR Brasil, 24 jul. 2026. Disponível em: https://www.acnur.org/br/noticias/notas-informativas/75-anos-convencao-sobre-o-estatuto-dos-refugiados. Acesso em: 31 jul. 2026.
8. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM); ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). **La OIM y el ACNUR profundamente preocupados por incidentes marítimos frente a Myanmar: más de 500 personas habrían fallecido**. Genebra: OIM, 16 jul. 2026. Disponível em: https://www.iom.int/es/news/la-oim-y-el-acnur-profundamente-preocupados-por-incidentes-maritimos-frente-myanmar-mas-de-500-personas-habrian-fallecido. Acesso em: 31 jul. 2026.
9. NAÇÕES UNIDAS. **População migrante e refugiada contribui para as sociedades que a acolhem, apontam estudos**. *ONU News*, 17 jul. 2026. Disponível em: https://news.un.org/pt/story/2026/07/1853750. Acesso em: 31 jul. 2026

.

Transições Demográficas, Escolhas e Futuros: Evidências da Pesquisa *Demographic Futures Survey* (UNFPA, 2026)

Transiciones Demográficas, Elecciones y Futuros: Evidencias de la Encuesta Demographic Futures Survey (UNFPA, 2026)

Demographic Transitions, Choices, and Futures: Evidence from the Demographic Futures Survey (UNFPA, 2026)

Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos, Maria Teresa Rossetti Massari e Maria Auxiliadora Souza Mendes Gomes

Resumo: No presente artigo analisamos os principais resultados da pesquisa *Demographic Futures Survey 2026*, conduzida pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), com o objetivo de compreender as aspirações e os desafios enfrentados por jovens de 18 a 39 anos em 73 países. A pesquisa revela que, embora a maioria dos jovens valorize a formação de parcerias e a parentalidade, a concretização desses projetos de vida é fortemente limitada por fatores estruturais, com destaque para a insegurança econômica, a instabilidade política e social e a falta de apoio institucional. As transformações demográficas contemporâneas, como o adiamento da formação familiar e a baixa fecundidade, são reflexos de um descompasso entre as aspirações juvenis e as condições sociais, econômicas e institucionais disponíveis, demandando políticas públicas integradas que promovam a autonomia, a equidade de gênero e a redução das desigualdades.

Palavras-chave: Dinâmica Populacional; Fatores Socioeconômicos; Saúde Global.

Resumen: *En este artículo analizamos los principales resultados de la encuesta Demographic Futures Survey 2026, realizada por el Fondo de Población de las Naciones Unidas (UNFPA), con el objetivo de comprender las aspiraciones y los desafíos que enfrentan los jóvenes de 18 a 39 años en 73 países. La encuesta revela que, aunque la mayoría de los jóvenes valora la formación de pareja y la parentalidad, la concreción de estos proyectos de vida se ve fuertemente limitada por factores estructurales, especialmente la inseguridad económica, la inestabilidad política y social y la falta de apoyo institucional. Las transformaciones demográficas contemporáneas, como el aplazamiento de la formación familiar y la baja fecundidad, reflejan un desajuste entre las aspiraciones juveniles y las condiciones sociales, económicas e institucionales disponibles, lo que exige políticas públicas integradas que promuevan la autonomía, la equidad de género y la reducción de las desigualdades.*

Palabras clave: *Dinámica Poblacional; Factores Socioeconómicos; Salud Global.*

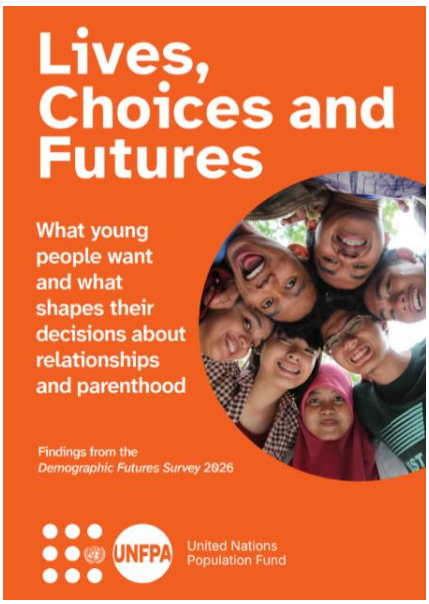
Abstract: *In this article, we analyze the main results of the Demographic Futures Survey 2026, conducted by the United Nations Population Fund (UNFPA), aiming to understand the aspirations and challenges faced by young people aged 18 to 39 in 73 countries. The survey reveals that, although most young people value partnerships and parenthood, the realization of these life projects is strongly constrained by structural factors, particularly economic insecurity, political and social instability, and a lack of institutional support. Contemporary demographic*

transformations, such as the postponement of family formation and low fertility, reflect a mismatch between youth aspirations and the available social, economic, and institutional conditions, demanding integrated public policies that promote autonomy, gender equity, and the reduction of inequalities.

Keywords: *Population Dynamics; Socioeconomic Factors; Global Heatlh.*

Introdução

As últimas décadas têm sido marcadas por importantes mudanças demográficas, marcadas principalmente pela queda das taxas de fecundidade, pelo aumento da expectativa de vida e pelo envelhecimento populacional. Esses fatores transformam profundamente as condições de vida, as estruturas familiares, a dinâmica das cidades e a organização do mercado de trabalho em todo o mundo.



Nas últimas décadas, diversos países têm registrado o adiamento na formação de parcerias, a redução das taxas de casamento e a queda da fecundidade para níveis historicamente baixos. Embora esse fenômeno tenha sido inicialmente associado a um grupo relativamente pequeno de países de alta renda, ele também tem sido observado em contextos de média renda, tornando-se um tema central para o debate sobre mudanças demográficas e políticas públicas no mundo.

Dois terços da população mundial vivem atualmente em um país ou região onde a taxa de fecundidade total é inferior a 2,1 filhos por mulher, nível comumente associado à estabilidade do tamanho da população ao longo do tempo. A baixa fecundidade não se restringe mais a um grupo relativamente pequeno de países de alta renda. Ela é agora evidente em uma ampla variedade de contextos, incluindo muitos países de renda média.

No ano passado, o relatório *Situação da População Mundial 2025* do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), trouxe a "Real crise da fertilidade" e as novas evidências sobre as aspirações familiares. O relatório mostrou que muitas pessoas não conseguem concretizar suas intenções reprodutivas, seja ter mais filhos, menos filhos ou ter filhos no momento que preferir. Os resultados reprodutivos, frequentemente refletem não uma escolha livre, mas sim limitações relacionadas à insegurança econômica, instabilidade na relação, acesso inadequado a serviços de saúde reprodutiva e a distribuição desigual das responsabilidades de cuidado.

Em julho de 2026, com o objetivo de compreender as aspirações e os desafios enfrentados pelos jovens na construção de seus projetos de vida, a mesma organização publicou a *Demographic Futures Survey*, uma das maiores pesquisas internacionais sobre o tema.

O levantamento reuniu respostas de 108.926 pessoas de 18 a 39 anos, residentes em 73 países e territórios (Figura 1), investigando suas expectativas em relação a relacionamentos, casamento, parentalidade e transição para a vida adulta.

Tabela – Distribuição dos países e territórios dos respondentes, segundo região (UNFPA, 2026).

Região	Número	Países e territórios
Estados Árabes (incluindo os países do Conselho de Cooperação do Golfo)	8	Egito, Jordânia, Líbano, Marrocos, Catar, Arábia Saudita, Somália, Tunísia.
Ásia e Pacífico	16	Afeganistão, Bangladesh, Butão, Camboja, Índia, Indonésia, Japão, República Democrática Popular do Laos, Malásia, Paquistão, Filipinas, República da Coreia (Coreia do Sul), Singapura, Sri Lanka, Tailândia, Vietnã.
Europa Oriental e Ásia Central	15	Azerbaijão, Bósnia e Herzegovina, República Tcheca, Estônia, Geórgia, Hungria, Cazaquistão, Kosovo*, República Quirguiz (Quirguistão), Macedônia do Norte, Polônia, República da Moldávia (Moldova), Sérvia, Ucrânia, Uzbequistão.
África Oriental e Austral	6	Botsuana, Etiópia, Quênia, África do Sul, Uganda, Zâmbia.
América Latina e Caribe	13	Argentina, Bolívia (Estado Plurinacional da Bolívia), Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai.
África Ocidental e Central	3	Camarões, Gana, Nigéria.
Europa Ocidental, Austrália, Canadá e Estados Unidos da América	12	Austrália, Canadá, Finlândia, França, Alemanha, Itália, Noruega, Portugal, Espanha, Suécia, Reino Unido, Estados Unidos.

**Contexto da Resolução 1244 (1999) do Conselho de Segurança das Nações Unidas.*

O estudo investiga como fatores econômicos, sociais e culturais influenciam as decisões dos jovens, considerando aspectos como percepções de oportunidades e desigualdades, expectativas sobre relacionamentos e papéis de gênero, condições de moradia, uso das redes sociais e preocupações ambientais. Também examina os ideais de fecundidade, o tamanho das famílias efetivamente alcançado e os fatores que favorecem ou dificultam a decisão de ter filhos.

Compreender essas transformações demográficas exige analisar, portanto, as condições sociais, econômicas e institucionais que influenciam as escolhas individuais. Para isso, a pesquisa analisa três dimensões interligadas: ***(i)*** os objetivos de vida e as perspectivas para o futuro; ***(ii)*** a formação de relacionamentos e parcerias; e ***(iii)*** as aspirações e experiências relacionadas à parentalidade. Os principais resultados serão apresentados por seção, conforme essas dimensões.

Importante destacar que a pesquisa não é representativa das populações nacionais, pois contempla apenas adultos jovens conectados à internet. Assim, seus resultados devem ser interpretados como evidências sobre percepções, aspirações e experiências desse grupo em diferentes contextos globais e não como estimativas populacionais. Ainda assim, a pesquisa

amplia a compreensão sobre as transformações demográficas contemporâneas e seus resultados reforçam que as escolhas dos jovens em relação aos relacionamentos, à formação da família e à parentalidade estão fortemente influenciadas pelas condições sociais, econômicas e institucionais em que vivem.

A seguir, apresentamos os principais resultados do *Demographic Futures Survey 2026*, considerando as dimensões apontadas.

Objetivos de vida e perspectivas para o futuro

A pesquisa solicitou aos participantes que avaliassem a importância atribuída a diferentes objetivos e marcos da vida. A *segurança econômica* e a *saúde física* aparecem como as metas mais valorizadas, sendo amplamente consideradas as bases para a realização de outros projetos de vida.

Em um segundo nível de prioridade aparecem as metas ligadas ao *desenvolvimento individual*, como concluir os estudos, alcançar objetivos profissionais e conquistar independência em relação aos pais. Esses resultados indicam que autonomia financeira e inserção no mercado de trabalho constituem etapas fundamentais da transição para a vida adulta.

A *vida familiar*, incluindo ter um parceiro(a) e filhos, é considerada importante por 73% dos respondentes e muito importante por 45%. Por outro lado, ter uma *ampla rede de amigos* é o objetivo que recebe menor prioridade relativa. Apesar de ainda ser considerado importante por parte dos respondentes, apresenta a menor proporção de respostas na categoria “muito importante” (20,4%) e os maiores percentuais de avaliações neutras ou de pouca importância.

Há pouca variação entre homens e mulheres e entre diferentes regiões do mundo. As principais diferenças estão relacionadas ao ciclo de vida: jovens mais novos tendem a valorizar mais educação e carreira, enquanto os mais velhos atribuem maior importância à vida familiar. Em conjunto, esses achados sugerem que, independentemente do contexto geográfico, os projetos de vida da juventude estão fortemente orientados para a busca de segurança econômica, saúde e autonomia, condições que sustentam a realização de objetivos familiares e pessoais.

Os entrevistados também foram questionados sobre o quão positivos se sentem em relação ao futuro. A maioria dos entrevistados relata sentimentos positivos em relação ao futuro, apesar de também expressarem preocupações com uma série de riscos econômicos, sociais e globais. Dois terços reportam sentir-se, em média, um pouco ou muito positivos em relação ao futuro, incluindo quase 30% que mantêm uma visão muito positiva. No entanto, cerca de 15% expressam sentimentos um pouco ou muito negativos, enquanto aproximadamente um em cada cinco tem uma perspectiva neutra.

Os sentimentos em relação ao futuro são amplamente consistentes por idade e sexo, mas diferenças substanciais surgem entre os agrupamentos regionais. Essas diferenças devem considerar que, embora a análise aplique pesos de pós-estratificação por sexo, idade e nível educacional, os entrevistados eram adultos jovens com acesso à internet e podem diferir da população jovem em geral em outros aspectos.

As percepções positivas em relação ao futuro são marcadamente mais elevadas em contextos de menor renda. Na África Ocidental e Central, 62% dos entrevistados relatam sentir-

se muito positivos em relação ao futuro, enquanto o número correspondente é de 48% na África Oriental e Austral. Na Europa Ocidental, Austrália, Canadá e Estados Unidos apenas 19% relatam sentir-se muito positivos.

Um gradiente semelhante é evidente entre os grupos de países por nível de renda. Os entrevistados em países de baixa e média-baixa renda são os mais otimistas em geral, com quase 37% relatando sentir-se muito positivos em relação ao futuro, em comparação com quase 33% em países de renda média-alta e pouco mais de 21% em países de renda alta. Por outro lado, percepções neutras e negativas são mais comuns em contextos de maior renda, particularmente na Europa Ocidental, Austrália, Canadá e Estados Unidos.

Quando os entrevistados foram questionados sobre suas preocupações para o presente e o futuro, Conflitos e segurança e Insegurança econômica e inequidades foram as questões que geraram maior apreensão. Para ambas, a soma das respostas “Muito preocupante” e “Um pouco preocupante” ultrapassa 75%, com cerca de 50% dos entrevistados optando por “Muito preocupante”. Isso as coloca no topo da escala de preocupação.

Saúde global e riscos ambientais e Governança e riscos políticos formam um segundo grupo. Embora ainda sejam consideradas preocupantes por uma maioria substancial (com a maioria das respostas concentradas em “Um pouco preocupante” e “Muito preocupante”), os percentuais de “Muito preocupante” são visivelmente menores do que os dois primeiros itens.

A Inteligência Artificial (IA) é a preocupação de menor classificação em toda a amostra, embora quase metade dos entrevistados ainda a classifique como um pouco ou muito preocupante. Uma parcela comparativamente grande de entrevistados também selecionou uma resposta neutra em relação aos riscos, indicando que as opiniões sobre esse assunto são menos definidas do que para outras preocupações perguntadas.

Em relação a como percebem oportunidades e desigualdades e o apoio que recebem de governos e empregadores em seus países, os resultados revelam um paradoxo interessante. De um lado, 58% dos entrevistados concordam ou concordam plenamente que os jovens em seus países têm muitas oportunidades à disposição. Por outro lado, 60% deles também acreditam que existem desigualdades profundas entre os próprios jovens. Ou seja, a oportunidade existe, mas não está distribuída de forma justa.

Quando o assunto é apoio institucional, 39% sentem que seus governos oferecem suporte significativo à juventude. O número é igualmente baixo quando se avalia o apoio a pais com crianças pequenas ou a capacidade dos empregadores de promover um equilíbrio saudável entre trabalho e família (41%).

Essa percepção sobre as oportunidades está longe de ser uniforme ao redor do mundo. Quando olhamos para diferentes regiões, um contraste nítido se desenha. Na África Ocidental e Central, na Ásia e no Pacífico e nos Estados Árabes, entre 63% e 74% dos jovens concordam que pessoas como eles têm muitas chances na vida. Já na Europa Ocidental, Austrália, Canadá e Estados Unidos, assim como no Leste Europeu, na Ásia Central e na América Latina, esse percentual cai para cerca de 50%. A mesma tendência se repete quando separamos os países por nível de renda: nos países de baixa e média-baixa renda, 67% dos jovens enxergam um horizonte cheio de possibilidades; nos de renda média-alta, esse número é de 56%; e nos de renda alta, de apenas 53%.

No que se refere ao uso de redes sociais e internet, a pesquisa revela que o entretenimento lidera o ranking com 42% dos jovens que dedicam duas ou mais horas diárias a ele. Em seguida vêm trabalho ou negócios (37%), busca por informações (32%) e contato com amigos e familiares (28%). O uso menos frequente é para namoro ou encontrar parceiros — 55% dos jovens afirmam não gastar nenhum tempo online com esse propósito.

Os contrastes regionais são profundos. Jovens da África Oriental e Austral e da América Latina são os mais engajados, com cerca de metade deles passando duas ou mais horas por dia online para entretenimento, trabalho e informação. Já na Europa Ocidental, Austrália, Canadá, Estados Unidos e Leste Europeu, os níveis de uso diário são significativamente menores. Quando analisados por renda do país, jovens de países de baixa e média renda passam mais tempo online do que os de países ricos, sendo que em países de renda média-alta, o uso para entretenimento e contato com a família é ainda maior, enquanto o uso para trabalho, namoro e expressão pessoal diminui conforme a renda aumenta.

As diferenças por sexo são mais modestas: homens usam um pouco mais as redes para namoro, enquanto mulheres tendem a usá-las mais para compras. Já a idade mostra contrastes mais fortes: entretenimento, informação e contato com a família são atividades que declinam com o avanço da idade, enquanto o uso profissional da internet atinge seu pico entre 25 e 29 anos. Por fim, a escolaridade também desenha um perfil claro: jovens com mais estudo dedicam menos tempo a atividades casuais como namoro online, influenciadores e compras, mas usam um pouco mais as redes para fins profissionais.

Formação de relacionamentos e parcerias

Como já mencionado, para muitos jovens, formar e manter relacionamentos afetivos continua sendo uma prioridade, mas os caminhos que levam ao namoro, à união e ao casamento estão mudando. Ao mesmo tempo, novos obstáculos sociais e econômicos tornam mais difícil construir uma família. Neste sentido, a pesquisa investigou como os jovens enxergam questões como morar junto sem casar-se, ter filhos fora do casamento, optar por não ter filhos, se divorciar e conciliar trabalho e cuidado dos filhos.

Um dos achados mais reveladores é a diferença de tratamento entre homens e mulheres quando o assunto é trabalho e criação dos filhos. Os jovens entrevistados são mais propensos a desaprovar mães que trabalham em tempo integral enquanto têm filhos pequenos (menores de três anos) do que pais na mesma situação. Em média, 29% desaprovam ou desaprovam fortemente a mulher que trabalha fora com filhos pequenos, enquanto esse número cai para 20% quando se trata do homem. Ou seja, o julgamento recai de forma mais pesada sobre as mulheres, revelando que expectativas tradicionais sobre o papel materno ainda estão muito presentes.

De modo geral, a maioria dos jovens aprova ou mantém uma posição neutra em relação a escolhas como morar junto sem se casar, ter filhos fora do casamento e decidir não ter filhos. Essas opções, que há algumas décadas seriam vistas com estranhamento, hoje são mais aceitas.

Homens são significativamente mais propensos do que mulheres a desaprovar o divórcio com filhos pequenos e a decisão de nunca ter filhos. Homens mais jovens desaprovam o divórcio com filhos pequenos em proporções maiores do que homens mais velhos. Já entre as mulheres, o movimento é oposto. As mais jovens desaprovam menos a escolha de não ter filhos

do que as mais velhas, sugerindo que a ideia de uma vida sem filhos ganha mais aceitação entre as novas gerações femininas.

Além disso, quanto maior o nível educacional, menor a desaprovação em relação a todas as situações familiares analisadas. A educação parece ampliar a tolerância e a compreensão sobre escolhas de vida diversas. Além disso, jovens que vivem em áreas rurais tendem a ser mais conservadores em suas opiniões do que os que vivem em centros urbanos.

As diferenças regionais, por sua vez, são igualmente marcantes. Os jovens dos Estados Árabes são os que mais desaprovam todas as situações familiares analisadas, enquanto os da Europa Ocidental, Austrália, Canadá, Estados Unidos e América Latina estão na ponta oposta, com os menores índices de desaprovação.

A pesquisa também investigou como os jovens adultos estão organizando sua vida afetiva e de moradia. O retrato que emerge é o de uma geração que, em sua maioria, está solteira — e não apenas solteira, mas também sem estar namorando (*dating*). Esse é o arranjo mais comum em todas as regiões e em todos os grupos de renda, abrangendo em torno de 40% dos entrevistados em toda a amostra.

Em segundo lugar, aparecem os jovens que são legalmente casados ou estão em união registrada e moram com o cônjuge ou parceiro, representando 25% do total. Logo depois vêm aqueles que estão namorando, mas ainda não moram juntos, com 13%. A situação menos frequente é estar casado ou em união registrada, mas não viver com o parceiro.

Sugere-se que a juventude contemporânea está adiando ou repensando os caminhos tradicionais para a formação de casais. Seja por escolha, seja por dificuldades econômicas ou sociais, o que se vê é uma geração que toma mais tempo para engatar relacionamentos estáveis e a dividir o mesmo teto com um parceiro.

Em relação aos arranjos ideais *versus* reais e aspirações de parceria, o casamento ainda ocupa um lugar importante, embora os caminhos para chegar até ele sejam diversos. Mais de dois terços dos entrevistados veem o casamento como parte de seu projeto de vida. E desses, 36% preferem se casar antes de morar juntos, os outros 34% optam por morar junto primeiro e se casar depois.

Cerca de 9% dos jovens preferem a união consensual sem planos de casamento, enquanto 5% gostariam de ter um parceiro, mas sem dividir a mesma casa. 16% dos entrevistados afirmam que seu arranjo ideal é permanecer solteiro uma escolha que ganha força especialmente entre os mais jovens, com 21% dos entrevistados de 18 a 19 anos preferindo essa opção, número que cai para 14% entre aqueles com 35 a 39 anos.

As diferenças regionais são profundas e revelam muito sobre os valores culturais em cada parte do mundo. Nos Estados Árabes, o caminho tradicional do casamento sem morar junto antes é amplamente predominante, com 66% dos jovens optando por essa via. O mesmo padrão aparece com força na Ásia e no Pacífico (49%) e na África Ocidental e Central (46%). Em contraste, nas regiões mais ocidentais (Europa Ocidental, Austrália, Canadá, Estados Unidos, Leste Europeu e Ásia Central e América Latina), a maioria dos jovens (cerca de 40%) prefere morar junto primeiro e se casar depois.

A preferência por permanecer solteiro aparece como a terceira opção mais citada em todas as regiões, mas com variações importantes, sendo mais alta na América Latina (22%) e na

Ásia e Pacífico (20%), e mais baixa no Leste Europeu e Ásia Central (10%) e na África Ocidental e Central (11%).

A renda dos países também demonstra influenciar. Em países de baixa e média-baixa renda, o casamento antes de morar é a escolha preferida de 54% dos jovens. Já nos países de renda média-alta e alta, a preferência se inverte — morar junto e depois se casar é a opção mais comum. A união consensual sem intenção de casar também é mais aceita como arranjo ideal em países de alta renda (13%) do que naqueles de renda média-alta (8%) ou baixa e média-baixa (4%).

No que tange a como os casais se conheceram, as redes pessoais, como amigos e familiares, continuam sendo o principal canal para conhecer parceiros (33%), seguidas pelo ambiente escolar ou profissional (28%) e pelos canais digitais e sociais, que empatam com 16% cada. O uso de plataformas online é mais comum na Europa Ocidental, América do Norte e Austrália (21%) e menos frequente na África Ocidental e Central (7%). Homens e mulheres têm comportamentos parecidos, mas jovens mais velhos tendem a conhecer parceiros por redes pessoais, enquanto os mais novos recorrem mais à escola e ao trabalho.

Entre os que estão procurando um parceiro, a maior parte da busca se dá na escola ou trabalho (33%), redes pessoais (32%) e aplicativos de namoro (31%). Nas regiões mais ricas, os aplicativos lideram, enquanto em países de baixa renda predominam a escola/trabalho e as redes pessoais. O uso de aplicativos cresce com a idade, enquanto a busca por parceiros na escola ou no trabalho diminui entre os mais velhos.

E das motivações para formar uma parceria, a segurança financeira é a principal motivação para formar uma parceria estável, com 81% dos jovens considerando-a importante e 57% classificando-a como muito importante. O bem-estar emocional, a independência dos pais e o desejo de ter filhos também pesam, assim como as normas sociais e comunitárias, que ainda influenciam 56% dos jovens. Esse padrão é consistente em todas as regiões, mas a segurança financeira é ainda mais valorizada na África, onde cerca de 70% a consideram essencial, e entre jovens de países mais pobres.

As restrições econômicas e de moradia, por sua vez, são a principal barreira apontada pelos jovens para formar uma parceria, mencionadas por 57% dos entrevistados como um obstáculo importante. Em seguida vêm as dificuldades de encontrar um parceiro compatível, enquanto normas sociais e discriminação aparecem como os menores impedimentos. Esse padrão se repete em todas as regiões e níveis de renda. As mulheres tendem a considerar cada barreira um pouco mais relevante do que os homens, especialmente no que diz respeito à disponibilidade de parceiros.

Aspirações e experiências relacionadas à parentalidade

Em praticamente todas as regiões e níveis de renda, ter dois filhos é o ideal mais comum entre os jovens. Esse é o desejo de 32% dos entrevistados em países de baixa e média-baixa renda, 41% em países de renda média-alta e 45% em países de alta renda. O padrão se repete na Ásia e Pacífico, América Latina, Europa Ocidental, Austrália, Canadá, Estados Unidos, Leste Europeu e Ásia Central, e Estados Árabes, onde dois filhos é a escolha predominante.

Na África Oriental e Austral, o ideal de dois filhos ainda é significativo, mas famílias maiores são mais comuns, com três filhos e quatro filhos sendo os números mais citados. Já na África Ocidental e Central, a maioria sonha com três, seguido por quatro e cinco ou mais. Nos

Estados Árabes, embora dois filhos ainda liderem, três filhos e famílias maiores aparecem com mais frequência do que nas regiões ocidentais. A escolha por não ter nenhum filho é mais comum em países de alta renda.

Homens desejam ter, em média, 2,62 filhos, enquanto as mulheres preferem 2,43. Em todas as regiões, exceto na África Ocidental e Central, os homens almejam famílias ligeiramente maiores do que as mulheres, padrão que se repete em todos os níveis de renda. As diferenças por idade são modestas, mas variam conforme a região: em algumas partes do mundo, o número ideal de filhos cai com o envelhecimento; em outras, sobe; na maioria, porém, permanece estável ao longo da vida.

Dentre as pré-condições para ter filhos, a segurança financeira lidera essa lista. Em seguida vêm o emprego estável e a prontidão psicológica ou emocional. Ter casa própria e ter um cônjuge ou parceiro também são valorizados. Fatores como ter viajado ou explorado o mundo, embora relevantes, são considerados menos essenciais do que aqueles ligados à estabilidade financeira, profissional e emocional.

E quando perguntados sobre o que os motiva para ter filhos, razões pessoais e emocionais pesam mais do que questões sociais ou políticas. “Trazer alegria e felicidade” é a motivação dominante. “Fortalecer o relacionamento com o parceiro” vem em segundo lugar. Já motivações ligadas a políticas governamentais ou preocupações com a força de trabalho são as menos citadas.

Assim como os motivos, os obstáculos também são claros. A principal barreira apontada pelos jovens para ter filhos são as restrições econômicas e de moradia. A falta de um parceiro adequado vem na sequência. Esses três fatores formam o tripé que mais impede os jovens de concretizar a parentalidade.

Considerações finais

Os resultados da pesquisa revelam uma juventude que, apesar das incertezas econômicas, conflitos e transformações rápidas, mantém uma notável capacidade de esperança e desejo de construir projetos de vida significativos. A maioria dos jovens ainda valoriza profundamente a parceria e a parentalidade, entretanto, a concretização desses projetos é frequentemente limitada por fatores como insegurança econômica, o alto custo de vida, instabilidade política, crises ambientais e climáticas, conflitos humanitários, desigualdades, obstáculos para encontrar um parceiro ou parceira e as rápidas transformações tecnológicas, que tem influenciado em suas decisões sobre casamento, parentalidade e planejamento de vida.

As diferenças regionais e sociais são profundas: enquanto na África Subsaariana as famílias numerosas seguem sendo o ideal e o otimismo prevalece, no Ocidente rico cresce o número daqueles que preferem não ter filhos e a desconfiança em relação ao apoio institucional é maior. Em todos os lugares, porém, as mulheres carregam o peso de expectativas mais rígidas. São mais julgadas por trabalhar enquanto criam filhos pequenos e consideram cada barreira para a parentalidade mais importante do que os homens.

Políticas públicas voltadas para oportunidades econômicas, emprego de qualidade, habitação acessível, creches, moradia licenças parentais equitativas, flexibilidade no trabalho e promoção da igualdade de gênero são fundamentais para ampliar a autonomia dos jovens. As políticas demográficas devem priorizar os direitos individuais, garantindo que cada pessoa tenha liberdade e condições para decidir sobre seus relacionamentos, sua família e seu futuro.

Referência

Fundo de População das Nações Unidas. *Lives, choices and futures: demographic futures survey* [Internet]. Nova York: UNFPA; 2026 [citado 2026 ago 3]. Disponível em: unfpa.org

O Estado da Insegurança Alimentar e Nutrição no Mundo – Relatório SOFI 2026

El estado de la inseguridad alimentaria y la nutrición en el mundo – Informe SOFI 2026

The State of Food Insecurity and Nutrition in the World – SOFI Report 2026

Eduardo Nilson, Erin William, Aliena Grainger e Denise Oliveira

Resumo: Nesse informe, apresentamos uma análise do novo relatório SOFI, da FAO, que traz dados atualizados sobre a fome global e o preço de dietas saudáveis e as tendências sobre os indicadores de nutrição em relação aos compromissos globais. A exemplo de 2025, observa-se a continuidade da redução da fome, porém em velocidade insuficiente para eliminar a fome até 2030, mas com a continuidade das desigualdades regionais e a continuidade do aumento do preço das dietas saudáveis. Duas importantes notícias do relatório foram a manutenção do Brasil fora do Mapa da Fome e o primeiro avanço nos indicadores de subnutrição na África desde a pandemia de Covid-19.

Resumen: *En este informe, presentamos un análisis del nuevo informe SOFI de la FAO, que incluye datos actualizados sobre el hambre en el mundo, el costo de las dietas saludables y las tendencias de los indicadores de nutrición en relación con los compromisos globales. De cara al 2025, se observa que el hambre sigue disminuyendo, aunque a un ritmo insuficiente para erradicarla para el 2030, mientras persisten las desigualdades regionales y continúa el aumento del precio de las dietas saludables. Dos noticias importantes del informe fueron que Brasil se mantuvo fuera del Mapa del Hambre y que se registró el primer avance en los indicadores de desnutrición en África desde la pandemia de COVID-19.*

Abstract: *In this report, we present an analysis of the FAO's new SOFI report, which provides updated data on global hunger, the cost of healthy diets, and trends in nutrition indicators in relation to global commitments. Looking ahead to 2025, the trend of reducing hunger continues, though at a pace insufficient to eliminate hunger by 2030, while regional inequalities persist and the cost of healthy diets continues to rise. Two key findings from the report were that Brazil remained off the Hunger Map and that there was the first improvement in undernutrition indicators in Africa since the COVID-19 pandemic.*

Introdução

O relatório O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo (SOFI) 2026, lançado em 21 de julho de 2026 pela FAO, pelo FIDA, pelo Unicef, pelo WFP e pela OMS, apresenta a mais recente avaliação global do progresso em direção à erradicação da fome, da insegurança alimentar e da desnutrição, constituindo o principal documento de referência mundial sobre o tema. Pela terceira vez consecutiva, o relatório registra declínio da fome em escala global: em

2025, 7,8% da população mundial (aproximadamente 645 milhões de pessoas) vivenciou situação de fome, contra 8,1% em 2024 e 8,6% em 2022. Apesar desse avanço, o ritmo de progresso permanece insuficiente para o cumprimento do ODS 2 (Fome Zero) até 2030, e a evolução é geograficamente desigual: a África concentra atualmente o maior contingente absoluto de pessoas em situação de fome (309 milhões), enquanto Ásia e América Latina e Caribe registraram melhorias mais consistentes.

Além da fome propriamente dita, a insegurança alimentar moderada ou grave atingiu 2,1 bilhões de pessoas em 2025 (25,8% da população global), com disparidades regionais acentuadas: mais da metade da população africana (56,6%) nessa condição, contra 20,3% na Ásia, 22,9% na América Latina e Caribe e apenas 8,7% na América do Norte e Europa. Populações rurais e mulheres permanecem desproporcionalmente afetadas. Um dos focos centrais da edição de 2026 é o custo de uma dieta saudável, que se elevou para US$ 4,28 PPC por pessoa por dia em 2025 (ante US$ 3,44 em 2021), deixando 2,69 bilhões de pessoas (32,7% da população mundial) incapazes de arcar com esse custo, situação particularmente severa na África, onde 66,6% da população não dispõe de recursos para adquirir alimentos saudáveis.

O relatório destaca que a acessibilidade econômica aos alimentos é determinada não apenas pelos preços em si, mas pela eficiência das cadeias de valor agroalimentares, já que as atividades pós-porteira rurais respondem por até 75% do preço final pago pelo consumidor. Investimentos em infraestrutura, logística, cadeia fria, pesquisa e modernização regulatória são apontados como condições essenciais para reduzir custos e ampliar o acesso a alimentos nutritivos. O documento também traz projeções preocupantes para os próximos cinco anos: entre 510 e 520 milhões de pessoas ainda poderão enfrentar fome em 2030, cenário agravado por fatores como o conflito no Oriente Médio, o fenômeno El Niño projetado para 2026-2027 e a redução da assistência oficial ao desenvolvimento.

Ainda segundo o Relatório SOFI 2026, no campo nutricional, o progresso global também permanece insuficiente: indicadores como déficit estatural, emaciação e amamentação exclusiva mostram melhoras apenas marginais, enquanto a anemia em mulheres em idade reprodutiva piora e a obesidade em adultos segue trajetória ascendente (de 12,1% em 2012 para 16,2% em 2024). O SOFI 2026 exemplifica a abordagem de coordenação interagencial preconizada pela Nutrição ONU, reunindo expertises complementares para subsidiar políticas mais coerentes e ações coordenadas rumo à erradicação da fome e de todas as formas de desnutrição.

Essa avaliação sobre a quantidade de alimentos disponíveis, contudo, é apenas parte do quadro: o progresso rumo à segurança alimentar e nutricional deve ser compreendido também em termos da existência de acesso consistente à variedade de alimentos necessária para sustentar populações saudáveis. Desde 2025, o SOFI incorpora essa distinção crítica ao incluir a Diversidade Alimentar Mínima para Crianças e a Diversidade Alimentar Mínima para Mulheres em seu referencial de monitoramento do progresso rumo à meta 2.2 dos ODS, de erradicar a má nutrição em todas as suas formas (FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO, 2025). Ao abranger tanto diversidade quanto adequação, essa adição recente contribui para uma compreensão mais robusta das falhas dos sistemas alimentares, já que a ingestão energética suficiente não equivale a níveis suficientes de macro e micronutrientes. Segundo o Relatório SOFI 2026, essas novas métricas comprovaram imediatamente sua necessidade, ao determinar que apenas 30,8% das crianças entre 6 e 23 meses e 62,7% das mulheres entre 15 e 49 anos alcançaram a diversidade alimentar mínima globalmente (FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO, 2026).

Diferenças regionais consideráveis contribuem, assim, para o entendimento de que a segurança alimentar e nutricional não depende apenas da oferta agregada de alimentos ou do custo de uma dieta saudável isoladamente: a composição da dieta, a acessibilidade econômica e as estruturas socioeconômicas e políticas que influenciam quais alimentos são, em última instância, produzidos e acessíveis são igualmente contribuintes importantes. Essa compreensão é de particular relevância à medida que os sistemas alimentares dos países passam por mudanças, sejam elas decorrentes de choques climáticos ou políticos, desenvolvimentos de política, técnicas de marketing ou outros fatores. Os padrões alimentares, com efeito, não mudam de forma previsível conforme o desenvolvimento econômico; o aumento da disponibilidade de alimentos e do poder de compra pode expandir diretamente o acesso, mas fatores sociais podem, simultaneamente, aumentar o consumo de alimentos ultraprocessados. Portanto, países em situações econômicas muito distintas podem ambos experimentar insegurança alimentar e nutricional ao enfrentarem o desafio de garantir que as mudanças no sistema alimentar promovam a diversidade da dieta, e não apenas a disponibilidade de alimentos.

Diante desse cenário, o presente informe tem como objetivo analisar as principais tendências e disparidades regionais da insegurança alimentar e nutricional global apontadas pelo SOFI 2026, com atenção particular à influência do custo de uma alimentação saudável e da diversidade dietética sobre o acesso equitativo à nutrição adequada, bem como às ameaças representadas por choques climáticos, conflitos geopolíticos e retração do financiamento internacional para o alcance das metas de erradicação da fome até 2030. Para tanto, o documento articula duas perspectivas complementares de análise: uma comparação vertical entre países com contextos econômicos e alimentares contrastantes, e uma comparação horizontal entre regiões do Sul Global que, apesar de suas diferenças estruturais, compartilham desafios semelhantes de acessibilidade econômica e vulnerabilidade climática, oferecendo oportunidades de aprendizado mútuo por meio da cooperação Sul-Sul.

Heterogeneidade Regional na Insegurança Alimentar

As novas estimativas globais da fome para 2025 a partir do Relatório SOFI 2026 confirmam uma melhoria gradual e sustentada desde 2022, após a piora significativa na sequência da pandemia de COVID-19. Estima-se que 7,8 por cento da população global enfrentaram fome em 2025, uma redução em relação a 8,1 por cento em 2024 e 8,6 por cento em 2022. Também foi estimado que entre 608 e 696 milhões de pessoas no mundo, correspondendo respetivamente a 7,4% e 8,5% da população global, enfrentaram fome em 2025. Considerando a estimativa pontual de 645 milhões em 2025, isso indica uma diminuição de cerca de 14 milhões de pessoas em comparação com 2024 e 43 milhões em comparação com 2022 (Figura 1).

No entanto, as estimativas recentes de fome global revelam um paradoxo marcante na África (Figura 2): apesar da aparente estabilização do longo aumento da fome no continente, a África agora superou a Ásia como a região com o maior número de pessoas enfrentando fome. Segundo as estimativas de 2025, a África abriga aproximadamente 17 milhões mais pessoas em situação de fome do que a Ásia, apesar de ter uma população mais de um bilhão menor (FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO, 2026).

Figura 1. Estimativas da retomada da redução da fome no mundo após 2021

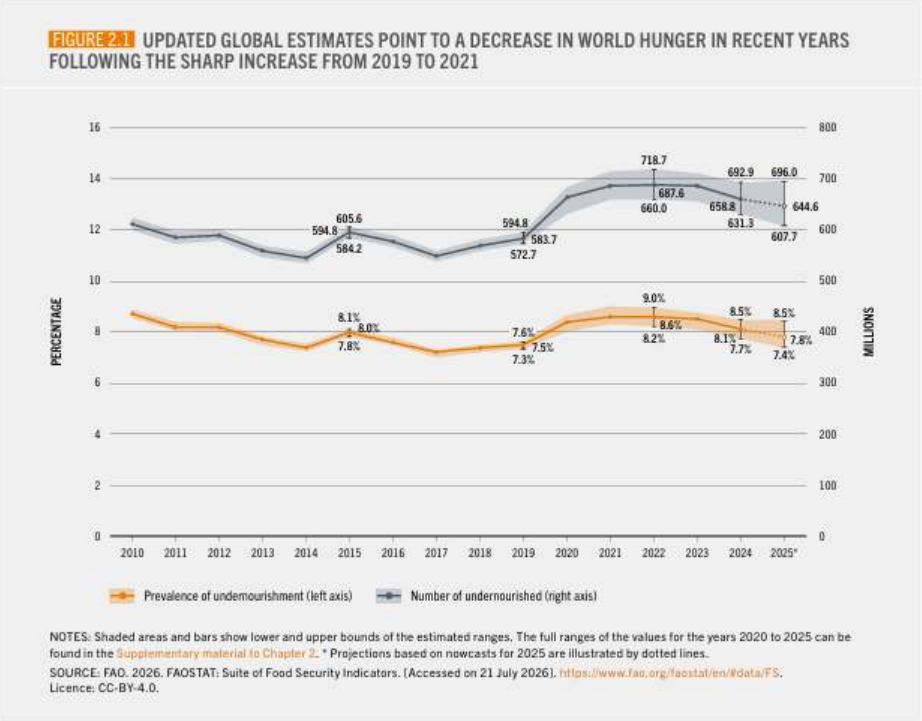
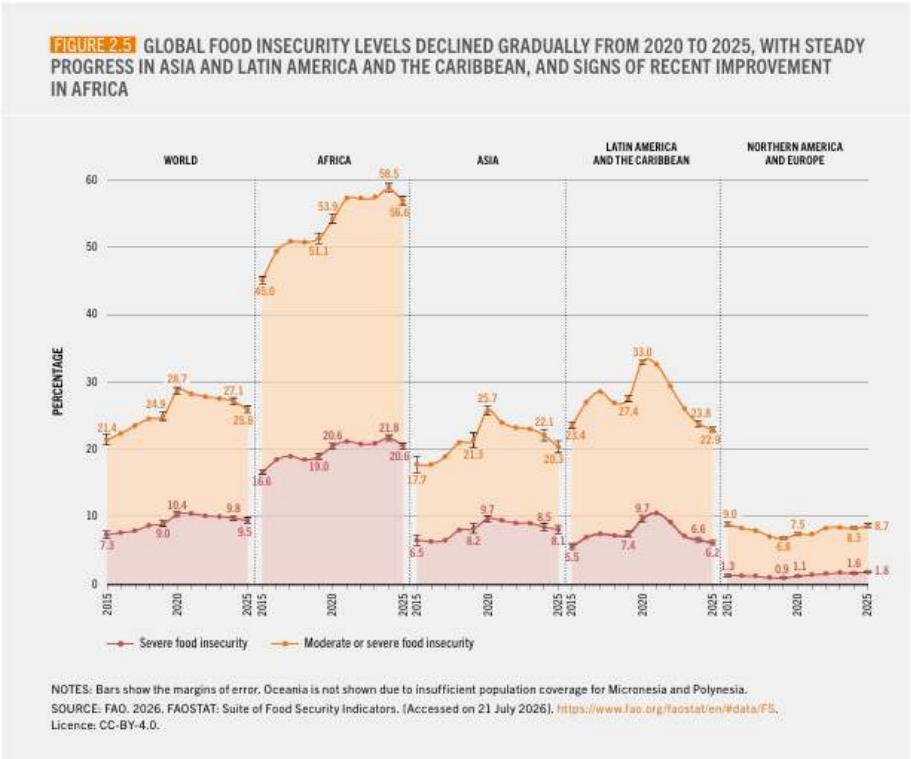


Figura 2. Níveis de insegurança alimentar severa e moderada/severa no mundo e por regiões



Além disso, a estatística que demonstra uma interrupção na prolongada tendência ascendente de fome mediante uma pequena redução da prevalência de insegurança alimentar e nutricional severa e moderada em todo o continente, porém não mostra um declínio no número absoluto de pessoas afetadas. Em outras palavras, embora a prevalência estimada de

subnutrição tenha caído marginalmente de 20,3% em 2024 para 20,0% em 2025, o crescimento populacional fez com que o número absoluto de pessoas enfrentando fome aumentasse de 307,3 milhões para 309,2 milhões em todo o continente africano.

Embora as estatísticas de todo o continente revelem disparidades globais importantes, elas podem ofuscar a considerável heterogeneidade existente dentro da própria África. A prevalência de subnutrição varia substancialmente entre regiões, como resultado de diferentes contextos locais, incluindo a exposição a choques climáticos relacionados ao El Niño, a instabilidade econômica associada a tensões geopolíticas, e conflitos armados, como guerras civis. Reconhecer essas diferenças sub-regionais é essencial para compreender os diversos determinantes da fome e para elaborar intervenções eficazes e específicas ao contexto.

Em última análise, a prevalência de subnutrição em todo o continente não leva em conta a diferença de quase três vezes entre as sub-regiões dentro da África. A variação entre as sub-regiões africanas pode ser conceituada como um padrão de três níveis: prevalência abaixo de 10%, prevalência entre 10% e 20%, e prevalência acima de 20%. Em 2025, a África do Norte se encontrava no primeiro nível, com uma prevalência de subnutrição de 9,8%. A África Meridional e a África Ocidental ocupavam o nível intermediário, com taxas de prevalência de 12,3% e 16,9%, respectivamente. A África Oriental e a África Central se encontravam no nível mais alto, com taxas de prevalência de 25,6% e 28,9%, respectivamente. Justapor essas diferenças a apenas um elemento dos contextos locais, o conflito armado, ilustra a adequação dessa abordagem em camadas.

O Levantamento de Conflitos Armados 2025 do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (IISS) registra o aumento dos conflitos, que varia ao longo do continente e é particularmente prevalente na África Oriental e Central, com violência severa e em deterioração concentrada no Sudão, no leste da República Democrática do Congo e no Sahel, enquanto nenhum novo conflito armado surgiu em outros lugares durante o período reportado. Além disso, em 2024, a África Subsaariana registrou 65 conflitos, ressaltando a distribuição desigual da violência política pelo continente. O conflito armado tem impactos particularmente profundos sobre a insegurança alimentar e está estreitamente associado a ela. Pesquisas anteriores demonstram que, embora as zonas afetadas por conflitos no Sahel e na região do Lago Chade se sobreponham a apenas 3,9% das terras cultivadas, elas se cruzam com 91,3% dos corredores de transporte de produtos agrícolas, rompendo desproporcionalmente as redes de distribuição de alimentos e as cadeias de suprimento regionais (Yang, et al.).

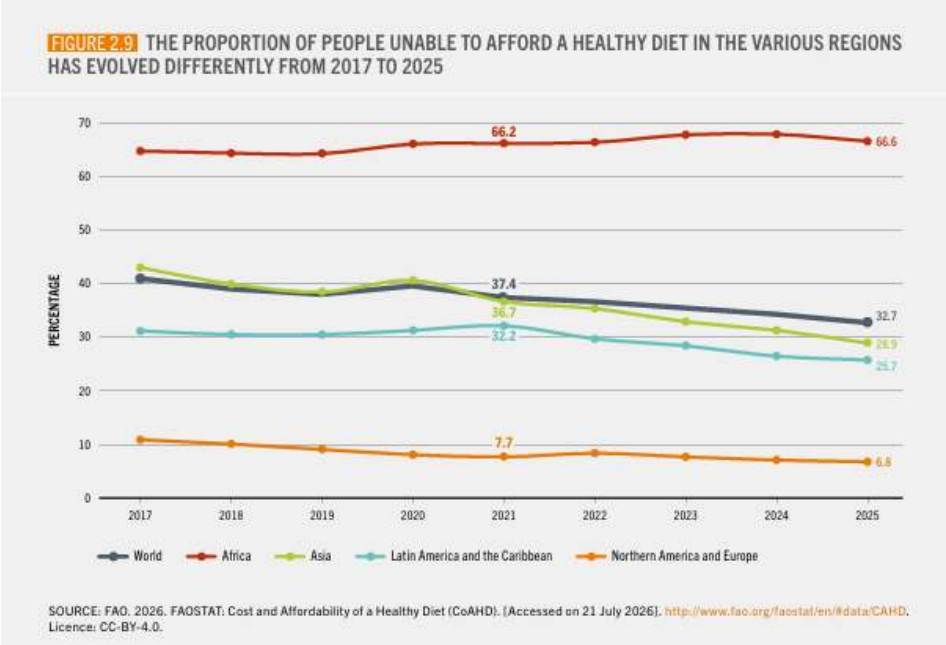
Esses ambientes de segurança divergentes representam apenas um exemplo das condições localizadas que contribuem para desfechos variados de segurança alimentar entre as sub-regiões africanas (IISS). As disparidades sub-regionais indicam porque a insegurança alimentar não pode ser compreendida apenas por meio da prevalência de subnutrição. Quando calorias suficientes estão disponíveis, o custo e a composição das dietas saudáveis determinam se as populações conseguem acessar alimentos nutricionalmente adequados.

Padrões Paradoxais na Acessibilidade Econômica de Alimentos Saudáveis entre Regiões e o Fortalecimento dos Sistemas Alimentares Locais por meio da Cooperação Sul-Sul

Além da prevalência de subnutrição, a acessibilidade econômica das dietas saudáveis oferece outra lente crítica por meio da qual compreender a variação regional na insegurança alimentar (Figura 3). Embora tanto a África quanto a América Latina enfrentem desafios de acesso a alimentos nutritivos, os alimentos menos acessíveis diferem substancialmente entre as

regiões. É importante observar que, de forma semelhante ao continente africano, a América Latina e o Caribe também são internamente heterogêneos, com a tabela de Prevalência de Insegurança Alimentar Moderada ou Grave revelando que, em 2025, enquanto 20,3% e 22,2% das pessoas na América do Sul e na América Central enfrentavam insegurança alimentar moderada a grave, 52% das pessoas no Caribe estavam em risco (FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO, 2026).

Figura 3. Proporção de pessoas incapazes de adquirir uma dieta saudável no mundo e nas suas diferentes regiões



Embora a taxa de insegurança alimentar ofereça uma compreensão da fome em nível populacional em uma região, a Paridade de Poder de Compra (PPC) revela melhor a experiência do indivíduo médio com a inacessibilidade econômica dos alimentos em cada continente. Enquanto a PPC na América Latina foi a mais alta, em 4,91 dólares PPC, a África ficou em segundo lugar, com 4,35 dólares PPC. Assim, embora a América Latina e o Caribe apresentem o custo nominal mais alto de uma dieta saudável, a África enfrenta um problema maior de inacessibilidade econômica devido a rendas disponíveis mais baixas em geral. Na África, a prevalência de indivíduos incapazes de custear uma dieta saudável foi de 66,6%, comparada a 25,7% na América Latina e no Caribe (SOFI, 2026).

No entanto, examinar a acessibilidade econômica no nível dos grupos alimentares revela um quadro mais nuançado. Na África, 68,6% dos países se encontravam no tercil de maior custo para alimentos de origem animal, enquanto 82,4% se encontravam no tercil de menor custo para frutas, ilustrando que nem todos os grupos alimentares nutritivos são uniformemente caros. Em contraste, a América Latina e o Caribe exibiram um perfil de acessibilidade diferente: 65,5% dos países se encontravam no tercil de maior custo para vegetais, enquanto 31% adicionais se encontravam no tercil intermediário, indicando que os altos custos dos vegetais são um padrão regional. Diferentemente da África, onde os alimentos de origem animal representam o principal desafio de acessibilidade, os vegetais constituem o componente mais caro de uma dieta saudável em grande parte da América Latina e do Caribe.

Esses perfis contrastantes de acessibilidade destacam o valor de uma perspectiva horizontal e intercontinental. Em vez de supor barreiras comuns em todo o Sul Global, eles sugerem que as regiões possuem forças e restrições distintas que podem oferecer oportunidades para a cooperação Sul-Sul, permitindo que os países troquem estratégias específicas ao contexto para melhorar o acesso a dietas saudáveis, ao mesmo tempo em que adaptam as intervenções aos sistemas alimentares locais.

Além disso, as diferenças horizontais revelam forças complementares que tornam o aprendizado mútuo possível. O aprendizado mútuo pode se mostrar especialmente valioso à medida que corporações transnacionais de alimentos continuam a se expandir para mercados nacionais, remodelando os ambientes alimentares locais por meio da disponibilidade generalizada de alimentos baratos, densos em calorias e pobres em nutrientes. Diante desse contexto, fortalecer os sistemas alimentares locais por meio da cooperação Sul-Sul pode ajudar os países a preservar oportunidades para os produtores locais, ao mesmo tempo em que melhoram o acesso a dietas saudáveis.

Enquanto a América Latina possui vasta experiência na integração da agricultura familiar às compras públicas, muitos países africanos desenvolveram abordagens locais de alimentação escolar e compras comunitárias para lidar com a acessibilidade econômica dos alimentos. Para ilustrar, o artigo de 2017, "*Leveraging Institutional Food Procurement for Linking Small Farmers to Markets*", detalha os programas brasileiros de compras públicas de alimentos, que podem ser contextualmente adaptados para países africanos onde o custo dos alimentos de origem animal é particularmente alto (Kelly, et al., 2017). Esse artigo detalha, em grande medida, como as compras públicas institucionais de alimentos podem transformar os sistemas alimentares locais, argumentando que as compras de alimentos podem simultaneamente melhorar a segurança alimentar e criar mercados estáveis para pequenas propriedades agrícolas.

Em vez de promover a transferência integral de políticas agrícolas, a FAO conclui que o sucesso da cooperação Sul-Sul depende da adaptação dos programas de compras públicas institucionais de alimentos aos marcos legais locais, às condições de mercado e à capacidade dos agricultores. A experiência do Brasil demonstra que vincular as compras públicas de alimentos à agricultura familiar pode simultaneamente fortalecer os sistemas alimentares locais, diversificar a produção agrícola e melhorar o acesso a alimentos nutritivos (Kelly, et al., 2017). Tais políticas de compras podem ser especialmente benéficas em regiões da África onde os alimentos de origem animal constituem o componente mais caro de uma dieta saudável. Expandir as compras de agricultores locais poderia fortalecer os sistemas alimentares domésticos, ao mesmo tempo em que aumentaria a disponibilidade de alimentos ricos em nutrientes, embora o grau em que isso se traduz em preços mais baixos ao consumidor dependa das condições de mercado locais.

O Programa de Cooperação Internacional Brasil FAO representa um exemplo bem-sucedido de transferência de conhecimento Sul-Sul. Em vez de replicar integralmente as políticas brasileiras, o programa adaptou seu modelo de alimentação escolar a contextos locais, integrando alimentação escolar, compras locais, agricultura familiar, nutrição infantil e desenvolvimento econômico local (FAO, 2013). Essa abordagem demonstra como a adaptação específica ao contexto, e não o transplante direto de políticas, pode fortalecer os sistemas alimentares locais, ao mesmo tempo em que melhora os desfechos nutricionais.

À medida que os sistemas alimentares globais continuam a evoluir, o fortalecimento da produção agrícola local por meio de colaboração Sul-Sul específica ao contexto pode se tornar

cada vez mais importante para melhorar tanto a acessibilidade econômica de dietas saudáveis quanto a resiliência dos sistemas alimentares, especialmente à medida que as corporações transnacionais de alimentos continuam a remodelar os ambientes alimentares em todo o Sul Global, criando novos desafios para a qualidade dietética e a nutrição.

Determinantes Comerciais da Saúde, a Ascensão dos Alimentos Ultraprocessados e a Transição do Duplo para o Múltipla Carga da Má Nutrição

Segundo o relatório SOFI, os padrões alimentares estão mudando rapidamente em todo o mundo, abrangendo a redução do consumo de alimentos diversos e nutritivos, o aumento do consumo de alimentos ultraprocessados menos nutritivos, e a crescente prevalência de doenças crônicas não transmissíveis relacionadas à dieta, além da persistência de deficiências de micronutrientes. Embora o SOFI documente a expansão das dietas ultraprocessadas e os crescentes custos sanitários associados ao consumo não saudável, é necessária literatura adicional para examinar as estruturas corporativas e as práticas comerciais que impulsionam essas mudanças. O artigo da Lancet, *Defining and conceptualizing the commercial determinants of health*, detalha evidências crescentes de que os produtos fabricados pelas maiores corporações transnacionais são responsáveis pelo aumento das taxas de doenças evitáveis, incluindo o exemplo do diabetes tipo 2, câncer, cárie dental e doença cardiovascular ligados ao consumo de bebidas açucaradas na África do Sul (Gilmore; 2023).

A expansão dos alimentos ultraprocessados deve ser compreendida não simplesmente como uma mudança dietética, mas como uma consequência dos determinantes comerciais da saúde, em que os produtos, as práticas comerciais e a influência política das grandes corporações transnacionais moldam os ambientes alimentares e suas consequências dietéticas. Essas dinâmicas comerciais têm contribuído para a crescente disponibilidade e acessibilidade econômica de alimentos densos em calorias e pobres em nutrientes, enquanto muitos alimentos nutritivos permanecem comparativamente caros, reforçando a transição do duplo para o múltiplo fardo da má nutrição (WHO, 2023). Em última análise, a ascensão dos alimentos ultraprocessados e a falta de diversidade alimentar resultam em múltiplos fardos da má nutrição, abrangendo tanto a obesidade quanto as deficiências vitamínicas.

A Natureza de Gênero da Múltipla Carga: A Nutrição das Mulheres e a Anemia Persistente

A despeito de melhorias modestas em diversos indicadores nutricionais globais, o relatório SOFI identifica a anemia entre mulheres em idade reprodutiva como um dos poucos indicadores que continua a se deteriorar. Globalmente, a anemia aumentou de 27,6% em 2012 para 30,7% em 2023 e é projetada para alcançar 32,6% até 2030, colocando o mundo substancialmente fora da trajetória necessária para alcançar a meta 2.2 dos ODS (FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO, 2026; 2025). A emergência da múltipla carga da má nutrição ilustra como determinantes comerciais, geopolíticos, climáticos e socioeconômicos interagem para moldar os desfechos nutricionais.

As mulheres são particularmente vulneráveis a essas pressões sobrepostas, como refletido pelo aumento contínuo, em escala global, da anemia entre mulheres em idade reprodutiva, a despeito de melhorias modestas em diversos outros indicadores nutricionais. Esse padrão global persistente serve como um indicador transversal que transcende as medidas de insegurança alimentar em nível continental exploradas neste artigo por meio dos referenciais horizontal e vertical.

Em vez de ser adequadamente explicado por indicadores como a prevalência de fome, a paridade de poder de compra ou o custo de uma dieta saudável isoladamente, ele reflete a interação cumulativa de determinantes do sistema alimentar, políticos, econômicos, climáticos e do sistema de saúde que afetam desproporcionalmente as mulheres em todo o mundo. Em última análise, a saúde nutricional das mulheres ilustra que alcançar a segurança alimentar requer ir além das médias continentais e abordar os determinantes comerciais, políticos, econômicos, climáticos e do sistema alimentar interconectados que moldam os desfechos nutricionais em diversos contextos locais.

A Segurança Alimentar e Nutricional e o Consumo de Proteínas – perspectivas do Brasil e dos Estados Unidos

Para além das discussões presentes no Relatório SOFI, na disputa das narrativas sobre dietas saudáveis nos últimos anos, a proteína tem sido uma considerada uma prioridade particular para iniciativas de segurança alimentar e nutricional em escala global, e sua suplementação tem se tornado inextricavelmente ligada, na literatura, à melhora do estado nutricional. No entanto, uma dieta diversificada, composta por múltiplos grupos alimentares, incluindo frutas, vegetais, leguminosas, castanhas e semente, grãos e outros alimentos básicos, e alimentos de origem animal, coloca-se em antagonismo ao crescente equívoco de que aumentar o consumo de um único nutriente ou categoria alimentar melhorará os desfechos de saúde. Assim, embora a proteína seja essencial à saúde humana, a suficiência proteica não garante a adequação da dieta. Para abordar a raiz dessa questão, a atenção deve ser desviada da fixação excessiva em proteína (particularmente de origem animal e de maior custo) e direcionada às dinâmicas subjacentes que impedem que os sistemas alimentares promovam dietas suficientemente diversas e acessíveis.

A comparação entre Brasil e Estados Unidos oferece uma oportunidade para investigar por que a diversidade alimentar não pode ser reduzida à adequação ou à ingestão de proteína animal. Ambos os países possuem sistemas de produção de alimentos de alto rendimento e alto consumo de produtos de origem animal, mas ainda assim enfrentam deficiências nutricionais e qualidade inadequada da dieta. Uma análise crítica dessas paisagens alimentares sugere que a relação entre o consumo de produtos de origem animal e a diversidade alimentar é regida pela renda, pela acessibilidade econômica dos alimentos, por tradições culturais, pela indústria agrícola e pelos alimentos que o consumo excessivo de produtos de origem animal, em última instância, desloca da dieta.

Usando dois inquéritos alimentares de 24 horas não consecutivos da Pesquisa de Orçamentos Familiares brasileira de 2017 2018, constatou se que pessoas de todos os quintis de renda consomem proteína em quantidade igual ou superior às recomendações da OMS, ao mesmo tempo em que experimentam consequências da má nutrição, incluindo emaciação e déficit estatural entre jovens (ABRAMOVAY et al., 2025).

O contraste entre a ingestão de proteína e outros grupos alimentares elucida essa questão. O consumo médio de frutas e vegetais correspondeu a 3,39% da ingestão energética total no quintil de renda mais baixo e a 6,43% no quintil mais alto. Além disso, em 2023, 78,6% dos adultos residentes em capitais brasileiras não atingiram a recomendação da OMS de 400 gramas por dia de frutas e vegetais (ABRAMOVAY et al., 2025; Ministério da Saúde, 2023). Frutas e vegetais fornecem fibra, vitaminas, minerais e compostos bioativos essenciais, associados à redução do risco de doenças crônicas relacionadas à dieta. Assim, a paisagem alimentar

brasileira apresenta um paradoxo em que a ingestão de proteína é excessiva em todos os grupos socioeconômicos, ao passo que o consumo de grupos alimentares ricos em micronutrientes e fibra necessários permanece inadequado. A coexistência de ingestão proteica suficiente com baixo consumo de alimentos vegetais diversos ilustra que a adequação proteica é uma medida insuficiente da qualidade da dieta, sendo necessárias abordagens mais abrangentes para a diversidade alimentar holística, a fim de reduzir o impacto do duplo fardo da má nutrição.

Isso não significa afirmar que os produtos de origem animal sejam intrinsecamente incompatíveis com uma dieta saudável, pois eles fornecem proteína biodisponível e micronutrientes importantes; em vez disso, devem ocupar um espaço proporcional dentro de uma dieta mais diversa. A Dieta da Saúde Planetária da Comissão EAT Lancet dá maior ênfase a frutas, vegetais, grãos integrais, leguminosas, castanhas e óleos insaturados, ao mesmo tempo em que sugere ingestão moderada de carne e, especialmente, limita as carnes vermelhas e processadas (EAT Lancet). Isso é particularmente importante, pois as escolhas alimentares não podem ser atribuídas apenas a preferências individuais; o consumo de carne no Brasil está interligado ao poder de compra domiciliar, à acessibilidade dos alimentos, aos preços e ao contexto cultural da alimentação.

Portanto, abordagens políticas para aumentar a diversidade alimentar por meio do simples aumento do preço da carne, por exemplo, poderiam ter efeitos profundamente desiguais e desfechos adversos. O Relatório SOFI 2026 identificou frutas e vegetais como o componente de maior custo nas dietas brasileiras, contribuindo significativamente para o custo geral mais elevado da dieta saudável e indicando que o sistema é mais complexo do que qualquer componente isolado (FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO, 2026). Para famílias de renda mais alta, um aumento no preço dos produtos de origem animal pode resultar em mudanças no padrão de consumo que incorporem mais frutas e vegetais sem ameaçar a segurança alimentar, mas, para famílias de renda mais baixa, pode, em vez disso, reduzir as opções disponíveis e aumentar o custo de uma dieta saudável.

A implementação, pelo Brasil, da cesta alimentar nacional em 2024 é um exemplo de política que aborda a complexidade de todo o sistema, ao priorizar a produção agroecológica e de agricultura familiar local, enquanto exclui alimentos ultraprocessados. Esforços intersetoriais como esse anunciam uma direção mais equitativa e sustentável para a política nutricional. Nesse contexto, em vez de tratar a redução de produtos de origem animal como a única via para o aumento da diversidade alimentar, as políticas devem expandir o acesso a uma gama mais ampla de grupos alimentares essenciais e nutritivos, ao mesmo tempo em que alteram gradualmente a acessibilidade e a disponibilidade relativas dos produtos consumidos em excesso.

Os Estados Unidos apresentam uma manifestação paralela, mas não idêntica, da mesma questão. Imersos em uma forte narrativa cultural que trata a proteína como um “macronutriente virtuoso”, linearmente associado à saúde, cerca de 65% dos adultos estadunidenses consideram o teor de proteína dos alimentos que compram, buscando maximizar sua ingestão (ABRAMOVAY et al., 2025). O Levantamento Nacional de Saúde e Nutrição (NHANES) de 2015 2018 constatou que, nos Estados Unidos, a faixa de consumo médio de proteína animal variou de 62 gramas por dia a 104 gramas por dia, mas a qualidade geral da dieta permaneceu subótima em todos os quintis, e o consumo de proteína vegetal de alta qualidade foi muito baixo (HOY; MURAYI; MOSHFEGH, 2022).

As implicações adversas disso são particularmente evidentes na análise dos dados do NHANES de 2007 2018 entre adolescentes. Embora grãos, amidos, leite, carne, aves e peixe fossem consumidos pela maioria dos adolescentes, menos de 15% obtinham grupos alimentares densos em micronutrientes suficientes, como vegetais ricos em vitamina A, vegetais verde escuros, feijões, ervilhas, leguminosas, castanhas e semente (JENKINS et al., 2023). Em um dado dia, o adolescente médio consumia menos de 5 dos 10 grupos alimentares designados pelo Relatório SOFI como indicativos de diversidade alimentar. Apesar da acessibilidade e do poder econômico relativamente maiores dos Estados Unidos, a paisagem alimentar reforça continuamente o consumo de um conjunto restrito de grupos alimentares e resulta em uma população que ainda sofre com os múltiplos fardos da má nutrição.

A falta de diversidade alimentar acompanhada de abundância no consumo de produtos de origem animal é compartilhada por Brasil e Estados Unidos, mas difere fundamentalmente em suas raízes causais. Isso reflete uma percepção central do Relatório SOFI 2026, que descreve como a insegurança alimentar e nutricional não pode ser compreendida independentemente das condições econômicas que determinam quais alimentos são, de fato, acessíveis aos consumidores. No Brasil, a inacessibilidade econômica e a desigualdade persistente produzem acesso desigual a frutas e vegetais, enquanto, nos Estados Unidos, a questão surge dentro de um ambiente alimentar com alta disponibilidade comercial e econômica de fontes alimentares diversas, mas em que os produtos de origem animal permanecem desproporcionalmente proeminentes. Esse caso revela o equívoco de que a segurança nutricional é uma progressão linear da deficiência alimentar para a abundância, já que maior poder de compra não garante diversidade alimentar e pode causar concentração dietética desfavorável. Dessa forma, os Estados Unidos podem servir como um exemplo de alerta para economias menos desenvolvidas de como um sistema alimentar caracterizado por relativa abundância ainda pode falhar continuamente em atender aos padrões de diversidade alimentar.

Enquanto o Brasil pode examinar as consequências sanitárias e ambientais que definem o sistema alimentar economicamente avançado norte americano, os Estados Unidos também podem aprender com as abordagens políticas brasileiras para a mudança de consumo dentro de um contexto socioeconômico e cultural complexo. As Diretrizes Alimentares Brasileiras, por exemplo, diferem fundamentalmente da narrativa da proteína dos Estados Unidos ao evitarem deliberadamente reduzir a nutrição a nutrientes individuais e, em vez disso, priorizarem de forma mais ampla práticas culturais, promover o equilíbrio entre produtos vegetais e animais, e o consumo de alimentos frescos e minimamente processados (Ministério da Saúde do Brasil, 2014). Como evidenciado por essa comparação, diferentes paisagens alimentares geram diferentes oportunidades de aprendizado recíproco, com potencial para moldar sistemas alimentares nos quais dietas diversificadas sejam as dietas mais acessíveis e culturalmente apropriadas a serem mantidas.

Ampliando a Transição Proteica

A “transição proteica” surgiu nos últimos anos como um movimento global no qual os sistemas alimentares se afastam da dependência de fontes de proteína animal em direção a fontes de proteína alternativas e mais sustentáveis, sejam elas originárias de produtos à base de plantas, carne cultivada ou fermentação de precisão (OCÉANE DULUINS; BARET, 2024). Embora o exame anterior do consumo de proteína animal no Brasil e nos Estados Unidos mostre que uma transição nutricional é indiscutivelmente necessária, uma transição proteica deveria ser apenas um componente de uma transição mais ampla rumo à diversidade alimentar. Aplicar a

lógica da transição proteica de forma uniforme corre o risco de reproduzir o mesmo reducionismo característico do paradigma do déficit proteico, no qual os sistemas alimentares podem simplesmente mudar a origem da proteína sem abordar criticamente se essas mudanças resultam em reduções inadvertidas na diversidade alimentar, na acessibilidade econômica ou na qualidade nutricional das dietas.

Uma consideração cuidadosa de cada população específica é essencial para uma transição nutricional apropriada. Por exemplo, em um caso distinto tanto do Brasil quanto dos Estados Unidos, uma população cuja dieta já carece tanto de produtos de origem animal quanto de adequação nutricional poderia ver suas deficiências agravadas por uma redução adicional na disponibilidade de proteína animal. A Dieta da Saúde Planetária EAT Lancet é, portanto, um bom ponto de referência para o progresso contínuo, pois incorpora quantidades moderadas de carne, laticínios e peixe, ao lado de uma dieta que enfatiza grãos integrais, frutas, vegetais, castanhas e leguminosas como base. Os objetivos de política devem ser elaborados para acomodar variações culturais e regionais dentro de um sistema alimentar em que os produtos de origem animal ocupem um papel nutricional e ambientalmente apropriado dentro de um padrão dietético diversificado.

Especificamente para o Brasil, como os produtos de origem animal são um contribuinte dominante tanto para a economia nacional quanto para a tradição cultural, ao passo que os produtos frescos permanecem o componente mais caro do custo de uma dieta saudável na América Latina, uma transição proteica precisaria administrar cuidadosamente o consumo excessivo de carne vermelha e processada, aumentando a acessibilidade e a disponibilidade de leguminosas, frutas, vegetais, castanhas e semente por meio de intervenções tanto do lado da demanda quanto da oferta. Como brevemente mencionado na seção anterior, o referencial da cesta alimentar nacional do Brasil já incorpora ênfase na diversidade alimentar, portanto novas políticas devem apenas complementar o que já foi estabelecido.

Como demonstra o Relatório SOFI 2026, a iniciativa mais eficaz para reduzir o custo de uma dieta saudável e diversificada seria abordar as estruturas econômicas que mantêm frutas e vegetais frescos inacessíveis (FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO, 2026). Essa abordagem exigiria intervenções abrangentes e combinadas do lado da demanda e da oferta, como a melhoria da infraestrutura de armazenamento e distribuição de produtos perecíveis ou a elaboração de políticas fiscais para subsidiar alimentos nutritivos. Em particular, a posição do Brasil cria uma oportunidade para vincular a diversidade alimentar e uma transição proteica à agrobiodiversidade, apoiando assim uma gama mais ampla de culturas agrícolas, o que poderia potencialmente fortalecer a diversidade e a disponibilidade da oferta de alimentos, a resiliência dos sistemas agrícolas e a sustentabilidade ambiental.

Os Estados Unidos exigiriam uma abordagem diferente para uma transição proteica dentro de um movimento mais amplo rumo à diversidade alimentar. Como o marketing de produtos de consumo cotidiano tem se voltado para anunciar a ingestão de proteína, as mudanças de proteína animal para proteína vegetal também devem ser acompanhadas de uma mudança de maximização de proteína para a adequação de proteína, de modo a aumentar a sustentabilidade do sistema ao mesmo tempo em que se garante a inclusão dietética de frutas e vegetais frescos ricos em nutrientes.

Por exemplo, substituir um produto alimentar à base de proteína do leite por um à base de proteína de ervilha pode ser mais sustentável ambientalmente, mas reforça o referencial

centrado em nutrientes e, frequentemente, o ultraprocessamento de alimentos, que já demonstrou agravar a má nutrição. Portanto, os Estados Unidos deveriam abordar essa questão afastando se da narrativa isolada de nutrientes, ao mesmo tempo em que empreendem esforços para substituir proteína animal por proteína vegetal e aumentar a ingestão de frutas e vegetais frescos. Além disso, em vez de depender que os indivíduos superem narrativas comerciais arraigadas, as intervenções deveriam ser intersetoriais, conectando programas nutricionais federais e estaduais, refeições escolares e pequenos agricultores, entre outros, para garantir a mudança desejável no ambiente alimentar.

Em última análise, uma transição proteica bem-sucedida, caracterizada tanto pela sustentabilidade ambiental quanto nutricional, não pode ser realizada com a mera substituição de proteínas animais por alternativas, mas deve, em vez disso, abordar e elevar a capacidade dos sistemas alimentares de avançar rumo a dietas mais diversas, acessíveis e sustentáveis. Os variados contextos econômicos e sociais dos sistemas alimentares oferecem amplas oportunidades para que os países aprendam uns com os outros, mantendo se, ao mesmo tempo, o reconhecimento de que a transição apropriada diferirá segundo o estado nutricional, os sistemas agrícolas existentes, as estruturas econômicas e as tradições culturais. Uma abordagem mais coordenada e recíproca para uma transição nutricional ofereceria uma oportunidade de cooperação entre sistemas alimentares, na qual os países poderiam promover simultaneamente condições que tornem dietas diversas e sistemas alimentares sustentáveis mais universalmente alcançáveis. Além disso, à medida que esses objetivos são perseguidos, as métricas de Custo de uma Dieta Saudável e de Diversidade Alimentar Mínima do SOFI podem continuar a servir como um referencial útil para avaliar o impacto de diferentes políticas sobre os sistemas alimentares.

A inflação dos alimentos como fenômeno global e seus impactos sobre saúde e nutrição

Conforme já exploramos em maior detalhe no informe 05/2026, a elevação persistente dos preços dos alimentos em escala global constitui um dos mais graves determinantes estruturais da insegurança alimentar e nutricional e da deterioração da qualidade das dietas populacionais na atualidade. Desde 2020, a inflação dos alimentos superou consistentemente a inflação geral em escala mundial, refletindo aumentada volatilidade nos mercados agrícolas e pressões persistentes ao longo das cadeias agroalimentares. Em janeiro de 2023, a inflação global dos alimentos atingiu seu pico, de 13,6%, superando a inflação geral em 5,1 pontos percentuais. Nesse contexto, estima-se que cerca de 2,6 bilhões de pessoas não pudessem arcar com uma dieta saudável em 2024, número que, embora represente uma redução em relação a 2019, oculta piora significativa na África e em países de baixa e média renda (FAO/IFAD/UNICEF/WFP/WHO, 2025).

As causas dessa inflação são multifatoriais e de natureza estrutural. A invasão russa da Ucrânia, em 2022, adicionou 18 pontos percentuais aos preços globais de commodities alimentares, pela ruptura de cadeias de abastecimento e pela contração das exportações de fertilizantes da Rússia, uma clara ruptura em relação às flutuações macroeconômicas convencionais, que evidencia a vulnerabilidade estrutural dos sistemas alimentares a perturbações geopolíticas. Paralelamente, a concentração de mercado configura um problema sistêmico que compromete a eficiência e a acessibilidade ao longo de toda a cadeia de valor agroalimentar, tanto em países desenvolvidos quanto em desenvolvimento. Em mercados de insumos agrícolas, estruturas oligopolísticas com dois a cinco agentes dominantes resultaram em margens superiores a 40% em 2023, impedindo a transmissão da queda dos preços globais aos mercados domésticos (Volpe, 2020).

Um aspecto particularmente preocupante do ponto de vista da saúde pública global é a assimetria observada entre os preços de alimentos saudáveis e de alimentos ultraprocessados. Enquanto o custo de uma dieta saudável se elevou, os alimentos ultraprocessados tornaram-se 47% mais baratos comparativamente aos alimentos frescos ou minimamente processados. Elevados preços dos alimentos podem induzir famílias a optar por alimentos ultraprocessados mais baratos, de baixo valor nutritivo, ao passo que frutas, vegetais e proteínas de qualidade permanecem inacessíveis física e financeiramente. Novas análises demonstram uma relação direta entre preços e desnutrição aguda: um aumento de 10% nos preços dos alimentos está associado a uma elevação de 2,7% a 4,3% na emaciação infantil (baixo peso para estatura) e de 4,8% a 6,1% na emaciação grave em crianças menores de cinco anos (Patel, 2025)(De-Regil *et al.*, 2025).

Um fenômeno preocupante é que a recente queda nos preços das commodities no mercado global não se traduziu integralmente em redução dos preços ao consumidor nos países de baixa renda, prolongando o ônus sobre as populações mais vulneráveis. As desigualdades estruturais e de gênero amplificam esses efeitos, especialmente em países com elevada concentração de renda. O relatório Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo 2025 (SOFI 2025), da FAO, ressalta que, desde 2022, enquanto os preços internacionais das commodities alimentares recuaram, os preços domésticos dos alimentos continuaram a subir, fenômeno que demanda uma compreensão mais aprofundada dos determinantes estruturais da inflação alimentar e de suas implicações para a segurança alimentar e nutricional (FAO/IFAD/UNICEF/WFP/WHO, 2025).

Do ponto de vista das políticas públicas, o SOFI 2025 chama à coordenação de políticas fiscais e comerciais, ao aprimoramento dos sistemas de informação e ao maior investimento em sistemas agroalimentares resilientes para estabilizar os mercados e proteger as populações mais expostas aos riscos, sob pena de que as metas globais de eliminação da fome e da desnutrição não sejam alcançadas.

No contexto brasileiro, a inflação dos alimentos assume contornos igualmente estruturais, amplificados pelas especificidades do modelo agroexportador nacional. Análise recente do economista Valter Palmieri Júnior, da Universidade de Campinas, publicada em conjunto com a ACT Promoção da Saúde (Junior, 2026), examina em profundidade a persistente alta dos preços dos alimentos no Brasil não como uma sucessão de choques temporários, mas como uma crise de natureza estrutural e sistêmica. Desde meados de 2006, a inflação dos alimentos no país tem superado consistentemente a inflação geral (IPCA), em tendência que diverge de forma significativa de outras economias de grande porte, como os Estados Unidos.

As principais conclusões do estudo identificam como determinantes centrais dessa inflação: a orientação estratégica do modelo agroexportador para commodities destinadas ao mercado internacional (soja, milho e cana-de-açúcar), em detrimento da produção de itens básicos para o mercado doméstico, como arroz, feijão e frutas; a dolarização dos preços internos, com alta sensibilidade à volatilidade cambial; os elevados níveis de poder oligopolístico ao longo de toda a cadeia alimentar; um incentivo nutricional perverso que torna os ultraprocessados relativamente mais baratos e estáveis em comparação aos alimentos frescos e minimamente processados; e a falência institucional representada por políticas públicas historicamente orientadas aos grandes exportadores de commodities, em detrimento das cadeias internas de abastecimento, dos estoques públicos de alimentos e da agricultura diversificada de pequena escala.

Segundo o estudo, o Brasil consolidou-se como o maior exportador líquido de alimentos do mundo, mas esse protagonismo no mercado global ocorreu em detrimento da estabilidade dos preços internos. Nesse contexto, o sistema agrícola nacional orientou-se para o chamado *boom* das commodities, impulsionado em especial pela demanda chinesa. Como resultado, a razão entre a área cultivada com commodities (soja, milho, açúcar) e aquela destinada a culturas básicas (arroz, feijão e similares) era de 4,1 para 1 em 2006; em 2025, essa proporção ampliou-se para 12,4 para 1.

Como "tomadora de preços" nos mercados globais, o Brasil internaliza os choques de preços internacionais de forma particular: os preços dos alimentos no país são mais sensíveis às flutuações do dólar do que qualquer outra categoria do IPCA, e, quando o real se desvaloriza, os produtores tendem a priorizar o mercado externo para maximizar a lucratividade, reduzindo a oferta doméstica e pressionando os preços locais. A dependência estrutural de insumos importados agrava essa vulnerabilidade: em 2006, 73,7% dos fertilizantes utilizados eram importados; em 2022, esse percentual atingiu 86,9%. Enquanto as importações globais de agrotóxicos cresceram 136% desde 2006, as importações brasileiras cresceram 750%, tornando o país o maior importador mundial desses insumos; e o custo de fabricação de tratores e equipamentos agrícolas subiu 114,3% entre 2018 e 2022.

Uma consequência crítica dessa inflação estrutural é a transformação observada nos padrões alimentares da população. Alimentos frescos, como frutas, verduras e legumes, que são fundamentais para uma dieta saudável e diversificada, apresentam alta sazonalidade e forte tendência de elevação de preços (frutas subiram 2,8 vezes mais rápido que a inflação geral), enquanto os alimentos ultraprocessados mostram maior estabilidade de preços, beneficiados pela escala massiva e pela eficiência oligopolista da cadeia industrial alimentar. Esse diferencial cria um "incentivo perverso" que empurra as populações de menor renda ao consumo de alimentos nutricionalmente inadequados e densamente calóricos, com repercussões diretas sobre a prevalência de obesidade, diabetes e outras doenças crônicas não transmissíveis.

O estudo identifica cinco pilares interconectados que sustentam a inflação estrutural dos alimentos, articulados ao debate global sobre os sistemas alimentares hegemônicos: a desigualdade histórica na concentração de terras e renda; a concentração de mercado em oligopólios nos setores de insumos, processamento e varejo; as mudanças climáticas como determinante estrutural da oferta; o modelo agroexportador que subordina a soberania alimentar nacional à lógica do comércio global; e a inação política, expressa na ausência de políticas alimentares integradas e no desmonte de mecanismos regulatórios como os estoques públicos de alimentos.

Na conclusão do relatório, declara-se que a inflação dos alimentos no Brasil, fenômeno que se reproduz também em outros países do Sul Global cuja agricultura é primordialmente orientada à produção de commodities, é, portanto, um sintoma de um sistema alimentar disfuncional que subordina o direito fundamental à nutrição adequada à lógica dos mercados internacionais de commodities. Sua superação demanda, mais do que ajustes na taxa de juros, uma estratégia coordenada voltada à democratização do sistema alimentar, à diversificação da produção, à redução da dependência de insumos importados e à proteção do mercado doméstico da volatilidade global. Sem intervenção estrutural, o diferencial entre os custos dos alimentos e a inflação geral tende a se ampliar, aprofundando a insegurança alimentar e as crises de saúde pública.

O Brasil continua fora do Mapa da Fome Global e avançando

O Relatório SOFI 2026 também confirmou que o Brasil mantém sua posição fora do Mapa da Fome da FAO, tendo em vista o critério de manutenção da prevalência de subnutrição abaixo de 2,5% da população. Do ponto de vista do acesso econômico à alimentação adequada, os dados do relatório, ainda, evidenciam avanço expressivo no período recente. Entre 2021 e 2025, a proporção de brasileiros sem capacidade financeira de adquirir uma dieta saudável (aquela capaz de promover saúde, crescimento, desenvolvimento e bem-estar, além de prevenir deficiências nutricionais, doenças crônicas e doenças transmitidas por alimentos) recuou de 31,2% para 21,1% da população. Em termos absolutos, esse contingente passou de 65,3 milhões para 44,8 milhões de pessoas, o que representa uma redução de aproximadamente 20 milhões de indivíduos em situação de vulnerabilidade alimentar no período.

No plano político-institucional, a experiência brasileira foi apresentada, durante a divulgação do relatório, como exemplo de abordagem integrada de políticas públicas voltadas à segurança alimentar e nutricional. Foram destacadas, em especial, iniciativas de proteção social, geração de renda no campo, fortalecimento da agricultura familiar e ampliação do acesso populacional a alimentos saudáveis. A ministra do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Fernanda Machiaveli, representante brasileira no evento, afirmou que os resultados demonstram que o enfrentamento da fome depende de prioridade política e coordenação intersetorial de ações.

O relatório também conferiu destaque ao papel estratégico da agricultura familiar na produção de alimentos saudáveis e na conformação de sistemas agroalimentares mais sustentáveis e resilientes. Entre as políticas públicas citadas como determinantes desse avanço, constam a ampliação do crédito rural, o fortalecimento da assistência técnica e extensão rural, o estímulo à inovação, a melhoria do acesso a mercados, os investimentos em bioinsumos, o fomento à pesquisa agropecuária e o apoio a sistemas agroflorestais.

O protagonismo das mulheres rurais foi igualmente apontado como eixo estruturante das políticas voltadas à segurança alimentar, com ênfase na diversificação produtiva, na geração de renda e na promoção da autonomia econômica dessa população. A representante do Brasil reiterou, durante a apresentação, que os agricultores familiares constituem agentes centrais na construção de sistemas alimentares mais saudáveis, resilientes e sustentáveis.

Os resultados registrados pelo SOFI 2026 reforçam a relevância de estratégias nacionais que articulem, de forma coordenada, políticas de geração de renda, proteção social, fortalecimento da produção doméstica de alimentos e ampliação da oferta de dietas nutricionalmente adequadas, elementos que, em conjunto, contribuem de maneira estrutural para a redução da insegurança alimentar e o cumprimento dos compromissos assumidos pelo Brasil no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Conclusão

O conjunto de evidências reunidas neste informe evidencia que a segurança alimentar e nutricional global permanece condicionada por uma teia interdependente de determinantes estruturais, comerciais, climáticos e geopolíticos que transcende qualquer explicação unidimensional centrada apenas na disponibilidade agregada de alimentos. O SOFI 2026 demonstra que, mesmo diante de avanços consecutivos na redução da prevalência de fome em escala global, a persistência de disparidades regionais acentuadas, sobretudo na África, cuja

heterogeneidade sub-regional revela que conflitos armados, choques climáticos e fragilidade institucional produzem trajetórias radicalmente distintas dentro de um mesmo continente, e a elevação continuada do custo de uma dieta saudável configuram um quadro de vulnerabilidade que ameaça diretamente o cumprimento do ODS 2 até 2030. Do ponto de vista da saúde global, esse cenário não pode mais ser compreendido como um problema isolado de oferta alimentar, mas como uma questão sistêmica de determinação social e comercial da saúde, na qual a concentração de mercado, a inflação estrutural de alimentos frescos e a expansão de ultraprocessados baratos e calóricos produzem, simultaneamente, fome, insegurança alimentar e o múltiplo fardo da má nutrição, com repercussões diretas sobre doenças crônicas não transmissíveis, anemia em mulheres e desnutrição infantil.

As comparações verticais e horizontais exploradas ao longo deste informe, entre Brasil e Estados Unidos, e entre África e América Latina e Caribe, reforçam que não existe uma trajetória única e linear rumo à segurança alimentar e nutricional. Nem a abundância econômica nem a alta produtividade agrícola garantem, por si só, dietas diversificadas e nutricionalmente adequadas, como demonstra o caso estadunidense, e tampouco contextos de escassez relativa são desprovidos de soluções replicáveis, como evidenciam as experiências de compras públicas institucionais e alimentação escolar testadas no Brasil e adaptadas a contextos africanos. Esse aprendizado cruzado, sustentado pela cooperação Sul-Sul, deve ser compreendido não como transplante mecânico de políticas, mas como processo de adaptação contextual sensível às particularidades econômicas, culturais e agrícolas de cada território, princípio que também deve orientar qualquer transição proteica ou nutricional futura.

Nesse sentido, o papel das agências multilaterais, particularmente a FAO, o FIDA, o Unicef, o WFP e a OMS, reunidas sob a coordenação da Nutrição ONU, revela-se insubstituível como espaço de produção de evidências compartilhadas, de definição de metodologias comuns de monitoramento, como as métricas de Diversidade Alimentar Mínima e de Custo de uma Dieta Saudável incorporadas pelo SOFI, e de articulação política entre Estados-membros diante de choques que, como o conflito no Oriente Médio e o fenômeno El Niño projetado para 2026-2027, exigem respostas coordenadas que nenhum país isoladamente seria capaz de equacionar. A retração da assistência oficial ao desenvolvimento e do financiamento humanitário, identificada pelo próprio relatório como fator de risco para as projeções de fome até 2030, torna ainda mais urgente que essas agências mantenham e ampliem seu papel de mobilização de recursos e de governança global da segurança alimentar.

Ao mesmo tempo, a experiência brasileira, com sua permanência fora do Mapa da Fome e a redução de aproximadamente 20 milhões de pessoas sem capacidade de custear uma dieta saudável entre 2021 e 2025, demonstra que os governos nacionais continuam sendo o lócus decisivo de transformação, quando articulam, de forma coordenada, proteção social, fortalecimento da agricultura familiar, políticas de geração de renda no campo e regulação dos determinantes comerciais que distorcem os preços relativos entre alimentos saudáveis e ultraprocessados. O caso brasileiro de inflação alimentar estrutural, todavia, também alerta que mesmo trajetórias exitosas permanecem vulneráveis a modelos agroexportadores que subordinam a soberania alimentar doméstica à lógica das commodities internacionais, exigindo vigilância constante e políticas de Estado que transcendam ciclos eleitorais e conjunturas macroeconômicas favoráveis.

Em suma, o enfrentamento da fome e da insegurança alimentar e nutricional na próxima década exigirá a convergência entre a governança multilateral, capaz de sustentar sistemas de

monitoramento robustos, mobilizar financiamento e antecipar respostas a choques externos e políticos, e a ação decidida dos Estados nacionais na regulação de seus próprios sistemas alimentares, na proteção social de populações vulneráveis e na promoção da diversidade produtiva e dietética. Sem esse duplo movimento, coordenado internacionalmente e enraizado nas realidades locais, a promessa civilizatória de erradicar a fome e garantir o direito humano à alimentação adequada continuará a escapar, ano após ano, do horizonte de 2030.

Referências

DE-REGIL, L. M. et al. Global action on ultra-processed foods: a health, equity, and sustainability imperative. The Lancet, v. 406, n. 10520, p. 2608–2610, dez. 2025.

FAO/IFAD/UNICEF/WFP/WHO. The State of Food Security and Nutrition in the World 2025 — Addressing high food price inflation for food security and nutrition. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/items/18053f75-4c71-4a35-a0d9-1eb2fe204364>.

JUNIOR, V. P. A Inflação de Alimentos no Brasil. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://actbr.org.br/wp-content/uploads/2026/03/INFLACAO-DE-ALIMENTOS-NO-BRASIL.pdf>.

PATEL, V. SOFI 2025: More people afford healthy diets but inflation and budget cuts jeopardize gains.

VOLPE, R. The Fundamentals of Food Prices: Costs, Consumer Demanda, and COVID-19. [s.l: s.n.].

ABRAMOVAY, R. et al. The protein deficit myth. Revista de saúde pública, v. 59, 2025.

Africa to benefit from Brazil-FAO school meals experience. Newsroom. Disponível em: <https://www.fao.org/newsroom/detail/Africa-to-benefit-from-Brazil-FAO-school-meals-experience>.

EAT Lancet. The Planetary Health Diet — EATEAT Forum. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://eatforum.org/eat-lancet/the-planetary-health-diet/>.

FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO;. The State of Food Security and Nutrition in the World 2025. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/items/4b1f7d26-267d-4a81-aed4-4f9de4d93f85>.

GILMORE, Anna B.; FABBRI, Alice; BAUM, Fran; et al. Defining and Conceptualising the Commercial Determinants of Health. The Lancet, vol. 401, no. 10383, p. 1194–1213, 2023.

HOY, M. K.; MURAYI, T.; MOSHFEGH, A. J. Diet Quality and Food Intakes Among U.S. Adults by Level of Animal Protein Intake, What We Eat in America, NHANES 2015-2018. Current Developments in Nutrition, v. 6, n. 5, 17 Mar. 2022.

JENKINS, M. et al. What Do United States Adolescents Eat? Food Group Consumption Patterns and Dietary Diversity from a Decade of Nationally Representative Data. Current Developments in Nutrition, v. 7, n. 8, Aug. 2023.

KELLY, Siobhan and F.J. SWENSSON, Luana. Leveraging institutional food procurement for linking small farmers to markets Findings from WFP's Purchase for Progress initiative and Brazil's food procurement programmes. [s.l.: s.n.], 2017. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/a22076d4-a2e5-49eb-90f0-b9eecb5dd41b/content>.

Ministry of Health of Brazil. Dietary Guidelines for the Brazilian Population., 2014. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/guia_alimentar_populacao_ingles.pdf>

Ministério da Saúde. Vigitel Brasil 2023: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico: estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal em 2023.

[s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/vigitel/vigitel-brasil-2023-vigilancia-de-fatores-de-risco-e-protecao-para-doencas-cronicas-por-inquerito-telefonico>.

OCÉANE DULUINS; BARET, P. A systematic review of the definitions, narratives and paths forwards for a protein transition in high-income countries. Nature Food, v. 5, 3 Jan. 2024.

WORLD. Commercial determinants of health. [s.l.]: World Health Organization: WHO, 2023. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/commercial-determinants-of-health>.

YANG, Yanmin; XU, Zihan; ZHENG, Huining; et al. How armed conflict shapes food insecurity in the Sahel and Lake Chad Region. Communications Sustainability, vol. 1, no. 1, 2026. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s44458-026-00115-w>.

O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional: Estreitando as Relações com a Venezuela

El Banco Mundial y el Fondo Monetario Internacional: Fortalecimiento de las relaciones con Venezuela

The World Bank and the International Monetary Fund: Strengthening Relations with Venezuela

Isis Pillar Cazumbá

Resumo: O Banco Mundial lançou no final de julho uma publicação que avaliou os impactos negativos dos terremotos que aconteceram na Venezuela, em junho. A instituição financeira multilateral revelou que os danos ao país chegaram aos bilhões e que será necessária a reconstrução de forma mais célere, com o objetivo de recuperar a economia e melhorar os resultados sociais. Já o Fundo Monetário Internacional esteve na Venezuela em missão após vinte anos, buscando normalizar as relações com o governo da presidente em exercício Delcy Rodríguez.

Palavras-chave: Banco Mundial; FMI; Cooperação; Venezuela; Reconstrução; Desafios Socioeconômicos.

Resumen: *A finales de julio, el Banco Mundial publicó un informe que evaluaba los impactos negativos de los terremotos que azotaron Venezuela en junio. La institución financiera multilateral reveló que los daños en el país ascendieron a miles de millones y que será necesaria una reconstrucción más rápida para reactivar la economía y mejorar la situación social. Mientras tanto, el Fondo Monetario Internacional regresó a Venezuela en una misión tras veinte años, con el objetivo de normalizar las relaciones con el gobierno de la presidenta interina Delcy Rodríguez.*

Palabras clave: *Banco Mundial; FMI; Cooperación; Venezuela; Reconstrucción; Desafíos Socioeconómicos.*

Abstract: *The World Bank released a report assessing the negative impacts of the earthquakes that struck Venezuela in June. The multilateral financial institution revealed that the damage to the country amounted to billions and that reconstruction must proceed rapidly to revive the economy and improve social outcomes. Meanwhile, the International Monetary Fund visited Venezuela on a mission—its first in twenty years—seeking to normalize relations with the government of Acting President Delcy Rodríguez.*

Keywords: *World Bank; IMF; Venezuela; Cooperation; Rebuilding; Socioeconomic Challenges.*

Relatório do Banco Mundial

Em um recente estudo elaborado pelo Banco Mundial (BM) sobre os terremotos na Venezuela, constatou-se que os danos físicos diretos causados pelos abalos sísmicos totalizaram US$ 19,6 bilhões. O *Relatório Global de Estimativa Rápida Pós-Desastre: Terremotos na Venezuela* fornece uma avaliação prévia da situação, com a intenção de orientar o governo

venezuelano e os parceiros de desenvolvimento a tomarem as decisões mais importantes para apressar a recuperação das infraestruturas física e socioeconômica. Segundo o documento, ocorreram danos nos edifícios residenciais (47%), nos edifícios não residenciais (26%) e na infraestrutura (27%). O Distrito Capital e o estado de La Guaira foram as áreas mais impactadas, o que significou metade dos danos totais.

A fim de reparar estes danos, o documento do BM identificou que os caminhos da reconstrução determinarão "a recuperação econômica e os resultados sociais do país". O BM entende que os investimentos público e privado serão peças essenciais para o plano de reconstrução do país. No cenário atual, para apoiar a celeridade do processo desta reconstrução e a mitigação do impacto social e dos terremotos no país, estes investimentos precisam ser ampliados, segundo o BM.

Neste momento, a instituição financeira comprometeu-se em fornecer apoio técnico e financeiro adicional (sem mencionar quanto) com os objetivos de avaliar as necessidades diante dos danos ocorridos, recuperar e reconstruir, baseado na larga experiência que a instituição financeira possui em apoiar países pós desastres. Para esta empreitada, o BM trabalha conjuntamente com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que teve participação na elaboração do relatório através do compartilhamento de dados e o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF).

A avaliação da Venezuela feita pelo BM contou com o apoio financeiro do instrumento *Facilidade Global de Redução e Recuperação de Desastres* (GFDRR, em inglês) e do governo do japonês através do *Programa de Integração* da *Gestão de Riscos de Desastres em Países em Desenvolvimento*.

Retomada das Relações com o FMI

O Fundo Monetário Internacional (FMI) visitou a Venezuela, em uma missão de alto nível, que teve como objetivo retomar as relações, que foram deterioradas ao longo dos anos. A visita, que acontece pela primeira vez após vinte anos, foi vista pelo governo da presidente interina Delcy Rodríguez como um início da normalização das relações com os credores multilaterais, devido ao isolamento proporcionado pela comunidade internacional em oposição aos governos de Hugo Chávez e Nicolás Maduro.

A reaproximação entre a instituição financeira e a Venezuela ocorre em um momento oportuno para o país devido aos dois terremotos que devastaram a parte central do país. Rodríguez contactou os altos dirigentes do FMI e sacou cerca de US$ 346 milhões em ativos de reserva, que parte destes recursos foram destinados para a reconstrução de tudo aquilo que foi ocasionado pelos abalos sísmicos. O país ainda dispõe de 4,2 bilhões em Direitos Especiais de Saque (SDRs, em inglês) no FMI.

Considerações Finais

A Venezuela é um país-membro do BM e do FMI desde 1946, porém, em 2019, as instituições financeiras decidiram interromper as suas operações. Em abril deste ano, durante as Reuniões de Primavera, o BM e o FMI anunciaram a retomada das negociações com a Venezuela após a votação dos países-membros.

A retomada das relações com as instituições financeiras multilaterais (BID, BM e FMI) é um importante passo para a Venezuela voltar a ter relacionamento com a comunidade

internacional, ainda que haja desconfiança do governo interino de Delcy Rodríguez. Ironicamente, estas instituições financeiras amplamente combatidas por Chávez e Maduro, podem abrir os caminhos para as recuperações econômica e sociais na Venezuela no futuro.

Referências

Banco Mundial [homepage na internet] Global Rapid Post-Disaster Damage Estimation (GRADE) Report – Venezuela Earthquakes – June 24, 2026 (English) [acesso em 03 ago 2026]. Disponível em: Global Rapid Post-Disaster Damage Estimation (GRADE) Report – Venezuela Earthquakes – June 24, 2026

Banco Mundial [homepage na internet] Grupo Banco Mundial estima danos causados por terremotos na Venezuela em US$ 19,6 bilhões [acesso em 03 ago 2026]. Disponível em: https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2026/07/23/world-bank-group-estimates-venezuela-earthquakes-damage

Fundo Monetário Internacional [homepage na internet] Transcrição da Coletiva de Imprensa: Julie Kozack, Diretora do Departamento de Comunicações, 9 de julho de 2026 [acesso em 03 ago 2026]. Disponível em: https://www.imf.org/en/news/articles/2026/07/09/tr-07092026-imf-press-briefing-transcript-july-09-2026

Pedido de Consultas do Brasil na OMC, Tendências do Comércio Internacional e Patentes em Inteligência Artificial Generativa

Solicitud de consultas de Brasil ante la OMC, tendencias del comercio internacional y patentes en inteligencia artificial generativa

Brazil's Request for WTO Consultations, International Trade Trends and Patents in Generative Artificial Intelligence

Claudia Chamas e Bernardo Bahia Cesário

Resumo: Este informe analisa três desenvolvimentos recentes relacionados ao comércio internacional e à governança da inovação. Inicialmente, examina o pedido de consultas apresentado pelo Brasil à Organização Mundial do Comércio em razão das tarifas adicionais impostas pelos Estados Unidos com fundamento na Seção 301 do *Trade Act of 1974*, destacando o contexto da controvérsia, as medidas contestadas e os fundamentos jurídicos invocados com base no GATT 1994 e no Entendimento sobre Solução de Controvérsias. Em seguida, sintetiza a atualização da UNCTAD sobre o comércio mundial no primeiro semestre de 2026, ressaltando a expansão do comércio impulsionada principalmente pelos preços, as assimetrias entre economias, os riscos geopolíticos e o dinamismo dos setores associados à inteligência artificial. Por fim, apresenta os principais resultados do relatório da OMPI sobre patentes em inteligência artificial generativa, abordando a aceleração do patenteamento, a concentração geográfica da inovação, as tendências tecnológicas e os desafios emergentes para a governança internacional da inovação.

Palavras-chave: Brasil; Organização Mundial do Comércio; solução de controvérsias; comércio internacional; tarifas; *Trade Act of 1974*; Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento; Organização Mundial da Propriedade Intelectual; inteligência artificial generativa; patentes.

Resumen: *Este documento analiza tres acontecimientos recientes relacionados con el comercio internacional y la gobernanza de la innovación. En primer lugar, examina la solicitud de consultas presentada por Brasil ante la Organización Mundial del Comercio en respuesta a los aranceles adicionales impuestos por los Estados Unidos en virtud de la Sección 301 del* Trade Act of 1974*, describiendo el contexto de la controversia, las medidas impugnadas y los fundamentos jurídicos invocados conforme al GATT de 1994 y al Entendimiento sobre Solución de Diferencias. A continuación, resume la actualización de la UNCTAD sobre la evolución del comercio mundial durante el primer semestre de 2026, destacando la expansión del comercio impulsada principalmente por los precios, las diferencias entre economías, los riesgos geopolíticos y el crecimiento de los sectores vinculados a la inteligencia artificial. Finalmente, presenta los principales resultados del informe de la OMPI sobre las patentes de inteligencia artificial generativa, subrayando la aceleración del patentamiento, la concentración geográfica de la innovación, las tendencias tecnológicas y los desafíos para la gobernanza internacional de la innovación.*

Palabras clave: *Brasil; Organización Mundial del Comercio; solución de diferencias; comercio internacional; aranceles;* Trade Act of 1974*; Conferencia de las Naciones Unidas sobre Comercio*

y Desarrollo; Organización Mundial de la Propiedad Intelectual; inteligencia artificial generativa; patentes.

Abstract: *This report reviews three recent developments in international trade and innovation governance. First, it analyses Brazil's request for consultations at the World Trade Organization concerning additional tariffs imposed by the United States under Section 301 of the Trade Act of 1974, outlining the background, contested measures and legal arguments presented under the GATT 1994 and the Dispute Settlement Understanding. Secondly, it summarises UNCTAD's assessment of global trade performance in the first half of 2026, highlighting continued expansion driven largely by higher prices, uneven regional performance, geopolitical risks and the growing importance of artificial intelligence-related industries. Finally, it examines the World Intellectual Property Organization's latest update on patenting trends in generative artificial intelligence, describing the rapid increase in patent publications, the geographical concentration of innovation, technological developments and emerging governance initiatives. Together, these developments illustrate the increasing interaction between trade policy, technological innovation and international economic governance.*

Keywords: *Brazil; World Trade Organization; dispute settlement; international trade; tariffs; Trade Act of 1974; United Nations Conference on Trade and Development; World Intellectual Property Organization; generative artificial intelligence; patents.*

Pedido de consultas do Brasil na Organização Mundial do Comércio

Em 27 de julho de 2026, o Brasil solicitou formalmente consultas aos Estados Unidos no âmbito do Sistema de Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC), dando início ao procedimento previsto pelas normas multilaterais para a resolução de disputas comerciais entre os dois países. (Brasil, 2026)

O pedido brasileiro contesta duas medidas tarifárias adotadas pelos Estados Unidos com fundamento na Seção 301 do *Trade Act of 1974*. A primeira decorreu de uma investigação específica sobre o Brasil e resultou na imposição de uma tarifa adicional de 25%, tendo como objeto temas como comércio digital e serviços de pagamento eletrônico, tarifas preferenciais, aplicação da legislação anticorrupção, proteção da propriedade intelectual, acesso ao mercado de etanol e combate ao desmatamento ilegal. A segunda medida, originada de uma investigação que envolveu 60 economias, impôs uma tarifa adicional de 12,5% ao Brasil e examinou a existência e a aplicação de restrições à importação de produtos fabricados, total ou parcialmente, com utilização de trabalho forçado. **(**Brasil, 2026; OMCa, 2026)

Segundo o governo brasileiro, ambas as medidas são incompatíveis decorrentes do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio de 1994 (GATT 1994) e do Entendimento sobre Regras e Procedimentos Relativos à Solução de Controvérsias da OMC. (Brasil, 2026)

A solicitação foi comunicada aos membros da OMC em 30 de julho. Informações estão disponíveis no documento WT/DS646/1 (OMCa, 2026).

A solicitação de consultas inicia formalmente uma disputa na OMC. As consultas oferecem às partes a oportunidade de discutir a questão e encontrar uma solução satisfatória sem prosseguir com o litígio. Após 60 dias, caso as consultas não tenham resolvido a disputa, a parte reclamante pode solicitar a apreciação do caso por um painel (OMCa, 2026)

Pedido de Consultas do Brasil na OMC sobre as Tarifas Adicionais dos Estados Unidos: Documento WT/DS646/1 — G/L/1630

O documento WT/DS646/1 — G/L/1630, intitulado *Estados Unidos — Direitos Adicionais sobre Determinados Produtos do Brasil: Pedido de Consultas pelo Brasil* (*United States — Additional Duties on Certain Products from Brazil: Request for Consultations by Brazil*), constitui o pedido formal de consultas apresentado pelo Brasil à Organização Mundial do Comércio (OMC), em 27 de julho de 2026, no âmbito do Sistema de Solução de Controvérsias. Por meio desse documento, o governo brasileiro requer a abertura de consultas com os Estados Unidos em razão da imposição de tarifas adicionais sobre produtos brasileiros decorrentes de duas investigações conduzidas pelo *United States Trade Representative* (USTR) com fundamento na Seção 301 do *Trade Act of 1974*, sustentando que tais medidas são incompatíveis com as obrigações assumidas pelos Estados Unidos no âmbito do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio de 1994 (GATT 1994) e do Entendimento sobre Regras e Procedimentos Relativos à Solução de Controvérsias (DSU) (OMCb, 2026).

O documento está estruturado em três partes principais. A primeira, Background, apresenta o contexto fático da controvérsia, descrevendo a sequência de medidas tarifárias e investigações conduzidas pelos Estados Unidos que culminaram na imposição de tarifas adicionais aos produtos brasileiros. A segunda, Measures at Issue, identifica de forma detalhada as medidas impugnadas, os instrumentos normativos e administrativos que lhes dão suporte e o escopo do pedido de consultas. Por fim, a terceira, Legal Basis for the Complaint, expõe os fundamentos jurídicos da reclamação brasileira, indicando as disposições do GATT 1994 e do DSU que, segundo o Brasil, foram violadas pelas medidas unilaterais adotadas pelos Estados Unidos (OMCb, 2026).

A seção Background descreve a sequência de medidas comerciais adotadas pelos Estados Unidos contra o Brasil desde fevereiro de 2025. Segundo o documento, os Estados Unidos passaram a impor tarifas adicionais a diversos parceiros comerciais, incluindo o Brasil, com base na alegação unilateral de que determinadas políticas e práticas estrangeiras seriam não recíprocas, injustas, irrazoáveis ou discriminatórias. Em 13 de fevereiro de 2025, foi publicado o Memorando Presidencial *Reciprocal Trade and Tariffs*, que determinou a elaboração de um plano para identificar e responder a supostos arranjos comerciais não recíprocos por meio da imposição de tarifas equivalentes, incumbindo o USTR de investigar os prejuízos alegadamente causados ao comércio norte-americano. Em abril de 2025, a Ordem Executiva 14257 estabeleceu uma tarifa adicional de 10% sobre produtos brasileiros e, posteriormente, a Ordem Executiva 14323 elevou em 40% as tarifas sobre determinados produtos do Brasil, fazendo com que alguns bens passassem a enfrentar sobretaxas totais de 50%. Embora essas medidas tenham sido inicialmente fundamentadas no *International Emergency Economic Powers Act* (IEEPA), a Suprema Corte dos Estados Unidos decidiu, em fevereiro de 2026, que essa legislação não autorizava o Presidente a impor tarifas. Em consequência, as tarifas baseadas no IEEPA foram revogadas e substituídas temporariamente por uma sobretaxa de 10% com fundamento na Seção 122 do *Trade Act of 1974*, a qual expirou em 24 de julho de 2026 (OMCb, 2026).

Paralelamente às medidas tarifárias, o USTR iniciou duas investigações com fundamento na Seção 301 do *Trade Act of 1974*. A primeira, iniciada em 15 de julho de 2025 e direcionada especificamente ao Brasil, examinou atos, políticas e práticas relacionados ao comércio digital e aos serviços de pagamento eletrônico, tarifas preferenciais consideradas injustas, aplicação da

legislação anticorrupção, proteção da propriedade intelectual, acesso ao mercado de etanol e desmatamento ilegal. O objetivo declarado era verificar se essas práticas seriam irrazoáveis ou discriminatórias, restringiriam o comércio dos Estados Unidos e seriam passíveis de medidas ao abrigo da Seção 301. Enquanto essa investigação ainda estava em curso, o USTR iniciou, em 12 de março de 2026, uma segunda investigação envolvendo o Brasil e outras 59 economias, voltada à suposta ausência de proibição e de fiscalização eficaz sobre a importação de produtos fabricados, total ou parcialmente, com trabalho forçado. Também nesse caso, o propósito era determinar se essa alegada omissão constituía prática irrazoável ou discriminatória que restringiria o comércio norte-americano (OMCb, 2026).

O documento informa que, em 1º de junho de 2026, o USTR concluiu a investigação específica sobre o Brasil, entendendo que determinadas políticas brasileiras eram irrazoáveis ou discriminatórias, restringiam o comércio dos Estados Unidos e eram acionáveis nos termos da Seção 301, propondo a aplicação de uma tarifa adicional de 25% sobre todos os produtos brasileiros, com exceções específicas. No dia seguinte, o USTR concluiu igualmente que o Brasil não teria adotado nem aplicado de forma eficaz uma proibição à importação de bens produzidos com trabalho forçado, propondo uma tarifa adicional de 12,5% para o Brasil e outros países enquadrados nessa categoria, enquanto economias consideradas em situação distinta estariam sujeitas a tarifas menores. Em julho de 2026, memorandos presidenciais determinaram a implementação dessas medidas, que foram formalizadas pelo USTR em 20 e 23 de julho, tornando aplicáveis tarifas adicionais de 25% e 12,5%, respectivamente, sobre produtos brasileiros, sujeitas a determinadas isenções. Como resultado, os produtos originários do Brasil passaram a ser submetidos, na importação pelos Estados Unidos, a tarifas adicionais superiores àquelas previstas na Tarifa Harmonizada norte-americana (OMCb, 2026).

A seção *Measures at Issue* identifica, de forma precisa, as medidas cuja compatibilidade com as normas da Organização Mundial do Comércio (OMC) é contestada pelo Brasil. Em primeiro lugar, o pedido de consultas abrange as determinações adotadas pelos Estados Unidos no âmbito da investigação conduzida sob a Seção 301 do *Trade Act of 1974* sobre atos, políticas e práticas do Brasil, bem como a medida tarifária delas decorrente, que impôs uma tarifa *ad valorem* adicional de 25% sobre produtos originários do Brasil, sujeita a exceções específicas. Em segundo lugar, o pedido também inclui as determinações adotadas pelos Estados Unidos na investigação relativa ao trabalho forçado, igualmente conduzida sob a Seção 301, e a correspondente medida tarifária que estabeleceu uma tarifa *ad valorem* adicional de 12,5% sobre produtos brasileiros, também acompanhada de determinadas isenções (OMCb, 2026).

O documento esclarece que essas medidas encontram fundamento, ou são implementadas e mantidas, em um conjunto de instrumentos normativos e administrativos norte-americanos. Entre eles figuram as Seções 301 e 304 do *Trade Act of 1974*, além de todos os atos administrativos relacionados à investigação específica sobre o Brasil, incluindo o aviso de abertura da investigação publicado em julho de 2025, a determinação e solicitação de comentários publicada em junho de 2026, o Memorando Presidencial de 15 de julho de 2026, o aviso de implementação da medida tarifária publicado em 20 de julho de 2026, as alterações correspondentes à *Harmonized Tariff Schedule of the United States* e quaisquer orientações ou instrumentos emitidos pelas autoridades aduaneiras norte-americanas para implementar ou administrar essas tarifas adicionais (OMCb, 2026).

Da mesma forma, em relação à investigação sobre trabalho forçado, o pedido de consultas abrange todos os atos que deram suporte jurídico e operacional à imposição da tarifa

adicional de 12,5%, incluindo o aviso de abertura da investigação de março de 2026, o relatório do USTR de 2 de junho de 2026, a determinação e solicitação de comentários publicada em junho de 2026, o Memorando Presidencial de 23 de julho de 2026, o aviso de implementação da medida tarifária, as modificações introduzidas na *Harmonized Tariff Schedule of the United States* e quaisquer atos complementares expedidos pelas autoridades competentes para administrar essas tarifas. O Brasil esclarece ainda que o pedido de consultas se estende a quaisquer alterações, complementações, prorrogações, substituições, medidas de implementação ou outros instrumentos correlatos que modifiquem, executem ou deem efetividade às determinações e às medidas tarifárias identificadas, inclusive aqueles que venham a ser invocados pelas partes durante o curso das consultas (OMCb, 2026).

A seção *Legal Basis for the Complaint* sustenta que as medidas tarifárias impostas pelos Estados Unidos, descritas na Seção II do pedido de consultas, são incompatíveis com as obrigações assumidas pelo país no âmbito do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio de 1994 (GATT 1994) e do Entendimento sobre Regras e Procedimentos Relativos à Solução de Controvérsias (DSU). O Brasil argumenta, em primeiro lugar, que as tarifas adicionais de 25% e 12,5% violam o princípio da nação mais favorecida, previsto no artigo I:1 do GATT 1994, ao impor tratamento menos favorável aos produtos brasileiros em comparação com produtos similares originários de outros Membros da OMC. No caso da investigação específica sobre o Brasil, a tarifa adicional de 25% foi aplicada exclusivamente aos produtos brasileiros, enquanto, na investigação sobre trabalho forçado, além de impor tarifas ao Brasil, os Estados Unidos aplicaram alíquotas inferiores a produtos similares provenientes de determinados outros Membros da OMC, deixando de conceder imediata e incondicionalmente ao Brasil as vantagens, favores, privilégios ou imunidades conferidos a outros países. O Brasil sustenta ainda que as tarifas excedem os níveis consolidados na Lista de Concessões dos Estados Unidos, em violação ao artigo II:1(b) do GATT 1994, e, por consequência, também ao artigo II:1(a), por não assegurarem aos produtos brasileiros tratamento não menos favorável do que aquele previsto nas concessões tarifárias norte-americanas (OMCb, 2026).

O Brasil argumenta, igualmente, que os Estados Unidos infringiram o artigo 23 do DSU ao recorrerem a determinações unilaterais e à imposição de tarifas como forma de buscar reparação por supostas violações, anulação ou redução de benefícios, ou impedimentos aos objetivos dos acordos abrangidos pela OMC, em vez de recorrerem ao mecanismo multilateral de solução de controvérsias previsto pelo próprio DSU. Em particular, alega que os Estados Unidos violaram o artigo 23.1 ao adotar medidas unilaterais sem observar os procedimentos multilaterais e o artigo 23.2(a) ao concluírem, por conta própria, que haviam ocorrido violações ou prejuízos aos acordos da OMC. O documento acrescenta que as medidas impugnadas anulam ou prejudicam os benefícios assegurados ao Brasil nos termos do artigo XXIII:1 do GATT 1994 e ressalva o direito do país de apresentar, durante as consultas ou em eventual pedido de estabelecimento de painel, fatos adicionais e novas alegações jurídicas, inclusive com fundamento em outras disposições dos acordos abrangidos pela OMC (OMCb, 2026).

Atualização do comércio global

A publicação *Global trade update: global trade continues to expand amid rising price pressures*, edição de julho-agosto de 2026 da *UN Trade and Development* (UNCTAD), divulgada em 21 de julho, examina a expansão do comércio internacional no primeiro semestre de 2026 e as assimetrias que a acompanham, combinando dados observados do primeiro trimestre com estimativas de *nowcast* para o segundo (UNCTAD, 2026).

Expansão nominal e o peso dos preços

O comércio global de bens alcançou cerca de US$ 13,7 trilhões no primeiro semestre de 2026, 12,5% acima do mesmo período de 2025, enquanto o comércio de serviços cresceu 10,5%; somados, os dois fluxos acrescentaram aproximadamente US$ 2 trilhões ao comércio internacional, colocando-o na trajetória de um valor anual recorde. No primeiro trimestre, a expansão trimestral foi de cerca de 4%, com bens avançando 4,8% e serviços 1,6%, e as estimativas preliminares para o segundo trimestre apontam 6,4% para bens e 2,1% para serviços (UNCTAD, 2026).

Parte relevante desse desempenho tem origem em preços, não em volumes. A inflação do comércio subiu para 3,6% no primeiro trimestre e o *nowcast* indica alta adicional de 5,1% no segundo, com média de 3,4% nos últimos doze meses; a interrupção da navegação pelo Estreito de Ormuz e as preocupações com o suprimento regional de energia elevaram os preços energéticos e os custos de transporte, logística e produção ao longo das cadeias internacionais (UNCTAD, 2026).

Desempenho desigual entre as economias

A Coreia do Sul registrou o maior crescimento das exportações de bens no primeiro trimestre (20%), seguida pela China (11%), enquanto a Índia sofreu queda de 8%; do lado das importações, a China liderou com alta de 13%, à frente da própria Coreia do Sul (6%). O Brasil ampliou importações em 3% e manteve exportações estáveis no trimestre, ao passo que a União Europeia combinou alta de 2% nas importações com estabilidade nas exportações e os Estados Unidos inverteram o padrão, com exportações 7% maiores e importações 1% menores. Medido em pontos percentuais de distância da média global, o desempenho distribui as economias por quadrantes opostos, com China e Leste Asiático isolados no campo positivo e Índia e resto da Ásia no extremo inferior (UNCTAD, 2026).

Figura 1 – Crescimento das importações e das exportações de bens: diferença em pontos percentuais em relação à média global, economias e regiões selecionadas, 1º trimestre de 2026



Fonte: UNCTAD, 2026.

A leitura de doze meses reordena parte dessas posições. Os Estados Unidos combinam a única contração importadora do grupo (-5%) com exportações 9% maiores, resultado que o desempenho trimestral não antecipava; a União Europeia acumula alta de 8% nas importações contra 5% nas exportações, e a Índia, apesar da queda trimestral de 8% nas vendas externas, mantém importações 7% acima do período anterior. A Coreia do Sul sustenta 13% de crescimento exportador no acumulado, a China 8% e o Brasil 5%, com importações 4% maiores (UNCTAD, 2026).

Figura 2 – Crescimento das importações e das exportações de bens no trimestre e no acumulado de quatro trimestres, economias selecionadas, 1º trimestre de 2026

Goods (Q1 2026)	Imports growth		Exports growth	
	QoQ	T4Q	QoQ	T4Q
Brazil	3%	4%	0%	5%
China	13%	7%	11%	8%
India	-1%	7%	-8%	1%
Japan	3%	2%	4%	5%
Republic of Korea	6%	3%	20%	13%
Russian Federation*	-2%	4%	-2%	-1%
South Africa	1%	5%	5%	9%
United States	-1%	-5%	7%	9%
European Union	2%	8%	0%	5%

Fonte: UNCTAD, 2026.

Serviços em ritmo mais lento e assimétrico

No comércio de serviços, a Coreia do Sul liderou as exportações no trimestre (9%), seguida pela Rússia (7%) e pela União Europeia (6%), enquanto o Brasil registrou recuo de 5% nas exportações e alta de 4% nas importações. A leitura de doze meses corrige a impressão trimestral no caso brasileiro, com exportações de serviços 13% maiores, mesmo patamar do desempenho chinês no acumulado, e importações praticamente estáveis (1%) (UNCTAD, 2026).

Figura 3 – Crescimento das importações e das exportações de serviços no trimestre e no acumulado de quatro trimestres, economias selecionadas, 1º trimestre de 2026

Services (Q1-2026)	Imports growth		Exports growth	
	QoQ	T4Q	QoQ	T4Q
Brazil	4%	1%	-5%	13%
China	0%	2%	-1%	13%
India	-5%	3%	1%	9%
Japan	1%	8%	1%	7%
Republic of Korea	-2%	9%	9%	7%
Russian Federation*	-3%	18%	7%	11%
South Africa[1]	4%	9%	0%	12%
United States	1%	8%	1%	6%
European Union	5%	12%	6%	12%

Fonte: UNCTAD, 2026.

O Leste Asiático como condição do desempenho do Sul Global

As economias em desenvolvimento cresceram 7% em importações e exportações no trimestre, com 11% e 10% no acumulado de quatro trimestres, e o comércio Sul-Sul avançou 7% no trimestre e 13% em doze meses. Excluído o Leste Asiático, porém, o conjunto das economias em desenvolvimento contraiu 2% nas importações e 1% nas exportações, e o comércio Sul-Sul recuou 1% no trimestre, resultado atribuído sobretudo à redução dos fluxos do Oriente Médio e do Sul da Ásia (UNCTAD, 2026).

A África combinou crescimento trimestral de 4% em importações e exportações com expansão de 14% nas importações e no comércio intrarregional em doze meses, desempenho que a coloca entre as regiões de maior dinamismo importador do período. A América do Sul cresceu 5% em importações e exportações no trimestre, mas seu comércio intrarregional recuou 1% no trimestre e 3% em doze meses, na contramão da expansão intrarregional observada na maior parte das demais regiões (UNCTAD, 2026).

Desequilíbrios e dependências bilaterais

O superávit comercial chinês em bens ampliou-se no trimestre enquanto o déficit norte-americano continuou a se estreitar; a balança da União Europeia passou de superávit a déficit e o déficit britânico aprofundou-se. Entre os fluxos bilaterais, o déficit da União Europeia com a China alcançou US$ 305 bilhões em quatro trimestres, com aumento de US$ 24 bilhões apenas no primeiro trimestre, ao passo que os déficits dos Estados Unidos com a União Europeia e com o Canadá recuaram US$ 49 bilhões e US$ 25 bilhões; o superávit brasileiro com a China somou US$ 29 bilhões, com acréscimo de US$ 2 bilhões no trimestre (UNCTAD, 2026).

As interdependências comerciais também se deslocaram nos últimos doze meses. A dependência canadense em relação aos Estados Unidos caiu 6,3 pontos percentuais, acompanhada de aumento da dependência do Canadá em relação à União Europeia (1,4 ponto) e à China (0,9 ponto); a interdependência entre Estados Unidos e China enfraqueceu nas duas direções (-3,9 e -3,1 pontos), enquanto Indonésia (3,3 pontos), Índia (1,0) e Vietnã (1,0) elevaram sua dependência do mercado chinês (UNCTAD, 2026).

Concentração, *friendshoring* e *nearshoring*

A concentração do comércio, medida pelo índice de Herfindahl, seguiu em alta no trimestre, indicando crescimento mais rápido entre as maiores economias. A tendência de intensificação do comércio entre países politicamente alinhados, iniciada no começo de 2025, interrompeu-se neste trimestre, enquanto o comércio entre países geograficamente próximos voltou a crescer moderadamente, sinalizando um retorno gradual ao *nearshoring* (UNCTAD, 2026).

Minerais e máquinas em alta, químicos em retração

Os minerais lideraram a expansão setorial, com alta trimestral de 22% e de 15% em doze meses, seguidos pelas máquinas elétricas (13% e 15%), pelos demais metais de base (13% e 27%) e pelas máquinas (8% e 18%). Em sentido oposto, os produtos químicos recuaram 7% no trimestre e 1% em doze meses, o ferro e o aço caíram 6% e 2%, e os instrumentos de precisão ficaram estáveis no trimestre, com alta de 4% no acumulado; no agregado agrícola, café, chá e especiarias caíram 6% no trimestre, ainda que acumulem alta de 23% em doze meses, reflexo da queda dos preços do café a partir de patamares elevados (UNCTAD, 2026).

Bens associados à IA e à mobilidade elétrica

O crescimento concentrou-se nos bens ligados à inteligência artificial e aos veículos elétricos: minerais críticos avançaram 38% no trimestre, semicondutores 25%, baterias 15%, produtos de tecnologia da informação e comunicação 14% e automóveis elétricos 11%. Os produtos de energia renovável seguiram direção oposta, com quedas de 7% em solar e 8% em eólica, enquanto o comércio de combustíveis fósseis cresceu por efeito de preços, e os veículos híbridos registraram alta de 5% no trimestre e 19% em doze meses, contra retração de 8% dos veículos a combustão no mesmo período (UNCTAD, 2026).

Riscos ao horizonte de curto prazo

Os riscos geopolíticos no Oriente Médio persistem mesmo com as negociações em curso, e a interrupção de rotas de navegação, da logística regional e das cadeias de suprimento pode afetar rapidamente custos de transporte, confiança empresarial e investimento. A UNCTAD adverte que o endividamento público elevado, o custo do serviço da dívida e a estreiteza do espaço fiscal continuam a pressionar o crescimento, particularmente nas economias em desenvolvimento, limitando a capacidade dos governos de sustentar demanda doméstica e investimento e, por essa via, a demanda por importações; soma-se a isso a incerteza quanto ao ritmo e à extensão do afrouxamento monetário, com pressões inflacionárias persistentes em algumas economias (UNCTAD, 2026).

O uso frequente de controles de exportação, políticas industriais, subsídios e regulações voltadas às tecnologias avançadas responde a objetivos de liderança tecnológica, resiliência das cadeias e segurança nacional. Combinado aos esforços de diversificação e *de-risking*, esse conjunto de medidas deve elevar custos comerciais, redirecionar fluxos, reduzir a previsibilidade dos mercados e aprofundar a fragmentação do comércio global (UNCTAD, 2026).

Vetores de expansão

Do lado positivo, a expansão das tecnologias digitais, da inteligência artificial e das indústrias verdes cria novas fontes de comércio e investimento, com demanda firme por semicondutores, infraestrutura de IA, computação em nuvem, serviços prestados digitalmente, baterias e tecnologias de energia limpa. O ajuste das empresas aos riscos geopolíticos, por diversificação de fornecedores, ampliação de estoques e investimento em infraestrutura logística, tem reconfigurado estratégias de suprimento sem reduzir o comércio em agregado (UNCTAD, 2026).

Nesse movimento, economias conectoras atraem investimento e ampliam seu papel em cadeias regionais e globais, com novos polos manufatureiros, corredores logísticos e redes comerciais regionais que melhoram a diversificação geográfica do comércio. A projeção é de crescimento positivo, porém cada vez mais desigual, com ganhos setoriais e regionais compensados por tensões geopolíticas, incerteza de política comercial e custos de comércio mais altos (UNCTAD, 2026).

Patentes em inteligência artificial generativa

O relatório *Patent trends update in GenAI*, da série Technology SPARK da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), preparado com a consultoria EconSight, atualiza até 2025 o *Patent Landscape Report: Generative Artificial Intelligence* publicado em 2024,

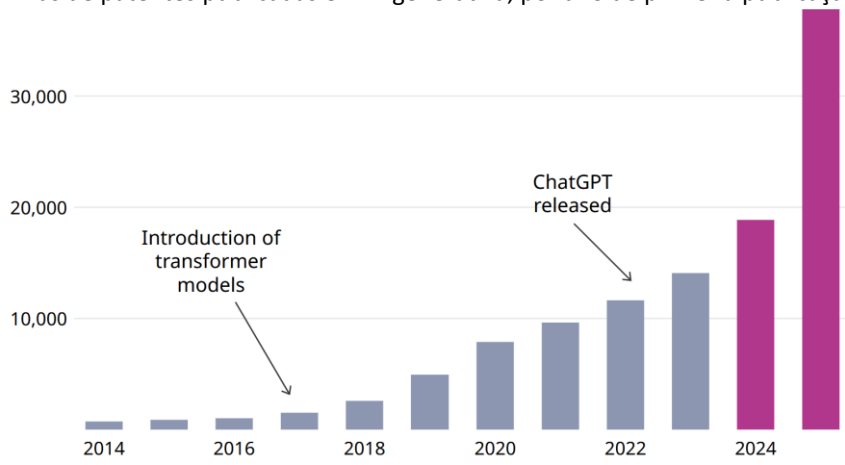
mantendo o mesmo arcabouço analítico e concentrando-se no que mudou nos dois últimos anos (OMPI, 2026).

Os bens que sustentaram a expansão comercial do trimestre, semicondutores e minerais críticos à frente, correspondem do lado da inovação a um campo cuja titularidade se concentrou: as mais de 43.000 famílias de patentes publicadas por inventores chineses em dois anos e a fatia de 8,7% que a IA generativa já ocupa no patenteamento total em inteligência artificial descrevem a mesma economia por outro registro (UNCTAD, 2026; OMPI, 2026).

Uma aceleração sem precedentes nas publicações

As invenções em IA generativa, medidas por famílias de patentes publicadas, praticamente dobraram entre 2024 e 2025, passando de 18.862 para 37.808, ritmo muito acima da média de 43% ao ano observada desde 2014 e dos cerca de 45% anuais registrados entre 2017 e 2023. Somente em 2024 e 2025 foram publicadas mais de 56.000 novas famílias, volume superior a toda a produção acumulada da década anterior, o que confirma a previsão do relatório de 2024 de que a onda de pesquisa e desenvolvimento desencadeada pelo lançamento do ChatGPT se materializaria nos dados de patentes com a defasagem típica de dezoito meses entre depósito e publicação (OMPI, 2026).

Figura 4 – Famílias de patentes publicadas em IA generativa, por ano de primeira publicação, 2014-2025



Fonte: OMPI, 2026.

Participação na IA e baixa internacionalização dos portfólios

Em 2025, a IA generativa respondeu por 8,7% do total de mais de 435.000 famílias de patentes publicadas em inteligência artificial, contra 6,1% em 2023 e 4,2% em 2017. As famílias internacionais, publicadas em duas ou mais jurisdições e tomadas como indicador das invenções que os depositantes consideram comercialmente mais valiosas, cresceram de 1.931 em 2023 para 3.297 em 2025, mas representam apenas cerca de 9% das famílias publicadas no ano, resultado explicado em parte pela predominância chinesa nas publicações e pela prática de depósito doméstico, em parte pela juventude dos portfólios, que podem internacionalizar-se em etapa posterior (OMPI, 2026).

A entrada da SoftBank e o peso das estatais chinesas

A mudança mais expressiva no *ranking* de titulares é a emergência da japonesa SoftBank como maior detentora individual, com 2.985 famílias publicadas entre 2014 e 2025, quase todas depositadas em 2023 e publicadas em 2025, movimento coerente com sua estratégia de

infraestrutura de IA (plataformas de GPU no Japão, participação na iniciativa Stargate nos Estados Unidos, financiamento da OpenAI e desenvolvimento do modelo de linguagem japonês Sarashina pela subsidiária SB Intuitions). As companhias chinesas que dominavam o *ranking* de 2024 permanecem entre as maiores acumuladoras (Tencent, 2.702; Ping An, 2.240; Baidu, 1.902), e a Academia Chinesa de Ciências segue como a principal organização de pesquisa, com 1.396 famílias, seguida pela Universidade de Zhejiang, com 903 (OMPI, 2026).

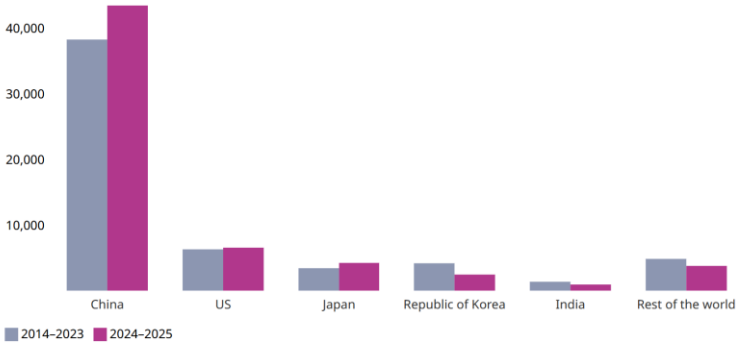
A composição dos titulares mudou de natureza, e não apenas de ordem. A State Grid Corporation of China, maior empresa de utilidade pública do mundo em número de consumidores e em força de trabalho, reúne 1.144 famílias, das quais 853 publicadas em 2024 e 2025, aplicadas à otimização de redes de energia, manutenção preditiva e planejamento de infraestrutura, acompanhada pela China Southern Power Grid (622) e pela Inspur Group (486); entre os novos entrantes do grupo das 25 maiores figuram ainda a Nvidia (497 famílias, 333 nos dois últimos anos), a Bosch (368) e o Ant Group (353) (OMPI, 2026).

Entre as empresas norte-americanas, a Alphabet consolidou-se como maior titular, com 1.083 famílias e 640 depósitos recentes, à frente de Microsoft (865) e IBM (821), esta última com ritmo recente mais baixo (220 famílias em 2024 ou 2025). A OpenAI mantém posição marginal no sistema de patentes, com 35 depósitos globais até o fim de 2025, concentrados em inovações de produto (interfaces multimodais, geração de código, geração de imagens, edição de texto) em vez de arquiteturas fundacionais, o que a OMPI interpreta como aposta continuada em segredo industrial e velocidade de execução como vantagens competitivas primárias (OMPI, 2026).

Localizações de inventores: dominância chinesa, crescimento mais distribuído

A China publicou mais de 43.000 famílias em 2024 e 2025, volume superior ao de toda a década anterior, com taxa composta de crescimento anual de 64% entre 2023 e 2025. Os Estados Unidos passaram de cerca de 1.185 famílias em 2023 para mais de 4.380 em 2025 (92% de crescimento anual composto) e o Japão saltou de 398 para 3.835 no mesmo intervalo (210%), assumindo a terceira posição antes ocupada pela Coreia do Sul, cujo crescimento foi de 21%; sem a contribuição da SoftBank, contudo, o avanço japonês seria bem mais modesto (OMPI, 2026).

Figura 5 – Famílias de patentes publicadas em IA generativa nas principais localizações de inventores, 2014-2023 e 2024-2025



Fonte: OMPI, 2026.

A Índia mantém-se em quinta posição, com crescimento anual de 63%, e a Alemanha, sexta colocada, superou o Reino Unido (oitavo) e firmou-se como principal localização europeia, com taxas de 85% e 69%, respectivamente. Sete das dez principais localizações publicaram mais

famílias nos dois últimos anos do que em toda a década precedente, e países como Canadá (109%) e Suíça (124%) registraram taxas acima de 80%, estreitando em termos relativos a distância para a China, que segue líder em volume absoluto (OMPI, 2026).

Os LLMs superam as redes adversariais

Os grandes modelos de linguagem ultrapassaram as redes generativas adversariais como maior categoria de modelo por volume de patentes, com aproximadamente 20.900 famílias publicadas entre 2014 e 2025 contra 18.800 das GANs. A inversão foi rápida: em 2023 os LLMs somavam 881 famílias, bem abaixo das 2.370 das GANs, e em 2025 alcançaram 14.100, quase o triplo das 5.245 registradas pelas redes adversariais no mesmo ano (OMPI, 2026).

Os modelos de difusão, base das ferramentas de geração de imagem e vídeo, cresceram de 441 famílias em 2023 para cerca de 4.000 em 2025 e ocupam a terceira posição, com aproximadamente 6.500 famílias acumuladas, à frente dos autocodificadores variacionais, que passaram de 562 para 2.370 no mesmo período. Os modelos autorregressivos permanecem a menor categoria (1.280 famílias no total), desempenho que reflete um deslocamento terminológico, uma vez que os depositantes passaram a designar como “grande modelo de linguagem” invenções antes classificadas sob aquele rótulo (OMPI, 2026).

O avanço do texto e do código

O modo imagem/vídeo permanece o maior em volume, com cerca de 40.000 famílias entre 2014 e 2025 e mais de 13.800 apenas em 2025, sustentado por sua base tecnológica ampla, que atravessa GANs, modelos de difusão, autocodificadores variacionais e LLMs multimodais. O texto foi o modo de crescimento mais expressivo, passando de aproximadamente 3.400 famílias em 2023 para quase 11.800 em 2025, e o software/código, ainda pequeno em termos absolutos, saltou de 339 para 1.616, enquanto a modelagem tridimensional cresceu de 908 para 2.484 (OMPI, 2026).

A categoria voz/fala/música destoa do conjunto, com queda em 2024 e recuperação para 3.538 famílias em 2025, desempenho que contrasta com o desenvolvimento comercial de modelos de fala em tempo real, clonagem de voz e geração de música no período; a explicação sugerida é um efeito de classificação, já que sistemas de áudio construídos sobre LLMs multimodais tendem a ser registrados sob texto ou outros modos (OMPI, 2026).

Moléculas, genes e proteínas

O modo moléculas/genes/proteínas, destacado no relatório de 2024 entre os de crescimento mais acelerado, apresentou trajetória irregular: 523 famílias em 2023, queda para 397 em 2024 e recuperação para 766 em 2025. Permanece categoria pequena em volume, ainda que acompanhe a aplicação crescente da IA generativa à descoberta de fármacos, ao desenho de proteínas e às ciências da vida em sentido amplo (OMPI, 2026).

Fronteiras emergentes e o recado aos formuladores de política

Três desenvolvimentos recentes reorganizam o horizonte de patenteamento: os modelos de raciocínio inaugurados pela série o1 da OpenAI, que estendem a computação no momento da inferência; os modelos de pesos abertos, com a família Llama da Meta e a emergência, no início de 2025, dos modelos de alta eficiência da DeepSeek, que demonstraram desempenho competitivo em raciocínio a uma fração dos custos de treinamento antes considerados necessários; e a IA agêntica, capaz de planejar e executar tarefas de múltiplas

etapas com supervisão humana mínima, campo ainda nascente em que Alphabet e Nvidia aparecem entre os primeiros depositantes (OMPI, 2026).

A OMPI conclui que as decisões estratégicas tomadas agora, sobre onde depositar, o que proteger e como navegar um campo cada vez mais congestionado, definirão posições competitivas por anos, e projeta que a integração da IA generativa a setores como saúde, manufatura, finanças e energia amplie a diversidade de atores depositantes. A baixa proporção de famílias internacionais é lida como sinal de um estágio ainda inicial de comercialização, que deve alterar-se à medida que aplicações amadureçam e modelos de negócio se estabilizem (OMPI, 2026).

Da política à infraestrutura: a agenda de IA na OMPI

A nota *From AI policy to AI infrastructure: WIPO's emerging strategy*, de Andres Izquierdo, publicada em 21 de julho de 2026 pelo Centre on Knowledge Governance, examina o discurso do diretor-geral Daren Tang na 68ª série de Assembleias da OMPI e a reorganização do trabalho da Organização em inteligência artificial durante seu segundo mandato (IZQUIERDO, 2026).

As quatro frentes da agenda

O diretor-geral apresentou a agenda por meio da imagem das "quatro rodas de um carro": diálogo intergovernamental, infraestrutura técnica, ferramentas operacionais e capacitação. A primeira frente materializa-se no *Global Forum on AI and IP*, previsto para 9 e 10 de novembro de 2026, com convite expresso a ministros e formuladores de política de alto nível para tratar de forma holística e estratégica das questões de IA em todo o espectro de direitos de propriedade intelectual (IZQUIERDO, 2026).

A segunda frente é o *AI Infrastructure Interchange*, plataforma lançada em 2026 e em operação desde abril, na qual especialistas de diferentes setores examinam metadados, identificadores digitais e marcas d'água, com resultados a serem reportados aos Estados-membros. A terceira consiste no desenvolvimento de ferramentas de IA para escritórios de propriedade intelectual, a começar pelo exame de marcas, com piloto previsto para o próximo ano, e a quarta reúne assistência legislativa, assessoria técnica e formação, incluindo projetos com outras agências das Nações Unidas e uma iniciativa de apoio a empreendedores africanos que desenvolvem aplicações de IA para a saúde (IZQUIERDO, 2026).

Sequenciamento e supervisão

Izquierdo observa que o sequenciamento dessas iniciativas merece atenção: o *AI Infrastructure Interchange* funciona desde abril, as ferramentas de exame já estão em desenvolvimento e as atividades de capacitação estão em curso, ao passo que o Global Forum, mecanismo pelo qual os Estados-membros discutirão coletivamente a direção da agenda, só se reunirá em novembro. Parte do programa terá passado do planejamento à implementação antes que os membros se encontrem em fórum dedicado a considerar sua orientação geral (IZQUIERDO, 2026).

Tomadas em conjunto, as quatro frentes indicam que a OMPI deixa de posicionar-se apenas como espaço de discussão sobre as implicações da IA para a propriedade intelectual e passa a desenhar elementos da infraestrutura técnica e administrativa por meio da qual a governança da IA operará. Daí decorrem as questões que a nota formula: como os Estados-

membros supervisionarão iniciativas que migram da discussão de políticas para a implementação, que papel caberá a criadores, inovadores, pesquisadores e sociedade civil em sua conformação, e em que medida decisões sobre metadados, identificadores digitais e exame assistido por IA condicionarão escolhas futuras de política, uma vez que a governança se exerce cada vez mais por padrões técnicos, software e práticas administrativas, e não apenas por tratados e legislação (IZQUIERDO, 2026).

Referências

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Request for consultations with the United States at the World Trade Organization*. Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores, 28 jul. 2026. Disponível em: https://www.gov.br/mre/en/contact-us/press-area/press-releases/request-for-consultations-with-the-united-states-at-the-world-trade-organization

IZQUIERDO, Andres. **From AI policy to AI infrastructure: WIPO's emerging strategy**. Genebra: Centre on Knowledge Governance, 21 jul. 2026. Disponível em: https://knowledgegov.org/from-ai-policy-to-ai-infrastructure-wipos-emerging-governance-strategy/

OMCa. *United States – Additional Duties on Certain Products from Brazil: Brazil requests WTO consultations over US tariffs*. Geneva: World Trade Organization, 30 July 2026. Disponível em: https://www.wto.org/english/news_e/news26_e/ds646rfc_30jul26_468_e.htm.

OMCb. *United States – Additional Duties on Certain Products from Brazil: Request for Consultations by Brazil*. WT/DS646/1; G/L/1630. Geneva: World Trade Organization, 30 July 2026. Disponível em: https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/SS/directdoc.aspx?filename=Q:/G/L/1630.pdf&Open=True

OMPI. **Patent trends update in GenAI**. Technology SPARK Report Series. Genebra: OMPI, 2026. Disponível em: https://www.wipo.int/web-publications/spark-patent-trends-update-in-genai/en/index.html

UNCTAD. **Global trade update (July/August 2026): global trade continues to expand amid rising price pressures**. Genebra: UNCTAD, 2026. Disponível em: https://unctad.org/publication/global-trade-update-julyaugust-2026-global-trade-continues-expand-amid-rising-price

Da Sofisticação Biomédica ao Colapso Humanitário: As Contradições Estruturais da Saúde Global

De la sofisticación biomédica al colapso humanitario: las contradicciones estructurales de la salud global

From Biomedical Sophistication to Humanitarian Collapse: The Structural Contradictions of Global Health

Renan Amaral Oliveira, Tatiana Cerqueira Machado Medrado, Ana Carol Aldapi Vaquera, Patrícia Lewis Carpio, Diana Zeballos, Mateus dos Santos Brito, Matheus dos Santos da Silveira e Luis Eugênio de Souza

Resumo: Nesta quinzena, foram observadas 63 organizações da sociedade civil global, das quais 43 realizaram publicações relacionadas a temas relevantes para a saúde global. As manifestações concentraram-se principalmente nos impactos humanitários de conflitos armados, deslocamentos populacionais e desastres, com destaque para Haiti, República Democrática do Congo, Sudão, Palestina, Afeganistão e Venezuela. Também se sobressaíram discussões sobre o financiamento da saúde global, especialmente diante da redução de recursos destinados à resposta ao HIV/AIDS e às emergências humanitárias. Outro tema recorrente foi o fortalecimento dos sistemas de saúde, enfatizando a atenção primária, a preparação para epidemias, a vigilância epidemiológica, a participação comunitária e a necessidade de ampliar investimentos públicos. Permaneceram em evidência temas relacionados às doenças transmissíveis, especialmente HIV/AIDS, ebola, hepatites, leishmaniose e covid-19, ao lado do crescimento das discussões sobre mudanças climáticas, poluição, transição energética e seus impactos sobre a saúde. As organizações também destacaram questões ligadas a equidade, direitos humanos, gênero, envelhecimento, saúde materna e inovação em saúde, reforçando a centralidade dos determinantes sociais da saúde e da cooperação internacional na agenda contemporânea da saúde global.

Resumen: *Durante estas dos semanas, se observaron 63 organizaciones de la sociedad civil global, de las cuales 43 publicaron contenidos relacionados con temas relevantes para la salud global. Las manifestaciones se centraron principalmente en los impactos humanitarios de los conflictos armados, los desplazamientos de población y los desastres, con especial atención a Haití, la República Democrática del Congo, Sudán, Palestina, Afganistán y Venezuela. También destacaron los debates sobre el financiamiento de la salud global, especialmente ante la reducción de los recursos destinados a la respuesta al VIH/SIDA y a las emergencias humanitarias. Otro tema recurrente fue el fortalecimiento de los sistemas de salud, con énfasis en la atención primaria, la preparación ante epidemias, la vigilancia epidemiológica, la participación comunitaria y la necesidad de ampliar las inversiones públicas. Siguieron en primer plano los temas relacionados con las enfermedades transmisibles, especialmente el VIH/SIDA, el ébola, las hepatitis, la leishmaniasis y la COVID-19, junto con el aumento de los debates sobre el cambio climático, la contaminación, la transición energética y sus impactos en la salud. Las organizaciones también destacaron cuestiones relacionadas con la equidad, los derechos*

humanos, el género, el envejecimiento, la salud materna y la innovación en salud, reforzando el papel central de los determinantes sociales de la salud y de la cooperación internacional en la agenda contemporánea de la salud global.

Abstract: *During this two-week period, 63 global civil society organizations were monitored, of which 43 issued statements related to issues relevant to global health. These statements focused primarily on the humanitarian impacts of armed conflicts, population displacements, and disasters, with particular emphasis on Haiti, the Democratic Republic of the Congo, Sudan, Palestine, Afghanistan, and Venezuela. Discussions on global health financing also stood out, particularly in light of the reduction in resources allocated to the response to HIV/AIDS and humanitarian emergencies. Another recurring theme was the strengthening of health systems, with an emphasis on primary care, epidemic preparedness, epidemiological surveillance, community participation, and the need to increase public investment. Issues related to communicable diseases remained in the spotlight, particularly HIV/AIDS, Ebola, hepatitis, leishmaniasis, and COVID-19, alongside growing discussions on climate change, pollution, the energy transition, and their impacts on health. The organizations also highlighted issues related to equity, human rights, gender, aging, maternal health, and health innovation, reinforcing the centrality of the social determinants of health and international cooperation in the contemporary global health agenda.*

INTRODUÇÃO

O cenário contemporâneo da Saúde Global e da Diplomacia da Saúde é profundamente moldado pelo engajamento permanente das Organizações da Sociedade Civil (OSCs). No contexto da vigilância informativa, o informe desta quinzena reúne manifestações públicas de 43 instituições. Como nos informes anteriores, a divisão entre Organizações de Interesse Público e Organizações de Interesse Privado continuou refletindo duas abordagens complementares: enquanto as de interesse público privilegiam a denúncia de violações do Direito Internacional Humanitário, os impactos dos cortes de auxílio humanitário e a pressão por justiça ambiental e climática, as organizações de interesse privado focam no desenvolvimento de parcerias tecnológicas, modelos de mercado de carbono, inovações farmacológicas e sustentabilidade de sistemas operacionais.

Observa-se especificamente aqui uma predominância de publicações voltadas aos impactos dos conflitos armados e dos deslocamentos populacionais sobre o acesso aos serviços de saúde, acompanhadas por sucessivos alertas acerca da insuficiência de recursos financeiros para responder a epidemias, garantir assistência humanitária e sustentar programas de prevenção e tratamento. Nada muito diferente das outras quinzenas, o que indica que reações políticas não estão sendo suficientes ou adequadas para que os problemas apontados sejam efetivamente enfrentados.

Outro aspecto marcante é a inevitável e crescente integração entre saúde e agenda climática. Diversas organizações relacionaram eventos extremos, poluição, insegurança alimentar e dependência de combustíveis fósseis ao agravamento das desigualdades em saúde, defendendo respostas que combinem adaptação climática, transição energética e fortalecimento das políticas públicas. Paralelamente, as discussões sobre HIV/AIDS, ebola e outras doenças transmissíveis reforçaram a importância do reestabelecimento do

financiamento internacional, da inovação científica, da vigilância epidemiológica e da atuação comunitária como pilares da preparação para futuras emergências sanitárias.

A leitura dessas manifestações reflete bem o contexto em que vivemos, onde a saúde global enfrenta um momento de sobreposição de crises (chamada por especialistas de "policrise"): os conflitos armados e a degradação socioambiental não ocorrem isoladamente, mas colidem com um cenário de retração do financiamento multinacional e reconfigurações geopolíticas, demandando atenção redobrada em diversas temáticas.

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO

Crises Humanitárias, Conflitos e Migrações

Haiti

A Médicos Sem Fronteiras (MSF) alertou que a escalada da violência armada em Cité Soleil, no Haiti, tem impedido o acesso da população aos serviços de saúde, obrigando muitas pessoas a arriscar a vida para receber atendimento ou interromper tratamentos de doenças crônicas. A organização destaca que o colapso do sistema de saúde, aliado à insegurança, ao aumento do custo de vida e à destruição de unidades de saúde, agrava a situação humanitária e compromete a continuidade dos cuidados para a população mais vulnerável. [1]

Mediterrâneo / Migração

A Médicos Sem Fronteiras (MSF) criticou a demora da Comissão Europeia em decidir sobre a denúncia contra as medidas adotadas pela Itália que restringem as operações civis de busca e salvamento no Mediterrâneo Central. A organização afirma que a designação de portos distantes, a detenção de embarcações humanitárias e outras restrições têm dificultado os resgates e atrasado o desembarque de sobreviventes, contribuindo para o aumento das mortes em uma das rotas migratórias mais letais do mundo. [2]

Chade / Sudão

A MSF alertou para o agravamento da desnutrição entre mulheres grávidas e lactantes no leste do Chade, onde mais de uma em cada cinco apresentou desnutrição aguda em 2026, em um contexto de cortes no financiamento humanitário e exclusão das comunidades anfitriãs da assistência alimentar. A organização afirma que a insuficiência de recursos compromete o tratamento da desnutrição, o acesso à água e aos serviços de saúde para refugiados sudaneses e populações locais, aumentando o risco de doenças, insegurança alimentar e novas crises humanitárias. [3]

Afeganistão / Paquistão

A Médicos Sem Fronteiras (MSF) instou o Paquistão a interromper a devolução forçada de refugiados afegãos, alertando que a política de repatriação tem agravado a insegurança, dificultado o acesso aos serviços de saúde e aumentado casos de desnutrição e complicações na gravidez. A organização também pediu que outros países suspendam os retornos involuntários ao Afeganistão, destacando que o país enfrenta uma grave crise humanitária, com um sistema de saúde sobrecarregado e condições insuficientes para receber os milhões de pessoas que retornam. [4]

República Democrática do Congo

Oxfam alertou que a resposta ao surto de Ebola na República Democrática do Congo permanece insuficiente diante do rápido avanço da epidemia. A organização denuncia que cerca de 20 mil pessoas dependem de uma única fonte de água localizada dentro de um centro de tratamento de Ebola, enquanto a falta de financiamento limita as ações comunitárias de prevenção a apenas 10% da cobertura necessária. A Oxfam defende investimentos urgentes em água, saneamento, infraestrutura de saúde e mobilização comunitária para conter a transmissão e evitar o agravamento da crise humanitária. [5]

A CARE International alerta que os cortes globais no financiamento comprometeram severamente a infraestrutura sanitária e a capacidade de resposta da RDC diante do terceiro maior surto de Ébola já registrado na RDC, com mais de 2 mil casos e transmissão acelerada. A organização ressalta que, embora milhões estejam sob risco, suas ações alcançaram apenas 210 mil pessoas nas províncias de Kivu do Norte e Ituri, e destaca que mulheres e meninas são as mais vulneráveis, pois acumulam o papel de cuidadoras e enfrentam barreiras adicionais ao acesso a serviços de saúde e apoio psicossocial.[6]

Israel / Palestina

O Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) reafirmou seu compromisso com o princípio da confidencialidade após a divulgação, pela revista *The New Yorker*, de correspondências internas relacionadas ao conflito entre Israel e Palestina. A organização destacou que o diálogo confidencial com as partes em conflito é essencial para promover o respeito ao direito internacional humanitário, facilitar a assistência às populações afetadas e apoiar iniciativas como a libertação de reféns e detidos, reiterando que sua atuação humanitária depende da manutenção desse canal de interlocução.[7]

A Progressive International divulgou uma matéria destacando o lançamento do relatório "A Predatory State", elaborado pelo Palestinian Feminist Collective, que documenta denúncias de violência sexual e de gênero contra palestinos em contextos de detenção, interrogatório e conflito. Com base em depoimentos de sobreviventes, documentos históricos e registros de organismos internacionais, o relatório argumenta que essas práticas fazem parte de um padrão sistemático de violência associado ao conflito israelense-palestino. A publicação reforça a necessidade de investigação, responsabilização e proteção dos direitos humanos, ressaltando os impactos dessas violações sobre a população palestina.[8]

A World Vision está criando ambientes seguros de aprendizagem para cerca de 24 mil crianças, professores e cuidadores palestinos na Cisjordânia. A iniciativa busca reduzir os impactos da violência e das crises sobre a educação, oferecendo apoio psicossocial, fortalecimento da proteção infantil, capacitação de educadores e melhoria da preparação das escolas para situações de emergência. A ação reforça a importância de manter o direito à educação e promover espaços seguros para o desenvolvimento das crianças em contextos de conflito.[9]

África do Sul / Zimbábue

A MSF alertou que a violência contra migrantes na África do Sul desencadeou uma emergência humanitária na fronteira com o Zimbábue, interrompendo o acesso de milhares de pessoas a tratamentos essenciais para HIV, tuberculose, hipertensão e outras doenças crônicas. A organização denuncia que atos de xenofobia e barreiras ao acesso aos serviços de saúde

levaram ao deslocamento em massa de migrantes para países vizinhos e defende uma resposta coordenada entre os governos da região para garantir a continuidade dos cuidados e a proteção das populações afetadas. [10]

Terremoto na Venezuela

A Fòs Feminista informa que ampliou sua resposta humanitária aos terremotos na Venezuela, expandindo a oferta de serviços de saúde sexual e reprodutiva de 6 para 36 abrigos. Em parceria com organizações locais, a iniciativa garante atendimento médico, saúde materna, apoio psicossocial, assistência a sobreviventes de violência de gênero e distribuição de contraceptivos para populações deslocadas, além de lançar uma campanha de arrecadação para fortalecer a continuidade da resposta humanitária.[11]

Doenças Transmissíveis, Epidemias e Biossegurança

HIV/AIDS

A Fundação Huésped divulgou matéria sobre o início da Conferência Mundial sobre AIDS (AIDS 2026), destacando o cenário crítico do financiamento global para a resposta ao HIV. Com base em relatórios do UNAIDS, foi informado que o financiamento internacional sofreu uma redução histórica de 25% em 2025, enquanto os investimentos nacionais cresceram 4% como tentativa de compensar essa queda. Apesar dos avanços alcançados por alguns países, o mundo ainda registrou 1,2 milhão de novas infecções por HIV e 570 mil mortes relacionadas à AIDS em 2025. A publicação reforça a necessidade de ampliar investimentos sustentáveis e garantir o acesso à prevenção, diagnóstico, tratamento e cuidado, de modo a manter o progresso rumo às metas de eliminação da epidemia até 2030.[12]

A Drugs for Neglected Diseases Initiative (DNDi) registrou sua participação na conferência sobre AIDS (2026), no Rio de Janeiro, divulgando uma enquete que fez entre os participantes sobre a inovação mais importante que se espera ver no cuidado com o HIV.[13]

A Global Network of People Living with HIV (GNP+) promoveu uma série de atividades durante a AIDS 2026, realizada no Rio de Janeiro, destacando a celebração dos dez anos da campanha U=U (Undetectable = Untransmittable). O evento reuniu lideranças de pessoas vivendo com HIV, parceiros, financiadores e representantes da sociedade civil para discutir o papel da liderança comunitária na ampliação do acesso ao tratamento e na inovação para o controle da epidemia na próxima década, em uma programação que incluiu painéis, sessões conduzidas pela GNP+, além da U=U at 10 Awards Gala, cerimônia que homenageou indivíduos e organizações responsáveis por transformar as evidências científicas do U=U em impacto concreto na saúde pública.[14]

Hepatites

A FIND destacou os resultados da iniciativa HEP-CARE, desenvolvida em parceria com autoridades de saúde do estado de Meghalaya, na Índia, para ampliar o acesso ao tratamento da hepatite entre pessoas que usam drogas injetáveis. O modelo, baseado na atuação de navegadores comunitários e na participação direta das comunidades, reduziu em quase quatro vezes o tempo entre o diagnóstico e o início do tratamento, evidenciando o potencial de estratégias comunitárias para acelerar a eliminação da hepatite. [15]

COVID-19

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) divulgou a realização de um webinário sobre a covid longa, destacando que a doença continua afetando milhões e persistem lacunas de conhecimento e incertezas clínicas.[16]

Doenças negligenciadas: leishmaniose

A Drugs for Neglected Diseases Initiative (DNDi) anunciou o lançamento pela OMS de novas diretrizes de tratamento para leishmaniose no leste da África e Sul da Ásia, o que considera um marco transformador no tratamento e cuidado dos pacientes.[13,17]

Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs) e Saúde Mental

Doenças cardiovasculares e outras DCNT

A ACT Promoção da Saúde divulgou os resultados de uma pesquisa encomendada ao Instituto Datafolha sobre a percepção da população brasileira em relação às doenças crônicas não transmissíveis (DCNT). O levantamento mostrou que a maioria dos brasileiros reconhece os principais fatores de risco para essas doenças, como tabagismo, consumo de álcool, alimentação inadequada, sedentarismo e poluição do ar, além de associar as mudanças climáticas ao aumento do risco de DCNT. A pesquisa também identificou amplo apoio a medidas que ampliem o acesso à informação, fortaleçam a transparência das empresas e promovam políticas públicas de prevenção. Os resultados reforçam a importância de estratégias integradas para reduzir os fatores de risco das DCNT e fortalecer a promoção da saúde no Brasil.[18]

Saúde bucal

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) publicou nota sobre a importância do uso ético da IA para assegurar o acesso equitativo aos serviços de saúde bucal, convidando os interessados a participarem dessa discussão durante o 18º Congresso Mundial de Saúde Pública.[19]

A NDC Alliance se manifestou a favor da maior visibilidade global a saúde bucal, por se tratar de um determinante essencial da saúde, refletindo na produtividade e no crescimento econômico dos países, contudo, por vezes a saúde bucal é negligenciada pela sociedade, sistemas de saúde e pelos marcos globais de bem-estar. Uma das demandas mais urgentes dessa agenda é a produção adequada de dados em saúde bucal, sobretudo, para informar políticas públicas, advocacy e as ações de saúde global.[20]

Doenças neurodegenerativas

A NCD Alliance reforçou as diretrizes publicadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) com recomendações aos países para a prevenção da demência e declínio cognitivo. Segundo os dados divulgados, em até 45% dos casos, a demência poderia ser evitada com a realização de atividades físicas, restrições ao uso de tabaco e álcool, menor isolamento social, diminuição da poluição do ar e da ocorrência de doenças não transmissíveis.[21]

Câncer

A International Alliance of Patients' Organizations (IAPO) publicou boletim destacando a importância dos sistemas de saúde avançarem em cuidados personalizados às pessoas com

câncer, compreendendo as diferentes condições de vida,, demanda por acolhimento, cuidados primários e comunitários.[22]

Determinantes Sociais e Econômicos, Equidade e Direitos Humanos

Água, saneamento e higiene (WASH)

A World Vision apresenta o novo projeto: WATER (Water Access Through Equitable Reach), em Cambodia, que amplia o acesso à água potável segura e sustentável em comunidades. A iniciativa fortalece sistemas comunitários de abastecimento de água, práticas de higiene e saneamento (WASH), beneficiando famílias, escolas e centros de saúde, além de envolver lideranças locais para garantir a gestão sustentável da infraestrutura e reduzir doenças relacionadas à água contaminada.[23]

Gênero

O Geneva Global Health Hub divulgou a gravação do webinário em que se discutiu como os direitos reprodutivos estão sendo desafiados e como mulheres e movimentos estão resistindo a essas pressões.[24]

A Federação Internacional de Hospitais (IHF) se manifestou sobre a importância de promover a equidade de gênero na liderança da saúde, criando ambientes onde as mulheres possam prosperar, liderar e influenciar a tomada de decisões.[25]

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

A Federação Internacional de Estudantes de Medicina (IFMSA) fez uma publicação, lembrando a importância dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável como roteiro para melhorar a vida de todas as pessoas.[26]

Clima, Ambiente e Saúde Planetária

Mudanças climáticas

A Greenpeace alertou que as ondas de calor extremo, intensificadas pelas mudanças climáticas impulsionadas pelo uso de combustíveis fósseis, estão provocando aumento da mortalidade, agravando doenças, comprometendo a segurança alimentar e ampliando desigualdades sociais em diversas regiões do mundo. A organização defende que a proteção da população exige tanto medidas imediatas de adaptação quanto a aceleração da transição para energias renováveis, com eliminação gradual dos combustíveis fósseis e investimentos em justiça climática. [27]

A European Public Health Alliance (EPHA) integra a EU Healthy Air Coalition (EUHAC) e endossou a declaração conjunta que cobra dos formuladores de políticas da UE a aceleração do fim dos combustíveis fósseis. Os custos com saúde podem chegar a até €950 bilhões por ano até 2030, enquanto os subsídios aos combustíveis fósseis ainda somaram €111 bilhões em 2023. A EPHA se une a organizações de saúde europeias e globais para pressionar os tomadores de decisão da UE a colocarem a saúde no centro das políticas de clima, energia e ar limpo, comprometendo-se com uma transição rápida e justa para longe dos combustíveis fósseis.[28]

Segurança alimentar

A InterAcademy Partnership (IAP) divulgou a publicação da edição de 2026 do relatório da FAO "O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo" que mostra que uma dieta saudável continua fora de alcance para cerca de 2,7 bilhões de pessoas no mundo e discute o que pode ser feito para mudar isso.[29]

Poluição e resíduos

A Greenpeace lançou uma campanha direcionada à marca Dove e à Unilever durante a Copa do Mundo de 2026, defendendo a eliminação das embalagens plásticas de uso único e a adoção de sistemas de reutilização e refil. A organização argumenta que a poluição plástica representa um problema de saúde pública, devido à crescente evidência sobre os impactos dos microplásticos e de substâncias químicas associadas à saúde humana, e cobra maior responsabilidade corporativa e um tratado global robusto para reduzir a produção de plásticos.[30]

Transição energética

A Greenpeace argumenta que a guerra entre Estados Unidos, Israel e Irã evidencia como a dependência global de combustíveis fósseis amplia os impactos econômicos e humanitários dos conflitos, ao provocar volatilidade nos mercados de energia, aumento do custo de vida, interrupções no comércio internacional e agravamento da crise climática. A organização defende que a transição para fontes renováveis, aliada a um cessar-fogo e ao fortalecimento da diplomacia, é essencial para reduzir vulnerabilidades geopolíticas, promover segurança energética e aumentar a resiliência econômica e ambiental.[31]

Sistemas de Saúde, Cobertura Universal e Força de Trabalho

Atenção Primária / Medicina de Família

A Organização Mundial de Médicos de Família (Wonca) divulgou artigo publicado no Annals of Family Medicine que discute o que significa ser médico de família. As respostas enfatizaram que a medicina de família é um trabalho que toca o coração integrativo, relacional e holístico do cuidado médico.[32]

Fortalecimento dos sistemas de saúde

A NCD Alliance se manifestou a favor de uma reforma na arquitetura global de saúde, atualizando a estrutura para dilemas atuais e futuros. Para isso é central avançar em sistemas integrados de saúde, garantindo a participação da sociedade civil e colocando no centro a prevenção, cuidado adequado e financiamento suficiente para o enfrentamento às doenças não transmissíveis.[33]

Saúde Materna, Infantil, Reprodutiva e Ciclo de Vida

Saúde materna e neonatal

A Save the Children mobilizou voluntários e equipes de advocacy em Washington, D.C., para defender junto ao Congresso dos Estados Unidos o fortalecimento de políticas e investimentos em saúde materna e neonatal. A organização pediu a ampliação do financiamento para programas nacionais e globais de saúde materno-infantil, incluindo acesso a insumos para o pós-parto, triagem da desnutrição, profissionais qualificados durante a gestação e o parto, além da expansão do acesso a vitaminas pré-natais e outras intervenções custo-efetivas. [34]

Envelhecimento saudável

A Federação Internacional sobre o Envelhecimento (IFA) saudou a Organização Mundial da Saúde pelo lançamento da consulta pública sobre os Padrões Globais para Cuidados de Longa Duração, considerando-se, um marco importante na tradução dos compromissos da Década da ONU para o Envelhecimento Saudável em orientações práticas. [26,35]

A Federação Internacional sobre o Envelhecimento (IFA), em colaboração com a OMS, divulgou um convite para inscrições para interessados em apresentar experiências inovadoras de práticas "amigas-da-idade". [36]

Determinantes Sociais e Econômicos, Equidade e Direitos Humanos

Human Rights Watch denunciou graves violações de direitos humanos cometidas por forças governamentais, grupos de oposição e milícias aliadas no estado de Equatória Ocidental, no Sudão do Sul, durante confrontos ocorridos em 2025. O relatório documenta execuções sumárias, estupros, tortura, detenções arbitrárias, destruição de propriedades civis e deslocamento forçado da população, configurando possíveis crimes de guerra. A organização também alerta para a restrição do acesso humanitário e recomenda que o governo investigue os abusos, responsabilize os comandantes envolvidos, garanta assistência às populações afetadas e assegure o retorno seguro dos deslocados. [37]

Ciência, Tecnologia, Inovação e P&D

A InterAcademy Partnership (IAP) divulgou uma oportunidade para pesquisadores acessarem infraestrutura avançada de IA. Trata-se de uma parceria entre a Unesco e o Laboratório de IA do Centro Brasileiro de Pesquisa em Física (CBPF) que lançou uma chamada internacional oferecendo acesso remoto à IA e infraestrutura de computação de alto desempenho para pesquisadores da África, América Latina e Caribe, Ucrânia e Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento.[38]

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PRIVADO

Doenças Transmissíveis, Epidemias e Biossegurança

HIV/AIDS

FIND destacou que a introdução do lenacapavir em Eswatini está fortalecendo a resposta ao HIV, com aumento da demanda por métodos de prevenção de longa duração, especialmente entre jovens e mulheres. A organização ressalta que a ampliação do acesso equitativo ao medicamento pode representar um marco no controle da epidemia, reforçando a perspectiva de alcançar uma geração livre da AIDS.[39]

Ebola

Em nota, a GAVI, The Vaccine Alliance informou que a primeira vacina desenvolvida especificamente contra o ebola vírus Bundibugyo iniciou ensaios clínicos em humanos, representando um marco importante para a preparação contra futuras epidemias. Até recentemente, não havia imunizantes direcionados a essa variante rara do Ebola, devido ao baixo interesse comercial e à ocorrência esporádica de surtos. Segundo a GAVI, a vacina resulta de uma colaboração entre instituições de pesquisa, fabricantes e organizações internacionais,

incluindo a aliança e a Coalizão para Inovações em Preparação para Epidemias (CEPI). Os testes clínicos avaliarão inicialmente a segurança e a resposta imunológica do imunizante, e caso os resultados sejam positivos, a vacina poderá integrar estratégias globais de preparação para emergências sanitárias.[40]

A CORE Group destaca a importância de fortalecer a preparação e a resposta a surtos de Ebola, enfatizando a necessidade de coordenação entre governos, organizações internacionais e comunidades locais. Se reforça que os investimentos em vigilância epidemiológica, capacitação de profissionais de saúde e fortalecimento dos sistemas de saúde são essenciais para conter a transmissão e aumentar a segurança sanitária global diante de futuras emergências.[41]

A CORE Group divulga o relançamento da Ebola Communication Network, coordenada pelo Johns Hopkins Center for Communication Programs (CCP), como uma plataforma que reúne recursos, pesquisas e ferramentas para fortalecer a comunicação de risco e o engajamento comunitário durante surtos de Ebola. A iniciativa busca apoiar profissionais de saúde, comunicadores, líderes comunitários e equipes de resposta, promovendo informações confiáveis para melhorar a preparação e a resposta a emergências sanitárias.[42]

Vacinação

A GAVI, The Vaccine Alliance apresentou resultados de um estudo que demonstra que doses reduzidas de reforço das vacinas contra a COVID-19 oferecem proteção semelhante à obtida com doses completas durante um período de até dois anos. A pesquisa observou respostas imunológicas robustas e níveis comparáveis de proteção contra formas graves da doença, sugerindo que menores quantidades de vacina podem ser suficientes para manter a imunidade. Essa estratégia poderia ampliar a disponibilidade de doses, reduzir custos e facilitar campanhas de vacinação em larga escala, especialmente em países com recursos limitados. No entanto, a adoção dessa abordagem dependerá de novas avaliações regulatórias e de estudos adicionais.[43]

Vigilância epidemiológica e resposta a surtos

A GAVI, The Vaccine Alliance analisou como guerras e conflitos armados criam condições favoráveis para a propagação de doenças infecciosas, ao mesmo tempo em que comprometem a capacidade de identificá-las precocemente. A destruição de hospitais, laboratórios e sistemas de vigilância reduz a notificação de casos e atrasa respostas de saúde pública, além de também dificultar deslocamentos populacionais, interromper campanhas de vacinação e contribuir com a precarização do saneamento, o que também aumenta o risco de epidemias. Segundo a aliança, surtos de cólera, sarampo, Ebola e outras doenças têm sido agravados por contextos de violência.[44]

A GAVI, The Vaccine Alliance destacou que a intensificação do fenômeno El Niño aumenta o risco de secas, enchentes e surtos de doenças infecciosas em diversas regiões do mundo. Segundo a notícia, governos e organizações internacionais devem adotar medidas preventivas antes da ocorrência dos desastres, fortalecendo sistemas de vigilância, campanhas de vacinação e estoques de medicamentos. A aliança também enfatiza que mudanças climáticas tendem a intensificar os efeitos do El Niño, tornando indispensável o planejamento baseado em dados climáticos, integrados à saúde pública, meteorologia e gestão de riscos, com o objetivo de aumentar a resiliência.[45]

Clima, Ambiente e Saúde Planetária

Mudanças climáticas e saúde

A Wellcome Trust publicou uma matéria apresentando resultados de pesquisas desenvolvidas no Zimbábue e na África do Sul, que investigam soluções comunitárias para reduzir os efeitos das altas temperaturas durante a gravidez. Estudos citados indicam que a exposição ao calor aumenta o risco de parto prematuro, baixo peso ao nascer e sofrimento fetal, além de comprometer a capacidade da placenta de fornecer oxigênio e nutrientes ao bebê. Entre as estratégias adotadas estão kits de resfriamento com chapéu, garrafa de água e guarda-sol, pintura de telhados com tinta refletiva, alertas climáticos e capacitação de agentes comunitários, reforçando a importância de intervenções simples, de baixo custo e adaptadas às realidades locais para proteger gestantes e recém-nascidos diante do aquecimento global.[46]

A CARE International noticiou a situação de Basra, cidade ao sul do Iraque, onde as temperaturas de verão ultrapassam regularmente os 49°C, expondo mulheres grávidas a riscos como desidratação, exaustão e complicações hipertensivas. A cidade, com mais de 1,6 milhão de habitantes, enfrenta ondas de calor crescentes, agravadas pela falta de chuvas e redução de áreas verdes. Profissionais de saúde relatam que muitas gestantes chegam às unidades com pressão arterial baixa e sintomas agravados pelo calor, que afeta tanto a mãe quanto o bebê. Mulheres que cuidam de famílias numerosas em casas mal ventiladas e com sobrecarga de tarefas domésticas são as mais vulneráveis [47]

Mercados de carbono e monitoramento ambiental

O lançamento do Open Carbon Data Project foi divulgado pela Fundação Rockefeller e pela Meta, com investimento conjunto de US$900 mil, para desenvolver o primeiro conjunto de dados abertos de alta resolução sobre carbono florestal na Mata Atlântica brasileira. O projeto conta com a participação de instituições como a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), representada pelos professores Deborah Faria, coordenadora do Laboratório de Ecologia Aplicada à Conservação (LEAC), e Daniel Piotto, do Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Conservação da Biodiversidade, além do World Resources Institute (WRI) e da Symbiosis Coalition. A iniciativa utilizará tecnologias de sensoriamento remoto e medições de campo para aprimorar a estimativa dos estoques de carbono e fortalecer sistemas de monitoramento, reporte e verificação (MRV). A disponibilização pública desses dados busca reduzir barreiras para pequenos produtores e projetos comunitários acessarem mercados de carbono, aumentar a confiança de investidores e ampliar o financiamento de ações de restauração e conservação da Mata Atlântica, promovendo soluções climáticas baseadas na natureza.[48]

Soluções baseadas na natureza

Fundação Rockefeller anunciou um investimento de US$4 milhões para ampliar a gestão sustentável de áreas agrícolas e florestais nos Estados Unidos. A iniciativa busca recuperar terras subutilizadas por meio de práticas regenerativas, como rotação de culturas, pastejo rotativo, manejo florestal seletivo e melhorias em sistemas hídricos, em parceria com agricultores, silvicultores e comunidades locais. Além de fortalecer a saúde do solo, da água e das florestas, o investimento pretende impulsionar economias rurais, gerar empregos e aumentar a resiliência das comunidades diante das mudanças climáticas, alinhando-se à estratégia atual da fundação de promover desenvolvimento econômico sustentável e prosperidade nas regiões rurais norte-americanas.[49]

Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs) e Saúde Mental

Doenças cardiovasculares e outras DCNT

Um estudo financiado com apoio da Fundação Rockefeller demonstrou que refeições medicamente prescritas e adaptadas à cultura alimentar tradicional da Nação Navajo reduziram significativamente complicações em pacientes com insuficiência cardíaca. No ensaio clínico randomizado com 206 participantes, aqueles que receberam, durante oito semanas, refeições preparadas com ingredientes tradicionais Navajo apresentaram uma redução de 28% no risco de hospitalizações e atendimentos de emergência em até 90 dias, além de menores taxas de internação por insuficiência cardíaca, perda de peso, redução da pressão arterial e melhora na qualidade de vida. Os resultados reforçam o potencial das estratégias Food is Medicine, especialmente quando combinam recomendações nutricionais baseadas em evidências com práticas alimentares culturalmente relevantes e desenvolvidas em parceria com as comunidades locais.[50]

Política, Diplomacia e Governança em Saúde

A Fundação Gates anunciou a conclusão de uma revisão externa independente sobre seus antigos vínculos institucionais com Jeffrey Epstein. A investigação, baseada em mais de 50 entrevistas e ampla análise documental, concluiu que não houve pagamentos da fundação a Epstein nem evidências de que a organização ou seus funcionários tivessem conhecimento ou participação em suas atividades criminosas. Como resultado da revisão, o conselho da fundação aprovou um conjunto de medidas para fortalecer a governança institucional, incluindo processos mais rigorosos de verificação de parceiros, gestão de riscos, prevenção de conflitos de interesse e proteção de informações confidenciais, reforçando o compromisso da organização com transparência e prestação de contas.[51]

A GAVI, The Vaccine Alliance saudou a decisão do governo dos Estados Unidos de liberar recursos destinados aos anos fiscais de 2025 e 2026, reforçando o financiamento das iniciativas globais de imunização. Segundo a aliança, os recursos contribuirão para manter programas de vacinação em países de baixa renda e apoiar a resposta a surtos e emergências sanitárias. O anúncio ocorre em um contexto de incertezas sobre o financiamento internacional da saúde e representa um importante sinal de continuidade da cooperação entre os Estados Unidos e a GAVI.[52]

A Consortium of Universities for Global Health (CUGH) conclamou pesquisadores e instituições a se oporem às propostas do governo estadunidense, que ampliam a influência política sobre o financiamento da pesquisa biomédica. Segundo a organização, as novas regras permitiriam que nomeações políticas substituíssem avaliações por mérito científico, interrompessem projetos em andamento e restringissem colaborações internacionais. A CUGH argumenta que essas mudanças ameaçam a inovação, a formação de pesquisadores e a capacidade dos Estados Unidos de responder a futuras crises sanitárias.[53]

Sistemas de Saúde, Cobertura Universal e Força de Trabalho

A Wellcome Trust destacou a trajetória e o impacto do National Surveys of Sexual Attitudes and Lifestyles (Natsal), uma série de pesquisas realizadas no Reino Unido há quase quatro décadas para compreender comportamentos, atitudes e estilos de vida relacionados à sexualidade. Criado durante a epidemia de HIV nos anos 1980 para suprir a falta de dados confiáveis sobre comportamento sexual, o estudo já reuniu informações de mais de 45 mil

pessoas e se tornou uma referência para a formulação de políticas públicas. Seus dados contribuíram para embasar programas de vacinação contra o HPV, rastreamento de infecções sexualmente transmissíveis, educação sexual e serviços de contracepção. A reportagem também destaca que as próximas edições da pesquisa irão abordar desafios emergentes, como intimidade digital, companheiros baseados em inteligência artificial e novas formas de interação sexual mediadas por tecnologia.[54]

Ciência, Tecnologia, Inovação e P&D

A Wellcome Trust publicou uma reportagem sobre os avanços da terapia gênica no tratamento de doenças genéticas raras, destacando o caso de Remi Pereszczak, primeiro paciente no mundo a receber uma terapia gênica para a doença granulomatosa crônica (CGD) por deficiência da proteína p47. O tratamento, realizado em Londres, utilizou células-tronco do próprio paciente geneticamente corrigidas em laboratório para restaurar o funcionamento do sistema imunológico, permitindo uma melhora significativa em sua qualidade de vida. Apesar dos resultados promissores, o texto destaca que desafios como o alto custo, a necessidade de infraestrutura especializada e a ampliação do acesso ainda precisam ser superados para que essas terapias beneficiem um número maior de pacientes. [55]

EVENTOS

A Planetary Health Alliance divulgou as primeiras informações sobre o Planetary Health Annual Meeting (PHAM) 2027, que será realizado de 7 a 11 de junho de 2027, na Universidade de Tóquio, Japão. O encontro reunirá pesquisadores, formuladores de políticas e profissionais de diversas áreas para discutir soluções relacionadas à saúde planetária. O site oficial do evento possui maiores informações a respeito de inscrições, prazos, além de informações sobre a submissão de resumos, modalidades de apresentação.[56]

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A descrição e a análise das manifestações das 43 Organizações da Sociedade Civil sintetizam algumas das principais tensões atuais da Saúde Global. O presente informe reitera as evidências de que a sociedade civil cumpre um papel insubstituível como “sensor avançado” da saúde, compreendida holisticamente. As OSCs denunciam precocemente o surgimento de lacunas assistenciais, violações éticas e impactos socioambientais. Contudo, em relação a este período, se faz necessário ressaltar a contradição estrutural que o capitalismo nos insere: vivemos entre a sofisticação da inovação biomédica personalizada e a degradação do fornecimento de respostas humanitárias basilares.

Se abordada de um ponto de vista planetário, para pouquíssimos é válida a comemoração frente às inovações em vacinas de última geração e terapias gênicas promissoras, uma vez que a realidade mais próxima e generalizável se desnuda nos relatos de populações em surto de ebola disputando uma única fonte de água potável, com gestantes enfrentando temperaturas extremas sem suporte de saúde materna e com recursos para combate ao HIV e epidemias sofrendo cortes superiores a 25%.

Resta-nos apontar, por fim, a disputa permanente na arena global da saúde entre os atores políticos que defendem a soberania e a segurança sanitária global e os poderosos

produtores de tecnologias de saúde que permanecem aprofundando as desigualdades e descomprometidos da garantia dos direitos humanos fundamentais.

REFERÊNCIAS

1. Médecins Sans Frontières (MSF) International. Haiti People risk their lives to seek medical care [Internet]. Médecins Sans Frontières (MSF) International. 2026 [cited 2026 Jul 30]. Available from: https://www.msf.org/haiti-people-risk-their-lives-seek-medical-care

2. Médecins Sans Frontières (MSF) International. EU has failed to act as Italian rules obstruct sea rescues [Internet]. Médecins Sans Frontières (MSF) International. 2026 [cited 2026 Jul 30]. Available from: https://www.msf.org/eu-has-failed-act-italian-rules-obstruct-sea-rescues

3. Médecins Sans Frontières (MSF) International. Pregnant women in eastern Chad are malnourished amid aid cuts [Internet]. Médecins Sans Frontières (MSF) International. 2026 [cited 2026 Jul 30]. Available from: https://www.msf.org/pregnant-women-eastern-chad-are-malnourished-amid-aid-cuts

4. Médecins Sans Frontières (MSF) International. Pakistan must protect Afghan refugees from forced return [Internet]. Médecins Sans Frontières (MSF) International. 2026 [cited 2026 Jul 30]. Available from: https://www.msf.org/pakistan-must-protect-afghan-refugees-forced-return

5. Thousands forced to use one water source from Ebola treatment site in Democratic Republic of the Congo [Internet]. Oxfam International. 2026 [cited 2026 Jul 31]. Available from: https://www.oxfam.org/en/press-releases/thousands-forced-use-one-water-source-ebola-treatment-site-democratic-republic-congo

6. Bergeron R. “We are determined not to leave communities alone.” CARE DRC on Ebola fight amid funding cuts [Internet]. CARE. 2026 [cited 2026 Jul 31]. Available from: https://www.care.org/news-and-stories/care-drc-ebola-bulletin-funding-cuts/

7. Declaración del CICR sobre el artículo publicado en The New Yorker [Internet]. COMITÉ INTERNACIONAL DE LA CRUZ ROJA. 2026 [cited 2026 Jul 30]. Available from: https://www.icrc.org/es/declaracion/declaracion-del-cicr-sobre-el-articulo-publicado-en-new-yorker

8. Progressive International. A Predatory State [Internet]. Progressive International. [cited 2026 Jul 29]. Available from: https://progressive.international/wire/2026-07-18-pi-briefing-no-21-a-predatory-state/en/

9. World Vision. Nearly 24,000 Palestinian Children, Teachers and Caregivers Reclaim Safe Learning in the West Bank [Internet]. World Vision. 2026 [cited 2026 Jul 31]. Available from: https://www.wvi.org/newsroom/west-bank/nearly-24000-palestinian-children-teachers-and-caregivers-reclaim-safe-learning

10. Médecins Sans Frontières (MSF) International. Anti-migrant violence triggers emergency at the South Africa-Zimbabwe border [Internet]. Médecins Sans Frontières (MSF) International. 2026 [cited 2026 Jul 30]. Available from: https://www.msf.org/anti-migrant-violence-triggers-emergency-south-africa-zimbabwe-border

11. Global Health Council. GHC member Project HOPE is in Venezuela responding to the deadly earthquakes [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Jul 31]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/global-health-council_memberspotlight-activity-7485770646690398208-5Pi-

12. Fundación Huésped. Cayó un 25% el financiamiento de la respuesta mundial al VIH [Internet]. Fundación Huésped. 2026 [cited 2026 Jul 29]. Available from: https://huesped.org.ar/novedades/aids-caida-financiamiento

13. DNDi. Drugs for Neglected Diseases initiative. AIDS2026 conference in Rio [Internet]. 2026 [cited 2026 Jul 31]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/dndi_aids2026-rethinkrebuildrise-hiv-activity-7488881203702390784-gVZr

14. The big day is... — Global Network of People living with HIV (GNP+) [Internet]. [cited 2026 Jul 31]. Available from: https://www.facebook.com/share/v/1DKRLtTruX/

15. 48 791 Followers. India's Hepatitis Elimination Efforts Face Hurdles for PWID [Internet]. LinkedIn. [cited 2026 Jul 30]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/finddx_worldhepatitisday-diagnosisforall-activity-7487417047556026369-IMoJ

16. WFPHA. World Federation of Public Health Associations. Long COVID-19 [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Jul 31]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/wfpha_longcovid-covid-covid19-activity-7487461862809440257-7TWu

17. DNDi. Drugs for Neglected Diseases Initiative. WHO Launches New Leishmaniasis Treatment Guidelines in Eastern Africa and South Asia [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Jul 31]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/dndi_visceral-leishmaniasis-patient-story-activity-7488130712605315072-tYFu

18. ACT Promoção da Saúde. População se preocupa com doenças crônicas não transmissíveis e mudanças climáticas, aponta nova pesquisa Datafolha/ACT/Umane [Internet]. ACT. 2026 [cited 2026 Jul 29]. Available from: https://actbr.org.br/mudancas-climaticas-datafolha-2026/9519/

19. WFPHA. World Federation of Public Health Associations. Use of AI to advance population oral health [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Jul 31]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/wfpha_oralhealth-ai-artificialintelligence-activity-7488160153687449600-dwxY

20. 30 136 Followers. Oral Health Crucial to Workplace Productivity [Internet]. LinkedIn. [cited 2026 Jul 31]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/ncd-alliance_oralhealth-activity-7486120476184973312-XuuH

21. 30 136 Followers. WHO Guidelines Prevent Dementia Risk Factors [Internet]. LinkedIn. [cited 2026 Aug 1]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/ncd-alliance_dementia-ncds-diabetes-activity-7486729494813249537-jv3I

22. 3 242 Followers. IAPO's quarterly newsletter is now live! In this edition: 🌍 IAPO at the 79th World Health Assembly 🌍 Launch of the Personalised Cancer Care Alliance position paper 2.0 🌍 Updates on our regional… [Internet]. LinkedIn. [cited 2026 Aug 1]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/international-alliance-of-patients-organizations-iapo-_iapos-quarterly-newsletter-is-now-live-activity-7483907579669196800-L_I-

23. World Vision. New Water Project Expands Safe Drinking Water Access for Communities in Siem Reap [Internet]. World Vision. 2026 [cited 2026 Jul 31]. Available from: https://www.wvi.org/newsroom/cambodia/press-release-new-water-project-expands-safe-drinking-water-access-communities

24. G2H2. Geneva Global Health Hub. Womb Policies around the World [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Jul 31]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/geneva-global-health-hub-g2h2_stopthepushback-stopthepushback-activity-7486051593772068865-5jK3

25. IHF. International Hospital Federation. The importance of **advancing gender equity in healthcare leadership** [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Jul 31]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/international-hospital-federation_ihfyel-genderequality-healthcareleadership-activity-7488244551493505024-b4KV

26. IFMSA. International Federation of Medical Students Associations. Where do we stand today? [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Jul 31]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/ifmsa_where-do-we-stand-today-activity-7484260744772038656-kcTI

27. Leman M. Extreme heat, fossil fuels and survival: how we protect people in a heating world [Internet]. Greenpeace International. [cited 2026 Jul 30]. Available from: https://www.greenpeace.org/international/story/85086/extreme-heat-fires-fossil-fuels-how-to-protect-people/

28. Bertucci S. EPHA joins EU Healthy Air Coalition statement calling for a fossil fuel phase-out — EPHA. [cited 2026 Jul 31]; Available from: https://epha.org/epha-joins-eu-healthy-air-coalition-statement-calling-for-a-fossil-fuel-phase-out/

29. IAP. InterAcademy Partnership. Food Security [Internet]. LinkedIn. Jul 24, 20226 [cited 2026 Jul 31]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/interacademypartnership_foodsecurity-nutrition-zerohunger-activity-7486033568524058624-hEGe

30. Leman M. Calling on Dove to protect human health and kick plastic out of its packaging this World Cup [Internet]. Greenpeace International. [cited 2026 Jul 30]. Available from: https://www.greenpeace.org/international/story/84874/calling-on-dove-to-protect-human-health-and-kick-plastic-out-of-its-packaging-this-world-cup/

31. Fossil fuel dependence makes conflict more expensive: the true cost of the war on Iran [Internet]. Greenpeace International. [cited 2026 Jul 30]. Available from: https://www.greenpeace.org/international/story/85134/true-cost-us-israeli-war-iran-fossil-fuels-energy-shock/

32. Wonca. World Organization of Famiy Doctors. What does it mean to be a family doctor? [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Jul 31]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/wonca_familymedicine-primarycare-generalism-activity-7487801376845148161-AhKK

33. 30 136 Followers. Global Health Reform Must Prioritize NCD Prevention and Care [Internet]. LinkedIn. [cited 2026 Aug 1]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/ncd-alliance_actonncds-leadonncds-activity-7485966973676290049-A09H

34. 248 035 Followers. Advocating for Maternal and Child Health Policy [Internet]. LinkedIn. [cited 2026 Jul 30]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/save-the-children-us_systemic-change-for-children-starts-with-activity-7486111521358610432-Tf20

35. IFA. International Federation on Ageing. Global Standards for Long-Term Care [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Jul 31]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/ifageing_healthyageing-longtermcare-activity-7488661054814756865-lxoz

36. IFA. International Federation on Ageing. Call for Case Studies: Share Your Experience Creating Age-Friendly Cities and Communities! [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Jul 31]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/ifageing_agefriendly-healthyageing-agefriendlycommunities-activity-7487930561919909889-c3BV

37. Board of Directors, Committees A. South Sudan: Abuse of Civilians in Western Equatoria [Internet]. Human Rights Watch. 2026 [cited 2026 Jul 31]. Available from: https://www.hrw.org/news/2026/07/29/south-sudan-abuse-of-civilians-in-western-equatoria-0

38. IAP. InterAcademy Partnership. Artificial Intelligence and Open Science [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Jul 31]. Available from:

https://www.linkedin.com/posts/interacademypartnership_artificialintelligence-ai-openscience-activity-7488200598484606976-N71b

39. 211 481 Followers. Lenacapavir Boosts HIV Prevention in Eswatini [Internet]. LinkedIn. [cited 2026 Jul 31]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/the-global-fund_aids2026-activity-7487537634928582656-YYA1

40. Geddes L. The world's first Bundibugyo Ebola vaccine has entered human trials: here's why it matters [Internet]. 2026 [cited 2026 Jul 31]. Available from: https://www.gavi.org/vaccineswork/worlds-first-bundibugyo-ebola-vaccine-has-entered-human-trials-heres-why-it-matters

41. CORE Group. the organization's Ebola response and the role of the **Africa Regional Emergency Response Network** [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Jul 31]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/core-group-dc_ebolaresponse-outbreakpreparedness-globalhealthsecurity-activity-7486099072647503872-F7ye

42. CORE Group. Support response efforts during the ongoing Ebola outbreak in the Democratic Republic of the Congo [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Jul 31]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/core-group-dc_ebola-riskcommunication-communityengagement-activity-7486057539651117056-5FML

43. Smaller COVID-19 vaccine booster doses match full-dose protection for up to two years [Internet]. 2026 [cited 2026 Jul 31]. Available from: https://www.gavi.org/vaccineswork/smaller-covid-19-vaccine-booster-doses-match-full-dose-protection-two-years

44. The Conversation. Conflicts can spread infectious diseases while making outbreaks harder to detect [Internet]. 2026 [cited 2026 Jul 31]. Available from: https://www.gavi.org/vaccineswork/conflicts-can-spread-infectious-diseases-while-making-outbreaks-harder-detect

45. El Niño early action urged as extreme weather looms [Internet]. 2026 [cited 2026 Jul 31]. Available from: https://www.gavi.org/vaccineswork/el-nino-early-action-urged-extreme-weather-looms

46. Thomson M. Extreme heat and pregnancy: protecting mothers and babies [Internet]. Wellcome. 2026 [cited 2026 Jul 30]. Available from: https://wellcome.org/insights/articles/heat-and-maternal-health-protecting-pregnancies-warming-world

47. Mountain B. In Iraq, health workers help pregnant women adapt to extreme heat [Internet]. CARE. 2026 [cited 2026 Jul 31]. Available from: https://www.care.org/news-and-stories/extreme-heat-pregnancy-risks-iraq/

48. Sylvera Launches Open Carbon Data Project to Unlock Investment in the Brazilian Atlantic Forest, Supported by The Rockefeller Foundation and Meta [Internet]. The Rockefeller Foundation. 2026 [cited 2026 Jul 30]. Available from: https://www.rockefellerfoundation.org/news/sylvera-launches-open-carbon-data-project-investment-brazilian-atlantic-forest-rockefeller-foundation-and-meta/

49. Rockefeller Foundation Commits $4 Million to America's Working Lands and Rural Prosperity in Partnership With Alder Point [Internet]. The Rockefeller Foundation. 2026 [cited 2026 Jul 30]. Available from: https://www.rockefellerfoundation.org/news/rockefeller-foundation-commits-4m-americas-working-lands-rural-prosperity-partnership-alder-point/

50. Traditional Navajo Medically Tailored Meals Improved Heart Failure Outcomes [Internet]. The Rockefeller Foundation. 2026 [cited 2026 Jul 30]. Available from: https://www.rockefellerfoundation.org/news/traditional-navajo-medically-tailored-meals-improved-heart-failure-outcomes/

51. Gates Foundation Concludes External Review [Internet]. Gates Foundation; 2026 [cited 2026 Jul 30]. Available from: https://www.gatesfoundation.org/ideas/media-center/press-releases/2026/07/external-review

52. Gavi welcomes United States government commitment to unlock funding for fiscal years 2025 and 2026 [Internet]. 2026 [cited 2026 Jul 31]. Available from: https://www.gavi.org/news/media-room/gavi-welcomes-usg-commitment-unlock-funding-fiscal-years-2025-and-2026

53. [cited 2026 Jul 31]. Available from: https://cugh.nyc3.cdn.digitaloceanspaces.com/resources/CUGH-CTA-Stop-Proposed-Regulations-That-Will-Politicize-and-Severely-Weaken-US-Research-Capabilities.pdf

54. How Natsal is shaping sexual health policy and public health in Britain [Internet]. Wellcome. 2026 [cited 2026 Jul 30]. Available from: https://wellcome.org/insights/articles/natsal-protecting-public-health-understanding-sexual-behaviour

55. Gene therapy: changing the future for people with rare diseases [Internet]. Wellcome. 2026 [cited 2026 Jul 30]. Available from: https://wellcome.org/insights/articles/gene-therapy-changing-future-people-rare-diseases

56. SMART Conference management system [Internet]. [cited 2026 Jul 31]. Available from: https://smartconf.jp/content/pham2027/

Sul Global

Sur Global

Global South

Regina Ungerer, Erica Kastrup e Rychard L. Monteiro

Resumo: A diretora do **UNOSSC** apresentou a futura Aliança Global para a Cooperação Sul-Sul e Triangular à missão da União Africana, visando impulsionar as Agendas 2030 e 2063. Após a aprovação da Resolução A/80/L.90 pela AGNU, o UNOSSC foi designado para atuar como secretaria técnica do processo preparatório e da revisão intergovernamental do BAPA+40. Destaque para o Boletim do mês de julho. O Brasil vem intensificando a **Cooperação Sul-Sul** com foco no fortalecimento da atenção primária e dos sistemas de saúde na CPLP e na América Latina. Em julho, o Rio de Janeiro sediou a 26ª Conferência Internacional sobre Aids, ocasião em que o presidente Lula cumpriu agenda voltada ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e à valorização da ciência nacional. No mesmo período, a Fiocruz outorgou o título de Doutor Honoris Causa ao Diretor-Geral da OMS, Tedros Adhanom, e o Fundo Nacional de Saúde aportou R$ 20 milhões para a cooperação técnica com a OPAS/OMS. Em Brasília, o Ministério da Saúde e a OPAS/OMS atualizaram as diretrizes dos Termos de Cooperação Técnica, para qualificar a gestão em apoio ao SUS e o Diretor Regional Jarbas Barbosa entregou cartas de designação a 13 novos Centros Colaboradores da OMS no país, elevando a rede nacional a 31 unidades. Após o HLPF, o **G-77 e a China** vêm intensificando sua coordenação diplomática para consolidar Declarações Ministeriais e preparar posições negociadoras com vistas à 81ª AGNU em setembro e sua Reunião Ministerial. O Grupo se reuniu com representantes do Banco Mundial para avançar nos compromissos de financiamento necessários para cumprir o Compromisso de Sevilha, defendendo a reforma da arquitetura financeira global e recursos acessíveis para erradicar a pobreza e cumprir os ODS. Em diálogo com candidata à Secretária-geral da ONU, abordaram o comércio internacional, o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento do multilateralismo. A Indonésia reafirmou sua doutrina de política externa independente e ativa (*bebas-aktif*), resgatando o Espírito de Bandung de 1955. A postura busca preservar a soberania, rejeitar blocos militares, evitar a instrumentalização do Sul Global por grandes potências e garantir a estabilidade diplomática e regional via ASEAN. Paralelamente, a Declaração de Colombo reavaliou os 50 anos da 5ª Cúpula do **MNA** (1976), alertando para a erosão do ideal do Oceano Índico como zona de paz. O documento aponta que a neutralidade da região é ameaçada pela militarização e alianças exclusivas (AUKUS e Quad), dependência financeira e dívida soberana, vulnerabilidades políticas internas e hegemonia mediática/cultural ocidental. O **Centro Sul** comemorou 30 anos reafirmando seu papel como equalizador técnico do Sul Global. Suas publicações abordaram a reforma do Direito Internacional de Investimento (DII) e as assimetrias do mecanismo ISDS sobre regulações de saúde pública, o combate à biofraude via regulamentação de sequências digitais (DSI) para a COP17, e a governança multilateral da inteligência artificial no contexto do lançamento da WAICO, reforçando o apoio analítico aos seus Estados-membros.

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul; UNOSSC; G-77 e China; Movimento dos Não-Alinhados; Centro Sul.

Resumen: *La directora de la UNOSSC presentó la futura Alianza Global para la Cooperación Sur-Sur y Triangular ante la misión de la Unión Africana, con el propósito de impulsar las Agendas 2030 y 2063. Tras la aprobación de la Resolución A/80/L.90 por la AGNU, la UNOSSC fue designada para actuar como secretaría técnica del proceso preparatorio y de la revisión intergubernamental del BAPA+40, destacándose la publicación del Boletín correspondiente al mes de julio. En el ámbito de la salud, Brasil ha intensificado la Cooperación Sur-Sur priorizando el fortalecimiento de la atención primaria y los sistemas sanitarios en la CPLP y América Latina. Durante el mes de julio, Río de Janeiro albergó la 26ª Conferencia Internacional sobre el SIDA. El presidente Lula desarrolló una agenda enfocada en el fortalecimiento del Sistema Único de Salud (SUS) y el respaldo a la ciencia nacional. La Fiocruz otorgó el título de Doctor Honoris Causa al director general de la OMS, Tedros Adhanom. El Fondo Nacional de Salud destinó R$ 20 millones para la cooperación técnica con la OPS/OMS. En Brasilia, el Ministerio de Salud y la OPS/OMS actualizaron las directrices de los Términos de Cooperación Técnica para cualificar la gestión en apoyo al SUS, y el director regional Jarbas Barbosa entregó cartas de designación a 13 nuevos Centros Colaboradores de la OMS en el país, elevando la red nacional a 31 unidades. Tras la conclusión del HLPF, el G-77 y China han consolidado su coordinación diplomática con miras a definir las Declaraciones Ministeriales y articular posiciones negociadoras para la 81ª AGNU en septiembre y su posterior Reunión Ministerial. El Grupo sostuvo encuentros con representantes del Banco Mundial para dar seguimiento a los compromisos de financiamiento derivados del Compromiso de Sevilla, reiterando la urgencia de reformar la arquitectura financiera global y asegurar recursos accesibles para la erradicación de la pobreza y el cumplimiento de los ODS. En diálogo sostenido con la candidata a la Secretaría General de la ONU, se abordaron temas prioritarios relativos al comercio internacional, el desarrollo sostenible y el fortalecimiento del multilateralismo. Por lo MNA, Indonesia reafirmó su doctrina de política exterior independiente y activa (bebas-aktif), evocando el Espíritu de Bandung de 1955 para salvaguardar la soberanía, rechazar alineamientos en bloques militares, evitar la instrumentalización del Sur Global por grandes potencias y preservar la estabilidad regional a través de la ASEAN. En forma paralela, la Declaración de Colombo conmemoró los 50 años de la 5ª Cumbre del MNOAL (1976), advirtiendo sobre la erosión del ideal del Océano Índico como zona de paz e identificando como principales amenazas la creciente militarización, las alianzas exclusivas (AUKUS y Quad), la vulnerabilidad por deuda soberana y la hegemonía mediático-cultural occidental. Finalmente, el Centro Sur celebró tres décadas de trayectoria reafirmando su papel como soporte analítico y técnico para el Sur Global. Sus recientes publicaciones abordaron la reforma del Derecho Internacional de Inversiones (DII) y el impacto del mecanismo ISDS sobre las regulaciones de salud pública, la propuesta de regulación de las Secuencias de Información Digital (DSI) para combatir la biofraude en la COP17, y los esquemas de gobernanza multilateral de la inteligencia artificial tras el lanzamiento de la WAICO.*

Palabras clave: *Cooperación Sur-Sur; ONUSC; G-77 y China; Movimiento de Países No Alineados; Centro Sur.*

Abstract: *The UNOSSC Director presented the upcoming Global Alliance for South-South and Triangular Cooperation to the African Union Mission, aiming to boost the 2030 and 2063 Agendas. Following the adoption of Resolution A/80/L.90 by the UNGA, UNOSSC was designated to serve as the technical secretariat for the preparatory process and the intergovernmental*

review of BAPA+40. Highlights include the July Bulletin. Brazil has been stepping up South-South Cooperation with a focus on strengthening primary care and health systems across the CPLP and Latin America. In July, Rio de Janeiro hosted the 26th International AIDS Conference, during which President Lula carried out an official agenda centred on reinforcing the Unified Health System (SUS) and championing national science. Fiocruz awarded the degree of Doctor Honoris Causa to WHO Director-General Tedros Adhanom, while the National Health Fund contributed R$ 20 million toward technical cooperation with PAHO/WHO. In Brasília, the Ministry of Health and PAHO/WHO updated the guidelines for the Technical Cooperation Agreements to enhance management in support of SUS and the Regional Director, Jarbas Barbosa delivered designation letters to 13 new WHO Collaborating Centres in the country, raising the national network to 31 units. Following the HLPF, the G-77 and China have been intensifying their diplomatic coordination to consolidate Ministerial Declarations and finalize negotiating positions ahead of the 81st UNGA in September and its Ministerial Meeting. The Group met with World Bank representatives to advance the financing commitments required to deliver on the Seville Commitment, advocating for the reform of the global financial architecture and accessible resources to eradicate poverty and achieve the SDGs. In a dialogue with a candidate for UN Secretary-General, they addressed international trade, sustainable development, and the strengthening of multilateralism. As for the NAM, Indonesia reaffirmed its independent and active foreign policy doctrine (bebas-aktif), reviving the 1955 Bandung Spirit. This stance seeks to preserve sovereignty, reject military blocs, prevent the instrumentalization of the Global South by major powers, and ensure diplomatic and regional stability via ASEAN. Concurrently, the Colombo Declaration re-evaluated the 50th anniversary of the 5th NAM Summit (1976), warning against the erosion of the Indian Ocean as a zone of peace. The document notes that regional neutrality is threatened by militarization and exclusive alliances (AUKUS and Quad), financial dependency and sovereign debt, domestic political vulnerabilities, and Western media and cultural hegemony. The South Centre celebrated its 30th anniversary, reaffirming its role as a technical equalizer for the Global South. Its publications addressed the reform of International Investment Law (IIL) and the asymmetries of the ISDS mechanism on public health regulations, the fight against biofraud through the regulation of Digital Sequence Information (DSI) for COP17, and the multilateral governance of artificial intelligence in the context of the launch of WAICO, reinforcing its analytical support to its Member States.

Keywords: *South-South Cooperation; UNOSSC; G-77 and China; Non-Aligned Movement; Centro Sul.*

Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

O Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul promove, coordena e apoia a cooperação Sul-Sul e triangular globalmente e dentro do sistema das Nações Unidas, incluindo: 1) Política e Apoio Intergovernamental; 2) Desenvolvimento de capacidades; 3) Cocriação e Gestão do Conhecimento; 4) Gestão do Fundo Fiduciário Sul-Sul. O UNOSSC atua como uma plataforma de compartilhamento de recursos onde parceiros do Sul Global se conectam buscando soluções e explorando oportunidades de financiamento. Também conecta governos, especialistas e grupos de reflexão para garantir que as perspectivas do Sul sejam incluídas nos diálogos políticos.

Destaques

28 de julho de 2026 – BAPA+40: Assembleia Geral da ONU aprova resolução para avaliar avanços da Cooperação Sul-Sul

A AGNU adotou uma resolução (A/80/L.90) que estabelece as modalidades para a revisão intergovernamental da implementação do documento final de Buenos Aires, resultante da Segunda Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul (BAPA+40).

A adoção da resolução sobre as modalidades representa um marco importante para a cooperação Sul-Sul e triangular. Esse processo de revisão dará aos Estados-Membros a oportunidade de examinar os avanços conquistados desde a aprovação do documento final da 2ª Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul (BAPA+40).

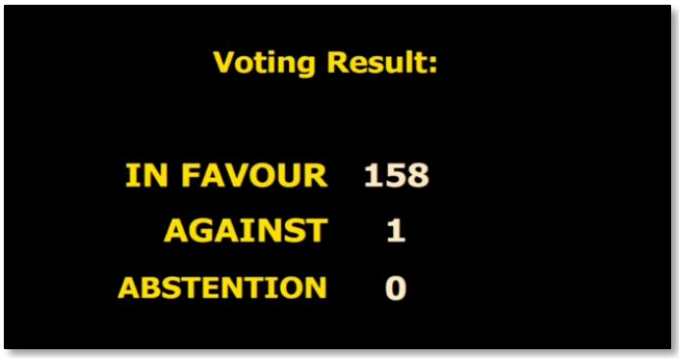
Além disso, permitirá debater os novos desafios do desenvolvimento, definir prioridades para iniciativas futuras e fortalecer o apoio internacional à cooperação Sul-Sul e triangular para impulsionar os ODS e outras metas globais.

A AGNU definiu que a revisão será conduzida no mais alto nível possível e resultará em uma declaração política concisa, objetiva, voltada para o futuro e focada em ações concretas. O documento avaliará o progresso na aplicação dos acordos da BAPA+40 e ajudará a orientar os próximos passos da cooperação Sul-Sul e triangular.

O UNOSSC atuará como a secretaria técnica encarregada de apoiar tanto a revisão intergovernamental quanto todo o processo preparatório.

Esta revisão foi aprovada por 158 membros com o voto contrário dos Estados Unidos.





Bloco / País	Posição	Principais Argumentos
G77 + China *(representado pelo Uruguai)*	**A favor**	Destacou que a revisão de 2028 é uma oportunidade crucial para mensurar os avanços alcançados na cooperação para o desenvolvimento e fortalecer parcerias entre os países em desenvolvimento.
Estados Unidos	**Contra**	Argumentou que resoluções devem "gerar resultados concretos em vez de apenas preencher o calendário" e criticou o evento como um exercício dispendioso e sem justificativa estratégica.

O **G77 + China** destacaram que a cooperação entre países em desenvolvimento nunca foi tão essencial. Em um cenário marcado por escassez de financiamento, crise climática e avanço da exclusão digital, essa parceria fortalece a resiliência global e impulsiona a troca de soluções práticas.

O bloco enfatizou que a revisão permitirá:

- **Avaliar o progresso** alcançado desde a última conferência em 2019;
- **Enfrentar desafios emergentes** no cenário internacional;
- **Reafirmar o papel central da ONU** no apoio à cooperação Sul-Sul, com destaque para a atuação do **UNOSSC** (Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul);
- **Fortalecer a cooperação triangular** para acelerar o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

24 de julho de 2026 – UNOSSC apresentou a futura Aliança Global para a Cooperação Sul-Sul e Triangular à missão da União Africana na ONU



Em preparação para o lançamento oficial em setembro, no **Dia das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul**, o Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC) promoveu um encontro estratégico com a missão da União Africana na ONU.

Na ocasião, a diretora do UNOSSC, Dima Al-Khatib, apresentou o funcionamento e os impactos da nova **Aliança Global para a Cooperação Sul-Sul e Triangular**. A iniciativa surge como uma resposta prática e colaborativa para conectar as necessidades do Sul Global a conhecimentos especializados, soluções comprovadas e parceiros estratégicos de forma voluntária e multissetorial.

Durante a apresentação, Dima Al-Khatib destacou o papel fundamental da cooperação entre países em desenvolvimento para o compartilhamento de recursos e o combate a desafios como a pobreza e as mudanças climáticas. Ela também reforçou a relevância da cooperação triangular — que inclui o apoio de nações desenvolvidas para fortalecer capacidades —,

sublinhando a necessidade de uma parceria sólida com os países africanos para impulsionar a Agenda 2030 da ONU e a Agenda 2063 da União Africana.

BOLETIM UNOSSC de julho de 2026 – Para acessar o Boletim, clique aqui



Assembleia Geral da ONU define os termos da revisão intergovernamental dos resultados da Conferência da ONU sobre Cooperação Sul-Sul (BAPA+40)

Cooperação Sul-Sul e Triangular no Fórum Político de Alto Nível de 2026

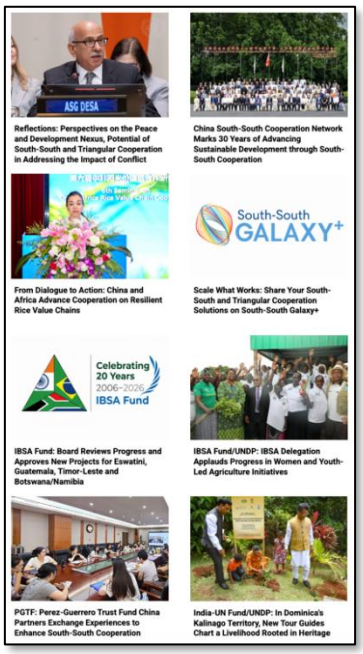
Perspectivas do Sul Global sobre o nexo paz-desenvolvimento

O potencial da cooperação Sul-Sul e triangular para enfrentar os impactos dos conflitos no desenvolvimento

Rede de Cooperação Sul-Sul da China assinala 30 anos de avanço no desenvolvimento sustentável através da cooperação Sul-Sul

Do diálogo à ação: China e África avançam na cooperação para cadeias de valor de arroz resilientes

Tendo como pano de fundo a crescente insegurança alimentar, as pressões climáticas e a necessidade de sistemas agroalimentares mais resilientes, cerca de 200 formuladores de políticas, pesquisadores, profissionais da área de desenvolvimento e representantes do setor privado reuniram-se em Nanjing, na China, para explorar como a cooperação Sul-Sul e triangular pode fortalecer as cadeias de valor do arroz em toda a África.



Amplie o que funciona: compartilhe suas soluções de cooperação Sul-Sul e triangular na South-South Galaxy+

Fundos Fiduciários do UNOSSC

Celebração dos 20 anos do Fundo IBSA: Conselho analisa progresso e aprova novos projetos para Eswatini, Guatemala, Timor-Leste e Botsuana/Namíbia

Delegação do IBSA saúda avanços em iniciativas agrícolas lideradas por mulheres e jovens

PGTF: Fundo Fiduciário Perez-Guerrero – Parceiros da China trocam experiências para fortalecer a cooperação Sul-Sul

Fundo Índia-ONU/PNUD: No Território Kalinago, na Dominica, novos guias turísticos constroem meios de subsistência enraizados na herança cultural.

Fundo Índia-ONU/UNFPA: Ruanda e Gana unem forças para salvar vidas de mães por meio da Cooperação Sul-Sul

Nascer livre: Fundo India ONU e OPAS – O Caribe lidera a ofensiva global contra a transmissão de doenças de mãe para filho

E mais notícias.

Brasil na cooperação Sul-Sul

Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul em Saúde: Foco na Atenção Primária e Doenças Negligenciadas

A Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE), em articulação direta com o Ministério da Saúde e com o apoio de instituições de excelência como a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), intensificou suas ações de diplomacia da saúde no âmbito da Cooperação Sul-Sul.

As iniciativas priorizam o apoio técnico aos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e da América Latina, focados no fortalecimento da atenção primária e do combate às doenças tropicais negligenciadas e sustentabilidade dos sistemas de saúde pública locais.

Destaques

29 de julho de 2026 – Brasil e OPAS/OMS Atualizam Marcos de Cooperação e Expandem Rede de Centros Colaboradores no País



Foto: Rafael Nascimento /MS

Com a presença do Diretor Regional da OPAS/OMS, Jarbas Barbosa, do Ministro da Saúde do Brasil, Alexandre Padilha e outras autoridades, a Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS) e o Ministério da Saúde do Brasil celebraram avanços na cooperação técnica internacional em saúde, como a atualização dos Termos de Cooperação Técnica entre o Ministério da Saúde e a OPAS/OMS e o fortalecimento da Rede Brasileira de Centros Colaboradores da OPAS/OMS, com a entrega de cartas de designação aos 13 novos Centros Colaboradores no Brasil.

As medidas irão fortalecer o planejamento, a coordenação, o monitoramento e a avaliação dos projetos desenvolvidos em parceria, promovendo maior alinhamento institucional e qualificando a gestão da cooperação técnica em apoio ao Sistema Único de Saúde (SUS).

A atualização das diretrizes para a cooperação técnica ocorre após mais de uma década e consolida instrumentos que tornarão a cooperação técnica mais eficiente, integrada e orientada a resultados.

De acordo com o Ministro Alexandre Padilha, quando se assina uma portaria como essa, quando se reafirma novas diretrizes de cooperação internacional e quando se identifica novos centros de colaboração, estamos contribuindo para uma OPAS/OMS cada vez mais forte. O Ministro ressaltou que o fortalecimento desses organismos é fundamental para o enfrentamento coordenado de emergências e desafios de saúde pública, como surtos e o ressurgimento de doenças, a exemplo do sarampo. Veja a notícia.

O diretor da OPAS/OMS, Jarbas Barbosa, destacou que a atualização dos instrumentos que orientam a cooperação técnica internacional em saúde fortalece o modelo de cooperação

desenvolvido no Brasil. Segundo ele, essa experiência vai servir para aperfeiçoar os processos que já existem em outros países.

Fortalecimento da Rede Brasileira de Centros Colaboradores da OMS



Imagem: OMS/Karina Zambrana

Outro destaque do evento foi a entrega das cartas de designação a 13 novos Centros Colaboradores da OPAS/OMS no Brasil. Com essas designações, o país passa a contar com 31 Centros Colaboradores, consolidando a segunda maior Rede da Região das Américas, além de outros processos de designação em andamento.

O representante da OPAS/OMS no Brasil, Cristian Morales, ressaltou que o fortalecimento da Rede Brasileira de Centros Colaboradores amplia sua contribuição às prioridades nacionais e regionais de saúde. Segundo ele, a iniciativa valoriza a capacidade técnico-científica das instituições brasileiras e amplia seu potencial de contribuição para a cooperação técnica regional e global. “É um reconhecimento merecido e uma expertise do Brasil que pode inspirar a Região das Américas e o mundo.”

Antes da cerimônia de entrega das cartas de designação, a OPAS reuniu, durante a manhã, representantes da Rede Brasileira de Centros Colaboradores para discutir estratégias de trabalho conjunto voltadas aos principais desafios de saúde do Brasil e da Região das Américas. A consolidação desse mecanismo permanente de articulação fortalecerá o intercâmbio de conhecimentos, a cooperação entre instituições e a contribuição da Rede para o SUS e para as prioridades estratégicas da OPAS.

28 de julho de 2026 – Fortalecimento do SUS e da Ciência Nacional: Agenda Presidencial no Rio de Janeiro e Niterói



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva cumpriu agenda oficial no Estado do Rio de Janeiro, com foco no fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e na valorização da ciência nacional. As atividades concentraram-se na capital fluminense e no município de Niterói, reunindo autoridades nacionais e lideranças sanitárias internacionais.

No Rio de Janeiro, o Presidente visitou o Hospital Federal do Andaraí, ao lado do ministro da Saúde, Alexandre Padilha, do diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom, do Diretor Regional da OPAS/OMS, Jarbas Barbosa e de outros ministros da Saúde estrangeiros com o objetivo de inspecionar iniciativas de ampliação da atenção primária e de urgência, como a Carreta da Saúde da Mulher, a Unidade Odontológica Móvel e veículos do SAMU. Em seguida, as autoridades visitaram as instalações do novo Centro de Radioterapia do hospital, estrutura estratégica para o fortalecimento do tratamento oncológico de alta complexidade na rede pública.



Em entrevista exclusiva ao Jornal O GLOBO, o diretor-geral da OMS Dr. Tedros Adhanom fala sobre acordo de pandemias, reformas feitas na entidade, crise do Ebola e porque seguirá colaborando com os EUA mesmo após a saída da entidade.

De acordo com o Diretor **O SUS é único, outros países podem aprender com o Brasil', diz Tedros Adhanom, da OMS, em entrevista exclusiva**

Na foto ao lado, o Dr. Tedros Adhanom exibindo sua carteirinha do SUS. Acesse a entrevista.

Em seguida, o presidente dirigiu-se à Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói, para a abertura da 78ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Ao lado da ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, pesquisadores, docentes e estudantes, a comitiva participou do ato solene, reafirmando o compromisso com o desenvolvimento científico e tecnológico do país."



27 de julho de 2026 – Diretor-geral da OMS recebe título de Doutor Honoris Causa da Fiocruz no Rio de Janeiro

O presidente da Fiocruz, Mario Moreira, entrega o título de doutor honoris ao diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom.



Foto: Pedro Paulo Gonçalves (Fiocruz)

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) concedeu, na segunda-feira, dia 27 de julho de 2026, o título de **Doutor Honoris Causa** ao diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), **Tedros Adhanom Ghebreyesus**.

À frente da OMS desde 2017, Tedros Adhanom desempenhou um papel central na liderança global durante a pandemia de Covid-19.

A honraria foi entregue no auditório de Bio-Manguinhos, no Rio de Janeiro, durante o evento ***"Saúde Global em um Mundo em Transformação"***, que debateu a diplomacia e a governança na saúde pública global.

A trajetória e a biografia do Diretor Geral foram apresentadas por **Carlos Morel**, pesquisador emérito da fundação e coordenador-geral do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CDTS/Fiocruz).

Durante a solenidade, o presidente da Fiocruz, **Mario Moreira**, destacou a importância da diplomacia científica e o alinhamento estratégico das pesquisas brasileiras com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e da OMS. O encontro contou ainda com a presença da ex-ministra da Saúde, Nísia Trindade.

Em seu discurso de agradecimento, Tedros Adhanom reforçou que a **saúde é um direito humano fundamental**, e não um privilégio. Ele apelou por maior cooperação internacional e enfatizou que as profundas desigualdades no acesso a vacinas e tratamentos vistas durante a pandemia de Covid-19 não podem se repetir em futuras crises sanitárias.

Tedros Adhanom também elogiou o papel histórico da Fiocruz na pesquisa científica e na produção de vacinas, destacando a instituição como referência global em saúde pública.

Avanços no combate ao HIV no Brasil

Logo a seguir, o diretor da OMS participou da conferência internacional sobre IST/Aids ao lado do ministro da Saúde, Alexandre Padilha e do Diretor Regional da OPAS/OMS, Jarbas Barbosa.

26ª Conferência Internacional sobre Aids (Aids 2026)



Pela primeira vez realizada na América do Sul, a maior conferência sobre Aids do mundo foi realizada de 26 a 31 de julho de 2026, no Centro de Convenções Riocentro, no Rio de Janeiro, em formato híbrido e foi organizada pela Sociedade Internacional de Aids (IAS),.

A conferência reuniu cientistas, pesquisadores e representantes da sociedade civil em uma programação composta por palestras, workshops, exibições de trabalhos e espaços para intercâmbio científico.

Com o tema *"Repensar, Reconstruir e Ascender"*, a edição foi presidida por Beatriz Grinsztejn, pesquisadora e chefe do Laboratório de Pesquisa Clínica em HIV/Aids e IST do Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz).

O evento reuniu lideranças da saúde global, como o diretor-geral da OMS, **Tedros Adhanom Ghebreyesus**, o diretor-geral da Opas, **Jarbas Barbosa**, e o ministro da Saúde do Brasil, **Alexandre Padilha**.

Além das sessões científicas, a agenda abrangeu encontros de cooperação internacional e reuniões de alto nível voltadas ao enfrentamento do HIV, das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), da tuberculose e das hepatites virais.

Os principais destaques foram:

- **Lançamento do Relatório Global do Unaids:** Apresentação de dados atualizados sobre o progresso das metas globais e o impacto do financiamento na resposta à Aids.

- **Cooperação Multilateral:** Retomada das parcerias no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e celebração dos 20 anos da Unitaid.
- **Dia Mundial das Hepatites Virais:** Evento de alto nível dedicado às estratégias globais de controle da doença.

Destaques do Ministério da Saúde e da Fiocruz

Durante o evento, o Ministério da Saúde apresentou os avanços do Brasil no setor, com ênfase na eliminação da transmissão vertical do HIV (da mãe para o bebê) e na redução de 13% na mortalidade por Aids no país.

A Fiocruz participou das discussões científicas sobre prevenção, cuidado e busca pela cura. E esteve presente também no *Global Village* — espaço de acesso público da conferência que ofereceu workshops e apresentações culturais.

23 de julho de 2026 – Termo de Cooperação com a OPAS/OMS

O Fundo Nacional de Saúde (FNS) efetuou a inserção orçamentária de **R$ 20 milhões** no âmbito do 1º Termo de Ajuste ao 172º Termo de Cooperação Técnica com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS), garantindo a continuidade de ações conjuntas de fortalecimento do SUS.

Grupo do G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)[1], Nairóbi (UNEP)[2], Paris (UNESCO)[3], Roma (FAO/IFAD)[4], Viena (UNIDO)[5] e Washington (G-24)[6].

Em 2026, o Uruguai assumiu a presidência pró-tempore, sucedendo o Iraque, que ocupou o cargo em 2025. Essa rotação segue o princípio geográfico do grupo, já que 2026 marca a vez do Grupo Latino-Americano e Caribenho (GRULAC) liderar a coalizão.

Destaques do G-77

Após a conclusão do **High-Level Political Forum (HLPF)** o **G-77 e a China** redirecionam sua atuação para a coordenação diplomática intensiva do Sul Global e se preparam para a **81ª Assembleia Geral da ONU (UNGA 81)**

Este é o momento em que o G-77 consolida as **Declarações Ministeriais** e as posições negociadoras em bloco para as reuniões de alto nível de setembro em Nova York, como a

[1] UNCTAD — Comércio de Desenvolvimento da ONU
[2] UNEP — Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
[3] UNESCO — Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
[4] FAO — Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD — Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
[5] UNIDO — Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
[6] G-24 — Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

Reunião Ministerial do G-77 + China a ser realizada às margens da abertura da Assembleia Geral, aprova a Declaração Ministerial anual, definindo as prioridades políticas para o ciclo subsequente.



24 de julho de 2026 – A Presidência do G-77 & China esteve reunida com a Sra. Rebecca Grynspan, candidata ao cargo de Secretária-Geral das Nações Unidas.

O encontro ofereceu um espaço estratégico para o fortalecimento do diálogo com o Grupo, permitindo aprofundar a compreensão sobre as prioridades e desafios dos países em desenvolvimento. Durante a reunião, foram debatidos temas centrais da agenda multilateral, com destaque para a promoção do desenvolvimento sustentável, o fortalecimento do comércio internacional e os desdobramentos do processo de reforma institucional "ONU80".

20 de julho de 2026 – O G-77 & China mantiveram um encontro de alto nível com representantes do Grupo Banco Mundial, com o objetivo de alinhar estratégias e acompanhar os desdobramentos do **Compromisso de Sevilha**.



Durante o encontro, as partes debateram os próximos passos na agenda global de financiamento para o desenvolvimento, reafirmando a urgência de mobilizar recursos previsíveis e acessíveis para os países do Sul Global.

O diálogo deu destaque à necessidade de reformar a arquitetura financeira internacional, fortalecer a cooperação multilateral e criar mecanismos inovadores de financiamento, garantindo que os compromissos assumidos se traduzam em apoio concreto ao crescimento econômico e à erradicação da pobreza nas nações em desenvolvimento.

Discutiu-se também a importância de fortalecer a cooperação entre as instituições financeiras internacionais e a Organização das Nações Unidas, visando consolidar soluções concretas que acelerem a implementação da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Movimento dos Países Não Alinhados (MNA)

O MNA é a maior coligação de países depois das Nações Unidas, criada em 1961, hoje, o movimento é composto por 121 Estados Membros de todas as partes do mundo. 17 Estados e 10 organizações internacionais têm status de observador.

O Gabinete de Coordenação é sediado na ONU, sendo o principal instrumento para dirigir o trabalho das forças-tarefa, comitês e grupos de trabalho do MNA. O trabalho diário do MNA é realizado por Grupos de Trabalho, em nome do Gabinete de Coordenação.

De 2024 a 2027, a presidência do MNA está a cargo da República de Uganda. O presidente de Uganda, Yoweri Museveni é o presidente do Movimento dos Não-Alinhados. A Delegação de Uganda junto às Nações Unidas é o representante do Presidente na ONU.

Destaque

A atuação do Movimento dos Países Não-Alinhados (MNA) manteve-se firme no propósito de reafirmar a autonomia doutrinária e a soberania política do Sul Global nos principais fóruns multilaterais.

Com foco central no encerramento do HLPF 2026, o MNA consolidou uma posição articulada em defesa da reforma da arquitetura financeira internacional, denunciando os custos desproporcionais do endividamento público e exigindo a ampliação do financiamento concessional para viabilizar o cumprimento da Agenda 2030.

No âmbito da saúde global e da proteção social, o movimento foi firme contra as Medidas Coercitivas Unilaterais (MCUs), demonstrando como sanções econômicas fora do escopo do Conselho de Segurança da ONU estrangulam os sistemas de saúde pública e violam o direito ao desenvolvimento. Sustentaram que o efeito de sobre cumprimento financeiro (*over-compliance*) inviabiliza isenções humanitárias teóricas ao bloquear o acesso a medicamentos essenciais, insumos farmacêuticos e equipamentos hospitalares. Rejeitaram a instrumentalização política do comércio e os cerceamentos regulatórios, e defenderam a criação de mecanismos multilaterais protegidos para a transferência de tecnologias de saúde e a garantia do abastecimento sanitário.

Destaques regionais

31 de julho de 2026 – O presidente reafirma a política externa de não-alinhamento da Indonésia.



A reafirmação pública da doutrina de política externa independente e ativa (*bebas-aktif*) pela liderança indonésia recoloca em evidência a continuidade dos princípios fundacionais do não-alinhamento. Trata-se de uma herança que remonta à fundação do Estado indonésio moderno e ao próprio Espírito de Bandung, berço conceitual do Movimento em 1955.

Em um contexto internacional marcado pelo acirramento de rivalidades geopolíticas e por crescente polarização sistêmica, a recusa explícita da Indonésia em aderir a blocos militares ou pactos de segurança exclusivos reafirma a busca histórica por autodeterminação estratégica. Essa postura visa preservar a autonomia decisória e impedir que disputas entre grandes potências instrumentalizem a política e a segurança do Sul Global para fins alheios a seus próprios interesses de desenvolvimento.

No plano regional, a posição da Indonésia como maior nação da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) confere-lhe responsabilidade estrutural pela coesão do bloco. A gestão de controvérsias fronteiriças — muitas delas heranças diretas de demarcações arbitrárias do período colonial — exige um compromisso estrito com a via diplomática e com uma orientação de boa vizinhança. O objetivo é evitar que divergências territoriais locais sejam capturadas como pretexto para a interferência ou a militarização por potências extrarregionais.

A doutrina indonésia ilustra, de forma paradigmática, a tese de que a neutralidade ativa diante dos blocos globais não equivale à passividade estratégica, mas constitui um instrumento de proteção da estabilidade regional e de inserção internacional soberana. Ao cultivar vínculos

construtivos e diversificados com múltiplos centros de poder econômico e político, a Indonésia preserva uma margem de manobra diplomática que reforça a cooperação multilateral, a paz e o desenvolvimento nacional.

29 de julho de 2026 – A Declaração de Colombo pela Soberania e Solidariedade dos Povos.



Em agosto de 1976, a cidade de Colombo, capital do Sri Lanka, sediou a 5.ª Cúpula do Movimento dos Países Não-Alinhados (MNA) — evento que, cinquenta anos depois, serve de marco histórico para uma reavaliação crítica da soberania asiática contemporânea.

A análise das dinâmicas geopolíticas atuais no continente revela uma erosão progressiva e mensurável do ideal fundacional de preservar o Oceano Índico e o Sudeste Asiático como zonas de paz.

A neutralidade histórica do MNA na região é hoje sistematicamente testada por três vetores de pressão simultâneos: disputas entre grandes potências, dependência financeira estrutural e a crescente militarização de corredores marítimos estratégicos.



A proliferação de bases militares estrangeiras e a consolidação de arquiteturas de segurança fechadas, como o AUKUS[7] e o Quad[8], converteram esses corredores em arenas de contenção e dissuasão.

Esse cenário reduz significativamente a capacidade real de países insulares e litorâneos de imporem sua neutralidade diplomática quando conflitos extrarregionais transbordam para suas águas territoriais e Zonas Econômicas Exclusivas.

Paralelamente, diversas nações do Sul e do Sudeste Asiático enfrentam crises severas no balanço de pagamentos e permanecem presas ao endividamento soberano. Essa dependência de empréstimos do FMI e de outros credores frequentemente impõe reformas que enfraquecem redes de proteção social e forçam a privatização de ativos estratégicos, incluindo sistemas públicos de saúde. Soma-se a isso a hegemonia do dólar como moeda de reserva global que, aliada a sanções unilaterais, coerção tarifária e bloqueios tecnológicos, restringe a liberdade de planejamento econômico soberano e inibe parcerias comerciais sem risco de retaliação.

---

[7] O AUKUS é uma aliança militar e de segurança profunda formada por Austrália, Reino Unido e Estados Unidos que visa capacitar os australianos a operar submarinos de propulsão nuclear e desenvolver tecnologias de ponta, sendo percebido como uma estrutura para conter a influência chinesa e projetar poder militar no Oceano Índico e no Mar da China Meridional.

[8] O Quad é um fórum diplomático e estratégico multilateral formado por Estados Unidos, Japão, Austrália e Índia que foca na segurança marítima e na liberdade de navegação no Indo-Pacífico, destacando-se pela participação da Índia — membro histórico do MNA —, o que suscita debates sobre os limites de sua neutralidade diante da rivalidade entre norte-americanos e chineses.

Essa vulnerabilidade econômica combina-se com a instabilidade política interna — como inflação, desemprego e levantes populares —, criando janelas de oportunidade para a instrumentalização externa por meio de operações de mudança de regime, apoio a intermediários políticos ou ingerência eleitoral.

Para consolidar a autodeterminação política, contudo, é indispensável que as transformações sociais e as transições de poder decorram exclusivamente de mobilizações populares e processos democratizantes genuinamente locais, livres de tutela estrangeira.

A esses vetores junta-se a assimetria do sistema global de informação. A dependência estrutural em relação a redes de mídia ocidentais faz com que as crises e aspirações do Sul Global sejam interpretadas sob lentes editoriais alheias às realidades locais, impondo modelos de desenvolvimento descontextualizados de suas condições materiais.

Superar essa dominação simbólica exige o fortalecimento de canais de comunicação independentes no Sul Global, a preservação ativa da memória histórica das lutas anticoloniais e a formulação de teorias sociais, políticas e científicas voltadas aos interesses concretos das populações asiáticas — e não pautadas por categorias analíticas importadas.

Movimento Jovem dos Não Alinhados (NAMYO)

A Organização Jovem do Movimento dos Não-Alinhados (NAMYO) foi inaugurada oficialmente em outubro de 2021 em Baku no Azerbaijão e, desde então, vem atuando como uma plataforma ampla, criando oportunidades para que os jovens possam se manifestar, apresentar suas ideias e perspectivas em temas relacionados com a conjuntura política global capacitando os mais jovens para se tornarem líderes do futuro. **Nenhum destaque no período.**

Centro Sul

O Centro Sul é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra, na Suíça, criada em 1995, que funciona como um *think tank* de reflexão e ação política em prol do Sul global.

O Centro Sul realiza pesquisas voltadas para políticas públicas sobre questões-chave de desenvolvimento e apoia os países em desenvolvimento a participarem efetivamente de processos de negociação internacional relevantes para a consecução dos ODS.

O Centro Sul também oferece assistência técnica e capacitação em diversas áreas dentro do seu programa de trabalho. O Centro promove a unidade do Sul, reconhecendo a diversidade de interesses e prioridades nacionais.

O Centro Sul sucedeu a Comissão do Sul, cujo principal objetivo era fortalecer a cooperação Sul-Sul nos assuntos internacionais. Em 2025, celebrou seu 30º aniversário

Destaques

31 de julho de 2026 – 31 anos do Centro Sul.

A trajetória do Centro Sul, ao completar três décadas de existência, ilustra um movimento histórico mais amplo, quer seja, a transição de redes intelectuais dispersas do Sul Global *think tanks* nacionais, universidades e coalizões diplomáticas *ad hoc*, para um organismo intergovernamental permanente, dotado de capacidade técnica autônoma e mandato político estável.



Sem estruturas analíticas próprias, os países em desenvolvimento permaneceriam reféns de diagnósticos e metodologias formulados nos centros de poder do Norte Global, mesmo quando tais formulações não correspondam às prioridades soberanas de desenvolvimento e equidade econômica do Sul.

O valor estratégico dessa autonomia técnica torna-se particularmente evidente em arenas multilaterais de alta complexidade regulatória: comércio internacional, propriedade intelectual, arquitetura financeira, saúde pública global e a agenda dos ODS. Nessas negociações, a assimetria não se limita ao poder de barganha político; ela começa antes, na capacidade desigual de produzir e mobilizar informação técnica qualificada.

Delegações de países em desenvolvimento frequentemente comparecem a mesas de negociação com equipes reduzidas e sem suporte analítico independente, enquanto blocos do Norte contam com aparatos técnicos robustos, financiados por décadas de investimento institucional.

As análises estratégicas, capacitação técnica e assessoria jurídica do Centro Sul funcionam, nesse contexto, como equalizador diplomático, não substituindo a decisão política soberana de cada Estado-membro, mas ampliando sua capacidade real de defendê-la com rigor técnico equivalente ao de seus interlocutores.

A existência de mecanismos como o Centro Sul ao longo de três décadas sinaliza também que reformas estruturais na governança internacional não se conquistam por meio de intervenções pontuais ou declarações isoladas, mas exigem infraestrutura institucional de longo prazo, capaz de acompanhar ciclos de negociação que se estendem por anos ou décadas, como demonstram, no próprio ano de 2026, as negociações do Anexo PABS do Acordo de Pandemias da OMS e o processo de reforma da governança da inteligência artificial na ONU.

24 de julho de 2026 – A China intensifica a cooperação internacional em inteligência artificial com a criação da Organização Mundial de Cooperação em IA.

Por Viviana Munoz Tellez



A consolidação da inteligência artificial como tecnologia de propósito geral expôs um desequilíbrio distributivo global de proporções estruturais, uma vez que a infraestrutura computacional, as bases de dados massivas, o talento especializado e o capital de investimento permanecem concentrados em um reduzido número de países desenvolvidos.

Para o Sul Global, o risco transcende a simples exclusão tecnológica: trata-se do aprofundamento de uma dependência que se replica em cada nova camada da economia digital, à semelhança do que ocorreu, historicamente, com a concentração produtiva na indústria farmacêutica. O desafio, portanto, não é meramente obter acesso à tecnologia, mas converter esse acesso em soberania digital efetiva.

Nesse cenário, desenha-se uma postura alinhada entre o G-77, a China e o BRICS: a governança da inteligência artificial não pode continuar sob o domínio exclusivo das potências de tecnologia. Exige-se uma arquitetura multilateral inclusiva, ancorada na centralidade da ONU e alinhada ao Pacto Digital Global de 2024.

Essa visão contrasta com a trajetória dos Estados Unidos, que tem priorizado a proteção de sua vantagem competitiva doméstica em detrimento de acordos multilaterais vinculantes — a exemplo do ocorrido na Cúpula de Impacto da IA na Índia, em fevereiro de 2026, cuja declaração assinada pelos norte-americanos tem alcance limitado pelo seu caráter voluntário.

Como resposta institucional a essa assimetria, a China assumiu o protagonismo na mobilização de recursos para o Sul Global. Após liderar resoluções na ONU sobre capacitação técnica, o país viabilizou, em julho de 2026, a formalização da Organização Mundial de Cooperação em Inteligência Artificial (WAICO), em Xangai, composta por 29 países fundadores. A nova agência multilateral, que recebeu o respaldo do Secretário-Geral da ONU, propõe-se a atuar como provedora de bens públicos internacionais, alinhando governança, estratégias de desenvolvimento e padronização técnica.

Entre os compromissos assumidos pela WAICO, destacam-se a oferta de 5.000 vagas para formação técnica, a criação de centros regionais de cooperação em articulação com blocos como ASEAN, União Africana, BRICS, CELAC e Liga Árabe, e a expansão do sistema de alerta meteorológico MAZU[9] para 30 países — iniciativa de alta relevância para a saúde pública, dada a importância da modelagem preditiva no enfrentamento de emergências sanitárias e eventos climáticos extremos.

Contudo, a busca por equidade real dependerá do avanço simultâneo desses mecanismos de governança com compromissos práticos de transferência de tecnologia, ampliação do financiamento, democratização de ecossistemas de código aberto e fortalecimento das capacidades locais de inovação. Sem esses pilares, a nova arquitetura multilateral corre o risco de reproduzir, sob nova roupagem institucional, as mesmas assimetrias que pretende corrigir.

22 de julho de 2026 – Combatendo a biofraude: a decisão 16/2 priva as partes da Convenção das Nações Unidas sobre a Discriminação contra a Biodiversidade (CDB) do direito de receber rendimentos justificáveis por recursos genéticos.

Por Joseph Henry Vogel e Pallavi Mishra

A Conferência das Partes (COP) da Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica trabalha atualmente no desenvolvimento de um mecanismo multilateral de repartição de benefícios para as Informações de Sequência Digital (DSI). Trata-se do registro digital de sequências genéticas extraídas da biodiversidade, tecnologia que hoje permite sintetizar e comercializar compostos derivados sem a necessidade de acesso físico ao material genético original.

[9] O **MAZU** (referência à deusa chinesa protetora dos mares e navegantes, *Mazu*) é um sistema chinês de alerta meteorológico e monitoramento climático baseado em inteligência artificial e dados de satélite. Ele foi desenvolvido para prever eventos climáticos extremos — como tufões, tempestades severas, inundações e secas, com alta precisão e antecedência.



Contudo, os benefícios previstos por esse mecanismo ainda são insignificantes frente à dimensão da exploração comercial envolvida. Isso decorre de uma distinção jurídica equivocada e, na prática, ilusória entre os recursos genéticos e suas respectivas sequências digitais: ao tratar as duas categorias como juridicamente distintas, permite-se que a bioprospecção contorne no ambiente digital as mesmas obrigações de repartição que seriam exigidas no acesso físico ao recurso.

Diante disso, a proposta técnica elaborada pelos autores para a COP17 — agendada para outubro de 2026 — defende que o Sul Global, articulado em coalizões de interesses convergentes, exija uma equivalência jurídica rigorosa. A ideia é que um benefício justo e equitativo seja equiparado à renda econômica inerente à propriedade intelectual — especificamente, ao diferencial de lucro que a indústria obtém com a exploração comercial de um ativo protegido antes da expiração de sua patente. Para operacionalizar um Mecanismo Global Multilateral de Compartilhamento de Benefícios que seja realmente eficaz, propõe-se a obrigatoriedade de declarar o uso de recursos genéticos desmaterializados nos pedidos de patente, com o rastreamento contínuo das comercializações bem-sucedidas.

Essa arquitetura jurídica para o compartilhamento de sequências genéticas é diretamente análoga às discussões que cercam o Anexo PABS no Acordo de Pandemias da OMS. Nesses debates, o mesmo dilema conceitual se repete: a diferenciação entre o envio físico de patógenos e o compartilhamento de sua sequência genética digital tem sido usada historicamente para esvaziar as obrigações de repartição de benefícios devidas aos países provedores — em geral, nações do Sul Global ricas em biodiversidade e vigilância epidemiológica, mas tecnologicamente dependentes nas etapas de valorização comercial.

20 de julho de 2026 – 30 anos avançando rumo a um regime de investimento internacional justo e responsável. Por Daniel Uribe



Este documento de balanço institucional do Centro Sul analisa as três décadas de atuação da organização na reforma do Direito Internacional de Investimento (DII).

O estudo documenta a transição de um regime historicamente isolado e desenhado quase exclusivamente para proteger investidores estrangeiros; para uma arquitetura normativa progressivamente integrada aos direitos humanos, à proteção ambiental e ao desenvolvimento sustentável.

O documento examina como o mecanismo de Solução de Controvérsias entre Investidor e Estado (ISDS) gerou, ao longo dos anos, o chamado efeito de "resfriamento regulatório" (*regulatory chilling effect*).

Esse fenômeno inibe a capacidade soberana dos Estados de legislar em favor do interesse público e atinge de forma desproporcional os países em desenvolvimento, cujos orçamentos são mais vulneráveis ao risco de arbitragens internacionais bilionárias.

Esse travamento regulatório traz implicações diretas para a saúde pública. Políticas sanitárias essenciais — como o controle de preços de medicamentos, a rotulagem neutra do tabaco, a licença compulsória de patentes farmacêuticas e a restrição a agrotóxicos — estão entre as medidas estatais mais contestadas por investidores via ISDS[10], criando um desincentivo jurídico e político à adoção de marcos regulatórios soberanos.

Diante dessa assimetria, o Centro Sul tem atuado na prestação de assistência técnica direta aos seus Estados-membros. Essa assessoria abrange desde o alinhamento de tratados de investimento com estratégias nacionais de desenvolvimento até a renegociação de acordos bilaterais desatualizados, visando reequilibrar as obrigações do capital estrangeiro com a soberania regulatória dos países.

[10] ISDS é a sigla em inglês para *Investor-State Dispute Settlement* (em português, Solução de Controvérsias entre Investidor e Estado).

G20, G7 e OCDE

G20, el G7 y la OCDE

G20, G7, and OECD

Pedro Burger, Vitória Kavanami, João Miguel Estephanio, Thaiany Medeiros Cury e Nina Bouqvar

A Agenda Futura do Reino Unido e as Articulações Diplomáticas da África do Sul no G20

La agenda futura del Reino Unido y las iniciativas diplomáticas de Sudáfrica en el G-20

The UK's Future Agenda and South Africa's Diplomatic Efforts at the G20

Resumo: O presente informe dedica-se à análise de dois temas centrais que marcaram a quinzena no G20. O primeiro eixo examina os recentes desdobramentos da política do Reino Unido e seus impactos diretos no planejamento e na definição das prioridades da próxima gestão do bloco. Em seguida, o segundo eixo aborda a estratégia diplomática da África do Sul para contornar o boicote imposto pelos Estados Unidos, destacando a articulação com a Alemanha para assegurar a sustentação e a projeção do país no fórum.

Palavras-chave: G20; EUA.

***Resumen**: El informe se centra en el análisis de dos temas centrales que han marcado la quincena del G-20. El primer eje examina los acontecimientos recientes en la política del Reino Unido y sus repercusiones directas en la planificación y la definición de las prioridades de la próxima gestión del bloque. A continuación, el segundo eje aborda la estrategia diplomática de Sudáfrica para sortear el boicot impuesto por Estados Unidos, destacando la colaboración con Alemania para garantizar el apoyo y la proyección del país en el foro.*

***Palabras clave:** G20; USA.*

***Abstract:** The report analyzes two central themes that shaped the G20's fortnight. The first section examines recent developments in U.K. policy and their direct impacts on the planning and prioritization of the bloc's next administration. Next, the second section addresses South Africa's diplomatic strategy to circumvent the boycott imposed by the United States, highlighting its coordination with Germany to ensure the country's support and influence within the forum.*

***Keywords:** G20; USA.*

A nomeação de Ed Miliband como secretário de Relações Exteriores do Reino Unido trouxe desdobramentos diretos para o horizonte do G20, oferecendo indicações mais claras sobre como o governo britânico pretende organizar e conduzir as prioridades de sua futura

presidência. Ao assumir o posto, Miliband estruturou uma agenda externa focada no redesenho das relações com a União Europeia, no enfrentamento da crise climática e no resgate do protagonismo do país no âmbito multilateral.

Nesse contexto, a atuação no bloco configura-se como um dos eixos mais estratégicos e ambiciosos da gestão de Miliband, impulsionada pela meta de revitalizar a influência global do grupo. Essa disposição apoia-se no diagnóstico da diplomacia britânica de que o G20 teria perdido espaço progressivamente desde a crise financeira de 2008, período em que o governo do Reino Unido, então liderado por Gordon Brown, desempenhou um papel central na coordenação econômica internacional. Para embasar esse esforço de recuperação institucional, Miliband busca recrutar quadros de destaque daquela mesma época, prevendo a manutenção do próprio Gordon Brown na função de enviado especial para finanças globais e cooperação, bem como a incorporação de Lord Wood, antigo assessor de política externa do governo Brown.

Como etapa preparatória direta para essa agenda, o governo britânico planeja utilizar a Cúpula sobre Finanças Ilícitas, prevista para dezembro, e sua futura presidência do fórum como plataformas para capitanear o debate em favor da transparência de ativos no exterior e da tributação sobre grandes fortunas. Essa pauta recupera a proposta de um imposto global sobre os mais ricos, formulada durante a presidência brasileira do G20 em 2024 com base no estudo do economista Gabriel Zucman. O levantamento lançou luz sobre uma profunda distorção fiscal ao demonstrar que bilionários recolhem uma taxa média de imposto de apenas 0,3% sobre suas fortunas, uma alíquota proporcionalmente inferior à cobrada de trabalhadores comuns. Essa assimetria favoreceu um processo acelerado de concentração patrimonial entre 1987 e 2024, período em que a riqueza média do estrato dos super-ricos expandiu-se à taxa de 7,1% ao ano, fazendo com que a parcela da riqueza mundial controlada por bilionários saltasse de 3% para 14%. Todavia, a projeção desse posicionamento externo expõe uma marcante contradição com a realidade das jurisdições britânicas, visto que o histórico de sigilo mantido nos territórios ultramarinos sob controle de Londres constitui um obstáculo central à credibilidade internacional do Reino Unido, enfraquecendo sua autoridade moral para liderar o combate global à corrupção.

Simultaneamente, o governo britânico lida com severos cortes no seu orçamento de ajuda humanitária, que deve ser reduzido para 0,3% do PIB a fim de custear medidas de impacto doméstico, como o teto das tarifas de ônibus implementado pela gestão de Andrew Burnham, atual primeiro-ministro do país. Diante desse constrangimento financeiro, a ministra de desenvolvimento internacional e antiga diretora da organização Save the Children, Kirsty McNeill, pretende utilizar o espaço do G20 de forma criativa para construir alianças internacionais orientadas ao combate a dívidas injustas e ao estancamento de fluxos financeiros ilegais. Esse esforço de articulação, no entanto, deve transcorrer em um ambiente marcado por intensas fricções geopolíticas, no qual a coesão do G20 se encontra ameaçada por profundas divisões em torno da guerra na Ucrânia e pelo esvaziamento da presença física dos líderes globais. Além disso, a conjuntura internacional exigirá uma rigorosa coordenação econômica e política no próximo ciclo para responder aos desdobramentos financeiros decorrentes da guerra no Irã.

Essas diretrizes para o G20 também se inserem em um quadro mais amplo de desafios na política externa britânica. No tocante à União Europeia, Miliband e os membros de seu gabinete trabalham na concepção de uma parceria de longo prazo, projetada para os próximos dez a quinze anos. Embora esse desenho permaneça condicionado às exigências do Partido

Trabalhista, que vedam o reingresso do país ao mercado comum europeu, o governo busca uma aproximação pragmática em áreas estratégicas, como a defesa e a economia. Já na relação com os Estados Unidos, para especialistas, o principal obstáculo para Miliband será sustentar sua credibilidade no campo progressista enquanto mantém uma interlocução próxima com a administração de Donald Trump, cooperação considerada vital para assegurar a continuidade do apoio diplomático e militar à Ucrânia. Além disso, a gestão enfrenta expressiva pressão interna, exercida por parlamentares do Partido Trabalhista, pela adoção de sanções mais amplas contra Israel e pelo reconhecimento das investigações da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre indícios de genocídio em Gaza. Em resposta, o governo Burnham vem mantendo uma posição de cautela, alegando que tais deliberações cabem exclusivamente aos tribunais internacionais, ao mesmo tempo em que integrantes do corpo diplomático questionam a exequibilidade prática de medidas como o banimento do comércio de bens procedentes de assentamentos israelenses ilegais.

Por fim, o cenário geopolítico e institucional do G20 foi igualmente marcado por uma nova confirmação pública, agora feita pelo presidente do Banco Central da África do Sul, Lesetja Kganyago, de que os Estados Unidos, no exercício da atual presidência do bloco, suspenderam o engajamento formal com o país africano nas atividades do fórum. Segundo o representante, essa ausência deliberada de convites para os encontros previstos para este ano configura uma ruptura direta com o protocolo e a prática tradicional do grupo, impondo um obstáculo prático significativo ao impedir que Pretória acompanhe a evolução dos compromissos pactuados no ciclo anterior, especialmente na trilha financeira. Como mencionado em informes anteriores, as raízes desse isolamento residem na postura abertamente hostil adotada pelo presidente Donald Trump em relação à África do Sul, traduzida na imposição de tarifas comerciais unilaterais e na difusão de alegações infundadas sobre um suposto “genocídio branco” no país, uma narrativa que distorce preocupações legítimas acerca da violência e dos assassinatos em áreas rurais. A gravidade dessa ruptura diplomática torna-se ainda mais emblemática por ocorrer imediatamente após a África do Sul ter conduzido, em 2025, uma gestão histórica à frente do G20, que representou a primeira presidência assumida por uma nação do continente africano na história do fórum.

Para conter os efeitos desse boicote promovido por Washington e evitar o isolamento no debate global, a diplomacia sul-africana tem se articulado para construir contrapesos no continente europeu. Em reunião bilateral realizada em Pretória, o ministro das Relações Internacionais e Cooperação da África do Sul, Ronald Lamola, e o ministro das Relações Exteriores da Alemanha, Johann Wadephul, selaram um acordo no qual o governo alemão assumiu o compromisso formal de atuar como porta-voz e defensor dos interesses e posicionamentos sul-africanos no G20 enquanto perdurar o bloqueio norte-americano. Em paralelo a essa salvaguarda promovida por Berlim, Pretória já definiu que seu planejamento estratégico de longo prazo no grupo estará direcionado à presidência do Reino Unido em 2027, ocasião em que projeta retomar sua participação plena e ativa nas deliberações do bloco, mantendo, no intervalo, o fortalecimento de sua presença em outros fóruns internacionais.

Referências

THE GUARDIAN. EU relations, climate crisis, Gaza: Ed Miliband’s Foreign Office challenges. The Guardian, Politics, 2026. Disponível em: https://www.theguardian.com/politics/2026/aug/01/eu-relations-climate-crisis-gaza-ed-miliband-foreign-office-challenges. Acesso em: 3 ago. 2026.

TIMESLIVE. SA will work through US G20 snub, says Kganyago. TimesLIVE, Business, 2026. Disponível em: https://www.timeslive.co.za/news/business/2026-07-31-sa-will-work-through-us-g20-snub-says-kganyago/. Acesso em: 3 ago. 2026.

NEWS24. Germany pledges to champion South Africa's voice at the G20. News24, Politics, 2026. Disponível em: https://www.news24.com/politics/germany-pledges-to-champion-south-africas-voice-at-the-g20-20260724-0445. Acesso em: 3 ago. 2026.

G7: cibersegurança e desequilíbrios

G7: ciberseguridad y desequilibrios

G7: cybersecurity and imbalances

Resumo: Durante a quinzena de 20 de julho a 2 de agosto de 2026 temos o balanço do exercício de coordenação transfronteiriça do Grupo de Especialistas em Cibernética e três pontos de vista sobre os desequilíbrios globais e a subvalorização cambial chinesa.

Palavras-chave: G7; cibersegurança; desequilíbrios globais.

Resumen: *Durante la quincena del 20 de julio al 2 de agosto de 2026 tenemos el balance del ejercicio de coordinación transfronteriza del Grupo de Expertos en Ciberseguridad y tres puntos de vista sobre los desequilibrios globales y la subvaluación cambiaria china.*

Palabras clave: *G7; ciberseguridad; desequilibrios globales.*

Abstract: *During the fortnight of July 20 to August 2, 2026, we have the review of the Cyber Expert Group's cross-border coordination exercise and three points of view on global imbalances and China's currency undervaluation.*

Keywords: *G7; cybersecurity; global imbalances.*

A quinzena de 20 de julho a 2 de agosto foi das mais tranquilas para o G7 desde o início do ano: apenas dois desdobramentos dizem respeito diretamente ao grupo. O primeiro refere-se à divulgação do balanço de um exercício de cibersegurança e mostra o grupo coordenando-se onde o assunto é técnico; o outro é um texto publicado por Josh Banerjee, professor assistente de Economia e História Intelectual na Universidade do Texas em Austin, e pesquisador sênior do *Civitas Institute*, em que tece uma crítica à omissão de Évian sobre os desequilíbrios globais. Quanto a esse último, dois contrapontos são colocados.

O Grupo de Especialistas em Cibernética do G7 (CEG) concluiu, em 18 de maio, seu exercício de coordenação transfronteiriça de 2026, cujo balanço as autoridades financeiras do grupo divulgaram apenas no fim de julho (BANK OF CANADA, 2026; GOV.UK, 2026). O exercício simulou um ciberataque de larga escala em todas as jurisdições do G7 e reuniu ministérios das finanças, bancos centrais, supervisores bancários e autoridades de mercado, com o objetivo de testar a comunicação e a coordenação diante de um incidente cibernético transfronteiriço de grande porte no setor financeiro. Na esteira da edição de 2024, o grupo adotou uma estratégia de longo prazo destinada a aumentar a frequência e a regularidade dessas simulações. Como

resumiu o governador do Banco do Canadá, Tiff Macklem, tais exercícios permitem testar e alinhar a preparação em cibersegurança com parceiros nacionais e internacionais, elevando a resiliência individual e coletiva.

É onde o G7 consegue uma maior coordenação e não por acaso. A cibersegurança financeira é um domínio técnico, de baixa visibilidade em relação a outros tópicos, por enquanto, e isento de conflito distributivo: nenhum membro precisa conceder nada, nenhuma soberania é disputada e o ganho de um é o ganho de todos. O CEG opera no formato ampliado "G7+" de autoridades financeiras, e não de chefes de governo, acumulando resultados de modo incremental. É precisamente por nada exigir de politicamente custoso que a coordenação funciona. No entanto, é um clube fechado: o Brasil, que por exemplo foi parceiro do grupo na mesa de segurança do Caribe examinada no Informe 12, não tem espaço neste.

O segundo desdobramento é de outra natureza. Em ensaio de 30 de julho, Josh Banerjee sustenta que o traço mais revelador de Évian não foi o que os líderes trataram, mas o que evitaram: os desequilíbrios comerciais persistentes, impulsionados pelo superávit exportador chinês e por uma moeda cronicamente subvalorizada — o chamado "Choque China 2.0". O artigo argumenta esse superávit é impulsionado cada vez menos por brinquedos e têxteis e cada vez mais por indústrias de média e alta tecnologia, como veículos elétricos, baterias, robótica e painéis solares. Segundo Banerjee, a omissão do G7 é notável enquanto Macron declararava querer usar a presidência francesa para enfrentar justamente essa questão (PROMARKET, 2026). Nesse contexto, no Conselho Europeu posterior a Évian, o chanceler alemão Friedrich Merz classificou o yuan como subvalorizado em cerca de 30% e evocou um "novo Acordo de Plaza" (CHINA OBSERVERS, 2026). No entanto, como na maioria das frentes, o reconhecimento comum não se converteu em ação vinculante.

A força do argumento é institucional. O G7 nasceu, em boa medida, para administrar esse tipo de desequilíbrio. O Acordo de Plaza de 1985, em que as maiores economias coordenaram uma correção cambial, é o precedente. O ensaio observa que a origem do problema é dupla, combinando a subvalorização e o excesso de poupança na China com os déficits fiscais e a baixa poupança nos Estados Unidos, e adverte que a inação tende a alimentar o tipo de retaliação protecionista que os Estados Unidos têm adotado no que tange as tarifas. No entanto, em contrapartida, esse discurso é visto como uma narrativa adotada por políticos europeus para transferir à China a culpa por desafios econômicos que deveriam ser enfrentados por meio da modernização industrial, da abertura de mercado e da reforma institucional (GLOBAL TIMES, 2026). O Acordo de Plaza não seria, portanto, uma solução econômica, mas uma forma de pressão política.

Apoiando-se em relatório do McKinsey Global Institute, uma análise da Reuters argumenta que a vantagem chinesa é ampla demais para ser corrigida pela moeda: a China lidera em custo em sete de dez setores examinados, com custos equivalentes a cerca de 58% dos do concorrente mais próximo, e uma revalorização de 25% do yuan elevaria seus custos em apenas 14%, na média, reduzindo em um quarto sua dianteira. O grosso da diferença vem de energia e materiais baratos, de cadeias integradas, de licenciamento mais rápido e, sobretudo, de subsídios — que a OCDE estima terem sido de três a oito vezes superiores aos das economias ricas entre 2005 e 2024. A conclusão é que um novo Acordo de Plaza pouco faria para encerrar a guerra comercial, cabendo à política industrial, e não à diplomacia cambial, o papel de alavanca decisiva (REUTERS, 2026). O próprio Fundo Monetário Internacional condiciona qualquer

reequilíbrio duradouro a três movimentos simultâneos: mais consumo na China, menor déficit fiscal nos Estados Unidos e mais investimento na Europa.

Um outro contraponto sustenta que a competitividade chinesa decorre de um sistema industrial completo, do investimento tecnológico sustentado e da escala de mercado, e não de um câmbio "artificialmente manipulado", e que o Acordo de Plaza de 1985, longe de servir de modelo, mergulhou o Japão em suas "décadas perdidas" sem sequer corrigir o déficit norte-americano, cuja raiz estaria no par "alto consumo e baixa poupança" (GLOBAL TIMES, 2026). O contraponto passa o recado: a China "não é o Japão do passado" e não voltará a uma era em que as grandes potências coordenam o destino de terceiros. Postas lado a lado, as três leituras: o câmbio, para Banerjee; o custo, para a Reuters; e a recusa da própria moldura, para Pequim, explicam por que Évian silenciou: não há sequer diagnóstico compartilhado sobre a origem do desequilíbrio, quanto mais sobre a solução.

As duas faces invertem-se com precisão. O G7 coordena-se melhor onde as apostas são técnicas e consensuais, e pior onde são estruturais e distributivas; além disso, quão mais complexo politicamente é o tema, mais difícil exercer competência. Segundo o Global Times (2026), "em vez de pedir à China que desacelere, é melhor acelerar as próprias reformas; em vez de interpretar a concorrência de mercado como uma "ameaça", é mais eficaz reforçar a resiliência por meio da cooperação aberta." Ainda, o mundo não precisaria de um "novo Acordo de Plaza"; o que precisa é "de um novo consenso baseado no respeito mútuo, nas reformas de cada um e no desenvolvimento conjunto." (GLOBAL TIMES, 2026).

Por fim, ainda seguiremos acompanhando os seguintes marcos: o encerramento, em meados de agosto, da janela de 60 dias do acordo com o Irã; e a cúpula do G20 de dezembro, em Miami.

Referências

BANK OF CANADA. G7 2026 Cross-Border Coordination Exercise (CBCE). Ottawa: Bank of Canada, jul. 2026. Disponível em: <https://www.bankofcanada.ca/2026/07/g7-2026-cross-border-coordination-exercise-cbce/>. Acesso em: 2 ago. 2026.

CHINA OBSERVERS. The G7 and European Council discuss China. Praga: Association for International Affairs (AMO), 22 jun. 2026. Disponível em: <https://chinaobservers.eu/the-g7-and-european-council-discuss-china/>. Acesso em: 2 ago. 2026.

GLOBAL TIMES. The world does not need a new 'Plaza Accord'. Global Times, Pequim, 22 jun. 2026. Disponível em: <https://www.globaltimes.cn/page/202606/1364067.shtml>. Acesso em: 2 ago. 2026.

GOV.UK. G7 Cyber Expert Group 2026 Cross-Border Coordination Exercise (CBCE). Londres: HM Treasury, jul. 2026. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/news/g7-cyber-expert-group-2026-cross-border-coordination-exercise-cbce>. Acesso em: 2 ago. 2026.

PROMARKET. The G7 is failing to address global imbalances. Chicago: Stigler Center, University of Chicago Booth School of Business, 30 jul. 2026. Disponível em: <https://www.promarket.org/2026/07/30/the-g7-is-failing-to-address-global-imbalances/>. Acesso em: 2 ago. 2026.

REUTERS. Yuan Plaza Accord would barely dent China's edge. The Business Times, Singapura, 30 jul. 2026. Disponível em: <https://www.businesstimes.com.sg/opinion-features/yuan-plaza-accord-would-barely-dent-chinas-edge>. Acesso em: 2 ago. 2026.

Tecnologia, participação política e educação: a quinzena da OCDE

Tecnología, participación política y educación: la quincena de la OCDE

Technology, Political Participation, and Education: The OECD Fortnight

Resumo: Os destaques da OCDE se dividem entre quatro publicações lançadas no período: um estudo sobre interoperabilidade no setor da saúde, outro sobre iniciativas-piloto em prol da participação política europeia, uma proposta de estrutura conceitual de mensuração da aprendizagem ao longo da vida e uma pesquisa sobre a adoção de inteligência artificial generativa em governos.

Palavras-chave: G20; EUA; G7; geopolítica; OCDE; cooperação internacional.

***Resumen**: Los aspectos más destacados de la OCDE se dividen entre cuatro publicaciones lanzadas durante este período: un estudio sobre la interoperabilidad en el sector de la salud, otro sobre iniciativas piloto para fomentar la participación política europea, una propuesta de estructura conceptual para medir el aprendizaje a lo largo de la vida y una investigación sobre la adopción de la inteligencia artificial generativa en los gobiernos.*

***Palabras clave**: G20; EE. UU.; G7; geopolítica; OCDE; cooperación internacional.*

***Abstract:** The OECD's highlights include four publications released during this period: a study on interoperability in the health sector, another on pilot initiatives to promote European political participation, a proposal for a conceptual framework for measuring lifelong learning, and a study on the adoption of generative artificial intelligence in governments.*

***Keywords:** G20; USA; G7; geopolitics; OECD; international cooperation.*

Durante a segunda quinzena do mês de julho de 2026, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) prosseguiu a continuamente acrescentar variados títulos, recursos e documentos próprios em seu rico acervo e biblioteca virtual, sendo, dentre tal fluxo de adições recentes, quatro interessantes estudos de assuntos variados são aqui brevemente identificados e apresentados a seguir.

Intitulado "Interoperability in healthcare: Towards an interconnected future", a primeira pesquisa a ser salientada no presente texto se dedica à temática da interoperabilidade no setor da saúde – em outras palavras, a capacidade dos sistemas de saúde e das partes interessadas de trocarem e utilizarem dados de forma segura – em um contexto de digitalização dos sistemas de saúde, buscando assim analisar as práticas internacionais de países participantes da OCDE para apoiar o uso e o compartilhamento de dados de maneira eficiente, equitativa e impactante. Baseando-se em diferentes tipos de métodos de pesquisa (entrevistas, *desk research*, *survey* e consultas com especialistas), o relatório destaca tanto as barreiras quanto as melhores práticas nos níveis de pessoas, políticas, processos e tecnologias. O estudo ainda revela as oportunidades de trocas de dados de saúde nos níveis local, regional, nacional e transfronteiriço, focando no engajamento das partes interessadas, no empoderamento individual, na governança global para orientar os esforços de interoperabilidade, na cooperação e na necessidade de fundamentos legislativos.

Já no relatório *"Citizen Participation for Better Cohesion Policy: Insights from 11 Pilot Initiatives"*, o fórum intergovernamental se preocupa em apresentar os resultados das onze iniciativas-piloto do projeto *"Innovative Implementation of the Partnership Principle in EU Cohesion Policy"* (Implementação Inovadora do Princípio da Parceria na Política de Coesão da União Europeia, em tradução livre), uma parceria entre a OCDE e a Direção-Geral da Política Regional (DG REGIO) da Comissão Europeia. Os projetos-piloto tiveram a participação de autoridades locais e organizações da sociedade civil de regiões e cidades em sete países da União Europeia: Bélgica, França, Itália, Polônia, Romênia, República Eslovaca e Espanha. A iniciativa procurou testar métodos participativos em contextos reais a fim de compreender o que funciona em distintos contextos de governança e políticas públicas, além de identificar as condições necessárias para integrar uma participação cidadã significativa no ciclo da Política de Coesão – principal instrumento de investimento do bloco europeu para reduzir as diferenças econômicas e sociais entre as regiões, apoiar o crescimento sustentável e fortalecer a solidariedade europeia.

Em paralelo, no relatório denominado *"A Conceptual Foundation for the Development of a Lifelong Learning Measurement Framework"*, a organização propõe uma estrutura conceitual para a mensuração da aprendizagem ao longo da vida, visando aprimorar o planejamento e a avaliação de políticas públicas relacionadas à área. Assim, o estudo identifica limitações relevantes nos sistemas de dados atuais, incluindo a cobertura etária restrita, a falta de acompanhamento longitudinal, a ênfase excessiva em resultados no mercado de trabalho e a mensuração insuficiente da aprendizagem informal.

Para suprir tais lacunas, a estrutura sugerida é organizada em torno de três pilares interconectados: demanda, oferta e coordenação. A demanda abrange as necessidades de aprendizagem nos níveis individual, organizacional e social; a oferta mapeia as oportunidades na educação formal, nos locais de trabalho, nos sistemas de proteção social e nas comunidades; e a coordenação concentra-se em mecanismos que alinham as necessidades à oferta. A estrutura proposta também redefine a noção de aprendizagem ao introduzir um modelo bidimensional baseado na formalização e na digitalização, que captura melhor as formas híbridas e emergentes.

Desse modo, o relatório orienta e delineia etapas práticas para a implementação de suas ideias, incluindo o aprimoramento de pesquisas, o cruzamento de Lelong dados longitudinais, a integração de dados administrativos, passaportes de competências e análises avançadas de dados, visando apoiar sistemas de aprendizagem ao longo da vida de maneiras mais abrangentes e eficazes.

Por fim, o quarto e último estudo a ser aqui destacado é o artigo *"Generative AI experimentation in government: Learning from emerging guidelines"*. Nele, a OCDE aborda sobre o avanço da adoção dos servidores públicos da inteligência artificial generativa e a crescente lacuna entre tal adesão rápida e descentralizada da inteligência artificial generativa e os mecanismos de governança pública, que possuem ritmos mais lentos. O foco principal da pesquisa recai, então, sobre a experimentação estruturada como um caminho fundamental para que governos e seus funcionários desenvolvam capacidades, gerenciem riscos e assegurem uma adoção responsável antes de sua implementação em larga escala.

Com base em uma revisão sistemática de diretrizes oficiais em quatorze países, literatura acadêmica e estudos de caso, o artigo examina como as jurisdições traduzem

princípios éticos de alto nível em práticas operacionais. Os resultados revelam que, embora as diretrizes sejam amplamente difundidas, elas permanecem fortemente fragmentadas e desiguais, gerando aversão ao risco ou a práticas inconsistentes. Ademais, o monitoramento e a avaliação são identificados como pontos fracos críticos, com poucos governos mensurando sistematicamente o desempenho, o impacto ou a conformidade. Para preencher a brecha entre as estratégias nacionais e a administração pública cotidiana, o texto recomenda uma estrutura de avaliação baseada em cinco áreas principais: desempenho, valor público, viabilidade, usabilidade e gestão de risco.

Referências

OECD. Interoperability in healthcare: Towards an interconnected future. OECD Health Working Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Jul 31];197. Available from: https://doi.org/10.1787/eb71b7be-en.

OECD. Citizen Participation for Better Cohesion Policy: Insights from 11 Pilot Initiatives. OECD Public Governance Reviews [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Jul 31]. Available from: https://doi.org/10.1787/6b66cff6-en.

OECD. A Conceptual Foundation for the Development of a Lifelong Learning Measurement Framework. Educational Research and Innovation [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Jul 31]. Available from: https://doi.org/10.1787/27e5a619-en.

OECD. Generative AI experimentation in government: Learning from emerging guidelines. OECD Working Papers on Public Governance [Internet}. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Jul 31];93. Available from: https://doi.org/10.1787/42815683-en

A 16ª Reunião dos Ministros da Saúde do BRICS na Índia e a Declaração de Chandigarh

La 16.ª Reunión de Ministros de Salud de los países BRICS en la India y la Declaración de Chandigarh

The 16th BRICS Health Ministers' Meeting in India and the Chandigarh Declaration

Claudia Hoirisch

> *O futuro da saúde global depende da construção de sistemas de saúde resilientes, capazes de antecipar e responder efetivamente aos desafios emergentes da saúde pública.*
>
> Dr. Shri Jagat Prakash Nadda, Ministro da União para a Saúde e Bem-Estar Familiar da Índia

Resumo: Os países membros do BRICS reconheceram a liderança da Índia no avanço da trilha de saúde do BRICS e reverenciaram as nove áreas prioritárias identificadas durante sua presidência. As delegações expressaram apoio ao fortalecimento da Rede de Pesquisa sobre Tuberculose do BRICS, à melhoria da cooperação entre Autoridades Reguladoras de Produtos Médicos, à operacionalização do Sistema Integrado de Alerta Precoce do BRICS para Prevenção e Resposta a Doenças Infecciosas em Massa, à promoção da Arquitetura de Saúde Digital para o Continuum do Cuidado, à institucionalização da colaboração por meio da Missão BRICS por um Estilo de Vida Saudável, à Rede de Centros de Excelência em Bem-Estar Mental, à Rede de Institutos Nacionais de Saúde Pública (RINSP) e as iniciativas voltadas para Doenças Impulsionadas por Determinantes Sociais da Saúde. Os pilares da RINSP/BRICS são: o desenvolvimento da Força de Trabalho em Saúde Pública e Colaboração Técnica; a Prevenção e Controle de Doenças (doenças transmissíveis e não transmissíveis (DNTs)) incluindo Eliminação/Erradicação, quando aplicável; a Preparação, Resposta e Segurança Sanitária em Casos de Epidemia; a Pesquisa Aplicada em Saúde Pública e Sistemas de Saúde; a Saúde Ambiental, Mudanças Climáticas, Resistência Antimicrobiana (RAM) e Saúde Única; a Saúde Digital e Inovação; e o Apoio a Políticas e Consultoria. Os países também apontaram o lançamento dos diversos compêndios e estruturas operacionais do BRICS como recursos importantes de conhecimento para avançar na cooperação.

Palavras-Chave: Rede de Pesquisa sobre Tuberculose do BRICS; Autoridades Reguladoras de Produtos Médicos; Sistema Integrado de Alerta Precoce do BRICS para Prevenção e Resposta a Doenças Infecciosas em Massa; Arquitetura de Saúde Digital para o Continuum do Cuidado; Estilo de Vida Saudável; Rede de Centros de Excelência em Bem-Estar Mental; Rede de Institutos Nacionais de Saúde Pública; Doenças Impulsionadas por Determinantes Sociais da Saúde.

Resumen: *Los países miembros de BRICS dieron la bienvenida al liderazgo de India en el avance de la Ruta de Salud de BRICS y apreciaron el enfoque en las nueve áreas prioritarias identificadas durante su presidencia. Las delegaciones expresaron su apoyo para fortalecer la Red de*

Investigación sobre la Tuberculosis de BRICS, mejorar la cooperación entre las Autoridades Reguladoras de Productos Médicos, poner en marcha el Sistema Integrado de Alerta Temprana de BRICS para la Prevención y Respuesta ante Enfermedades Infecciosas Masivas, promover la Arquitectura de Salud Digital para la Continuidad de la Atención, institucionalizar la colaboración a través de la Misión BRICS por un Estilo de Vida Saludable, la Red de Centros de Excelencia en Bienestar Mental, la Red de Institutos Nacionales de Salud Pública y las iniciativas que abordan las Enfermedades Impulsadas por Determinantes Sociales de la Salud. Los pilares de la RINSP/BRICS son: el desarrollo de la Fuerza Laboral en Salud Pública y la Colaboración Técnica; la Prevención y Control de Enfermedades (transmisibles y no transmisibles) incluyendo Eliminación/Erradicación, cuando corresponda; la Preparación, Respuesta y Seguridad Sanitaria en Casos de Epidemia; la Investigación Aplicada en Salud Pública y Sistemas de Salud; la Salud Ambiental, Cambio Climático, Resistencia Antimicrobiana (RAM) y Salud Única; la Salud Digital e Innovación; y el Apoyo a Políticas y Asesoramiento. Los países también apreciaron la publicación de los diversos compendios y marcos operativos de BRICS como importantes recursos de conocimiento para avanzar en la cooperación.

***Palavras-clave**: Red de Investigación sobre la Tuberculosis de BRICS; Autoridades Reguladoras de Productos Médicos; Sistema Integrado de Alerta Temprana de BRICS para la Prevención y Respuesta ante Enfermedades Infecciosas Masivas, Salud Digital para la Continuidad de la Atención; Estilo de Vida Saludable; Red de Centros de Excelencia en Bienestar Mental; Red de Institutos Nacionales de Salud Pública; Enfermedades Impulsadas por Determinantes Sociales de la Salud.*

***Abstract:** BRICS member countries welcomed India's leadership in advancing the BRICS Health Track and appreciated the focus on the nine priority areas identified under its Chairship. Delegations expressed support for strengthening the BRICS TB Research Network, enhancing cooperation among Medical Products Regulatory Authorities, operationalising the BRICS Integrated Early Warning System for Prevention and Response to Mass Infectious Diseases, promoting Digital Health Architecture for Continuum of Care, institutionalising collaboration through the BRICS Mission for Healthy Lifestyle, the Network of Centres of Excellence on Mental Wellness, the Network of National Public Health Institutes (BNN) and initiatives addressing Diseases Driven by Social Determinants of Health. The pillars of BNN/BRICS are: the development of the Public Health Workforce and Technical Collaboration; Disease Prevention and Control (both communicable and non-communicable) including Elimination/Eradication, when applicable; Epidemic Preparedness, Response, and Health Security; Applied Research in Public Health and Health Systems; Environmental Health, Climate Change, Antimicrobial Resistance (AMR), and One Health; Digital Health and Innovation; and Policy Support and Advisory. The countries also appreciated the release of the various BRICS compendiums and operational frameworks as important knowledge resources for advancing cooperation.*

***Keywords:** BRICS TB Research Network; Medical Products Regulatory Authorities; BRICS Integrated Early Warning System for Prevention and Response to Mass Infectious Diseases; Digital Health Architecture for Continuum of Care; Healthy Lifestyle; Network of Centres of Excellence on Mental Wellness; Network of National Public Health Institutes; Diseases Driven by Social Determinants of Health.*

Imagem 1 – 16ª Reunião dos MS/BRICS, 22-24 de julho de 2026, Chandigarh, Índia



Fonte: https://www.pib.gov.in/PressReleasePage.aspx?PRID=2288267&reg=3&lang=1

A Índia sediou a **16ª Reunião dos Ministros da Saúde do BRICS**[1,2] nos dias 22 a 24 de julho de 2026, na cidade de Chandigarh. O evento reuniu representantes de 10 nações, incluindo Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul, Egito, Etiópia, Irã, Emirados Árabes Unidos e Indonésia para debater o tema "Construindo para resiliência, inovação, cooperação e sustentabilidade".

As principais pautas dos três dias de evento incluíram a Reunião de Altos Funcionários de saúde em 22 de julho de 2026, onde deliberaram sobre nove áreas prioritárias da Trilha de Saúde dos BRICS e finalizaram o projeto da Declaração Ministerial; uma sessão principal dia 23 de julho, focada em aprovar a Declaração dos Ministros da Saúde e discutir desafios globais, e finalmente, no último dia realizaram um Diálogo de Alto Nível, dedicado à "Saúde Digital e Inteligência Artificial", focando em registros de saúde interoperáveis e infraestrutura de dados para fortalecer a continuidade do cuidado e construir sistemas de saúde preparados para o futuro nos países BRICS.

A Índia manteve algumas as prioridades existentes ao mesmo tempo em que introduziu duas novas áreas prioritárias — a Missão dos BRICS para Estilo de Vida Saudável e Promoção do Bem-Estar Mental, reafirmando seu compromisso com a saúde preventiva e promotora. No total, priorizou 9 áreas:

Rede de Pesquisa em TB dos BRICS

Os países BRICS respondem por quase 50% da carga global da tuberculose. O fortalecimento contínuo da Rede de Pesquisa em TB dos BRICS acelerará a pesquisa colaborativa,

[1] https://www.pib.gov.in/PressReleasePage.aspx?PRID=2288267&reg=3&lang=1

[2] https://d2jiw2zrmmyqt8.cloudfront.net/wp-content/uploads/2026/07/24152006/16th-BRICS.pdf

a inovação, a pesquisa operacional e o acesso equitativo a novos diagnósticos, terapêuticos e vacinas, contribuindo significativamente para os esforços globais de eliminação da TB.

Colaboração entre as Autoridades Reguladoras de Produtos Médicos do BRICS

É importante fortalecer a colaboração entre as Autoridades Reguladoras de Produtos Médicos do BRICS. Nesse sentido, o lançamento do Livro Branco GxP dos BRICS significa um passo importante para aprimorar a excelência regulatória, harmonização, desenvolvimento de capacidades e garantir a qualidade, segurança e eficácia dos produtos médicos.

Sistema Integrado de Alerta Precoce BRICS para Prevenção e Resposta a Doenças Infecciosas em Massa

Foi criado um Subgrupo de Trabalho sobre o Sistema Integrado de Alerta Precoce dos BRICS para Prevenção e Resposta a Doenças Infecciosas em Massa e adotou-se os Termos de Referência como um marco significativo para reforçar a segurança sanitária regional e global.

Arquitetura Digital de Saúde para Continuum de Cuidados, incluindo Acesso à Saúde em Áreas Remotas

As tecnologias digitais possuem um papel transformador na saúde. A Índia, por exemplo, possui experiência na área por meio do Ayushman Bharat Digital Mission (ABDM)[3], do Ayushman Arogya Mandir[4] e da plataforma de telemedicina E-Sanjeevani[5,6]. Existe um imenso potencial da Infraestrutura Digital Pública para democratizar a prestação de serviços de saúde e melhorar o acesso, especialmente em áreas remotas e carentes.

O Compêndio BRICS sobre Arquitetura Digital de Saúde para Continuum de Cuidados, incluindo Acesso à Saúde em Áreas Remotas, é um recurso valioso de conhecimento para facilitar a cooperação, a troca de melhores práticas e o aprendizado mútuo entre os países BRICS.

Missão BRICS para um Estilo de Vida Saudável

O crescente peso das doenças relacionadas ao estilo de vida e doenças não transmissíveis exige maior ênfase na saúde preventiva. O lançamento da Missão BRICS para um Estilo de Vida Saudável, juntamente com o Roteiro Conjunto dos BRICS para a Promoção de Um Estilo de Vida Saudável (2026–2029) buscam promover dietas saudáveis, atividade física regular, preservação das culturas alimentares tradicionais e mudanças comportamentais baseadas em evidências nas nações BRICS.

Promoção do Bem-Estar Mental

A criação da Rede BRICS de Centros de Excelência em Bem-Estar Mental, a ser coordenada pelo Instituto Nacional de Saúde Mental e Neurociências (NIMHANS), tem como

[3] Tem como objetivo desenvolver a espinha dorsal necessária para apoiar a infraestrutura integrada de saúde digital do país. Ela irá preencher a lacuna existente entre diferentes partes interessadas no ecossistema de saúde por meio de rodovias digitais.

[4] https://nhsrcindia.org/sites/default/files/AYUSHMAN AROGYA MANDIR.pdf.

[5] O eSanjeevani é uma plataforma de ponta de telemedicina em nuvem voltada para os cuidados primários de saúde. Já atendeu cerca de 250 milhões de pacientes até o momento e tem como objetivo alcançar a Cobertura Universal de Saúde (UHC) por meio da equidade digital em saúde.

[6] https://www.digitalindia.gov.in/initiative/esanjeevani/

objetivo fortalecer a pesquisa, promover o bem-estar mental e reduzir as lacunas no tratamento entre os países membros.

Medicina Tradicional, Complementar e Integrativa (TCIM)

Combate às Doenças impulsionadas por Determinantes Sociais da Saúde (DD-SDH)

Foi adotado o Marco Operacional para Combater Doenças impulsionadas por Determinantes Sociais da Saúde (DD-SDH).

Rede BRICS dos Institutos Nacionais de Saúde Pública (BRICS Network of NPHIs/BNN)

Em 12 de setembro de 2024, a Rússia organizou o 1º encontro de especialistas em Saúde Pública; essa iniciativa ensejava preparar o lançamento da Rede de Pesquisa em Saúde Pública dos BRICS para incentivar a cooperação e apoio mútuo dos países BRICS em saúde pública.

O Marco Operacional para a Rede de Institutos Nacionais de Saúde Pública dos BRICS fornece uma estrutura institucional para colaboração científica, inteligência em saúde pública e ação multisetorial para avançar na equidade em saúde.

A Rede BRICS dos Institutos Nacionais de Saúde Pública (BNN) visa fortalecer a colaboração entre os países membros para enfrentar desafios comuns de saúde pública por meio de serviços de saúde pública sustentáveis, capacitação, pesquisa aplicada coordenada e troca de conhecimento, com foco nos seguintes objetivos para alcançar a operacionalização da Rede até 2026, com um **mecanismo de governança para**:

- Realizar um **mapeamento abrangente da capacidade institucional de todos os Institutos Nacionais de Saúde Pública** (INSP) membros e desenvolver um plano de capacitação direcionado para fortalecer os INSP;
- Estabelecer um mecanismo para **programas de intercâmbio de pessoal/docente, bolsas de estudo para pesquisadores visitantes e compartilhamento de melhores práticas entre os INSP**;
- Fortalecer o processo estruturado de capacitação de outros Institutos de Saúde Pública (ISP) nos países membros para ampliar **seus sistemas de saúde pública para mecanismos coordenados** de **vigilância e resposta**, a fim de lidar eficazmente com os desafios de saúde pública existentes e emergentes;
- Fortalecer a **preparação e a resposta coordenadas a pandemias nos países do BRICS por meio da operacionalização de sistemas de alerta precoce, avaliações conjuntas de risco e coordenação de estoques estratégicos**, alinhados às obrigações do Regulamento Sanitário Internacional (RSI) e complementares ao acordo de pandemias da OMS;
- Promover **pesquisa aplicada e inovação por meio da colaboração entre vários países**.
- Os pilares da Rede de Institutos Nacionais de Saúde Pública dos BRICS (RINSP) e as respectivas justificativas são:
- o desenvolvimento da Força de Trabalho em Saúde Pública e Colaboração Técnica;
- Prevenção e Controle de Doenças (doenças transmissíveis e não transmissíveis (DNTs)) incluindo Eliminação/Erradicação, quando aplicável;
- Preparação, Resposta e Segurança Sanitária em Casos de Epidemia;
- Pesquisa Aplicada em Saúde Pública e Sistemas de Saúde;
- Saúde Ambiental, Mudanças Climáticas, Resistência Antimicrobiana (RAM) e Saúde Única;

- Saúde Digital e Inovação;
- Apoio a Políticas e Consultoria.

Em relação às áreas temáticas prioritárias, as justificativas são:

(i) **Pesquisa em Saúde Pública e Sistemas de Saúde:** pesquisa operacional conjunta para gerar evidências sobre a carga de doenças, a resiliência do sistema de saúde, a eficácia da força de trabalho e intervenções custo-efetivas;

(ii) **Doenças transmissíveis:** a alta carga de doenças contagiosas, como HIV, tuberculose, malária, dengue e zoonoses;

(iii) **Desenvolvimento da Força de Trabalho em Saúde Pública e Colaboração Técnica** (necessidade de epidemiologistas e especialistas em saúde pública treinados; expansão do Epidemic Intelligence Services (EIS)/Field Epidemiology Training Programme (FETP) (FETP BRICS); fortalecimento da capacidade laboratorial e desenvolvimento de capacidade de outros profissionais técnicos.

(iv) **Saúde Ambiental, Mudanças Climáticas, Resistência Antimicrobiana (RAM) e Saúde Única:** carga de doenças sensíveis ao clima, RAM, abordagem Saúde Única, integrando a interface homem-animal-ambiente.

(v) **Estratégias de Saúde Global e Alinhamento com Organizações Internacionais:** alinhar as prioridades de política de saúde do BRICS com agendas de saúde global e estruturas internacionais por meio de diálogos sobre políticas, cooperação em tecnologia e interações com organizações multilaterais e internacionais, fortalecendo assim a liderança coletiva, a segurança sanitária e a ação conjunta em desafios de saúde comuns.

As áreas prioritárias refletem o compromisso coletivo dos países BRICS em fortalecer sistemas de saúde resilientes, promover a inovação, aprimorar a preparação para pandemias, enfrentar doenças transmissíveis e não transmissíveis, expandir o acesso equitativo a cuidados de saúde de qualidade e acelerar o progresso rumo à Cobertura Universal de Saúde.

Financiamento da RINSP

O Financiamento se dará por meio do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e outras fontes. Para sustentabilidade e mobilização de recursos financeiros, a RINSP pode aproveitar os mecanismos de cooperação existentes do BRICS, incluindo a Estrutura de Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) do BRICS, além de outras fontes, para apoiar várias atividades da RINSP, bem como explorar oportunidades de financiamento dentro do país e através do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD). O Banco dos BRICS é reconhecido como uma instituição estratégica de desenvolvimento dentro do BRICS que fornece financiamento por meio de subsídios, empréstimos concessionais e suporte técnico alinhado ao seu mandato de desenvolvimento sustentável.

Considerações finais

Desde 15 de abril 2026, a Índia convocou 26 reuniões técnicas e realizou consultas com especialistas nas áreas consideradas por ela prioritárias, reunindo especialistas dos países membros dos BRICS para construir consenso sobre questões-chave de saúde.

A Rede de Pesquisa em Saúde Pública e Sistemas de Saúde do BRICS operacionalizada pelo Brasil em 2025, se transformou em um dos pilares estratégicos da Rede de Institutos Nacionais de Saúde Pública dos BRICS (BRICS Network of NPHIs ou BNN).

O Centro de P&D de Vacinas do BRICS, foi igualmente mencionado na declaração. Os países afirmam que deverão ser garantidas as proteções adequadas e a conformidade com os requisitos regulatórios, para facilitar o acesso justo a vacinas seguras e eficazes.

Acrescentaram que apoiam o desenvolvimento contínuo do Centro de Vacinas dos BRICS e do Hub de e-P&D por meio de uma colaboração multissetorial e de um financiamento adequado e sustentável, incluindo, por meio do engajamento com o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e outros Bancos Multilaterais de Desenvolvimento, com o objetivo de avançar na pesquisa, desenvolvimento, produção e acesso equitativo a vacinas. Tal cooperação deve estar em conformidade com as prioridades nacionais e ser voluntária, promovendo, ao mesmo tempo, o fortalecimento de capacidades e a transferência de tecnologia em termos mutuamente acordados.

Serão as questões securitárias o tema de união dos países da América Latina nos próximos anos?

¿Serán las cuestiones de seguridad el tema que una a los países de América Latina en los próximos años?

Will security issues be the unifying theme for Latin American countries in the coming years?

Sebastián Tobar e Sâmia de Brito

Resumo: A América Latina tem passado por uma mudança política significativa a nível nacional e, consequentemente, regional como desdobramento da chegada massiva de governos de direita ao poder. Peru e Colômbia se juntam a outros países que são governados por presidentes de direita conservadora, como Argentina e Paraguai. Além disso, as agendas temáticas das políticas externas também indicam uma nova prioridade para a região, questões securitárias. As tensões entre governos de polos políticos diferentes tem surgido e fortalecido as divergências entre antigos parceiros, como é o caso de Brasil e Argentino. Nesse sentido, os arranjos regionais devem passar por mudanças e novos reveses. No seguimento das organizações regionais, destacamos que o Organismo Andino de Saúde Convênio Hipólito Unanue (ORAS-Conhu) participou de eventos sobre hantavirus, El Niño, no Parlamento Andino; e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) participou em eventos de articulação indígenas e enfrentamento do fogo na área amazônica.

Palavras-chave: América Latina; Cooperação Internacional; Saúde.

Resumen: *Latinoamérica ha experimentado un cambio político significativo a nivel nacional y, por consiguiente, regional, como consecuencia de la llegada masiva al poder de gobiernos de derecha. Perú y Colombia se suman a otros países gobernados por presidentes de derecha conservadora, como Argentina y Paraguay. Además, las agendas temáticas de las políticas exteriores también apuntan a una nueva prioridad para la región: las cuestiones de seguridad. Las tensiones entre gobiernos de diferentes polos políticos han surgido y han acentuado las divergencias entre antiguos socios, como es el caso de Brasil y Argentina. En este sentido, los acuerdos regionales deberán afrontar cambios y nuevos reveses. En cuanto a las organizaciones regionales, destacamos que el Organismo Andino de Salud Convenio Hipólito Unanue (ORAS-Conhu) participó en eventos sobre el hantavirus y El Niño en el Parlamento Andino; y que la Organización del Tratado de Cooperación Amazónico (OTCA) participó en eventos de coordinación con los pueblos indígenas y de lucha contra los incendios en la zona amazónica.*

Palabras clave: *América Latina; Cooperación Internacional; Salud.*

Abstract: *Latin America has been undergoing significant political change at the national level—and, consequently, at the regional level—as a result of the massive rise of right-wing governments to power. Peru and Colombia have joined other countries governed by conservative right-wing presidents, such as Argentina and Paraguay. Furthermore, foreign policy agendas also point to a new priority for the region: security issues. Tensions between governments from different political camps have emerged and deepened the rifts between former partners, as is the*

case with Brazil and Argentina. In this regard, regional arrangements are likely to undergo changes and face new setbacks. Regarding regional organizations, we note that the Andean Health Organization—Hipólito Unanue Agreement (ORAS-Conhu) participated in events on hantavirus and El Niño at the Andean Parliament; and the Amazon Cooperation Treaty Organization (OTCA) participated in events focused on indigenous coordination and firefighting in the Amazon region.

Keywords: *Latin America; International Cooperation; Health.*

Resumo da Quinzena

Durante a segunda quinzena de julho de 2026 (16 a 31 de julho), a América Latina foi marcada por uma combinação de mudanças de governo, tensões diplomáticas, realinhamentos geopolíticos e crescente polarização política.

Nesse sentido, podemos identificar quatro tendências principais:

I. Mudanças na liderança política, com a posse de um novo governo no Peru.
II. Aumento da polarização ideológica, refletida no confronto entre governos de diferentes correntes políticas.
III. Deterioração de algumas relações bilaterais importantes, especialmente entre Argentina e Brasil, juntamente com uma incipiente reaproximação entre Chile e Venezuela.
IV. Persistência da competição geopolítica hemisférica, com os Estados Unidos aumentando a pressão sobre Nicarágua, Cuba e outros governos considerados autoritários, o que continua a moldar a dinâmica diplomática da região.

O início de um novo ciclo político no Peru e também na Colômbia pode ter implicações regionais, com maior aproximação entre governos de centro-direita na região e uma tendência à revisão das suas políticas externas; como exemplo, o governo peruano tem repensado sua participação em organismos como a Aliança do Pacífico, a Comunidade Andina e mecanismos sul-americanos, e o da Colômbia, que buscará maior alinhamento com os Estados Unidos.

As questões de segurança, narcotráfico e migração também ganharão maior visibilidade e espaço de coordenação entre os governos da região.

Os principais eventos políticos e dinâmicas entre os países estão resumidos abaixo.

A relação entre Argentina e Brasil, antes harmoniosa, passa por momentos de tensão após as declarações do presidente Milei.

Desde a criação do MERCOSUL, Argentina e Brasil desfrutam de uma relação virtuosa, atingindo US$ 31,195 bilhões em comércio em 2025, o maior valor em 13 anos[1], que só se tensionava quando se falava de futebol. Este casamento, outrora harmonioso, parece estar mostrando sinais de desgaste em função da ascensão de Milei à presidência da Argentina. Talvez

[1] O recorde anterior era de US$ 39,616 bilhões se registraram em 2011, durante os governos de Cristina Kirchner e do atual presidente brasileiro, Lula da Silva.

tenha atingido o clímax no último fim de semana com suas declarações ofensivas[2] contra o presidente Lula.

A relação conturbada entre Milei e o presidente do Brasil teve origem durante a campanha eleitoral argentina em 2023. Quando Lula se reuniu com Sergio Massa, então candidato à presidência, no Palácio do Planalto. Naquela ocasião, Lula mencionou que Massa não deveria "entregar"[3] a eleição a Milei ". Lula se envolveu na campanha política argentina, mas isso não implicou uma vingança pessoal, nem uma interferência na política argentina nos moldes de Trump. Em vez disso, ele apoiou suas preferências políticas com uma estratégia de marketing político astuta, como visto em figuras como Antoni Gutiérrez-Rubí e Edinho Silva.

O presidente argentino busca reivindicar a liderança da extrema-direita na América Latina e acredita que sua atitude desrespeitosa para com Lula e as instituições brasileiras, como fez em São Paulo, possa lhe conferir algum mérito nesse intento. A pretensão é construir uma alternativa semelhante ao Grupo Lima, que agrupe as lideranças de direita latino-americana construindo uma nova "*Onda Azul*".

As declarações inapropriadas de Milei podem ser explicadas tanto pelo ressentimento que ele nutre por Lula durante a campanha quanto pelo desejo de se alinhar politicamente com a Casa Branca. É lamentável ver Milei, que incentiva apoiadores de Bolsonaro através de sua retórica, mas que nada agrega à campanha do político brasileiro de direita.

Por outro lado, para Lula, a posição confrontacionista do presidente argentino soma-se a um cenário em que o Brasil enfrenta tarifas e tentativas de intervenção do governo Trump nas próximas eleições, fortalecendo sua retórica em defesa da soberania nacional.

Com muita sabedoria, o presidente Lula respondeu dizendo que "*era um absurdo*" e evitou aprofundar a discussão e transformá-la em um grande conflito diplomático. "*Você viu a confusão que o presidente da Argentina fez aqui? Eu não disse nada por que minha relação é de chefe de Estado com o Estado. Eu gosto do povo argentino e não vou brigar com esse cara."* ... "*Não adianta ficar com raiva, porque eu não vou ficar com raiva. Se ele fizer uma careta, eu farei uma careta. Se ele demonstrar ódio, eu demonstrarei amor."*

Entretanto, outro fato que destacamos é o **decreto chauvinista contra migrantes[4]** promovido pelo presidente Milei[5]. O Decreto 681/2026 adota uma postura radicalmente restritiva em matéria de imigração e incorpora como motivo de proibição de entrada e expulsão do território

[2] No sábado, 25 de julho de 2026, Javier Milei chamou o presidente brasileiro de "ladrão" e "presidiário", além de ter chamado o ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes de "lixo careca" por se recusar a visitar seu "amigo", o ex-presidente Jair Bolsonaro.

[3] https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/08/28/conselho-de-lula-a-candidato-governista-argentino-lute-ate-o-final-contra-milei.ghtml

[4] https://www.resumenlatinoamericano.org/2026/07/31/argentina-el-dnu-de-milei-deja-a-los-migrantes-en-una-situacion-mucho-mas-vulnerable/

[5] A medida é uma resposta à "campanha anti-Argentina", e as autoridades enfatizaram que a defesa do país e de seus símbolos é um princípio "inegociável". O presidente Milei teria declarado: "Quem ataca a República Argentina não é bem-vindo em nosso país". A lei estipula que aqueles que se envolverem em certos comportamentos poderão ser impedidos de entrar no país ou, caso já residam nele, perder a residência e receber ordem de deportação ou serem expulsos diretamente, conforme o caso. Visa também preservar a ordem pública e a harmonia social.

nacional "*qualquer estrangeiro que dirija ou incite mensagens de ódio*" contra o país, um fenômeno que ganhou força sobretudo nas redes sociais pós-globalização.

Esta é uma medida tardia e excessiva, considerando a "*campanha anti-argentina*" que a Argentina sofreu durante a Copa do Mundo, que parece um jogo de espelhos invertidos: supostamente busca defender os argentinos de ataques de ódio, mas o próprio presidente fechou o Instituto Nacional de Combate à Discriminação e à Xenofobia (INADI) logo após assumir o cargo e proferiu inúmeros discursos de ódio, como os dirigidos ao presidente Lula.

O Decreto assinado parece mais uma ferramenta ideológica do governo Milei para aparentar firmeza contra os "*anti-argentinos*" e equivale a um punitivismo simbólico. Esta nova medida é mais uma em uma longa série de decretos que implementam uma mudança geral, aporofóbica e anti-imigração na política de imigração, deixando os migrantes em uma situação muito mais vulnerável do que já estavam.

Na Bolívia, foi expedido um mandado de prisão contra Evo Morales

O Ministério Público da Bolívia emitiu um mandado de prisão contra o ex-presidente Evo Morales, acusado de terrorismo, levante armado e outros crimes no contexto dos bloqueios massivos que paralisaram o país por 53 dias.

Resumindo brevemente a situação na Bolívia, como relatamos nestes Cadernos, o país sofreu protestos e bloqueios em âmbito nacional em meio à sua pior crise econômica dos últimos 40 anos, com grupos exigindo a renúncia do presidente Rodrigo Paz. O governo declarou estado de emergência e mobilizou as forças armadas. O presidente Rodrigo Paz Zamora chegou ao poder após quase 20 anos do Movimento para o Socialismo (MAS), que se dividiu e venceu com o slogan "capitalismo para todos" e a promessa de tirar a Bolívia da crise econômica, com inflação de 20,40% e escassez de combustível e moeda estrangeira. No entanto, as medidas que Rodrigo Paz e seu gabinete começaram a implementar parecem estar cada vez mais distantes das expectativas do setor popular.

Contudo, as medidas implementadas por Rodrigo Paz e seu gabinete parecem ter se desviado cada vez mais das expectativas do setor popular, levando a marchas, protestos e crises governamentais. Essa situação foi explorada pelo partido MAS, alavancando seus laços com comunidades indígenas e camponesas e sindicatos. Não obstante, o MAS está dividido em duas facções: a "*Arcista*" (liderada por Luis Arce) e a "Evista" (liderada por Evo Morales).

O mandado de prisão afirma que Morales está sendo investigado pela suposta prática dos crimes de levante armado contra a segurança e a soberania do Estado, terrorismo, ataque contra a segurança dos meios de transporte, associação criminosa, incitação pública à prática de crimes e ataque contra a segurança dos serviços públicos, previstos e sancionados nos artigos 121, 130, 132, 133, 213 e 214 do Código Penal[6].

[6] https://www.vision360.bo/noticias/2026/07/29/60485-fiscal-general-confirma-que-existen-dos-ordenes-de-aprehension-contra-morales-que-se-encuentran-en-manos-de-la-policia

Alerta de saúde para hantavírus e definição de prioridades estratégica em saúde no Chile

O Ministério da Saúde do Chile decretou a medida[7] em 13 regiões do país em meio a preocupações com a crescente letalidade do vírus e a "ameaça múltipla à saúde" devido à circulação simultânea de outras doenças[8].

O decreto de Alerta Sanitário também abrange doenças transmitidas pelos mosquitos *Aedes aegypti*, *Aedes vexans* e *Anopheles pseudopunctipennis*, como dengue e Zika, que "apresentam alto potencial epidêmico, podendo gerar alta demanda e sobrecarga nos serviços de saúde". A autoridade enfatizou a importância de prevenir a proliferação de mosquitos em águas paradas e monitorar quaisquer casos suspeitos de pessoas que chegam do exterior com alguma dessas doenças, a fim de evitar que esses vetores piquem uma pessoa infectada e disseminem a doença. No caso da gripe aviária, o alerta foi estendido a todo o país, uma vez que, diferentemente dos anos anteriores, a doença tem se concentrado em aves silvestres e domésticas, e não em granjas avícolas, aumentando o risco de exposição para a população

O alerta preventivo foi emitido após a identificação de um aumento nas infecções e na letalidade do hantavírus em comparação com 2015. É descrito como uma "crise de saúde com múltiplas ameaças" devido ao surgimento simultâneo de outros eventos de saúde pública, como o risco de arbovírus (doenças transmitidas por mosquitos, como dengue, zika, chikungunya e febre amarela) e gripe aviária.

Em dezembro de 2025, a OPAS emitiu um alerta epidemiológico[9] sobre o aumento de casos de infecção por hantavírus registrados durante o ano de 2025 em países endêmicos da Região das Américas, particularmente no Cone Sul. Considerando o aumento da letalidade observado em alguns desses países, a Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS) lembra aos Estados-Membros a necessidade de manter e fortalecer a vigilância epidemiológica dessa doença, assegurar o diagnóstico oportuno e o manejo adequado dos casos, e promover ações intersetoriais voltadas à redução dos riscos ambientais e ocupacionais associados.

Segundo a autoridade sanitária, *"na semana passada houve 46 infecções e 18 mortes, o que representa uma letalidade de 39%",* enquanto em 2025 houve 44 infecções e oito mortes, ou seja, a letalidade foi de 18%. A Subsecretária de Saúde Pública, Alejandra Pizarro, anunciou: "*O hantavírus causa uma doença endêmica no Chile, transmitida pelo rato-pigmeu-do-arroz, que vive em áreas rurais e semirrurais de quase todo o país. Como ministério, estamos monitorando constantemente seu comportamento e estamos muito preocupados e trabalhando porque, neste ano, a letalidade do vírus aumentou e, por esse motivo, decidimos declarar este alerta*."

O decreto de Alerta Sanitário também abrange doenças transmitidas pelos mosquitos Aedes aegypti, Aedes vexans e Anopheles pseudopunctipennis, como dengue e Zika, que "*apresentam alto potencial epidêmico, podendo gerar alta demanda e sobrecarga nos serviços de saúde*".

---

[7].https://www.minsal.cl/ministerio-de-salud-declara-alerta-sanitaria-por-hantavirus-desde-atacama-a-magallanes/

[8] https://elpais.com/chile/2026-07-30/alerta-sanitaria-por-hantavirus-en-chile-que-significa-cuales-son-los-sintomas-y-como-prevenir-la-enfermedad.html#/sign-in?&event_log=oklogin&o=cerreg&prod=REG

[9] https://www.paho.org/es/documentos/alerta-epidemiologica-sindrome-pulmonar-por-hantavirus-region-americas-19-diciembre-2025

Enquanto isso, a Ministra da Saúde do Chile, May Chomali, juntamente com os Subsecretários de Saúde Pública, Alejandra Pizarro, e de Redes de Saúde, Julio Montt, lideraram sua primeira sessão de Prestação de Contas Pública Participativa nesta quarta-feira, 29 de julho. A autoridade sanitária enfatizou que o foco de sua administração será o fortalecimento de um sistema público de saúde preparado para atender às necessidades de saúde da população de forma equitativa e ágil, e a promoção de iniciativas de alto impacto para os cidadãos[10].

Declarou a Ministra Chomali:

> *Definimos uma Agenda Estratégica para o período 2026-2030, que organiza nosso trabalho em seis áreas complementares. Estas incluem o fortalecimento da liderança e governança estratégica; o aumento da capacidade da rede de saúde para resolver problemas; a melhoria da gestão institucional e o uso eficiente de recursos; a aceleração da transformação digital; a busca por maior sustentabilidade financeira; e o desenvolvimento das capacidades de nossas organizações e daqueles que nelas trabalham*.

Foi destacada a ideia de impulsionar a transformação digital com prescrições eletrônicas em todo o país até 2030, juntamente com um Portal do Paciente que inclui registros de vacinação certificados com assinaturas eletrônicas avançadas para que as pessoas possam consultar regularmente suas informações de saúde e acessar um prontuário médico compartilhado que integra as informações de cada paciente, evitando que precisem começar do zero caso recebam atendimento em outra unidade de saúde. Também foi enfatizada a criação do Conselho Nacional de Saúde — um órgão consultivo, técnico e estratégico que reúne representantes dos setores público e privado, sindicatos, academia e sociedade civil — e a compra estratégica e centralizada por meio do Cenabast, visando reduzir o custo de suprimentos de grande volume em 10 a 15%[11].

Na Colômbia, De La Espriella anunciou fechamento de embaixadas e consulados

Na Colômbia, o presidente eleito Abelardo de la Espriella, que ainda não tomou posse, anunciou o fechamento de embaixadas: suspenderá a abertura da Embaixada da Colômbia na Palestina e reabrirá as embaixadas colombianas em Jerusalém e na Nigéria. Ele também anunciou a fusão ou unificação de embaixadas, como a embaixada em Paris e a Missão junto à UNESCO, e a embaixada em Roma e a Missão junto à FAO.

Ele também anunciou o fechamento de 15 consulados e embaixadas em Cuba, Haiti, Nicarágua, República Tcheca, Hungria, Malásia, Romênia, África do Sul, Senegal, Argentina, Azerbaijão, Barbados, Etiópia e Gana. Declarou explicitamente que a Colômbia não manterá relações diplomáticas com Cuba e Nicarágua e adicionou que: “Em meu governo, não haverá nenhum vínculo com o Irã. Com os demais países e organizações, a Colômbia manterá suas relações internacionais e garantirá serviços aos seus cidadãos por meio de esquemas de representação simultânea, como são chamados, em outras embaixadas da região.”

---

10 https://www.minsal.cl/ministra-chomali-en-su-cuenta-publica-queremos-un-sistema-publico-de-salud-que-responda-mejor-a-las-necesidades-de-las-personas/

11 https://www.minsal.cl/ministra-chomali-en-su-cuenta-publica-queremos-un-sistema-publico-de-salud-que-responda-mejor-a-las-necesidades-de-las-personas/

Entretanto, poucos dias antes do fim de seu mandato, o presidente Petro recebeu as credenciais dos embaixadores da Palestina, Venezuela e Turquia em uma cerimônia que ocorreu em meio a uma mudança na política externa do país[12].

O Presidente de Cuba recebe o Primeiro-Ministro de Belize e assinam um memorando de entendimento

O Primeiro Secretário do Partido e Presidente da República de Cuba, Miguel Díaz-Canel Bermúdez, recebeu o Primeiro-Ministro de Belize, John Antonio Briceño, e assinou um memorando de entendimento entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente de Cuba e o Ministério do Desenvolvimento Sustentável, Mudanças Climáticas e Gestão de Riscos de Desastres de Belize, assinado pelos ministros dos dois países, Elba Rosa Pérez Montoya e Eamon Courtenay, respectivamente.

Além disso, um acordo de cooperação foi assinado entre o Ministério da Saúde Pública de Cuba e seu homólogo belizenho pelos respectivos ministros. A cooperação na área da saúde entre Cuba e Belize tem sido um esforço contínuo desde 1990, quando foi estabelecida a colaboração médica. Este projeto reflete o compromisso humanista e solidário da Revolução Cubana com o povo belizenho[13].

Equador, mobilizações, protestos e cooperação em segurança de fronteiras e energia com a Colômbia e o Peru

Em meio a protestos revogatórios[14] e reivindicações de professores por direitos trabalhistas, orçamento para a educação pública e garantias de segurança[15], o presidente do Equador, Noboa, prevê maior cooperação com a Colômbia e o Peru em questões de segurança de fronteiras e energia.

O presidente do Equador, Daniel Noboa, enfatizou que a segurança das fronteiras e a energia são duas questões "*cruciais*" na relação com os novos governos da Colômbia (Abelardo de la Espriella) e do Peru (Keiko Fujimori), e disse que já havia conversado com eles.

Como se pode observar, segurança e fronteiras são duas áreas onde os acordos de cooperação têm sido estabelecidos com maior frequência em nossa região, muitas vezes impulsionados pelas políticas do governo Trump.

---

[12] https://www.eluniversal.com.co/colombia/2026/07/28/a-dias-de-terminar-su-mandato-petro-recibe-credenciales-de-la-embajadora-de-palestina/

[13] Ao longo dos anos, médicos e profissionais de saúde cubanos têm trabalhado incansavelmente para melhorar o bem-estar da população de Belize, reafirmando o princípio de Martí de que "Pátria é Humanidade". A colaboração médica cubana em Belize deixou uma marca profunda no sistema de saúde belizenho e fortaleceu os laços de amizade e cooperação entre os dois países. https://www.researchgate.net/publication/377161962_Cuba_32_anos_de_cooperacion_medica_en_Belice

[14] Como observamos no relatório anterior, representantes da Plataforma Cidadã Revoca EC se reuniram em frente ao Conselho Nacional Eleitoral do Equador exigindo avanços no processo de impeachment do presidente Noboa. https://www.prensa-latina.cu/2026/07/14/planton-en-ecuador-exige-al-cne-avanzar-con-revocatoria-presidential/ .

[15] Centenas de professores equatorianos marcharam em Quito, da Casa del Maestro (Casa dos Professores) até o Tribunal Constitucional, para exigir a proteção de seus direitos trabalhistas, o financiamento da educação pública e garantias de segurança https://www.telesurtv.net/maestros-ecuatorianos-marchan-extension-jornada-laboral/ .

Em relação à segurança, Noboa afirmou que "é necessária uma maior presença militar" ao longo das fronteiras por parte das Forças Armadas do Peru e da Colômbia[16].

Durante a posse da presidente Keiko Fujimori em Lima, o presidente do Equador, Daniel Noboa, reuniu-se com o vice-presidente eleito da Colômbia, José Manuel Restrepo, para discutir a cooperação que ambos os governos esperam ter em questões como segurança e comércio. Nesse sentido, discutiram uma agenda conjunta para abordar desafios comuns, incluindo o combate ao narcotráfico, à mineração ilegal e ao crime organizado, bem como o reforço da segurança na fronteira norte[17].

Além disso, a ascensão de Keiko Fujimori à Presidência do Peru abre um novo capítulo na relação com o Equador, criando oportunidades de cooperação em questões de segurança, comércio e energia. A afinidade política entre a presidente peruana e o presidente equatoriano, Daniel Noboa, pode facilitar o diálogo sobre assuntos estratégicos de interesse mútuo[18].

Na Guatemala, o presidente Arévalo solicita apoio do governo dos EUA para "combater as redes de narcotráfico".

Os Estados Unidos e a Guatemala assinaram um novo acordo de cooperação em segurança em 26 de junho de 2024, estabelecendo um Programa Conjunto de Segurança. O principal objetivo do programa é fortalecer o controle de fronteiras por meio da troca de informações estratégicas. Entre os pontos acordados está o destacamento de agentes da Alfândega e Proteção de Fronteiras dos EUA para o Aeroporto Internacional La Aurora (AILA), onde trabalharão em coordenação com a Polícia Nacional Civil da Guatemala. Em fases subsequentes, espera-se que o programa seja estendido a outros pontos estratégicos de fronteira. O memorando também inclui a obrigação de manter estrita confidencialidade em relação às informações compartilhadas e a sua redistribuição interna no Departamento de Segurança Interna[19].

Este acordo está sendo implementado em um momento em que grande parte da classe política da Guatemala enfrenta acusações, investigações e condenações relacionadas ao crime organizado. Embora o governo de Bernardo Arévalo assegure que não haverá tropas americanas operando em território nacional, o anúncio marca uma mudança na relação bilateral e reacende uma questão historicamente sensível: ***a infiltração do narcotráfico em estruturas políticas, partidos e agentes estatais.***

Ao longo das últimas duas décadas, diversos grupos políticos foram associados a financiamento ilícito, candidatos ligados a cartéis, operadores identificados pelos EUA ou figuras

[16] https://www.vistazo.com/politica/2026-07-23-noboa-mayor-cooperacion-colombia-peru-seguridad-fronteriza-energia-ND11126759

[17] https://www.infobae.com/america/agencias/2026/07/28/noboa-habla-en-lima-con-el-vicepresidente-electo-de-colombia-sobre-seguridad-y-comercio/

[18] https://www.eldiario.ec/ecuador/lo-que-podria-cambiar-entre-ecuador-y-peru-con-la-llegada-de-keiko-fujimori-29072026/

[19] https://lahora.gt/investigacion/investigacionlh/2026/05/29/acuerdo-con-ee-uu-pone-presion-sobre-la-narcopolitica-guatemalteca/

condenadas por tráfico de drogas[20]. A nova cooperação com Washington poderá aumentar a pressão internacional sobre essas redes políticas, especialmente em regiões fronteiriças onde interesses eleitorais, estruturas criminosas e controle territorial historicamente convergem. Arévalo confirmou que foi sua administração que solicitou o apoio do governo dos EUA para fortalecer o combate a esse fenômeno criminoso.

Haiti adia primeiro turno das eleições presidenciais para 13 de dezembro

As autoridades eleitorais haitianas anunciaram uma alteração no calendário eleitoral oficial, definindo como a data para o primeiro turno das eleições presidenciais o dia 13 de dezembro. O reagendamento também inclui as eleições legislativas e o referendo para ratificar as reformas constitucionais, processos inicialmente previstos para 30 de agosto.

O segundo turno das eleições presidenciais está marcado para 21 de fevereiro de 2027. A publicação dos resultados finais das eleições locais está prevista para 12 de março do mesmo ano, o que estende o período de transição institucional no país caribenho[21].

No México, o presidente Sheinbaum afirma que os EUA deveriam "*olhar para si mesmos*", após acusações da Casa Branca sobre cartéis de drogas

A presidenta do México[22] evitou entrar em confronto com o chefe de gabinete adjunto da Casa Branca, Stephen Miller[23], que afirmou que os sistemas político, judicial e jurídico mexicanos não funcionam porque os cartéis controlam o território, e pediu aos EUA que "*olhassem para si mesmos*" em relação à questão do uso de drogas.

Segundo Sheinbaum, afirmou que não "[...] vamos entrar em debate. Há boa coordenação, e você sabe que no México, o povo governa, ninguém mais governa, o povo governa. E nós somos um governo do povo. E lutamos e trabalhamos todos os dias pela segurança e pela paz em nosso país. E há resultados." E adicionou que "[...] não vou entrar em um debate específico com ele. Lembre-se de que haverá eleições em novembro nos Estados Unidos. Sempre dissemos que o México não deveria ser o elemento definidor de sua campanha, porque o foco deve ser os próprios Estados Unidos."

Nicarágua aprofunda isolamento regional

O governo de Daniel Ortega aprovou novas reformas constitucionais com o objetivo de estender o mandato presidencial e reduzir ainda mais a competição política.

---

[20] O partido União Nacional para a Mudança (UCN), hoje extinto, tornou-se o símbolo mais visível da infiltração do narcotráfico na política guatemalteca. O governo de Alejandro Giammattei também foi alvo de críticas por supostas ligações com chefões do narcotráfico. Além disso, durante sua administração, surgiram questionamentos sobre o uso do espaço aéreo guatemalteco para operações de tráfico de drogas e possíveis redes de proteção política.

[21] https://gazettehaiti.com/node/14092

[22] https://laopinion.com/2026/07/28/sheinbaum-insta-a-ee-uu-a-mirarse-a-si-mismo-tras-acusaciones-sobre-presunto-control-de-carteles-del-narcotrafico/

[23] O funcionário americano também comparou os cartéis mexicanos a grupos como o Estado Islâmico (ISIS) e a Al-Qaeda, observando que Washington os considera organizações terroristas estrangeiras. Ele afirmou ainda que essas organizações não apenas contrabandeiam narcóticos para os Estados Unidos, mas também buscam desestabilizar sua democracia e o Estado de Direito. https://www.metroworldnews.com/noticias/2026/07/28/casa-blanca-acusa-que-carteles-controlan-territorios-en-mexico-y-debilitan-sus-instituciones/

A iniciativa atraiu críticas dos Estados Unidos; preocupação de diversos governos latino-americanos; e debates dentro da OEA sobre uma resposta coletiva.

Até mesmo alguns governos tradicionalmente próximos ao sandinismo expressaram reservas, enquanto outros optaram por uma abordagem mais cautelosa.

Peña e o Rei Felipe VI reafirmam a aliança estratégica entre o Paraguai e a Espanha

Por ocasião da posse da nova presidente do Peru, Keiko Fujimori, o presidente da República do Paraguai, Santiago Peña, realizou um encontro bilateral com o Rei da Espanha, Felipe VI, para fortalecer as relações diplomáticas e a cooperação mútua com o reino espanhol em antecipação à próxima Cúpula Ibero-Americana[24].

Entre os temas prioritários discutidos estiveram a cooperação ambiental face às atuais emergências climáticas, a importância da transição energética e o papel dos investimentos espanhóis em projetos de energia solar no Paraguai. Além disso, os dois líderes abordaram o combate conjunto ao crime organizado[25].

Peña aproveitou sua participação na cerimônia peruana para manter uma agenda de reuniões bilaterais com Javier Milei, da Argentina; José Raúl Mulino, do Panamá; José Antonio Kast, do Chile; Nasry Asfura, de Honduras; e Rodrigo Paz, da Bolívia.

No Peru, após a posse de Keiko Fujimori como presidente, os Estados Unidos fortalecem os laços com o país

O novo governo de Keiko Fujimori busca fortalecer seus laços com os Estados Unidos. Um primeiro passo nessa direção seria a adesão do Peru ao ***Escudo das Américas*** *(Shield of the Americas)*, programa do governo Trump criado para coordenar esforços entre nações no combate a cartéis e organizações criminosas. Essa coalizão internacional de apoio militar e de segurança inclui países cujos líderes estão ideologicamente alinhados com o presidente americano: Javier Milei, presidente da Argentina; Nayib Bukele, presidente de El Salvador; e Rodrigo Paz, chefe de Estado da Bolívia, estão entre os que aderiram à iniciativa.

Apenas para lembrar que o ***Escudo das Américas***[26], também conhecido como Coalizão Anticartel das Américas, é uma aliança militar e política lançada pelo presidente dos EUA, Donald Trump, em março de 2026, durante uma cúpula na Flórida. Seu principal objetivo é coordenar os esforços militares e de segurança entre os países do Hemisfério Ocidental para combater organizações criminosas transnacionais, especialmente os cartéis de drogas, bem como para lidar com as ameaças do terrorismo e da migração irregular.

Fujimori já manifestou interesse em aderir à aliança internacional, afirmando que ela oferece "*múltiplas oportunidades para restaurar a paz e combater o crime organizado*".

---

[24] https://www.lanacion.com.py/politica/2026/07/28/pena-y-el-rey-felipe-vi-reafirman-la-alianza-estrategica-entre-paraguay-y-espana-en-lima/

[25] https://www.infobae.com/america/america-latina/2026/07/29/santiago-pena-se-reunio-con-felipe-vi-para-abordar-los-desafios-globales-y-la-cooperacion-de-cara-a-la-cumbre-iberoamericana/

[26] ALONSO, Juan Francisco (6 de marco de 2026) "*Que es el Escudo de las Americas, la iniciativa impulsada por Trump en la que nace la nueva coalición militar regional contra los carteles de la droga*". Publicado en BBC New Mundo. https://www.bbc.com/mundo/articles/cjrq9j55wnwo

O novo Ministro das Relações Exteriores do Peru, Carlos Espá, ex-candidato à presidência pelo partido "***SiCreo***", possui fortes laços com a diplomacia americana.

Espá já comentou sobre essa iniciativa em função dos problemas que o país enfrenta: "*A prioridade número um é a questão da insegurança cidadã. Queremos a cooperação de outros países para nos ajudar a combater extorsionários, organizações criminosas transnacionais, incluindo a questão do Escudo das Américas.*"

De outro lado, a relação entre o Peru e a China, que impulsionou investimentos significativos no país andino, deve passar por observância atenta chinesa dado o alinhamento aos Estados Unidos e a um ministro das Relações Exteriores que atenda aos interesses da Casa Branca[27].

Na Venezuela, a presidente interina Delcy Rodríguez se reúne com uma delegação dos EUA para avaliar a cooperação energética e a segurança em geral

A presidente interina Delcy Rodríguez reuniu-se com uma delegação de alto nível do governo dos Estados Unidos para discutir a resposta aos terremotos, a cooperação energética e a segurança bilateral. Durante as sessões de trabalho, ambas as delegações avaliaram os marcos de cooperação bilateral em matéria de segurança de fronteiras e de combate ao crime organizado transnacional. A delegação dos EUA incluiu os representantes Brian Mast, Randy Fine, Kat Cammack e Jonathan Jackson[28].

A América Latina militariza a segurança pública

Na América Latina, alguns países, como Argentina, Chile e Uruguai, restringiram ou proibiram explicitamente o uso das Forças Armadas na segurança interna, reservando essa função para a polícia[29]. Em outros casos, como Bolívia, Colômbia, Paraguai e Peru, as Forças Armadas podem intervir quando a capacidade policial for insuficiente ou em estados de emergência. A intervenção geralmente requer a declaração de estado de emergência; autorização presidencial; o estabelecimento de prazos; e o controle judicial ou parlamentar, de acordo com cada Constituição.

O cenário de aumento do crime organizado, da extorsão, do tráfico de drogas e dos assassinatos cometidos por pistoleiros levou ***muitos governos da América Latina a usarem as Forças Armadas para garantir a segurança em seus países***[30]. Esse papel, que aparentemente gera vantagens comparativas e um novo cenário de conflito para as forças armadas, também

---

[27] https://larepublica.pe/politica/2026/07/30/peru-estaria-a-un-paso-de-unirse-al-escudo-de-las-americas-eeuu-resalta-relacion-con-keiko-fujimori-hnews-2351880

[28] https://www.telesurtv.net/venezuela-delcy-rodriguez-reunion-delegacion-eeuu/

[29] Em ***Argentina*** é o exemplo mais claro. A Lei de Defesa Nacional nº 23.554, a Lei de Segurança Interna nº 24.059 e a Lei de Inteligência Nacional nº 25.520 estabelecem uma clara distinção entre defesa externa e segurança interna. As Forças Armadas só podem intervir excepcionalmente, sob condições legais específicas e com apoio logístico, exceto por modificações regulamentares posteriores que ampliaram parcialmente sua participação em áreas de fronteira. Em ***Uruguai*** se mantém um modelo semelhante, embora permita a participação militar na vigilância de fronteiras e o apoio à polícia em circunstâncias definidas por lei. ***Chile*** tradicionalmente, limitou o uso das Forças Armadas na segurança interna, embora desde 2019 alguns poderes tenham sido ampliados por meio de estados de exceção constitucional e destacamento militar em infraestruturas críticas ou na macrozona sul.

[30] https://elpais.com/america/2026-08-03/america-latina-deja-la-seguridad-publica-en-manos-de-los-militares.html

resultou em consequências indesejáveis. No Equador, no México e em El Salvador, o uso das forças armadas em funções de segurança interna, patrulhando as ruas, assumindo o controle de prisões, por exemplo, levou a uma acumulação de poder, violência e repetidas acusações de violações dos direitos humanos.

Não devemos esquecer os excessos cometidos pelas forças armadas em muitos países da região, com repressão, desaparecimentos e graves violações dos direitos humanos. Alguns exemplos merecem ser mencionados.

Em **Peru**, embora a Constituição peruana estabeleça que a segurança cidadã é responsabilidade primordial da Polícia Nacional do Peru (PNP). Contudo, nos últimos anos, e sobretudo desde a crise política iniciada em 2022, a declaração de estados de emergência tem se tornado mais frequente, possibilitando a intervenção das Forças Armadas para apoiar a manutenção da ordem interna. A utilização das forças armadas na segurança interna tem sido associada ao controle da criminalidade e à gestão penitenciária para funções para as quais não estão preparadas, aumentando os riscos de uso desproporcional da força e de novas violações dos direitos humanos[31].

Essa situação chamou a atenção de organizações de direitos humanos (como a Coordenação de Direitos Humanos e a Comissão da Verdade e Reconciliação). Organizações de direitos humanos apontaram para a lentidão das investigações; dificuldades em identificar responsabilidades individuais; responsabilização limitada dos comandantes envolvidos. Argumenta-se também que os estados de emergência permitem a restrição temporária de direitos como a liberdade de reunião, a liberdade de movimento e a inviolabilidade do domicílio.

O ***Equador***, como temos descrito nestes Cadernos, tem vivenciado uma deterioração significativa em sua segurança devido à expansão do narcotráfico internacional; ao fortalecimento de organizações criminosas como Los Choneros, Los Lobos e Los Tiguerones; ao aumento de homicídios, sequestros e extorsões; a motins e violência no sistema prisional; e à infiltração do crime organizado em instituições públicas.

Diante dessa situação, o governo de Daniel Noboa tem recorrido consistentemente às Forças Armadas para complementar a Polícia Nacional. O uso das Forças Armadas proporcionou mais pessoal; capacidade logística; inteligência militar; transporte terrestre, aéreo e marítimo; controle de fronteiras e áreas rurais, permitindo o desenvolvimento de operações simultâneas em diversas províncias.

As forças armadas participaram da retomada de prisões; do controle de portos estratégicos; da vigilância de passagens de fronteira; da destruição de laboratórios clandestinos; e do combate à mineração ilegal. A presença das forças armadas limitou temporariamente as atividades de grupos criminosos em algumas áreas. Embora o emprego de militares tenha levado a uma redução nos homicídios e na criminalidade, surgiram relatos significativos de abusos e violações dos direitos humanos[3233].

---

[31] https://www.stereo-romance.com/internacionales/america-latina-militarizacion-seguridad-publica-derechos-humanos.html

[32] A Procuradoria-Geral do Equador abriu investigações sobre o possível desaparecimento forçado de 43 pessoas pelas mãos dos militares.

[33] https://spcommreports.ohchr.org/TMResultsBase/DownLoadPublicCommunicationFile?gId=30708&utm_source

Diversas organizações nacionais e internacionais de direitos humanos alertaram que as Forças Armadas não são treinadas primordialmente para funções policiais. Seu uso gera riscos relacionados ao uso excessivo da força; detenções arbitrárias; desaparecimentos forçados; maus-tratos durante operações; e o impacto sobre comunidades vulneráveis. A militarização permanente é uma grande preocupação, pois pode levar à transformação de medidas excepcionais em políticas permanentes[34].

O uso das Forças Armadas enfraquece o papel da Polícia Nacional; expande excessivamente os poderes militares; e reduz o controle civil sobre a segurança pública. Uma das principais preocupações é a falta de supervisão e responsabilização, com muitos desafios na investigação de denúncias contra militares; na garantia da transparência nas operações; e na responsabilização quando ocorrem abusos.

No **México,** desde a época do presidente Felipe Calderón Hinojosa, os militares têm participado de funções de segurança interna em todo o território mexicano, uma prática que continuou durante os governos de López Obrador e Sheibaum e que gerou inúmeros relatos de violações dos direitos humanos[35]. A criação da Guarda Nacional levou à institucionalização do papel dos militares na segurança pública e até mesmo lhes conferiu o controle da alfândega.

Human Rights Watch (2025), no seu World Report 2025: México[36] analisa o papel crescente das Forças Armadas na segurança pública e documenta alegações de tortura, desaparecimentos forçados, detenções arbitrárias e execuções extrajudiciais, bem como os obstáculos à investigação desses atos.

Em resumo, podemos destacar uma tendência crescente de utilização das forças armadas em funções relacionadas à segurança interna na região. Isso reflete a busca por respostas imediatas a crises de segurança graves, mas também representa desafios significativos para o Estado de Direito. O principal desafio reside em equilibrar o combate ao crime com o respeito aos direitos humanos, evitando que medidas excepcionais se tornem mecanismos permanentes de gestão da segurança pública.

O uso das forças armadas na segurança interna pode ser uma solução rápida, eficiente e eficaz para o aumento do crime organizado, do tráfico de drogas e da violência, mas pode gerar maior dependência do Estado e enfraquecer as instituições democráticas.

---

[34] https://acnudh.org/wp-content/uploads/2025/07/Presentacion-Jan-Jarab-Audiencia-CIDH-Ecuador-militarizacion-de-la-seguridad-publica-y-desapariciones-forzadas.pdf

[35] Embora o Morena tenha promovido a ideia de retirar os militares das ruas e de suas funções de segurança interna durante sua campanha política, essa situação persiste, e os relatos de violações de direitos humanos por parte dos cidadãos continuam.

[36] https://www.hrw.org/es/world-report/2025/country-chapters/mexico?utm

O Organismo Andino de Saúde Convênio Hipólito Unanue (ORAS-Conhu) participou de eventos sobre hantavirus, El Niño, no Parlamento Andino[37,38,39]

O ORAS-Conhu convocou a "Reunião Técnica Sub-regional sobre Hantavirus: vigilância, laboratório e controle de riscos associados à exposição em zonas endémicas" para analisar a situação epidemiológica atual e harmonizar os mecanismos de prevenção e resposta regional frente à circulação persistente do vírus. Durante a sessão, o secretário executivo, Fernando Dattolo, reforçou a necessidade de ações colaborativas para "fortalecer a vigilância integrada, identificar brechas e combinar ações prioritárias para a preparação e resposta regional."

Além disso, confirmou o papel do Oras-Conhu em "acompanhar os países na articulação técnica, no intercâmbio oportuno de informações e na construção de capacidades que fortaleçam a segurança sanitária regional". O evento também contou com a participação de autoridades argentinas, chilenas e estadunidenses. Como resultado das discussões, autoridades e especialistas indicaram a necessidade de avançar na vigilância integrada, levando em consideração a abordagem de Uma Só Saúde, dada a proximidade do fenómeno El Niño, que poderá agravar a circulação de doenças zoonóticas, respiratórias, diarreicas agudas e transmitidas por vetores e roedores.

Em colaboração com o Centro Internacional para Pesquisa sobre o fenômeno El Niño (CIIFEN), o ORAS-Conhu convocou a Reunião Técnica Regional sobre o fenômeno El Niño 2026 que contou com autoridades e especialistas. Na abertura, a secretária adjunta do Organismo lembrou que na Declaração de Lima de 2026 as Ministras e Ministros de Saúde da Área Andina sinalizaram a necessidade de fortalecer a resiliência climática dos sistemas sanitários, preparar as equipes de resposta rápida e consolidar de maneira definitiva os sistemas de alerta precoce.

Os principais riscos identificados para a saúde pública regional foram:

- Efeitos socioambientais afetarão as capacidades operativas dos serviços de saúde e colocarão em risco a vida dos mais vulneráveis;
- Incremento alarmante de doenças transmitidas por vetores;
- Surto de doenças diarreicas agudas e transmitidas por água;
- Insegurança alimentar e desnutrição;
- Impacto por ondas de calor e condições respiratórias;
- Impacto na infraestrutura sanitária.

Como diretrizes e recomendações, o ORAS-Conhu e o CIIFEN apresentaram os seguintes pontos:

- Para instituições e ministérios de saúde: respostas sanitárias devem ser planejadas com prognósticos e efeitos locais esperados, garantindo a manutenção dos serviços essenciais.

---

37 https://orasconhu.org/es/mas-de-80-especialistas-de-la-region-se-reunen-para-fortalecer-la-respuesta-ante-el-hantavirus-en

38 https://orasconhu.org/es/mas-de-200-tecnicos-de-la-region-andina-se-reunen-ante-un-posible-fenomeno-de-el-nino-de-moderado

39 https://orasconhu.org/es/parlamento-andino-y-oras-conhu-unen-fuerzas-por-la-salud-en-la-region-andina

- Para os governos locais e comunitários: intensificar a limpeza preventiva de drenagens e canais para mitigar o impacto de transbordamentos fluviais
- Para a população em geral: observar água segura, utilizar proteção pessoal, seguir canais oficiais

O secretário executivo, Fernando Araos, e a secretária adjunta, Javiera Menay, participaram de uma reunião de trabalho com autoridades parlamentares do Parlamento Andino com o objetivo de fortalecer a articulação entre ambas as instituições e impulsionar uma agenda conjunta. Durante o encontro, Araos apresentou as ações do Organismo sob o marco da Declaração de Lima 2026, entre elas, as prioridades são a negociação conjunta de preços de medicamentos, o laboratório andino de inovação em saúde, o Observatório Andino de Saúde e Investimento e o Plano de Mudança Climática 2026-2030. Por fim, as autoridades reafirmaram a necessidade de articular as agendas de todos os membros da Área Andina.

A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) participou em eventos de articulação indígenas e enfrentamento do fogo na área amazônica[40][41]

A OTCA em conjunto com organizações indígenas amazônicas, instituições do Estado equatoriano participou do Encontro Nacional do Equador do Mecanismo Amazônico dos Povos Indígenas (MAPI) e Articulação Territorial para a Governança Amazônica. O objetivo do evento foi elaborar proposta nacional do Equador para o fortalecimento do MAPI e para a construção de uma governança amazônica mais participativa e intercultural.

A agenda do primeiro dia do evento foi elaborada para discutir os avanços do MAPI, a estrutura de funcionamento, os princípios que orientam a implementação e o Plano de Trabalho 2026-2027. Os participantes analisaram materiais para uma proposta de regulamento do futuro Fórum dos Povos Indígenas, comunidades locais e tradicionais. Um dos principais consensos alcançados foi a necessidade de fortalecer a articulação nacional entre as organizações indígenas amazônicas e instituições públicas, garantindo uma participação efetiva no MAPI e uma representação que reflita a diversidade territorial e cultural do país.

No segundo dia do primeiro dia do evento foi dedicado à coleta de propostas para o futuro Fórum dos Povos Indígenas, comunidades locais e tradicionais, com o objetivo de contribuir com seus conhecimentos tradicionais e ancestrais, dados e informações técnicas e científicas interculturais para o desenvolvimento de tecnologias adequadas à preservação e à sustentabilidade da Amazônia no âmbito da gestão e da formulação de políticas públicas.

Além disso, a sede da OTCA foi palco para o lançamento da segunda edição do Relatório Anual do Fogo no Brasil com a participação de instituições governamentais, corpo de bombeiros e organizações que atuam no monitoramento e manejo integrado do fogo. O Brasil apresentou resultados positivos, sendo que registrou em 2025 a menor área queimada desde o início da série histórica do MapBiomas Fogo.

A diretora executiva da OTCA, Vanessa Grazziotin, reforçou em sua intervenção a importância da articulação entre os países membros da organização com o objetivo de promover

[40] https://otca.org/pt/menor-area-queimada-amazonia-brasileira-2/
[41] https://otca.org/pt/equador-fortalece-a-articulacao-nacional-do-mapi-com-encontro-entre-governo-e-povos-indigenas-na-amazonia/

melhores condições de vida para as populações. Além disso, Grazziotin destacou a criação da Rede Amazônica de Manejo Integrado do Fogo (RAMIF) e o avanço na construção de um entendimento operativo para apoiar respostas coordenadas dos países diante de eventos extremos. O coordenador técnico do Observatório Regional Amazônico (ORA), Gonzalo Llosa, sinalizou a importância de integrar séries nacionais e regionais para fortalecer os sistemas de alerta e apoiar respostas coordenadas.

Governança, saúde e segurança em transformação

Gobernanza, Salud y Seguridad en Transformación

Governance, health and security in transformation

Augusto Paulo Silva, Manuel Mahoche, Tomé Cá, Valery Martinez Jean e Felix Rosenberg

Resumo: Este Informe analisa os principais acontecimentos políticos, econômicos e sanitários na África Ocidental e Austral. Na África Ocidental, destaca-se a 69ª Cúpula da CEDEAO, realizada em Serra Leoa, marcada pelo debate sobre o futuro da integração regional após a saída de Mali, Níger e Burkina Faso. A organização buscou reafirmar a unidade regional, renovou sua liderança com a eleição do General Birame Diop para a presidência da Comissão e de Bassirou Diomaye Faye para a presidência *pro tempore*. Também foram anunciados avanços em dois projetos estratégicos: o gasoduto Nigéria–Marrocos e a meta de lançamento da moeda única ECO em 2027. No campo da saúde, houve mudança na direção da Organização Oeste Africana da Saúde, em meio aos desafios institucionais decorrentes da divisão entre CEDEAO e AES. A segurança marítima no Golfo da Guiné também recebeu atenção especial por meio de uma reunião regional no Benim. Na área sanitária continental, o surto de Ebola na República Democrática do Congo continuou a se expandir, com aumento de casos, mortalidade elevada e risco de disseminação regional. O CDC África reforçou sua atuação por meio de novas parcerias voltadas para vigilância, imunização, atenção primária à saúde e fortalecimento dos sistemas sanitários. Na África Austral, a SADC discutiu financiamento sustentável da saúde, produção regional de medicamentos, resposta ao HIV, impacto dos eventos climáticos e preparação para emergências. O relatório conclui que segurança sanitária, integração regional, resiliência climática e soberania produtiva permanecerão centrais para o desenvolvimento africano.

Palavras-chave. África; África Ocidental; Integração Regional; Segurança Regional; Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).

Resumen: *El Informe presenta un panorama de los principales acontecimientos políticos, económicos y sanitarios de África Occidental y Austral. En África Occidental, la 69.ª Cumbre de la CEDEAO estuvo marcada por el debate sobre el futuro de la integración regional tras la salida de Malí, Níger y Burkina Faso. Los dirigentes reafirmaron su compromiso con la cooperación regional y eligieron al general Birame Diop como presidente de la Comisión de la CEDEAO y a Bassirou Diomaye Faye como presidente rotativo de la organización. La cumbre también impulsó dos proyectos estratégicos de gran alcance: el gasoducto Nigeria–Marruecos y la implementación de la moneda única ECO prevista para 2027. En el sector sanitario, la Organización de Salud de África Occidental renovó su dirección y enfrenta el reto de adaptarse al nuevo contexto político regional. Asimismo, la seguridad marítima en el Golfo de Guinea fue objeto de coordinación regional entre gobiernos, expertos y fuerzas de seguridad. En materia de salud pública continental, el brote de ébola en la República Democrática del Congo continuó agravándose, con expansión geográfica, alta mortalidad y riesgos de propagación transfronteriza. Paralelamente, África CDC fortaleció su cooperación internacional mediante acuerdos destinados a mejorar la vigilancia epidemiológica, la inmunización y la atención primaria de salud. En África Austral, la SADC dio prioridad a la financiación sostenible de la salud,*

la producción farmacéutica regional, la respuesta al VIH, la preparación ante emergencias y los impactos del cambio climático. El informe concluye que la cooperación regional será decisiva para fortalecer la seguridad sanitaria y el desarrollo sostenible del continente.

Palabras clave. *África; África Occidental; Integración Regional; Seguridad Regional; Comunidad Económica de los Estados de África Occidental (CEDEAO).*

Abstract: *The report reviews the main political, economic, and public health developments in West and Southern Africa. In West Africa, the 69th ECOWAS Summit focused on the future of regional integration following the withdrawal of Mali, Niger, and Burkina Faso. Member states reaffirmed their commitment to cooperation while electing General Birame Diop as President of the ECOWAS Commission and Bassirou Diomaye Faye as Chair of the Authority of Heads of State and Government. The summit also advanced two strategic initiatives: the Nigeria–Morocco gas pipeline project and the planned launch of the ECO single currency in 2027. In the health sector, the West African Health Organization entered a new phase of leadership while adapting to the institutional consequences of regional geopolitical divisions. Maritime security in the Gulf of Guinea was also strengthened through a regional coordination meeting in Benin. On the continental health front, the Ebola outbreak in the Democratic Republic of the Congo continued to expand, with rising case numbers, high mortality, and increasing concerns about cross-border transmission. Africa CDC reinforced its role through new partnerships aimed at strengthening disease surveillance, immunization, primary healthcare, and health system resilience. In Southern Africa, SADC discussions emphasized sustainable health financing, local pharmaceutical production, HIV response, climate-related risks, disaster preparedness, and regional cooperation. The report concludes that health security, regional integration, climate resilience, and productive sovereignty will remain key pillars of Africa's development agenda in the coming years.*

Keywords. *Africa; West Africa; Regional Integration; Regional Security; Economic Community of West African States (ECOWAS).*

Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)

Cúpula de Chefes de Estado e de Governo

Um encontro sub-regional para fortalecer a segurança marítima no Golfo da Guiné

Os Chefes de Estado e de Governos dos países membros da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) reuniram-se em 69ª Sessão Ordinária no dia 19 de julho, na Serra Leoa. Sob a presidência do Presidente da Serra Leoa e presidente em exercício da Cimeira da CEDEAO, Senhor Julius Maada Bio, a cimeira reuniu 11 Estados-Membros[1] e contou com a presença, pela primeira vez, do General Mamadi Doumbouya, presidente da República da Guiné, país que se encontrava sob sanções da CEDEAO por razões de golpe de Estado ocorrido desde 2023 e do beninense Romuald Wadagni, recentemente eleito novo presidente da República do Benim.

[1] A Guiné-Bissau não participou por estar em período de sanção devido ao golpe de Estado ocorrido em novembro passado. Com a retirada dos 3 Estados-Membros do Sahel, a Comunidade conta atualmente com 12 membros.

A reunião foi consagrada ao futuro da integração regional na África Ocidental. Segundo as informações trazidas ao público, oficialmente os dirigentes manifestaram a sua vontade de reforçar a unidade da organização. Mas, nos bastidores, as discussões à parta fechada revelaram-se mais difíceis, nomeadamente no que diz respeito às consequências da retirada dos três Estados do Sahel: Níger, Mali e Burquina Faso.

A escolha do tema não foi fruto de um acaso. A situação de segurança na África Ocidental continua a ser muito frágil, marcada pela expansão do terrorismo no Sahel central, pela pressão sobre os Estados costeiros e pelo aumento da insegurança alimentar com a deslocação forçada das populações. A situação tem gerado uma certa desconfiança tanto a nível interno como externo em relação às estratégias de luta contra o terrorismo incluindo as opções nas parcerias internacionais. A crise do terrorismo foi mesmo invocada como causa para os sucessivos golpes de estado ocorridos entre 2022 e 2023 e teve como consequência, a retirada dos 3 estados do Sahel quando os outros países decidiram intervir militarmente para repor a ordem constitucional. Desde então, é a falta de confiança mútua que reina.

A sessão ordinária n°69 da CEDEAO tem um significado particular. É o momento de renovação dos membros executivos da Comissão e de outras instituições estatutárias. Ela foi antecipada de duas grandes reuniões, nomeadamente do Comité de Administração e Finanças (CAF) que tem a participação dos delegados de todos os estados-membros com três dias de reuniões e do Conselho de Ministros, órgão responsável pela preparação da agenda da reunião dos Chefes de Estados depois de ter estudado e validado os relatórios e todos os documentos técnicos produzidos pelo CAF.

O final da reunião da 69ª Sessão Ordinária ficou marcado pela sucessão do Chefe de Estado do Senegal Bassirou Diomaye Faye, ao seu homólogo da Serra Leoa na Presidência rotativa da Cúpula de Chefes de Estado. Mas o elemento mais marcante desta 69ª Cimeira é a eleição para o cargo do Presidente da Comissão da CEDEAO do General Birame Diop para um mandato de 4 anos e a renovação de todos os Comissários assim como de outros responsáveis estatutários. Muitos comentadores políticos veem o facto da escolha de um general à cabeça do órgão executivo da CEDEAO como uma resposta objetiva a situação securitária da região. Para a cabeça da Organização Oeste Africana da Saúde (OOAS), é o Professor togolês Vincent Palokinam Pitché que sucede ao beninense Dr. Melchior Athanase Joël Codjovi Aïssi (detalhes a frente).

Dos dossiers sensíveis

A reunião à porta fechada dos Chefes de Estado provocou um atraso de mais de duas horas. Segundo fontes, os chefes de Estado não conseguiram, numa primeira fase, chegar a acordo sobre vários assuntos sensíveis. No centro das discussões esteve, nomeadamente, a questão das medidas a adotar na sequência da retirada do Burquina Faso, do Mali e do Níger, reunidos na Confederação dos Estados do Sahel.

Embora o tema tenha sido pouco abordado publicamente, várias fontes indicam que dominou amplamente as discussões entre os líderes. No final do encontro, o Presidente *pro tempore* cessante da Comissão da CEDEAO, Omar Alieu Touray, insistiu na necessidade de preservar o espírito de integração regional e de prosseguir o diálogo entre os Estados-Membros, apesar dos desafios atuais. Segundo Touray:

> *A História nos ensina, que os períodos de incerteza são também momentos de oportunidades. Convidam-nos a renovar o nosso compromisso*

> *coletivo para com os ideais de solidariedade, cooperação e integração que inspiraram os pais fundadores da nossa comunidade.*

E concluiu afirmando que:

> *As decisões a tomarem serão aquelas que contribuirão para moldar o futuro da integração regional e as expectativas de mais de 450 milhões de cidadãos da África Ocidental, que encaram a CEDEAO como um instrumento essencial para a paz, o progresso e a prosperidade partilhada.*

Restaurar a imagem da CEDEAO

Omar Alieu Touray vai ser sucedido à frente da Comissão da CEDEAO pelo General Birame Diop — Ex-Ministro da Defesa e ex-Chefe de Estado-Maior General do Senegal. Birame Diop ocupou o cargo de conselheiro do Secretário-Geral das Nações Unidas. Ao escolher um General das forças armadas para o posto numa altura em que o maior desafio de toda a região é segurança e combate ao terrorismo, o Senegal deixa a perceber que o maior objetivo de sua governação regional é restauração da imagem da maior organização regional da África, mas que se viu manchada nos últimos anos por múltiplas crises. Além de general, Senhor Diop é também um diplomata de alto nível, conhece muito bem os meandros das organizações internacionais. A sua passagem nos altos escalões do exército senegalês e nos sistemas de nações unidas, vai ser muito útil, por exemplo, no âmbito da luta contra o terrorismo, nas negociações entre os países da CEDEAO e o Magreb e para harmonizar as políticas. “Com a ajuda de Birame, espera-se que máquina volte a funcionar”, afirmou um diplomata da África Ocidental.

Ao mesmo tempo que o general Diop foi aceite a frente da comissão, os pares elegem Bassirou Faye, Presidente do Senegal para a presidência *pro tempore* (rotativa) da Cúpula de Chefes de Estado e de Governo. Na sua primeira declaração após ter sido eleito pelos pares, o Presidente Faye afirma que “ao aceitar com responsabilidade esta missão, comprometeu-se a dar vida a este legado, adaptando-o aos desafios do nosso tempo, nomeadamente a segurança coletiva, a estabilidade institucional, a soberania política e económica e uma voz da África Ocidental mais audível e mais credível.”

No entanto, os bastidores diplomáticos denunciam um ambiente ainda fortemente marcado por divergências quanto à estratégia a adotar face às crises atuais. Ao final dos trabalhos, ainda não parecia ter-se chegado a um consenso total. Embora estas divergências não tenham sido tornadas públicas, elas ilustram os desafios que a CEDEAO enfrenta num momento em que procura redefinir o seu papel e o seu projeto de integração numa região confrontada com crises de segurança e reestruturações geopolíticas.

Para refrescar a memória, a CEDEAO atravessa inúmeras crises sociais e geopolíticas, nomeadamente com a saída, em janeiro de 2025, de três dos seus membros — o Mali, o Burquina Faso e o Níger — e formaram a Aliança dos Estados do Sahel (AES). A rotura foi precipitada após o golpe de Estado em julho de 2023 no Níger (terceiro país consecutivo em 2 anos), e a CEDEAO ameaçou intervir militarmente para restabelecer o presidente deposto impondo pesadas sanções económicas e políticas a Niamey. Os três países solidaram-se e declaram a sua saída de CEDEAO.

Mudanças na liderança da Organização Oeste Africana da Saúde

Como mencionado anteriormente, o togolês Vincent Palokinam Pitché foi nomeado Diretor-Geral da Organização Oeste Africana da Saúde (OOAS), a instituição especializada da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) na área da saúde. Segundo as médias do seu país, trata-se de um profissional de saúde pública com vasta experiência nas questões de coordenação regional. Médico, Professor Universitário, especialista em dermatologia e infeciologia/infectologia, destacou-se no seu país nomeadamente à frente do Secretariado Permanente do Conselho Nacional de Luta contra a AIDS e as IST. Na OOAS, vai herdar dossiers complexos: vigilância epidemiológica num contexto de reemergência crescente das doenças evitáveis pela vacinação, o desafio da harmonização das políticas de saúde, a promoção da produção local de medicamentos e vacinas para uma relativa independência sanitária e reforço da cobertura universal de saúde no espaço comunitário, entre outros.

A sua nomeação surge num contexto geopolítico específico e diplomaticamente complexo. A OOAS é uma instituição da CEDEAO cuja sede, historicamente, situada em Bobo-Dioulasso, no Burquina Faso, um dos três países da Aliança dos Estados do Sahel (AES), juntamente com o Mali e o Níger. No entanto, estes três Estados-membros retiraram-se da CEDEAO e a OOAS vê-se obrigada a mudar de país. A nomeação do Professor Vincent Pitché, anunciada cerca de dezoito meses após a saída efetiva do Burquina Faso da CEDEAO, ocorre num período em que a OOAS está a ser transferida para Abidjan, na Costa do Marfim; as próprias instituições da organização comunitárias se veem afetadas pela divisão entre a CEDEAO e a AES; de modo particular, o dossier de mudança não está a ser conduzido da melhor forma possível tendo criado um desconforto global na gestão do pessoal e mesmo nos assuntos de emergência sanitária.

Mas o facto de um novo Diretor-Geral ter vindo do Togo, pode ser também uma grande oportunidade na gestão da instituição num contexto geopolítico e diplomaticamente complexo. O Togo vem sendo o país que conseguiu ao longo desses anos de tensão política se situar no meio da divisão com uma certa margem de manobra de negociação. A escolha de um togolês para suceder na Direção-Geral da OOAS pode assim contar com uma expectativa de melhorar as relações incontornáveis com os países da AES. As questões das emergências sanitárias deveriam ser tratadas fora de todas as considerações políticas. E a OOAS tem acumulado experiência de ter trabalhado ao longo dos 10 últimos anos com países fora da CEDEAO, nomeadamente, a Mauritânia, o Chade e Camarões. Para o novo 'patrão', o desafio iminente será duplo: conduzir a transição e a deslocalização da sede para a Costa do Marfim e negociar a continuidade dos serviços regionais de saúde numa África Ocidental dividida em dois blocos.

Duas decisões económicas importantes

A Cúpula tomou, entre outras, duas decisões de extrema importância económica para comunidade:

- *Aprovação do projeto do gasoduto Nigéria-Marrocos*

Os chefes de Estado e de Governo da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) deram um passo decisivo na concretização do projeto do gasoduto Nigéria-Marrocos. O acordo intergovernamental foi aprovado durante 69ª Sessão Ordinária para a realização desta infraestrutura energética de dimensão continental. Esta decisão representa um avanço significativo para a integração energética da África Ocidental e abre caminho para as

próximas fases de implementação de um projeto considerado um dos mais ambiciosos do continente.

Com cerca de 6 000 quilómetros de extensão, o gasoduto ligará as importantes reservas de gás da Nigéria ao Marrocos, ao longo da costa atlântica e atravessando 13 países africanos. Para além do seu carácter transfronteiriço, esta infraestrutura melhorar de forma sustentável visa o acesso à energia nos países envolvidos, estimular a industrialização, promover as trocas económicas e criar um vasto corredor energético que ligue a África Ocidental a Marrocos, com uma abertura estratégica para o mercado europeu. O projeto deverá, assim, contribuir para reforçar a segurança energética regional, apoiando simultaneamente os objetivos de desenvolvimento económico dos Estados contemplados pelo gasoduto.

O custo total do projeto está estimado em 23 bilhões de euros. De acordo com o calendário aprovado, as obras de construção deverão ter início em 2028, enquanto as primeiras entregas de gás estão previstas a partir de 2031. Na sequência da aprovação do acordo intergovernamental, os Estados parceiros deverão agora dar início às próximas etapas operacionais, nomeadamente a criação da sociedade do projeto encarregada de coordenar a realização da obra, bem como a constituição da autoridade de governação que assegurará a gestão desta infraestrutura estratégica

Lançado em 2016 pela Nigéria e pelo Marrocos, o projeto do gasoduto foi adquirindo, progressivamente, uma dimensão geoestratégica de grande importância. Num contexto marcado pela reestruturação dos mercados energéticos mundiais, pela diversificação das fontes de abastecimento e pelo aumento das necessidades energéticas no continente africano, esta infraestrutura está destinada a desempenhar um papel determinante no reforço da cooperação regional. Para a CEDEAO, o gasoduto constitui igualmente um poderoso motor de integração económica, ao promover os investimentos, o desenvolvimento das indústrias locais, a criação de emprego e a melhoria do acesso a uma energia mais fiável para as populações. A aprovação do acordo intergovernamental pelos líderes da África Ocidental em Freetown marca, assim, um ponto de viragem decisivo na concretização deste megaprojeto, que ambiciona transformar de forma sustentável o panorama energético da África Ocidental e reforçar os laços económicos entre o continente africano e a Europa.

- *O lançamento da moeda única comunitária (ECO) confirmado para 2027*

O dia 19 de julho ficou marcado como data em que os Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO reafirmaram o seu compromisso com a criação da moeda única regional ao assumirem 2027 como ano de lançamento da moeda única. Os líderes saudaram igualmente o registo oficial da marca "ECO" junto da Organização Africana da Propriedade Intelectual (OAPI), um avanço simbólico e estratégico neste processo.

O projeto da moeda única da África Ocidental, denominado ECO, estava já assemelhando a uma promessa que se adia incessantemente, embora se continue a acreditar nela. Após mais de duas décadas de adiamentos, a CEDEAO estabeleceu um novo prazo para 2027. Através desta decisão, a CEDEAO reafirma a sua determinação em dotar a região de uma moeda comum capaz de facilitar o comércio, reduzir os custos das transações, reforçar o mercado regional e acelerar a integração económica. Embora ainda haja vários desafios técnicos e macroeconómicos a superar, a manutenção do prazo de 2027 e os progressos registados demonstram a vontade dos líderes da África Ocidental de fazer do ECO um importante motor de desenvolvimento, competitividade e prosperidade para as populações da Comunidade.

O comunicado final especifica que a implementação terá início com os países que cumpram os critérios de convergência macroeconómica, enquanto aos restantes será concedido apoio para facilitar a sua adesão posterior. Habilmente, trata-se de avançar sem esperar pela Comunidade na sua totalidade.

É de notar que, para além de alguns aspetos e critérios técnicos, o projeto ECO está marcado por profundas tensões políticas. Por trás das declarações de intenções, as realidades nacionais falam por si. A Nigéria, potência económica da região, opõe-se firmemente aos mecanismos do franco CFA e exige uma moeda totalmente gerida pela África Ocidental, sem qualquer vínculo de garantia com o Tesouro francês. Esta posição, partilhada pelo Gana e pela Gâmbia, antigas colónias britânicas, cria uma divisão no seio da CEDEAO entre os países francófonos e anglófonos. Estes países não parecem dispostos a abandonar as suas próprias moedas que são, para eles, um símbolo de soberania. A Constituição nigeriana designa o *naira* como moeda nacional, e a aceitação do ECO como moeda sub-regional, embora esteja a progredir, depara-se com obstáculos técnicos e políticos.

Um encontro regional para reforçar a segurança marítima no Golfo da Guiné

De 22 a 23 de julho, teve lugar em Cotonou, capital do Benim, a oficina sub-regional dedicada à segurança e à proteção marítimas no Golfo da Guiné, organizado pelo Centro Multinacional de Coordenação Marítima (CMMC) da Zona E. Este encontro de alto nível, contou com a participação ativa da representação residente da CEDEAO no Benim e reuniu especialistas, responsáveis militares, autoridades governamentais e parceiros regionais para debater os desafios relacionados com a governação marítima e a implementação da estratégia conjunta para garantir a segurança deste espaço estratégico.

O *workshop* reuniu várias personalidades de destaque, entre as quais o Comodoro Mohammad Saghir Septième, Comandante da Força Operacional Marítima Combinada para o Golfo da Guiné (CMTF-GoG). Durante dois dias, os participantes analisaram os desafios de segurança que continuam a afetar o Golfo da Guiné, uma zona essencial para o comércio internacional, mas que enfrenta desafios como a pirataria, o tráfico ilícito, a pesca ilegal e outras formas de criminalidade marítima.

Na sua intervenção de abertura, o Representante Residente da CEDEAO no Benim, Josaphat Lafia salientou a importância estratégica da cooperação regional para fazer face aos desafios de segurança no Golfo da Guiné. Recordou igualmente o papel fundamental desempenhado pela CEDEAO na promoção de uma governação marítima integrada, capaz de responder eficazmente às ameaças transfronteiriças. Por fim, saudou o compromisso renovado dos Estados-Membros em reforçar a coordenação regional e acelerar a implementação da estratégia conjunta na Zona E, em conformidade com as orientações adotadas durante o último Conselho de Mediação e Segurança (CMS) da organização.

No final dos trabalhos, os participantes apelaram à consolidação dos mecanismos regionais existentes, bem como a uma maior mobilização dos recursos humanos, técnicos e financeiros necessários para garantir a segurança dos espaços marítimos. Salientaram que a estabilidade do Golfo da Guiné constitui um desafio fundamental, não só para os Estados costeiros, mas também para o desenvolvimento económico, o comércio e a integração regional na África Ocidental

A CEDEAO reafirmou a sua determinação a apoiar os Estados-Membros no reforço da governação marítima e da cooperação em matéria de segurança. Ao apoiar o desenvolvimento de uma estratégia coordenada e integrada, a entidade comunitária confirma a sua vontade de tornar o Golfo da Guiné um espaço mais seguro, mais resiliente e propício à prosperidade económica de toda a sub-região da África Ocidental.

Ebola – Atualização (26 de julho)

República Democrática do Congo

Resumidamente, o surto continuou a se intensificar durante o período deste relatório, com transmissão sustentada, aumento da mortalidade e expansão geográfica contínua dentro do país. O número acumulado de casos notificados já ultrapassou o registrado nos dois surtos anteriores, tornando este o maior surto já causado por esse vírus até o momento.

Embora não tenham sido notificados novos casos fora da República Democrática do Congo, a persistência da transmissão em áreas conectadas por importantes corredores de mobilidade nacional e transfronteiriça continua mantendo elevado o risco de disseminação regional. Essas tendências epidemiológicas ressaltam a necessidade de fortalecer a vigilância, a colaboração entre países fronteiriços e as medidas de preparação para detectar rapidamente e conter qualquer propagação internacional.

Desde a última atualização, em 19 de julho de 2026 (Relatório de Situação nº 10), a situação epidemiológica continuou a se deteriorar, com transmissão sustentada e maior expansão geográfica do surto.

Foram notificados mais 839 casos confirmados e 470 óbitos confirmados, representando aumentos de 34,6% e 48,6%, respectivamente, no número acumulado de casos e mortes confirmados em comparação com o período de relatório anterior. Desse total adicional, 272 casos confirmados e 174 óbitos confirmados foram identificados por meio de reconciliação retrospectiva de dados (notificação em lote) e, portanto, não representam necessariamente novas infecções ou mortes ocorridas durante o período atual de reporte.

A taxa bruta de letalidade entre os casos confirmados aumentou de 39,9% para 44,1%, refletindo atrasos persistentes na detecção dos casos, no encaminhamento dos pacientes e no acesso ao tratamento, além da contínua predominância de óbitos ocorridos na comunidade.

Durante o período em análise, a Zona de Saúde de Rungu, na província de Haut-Uélé, passou a ser considerada área afetada, elevando de 47 para 48 o número total de zonas de saúde atingidas pelo surto. Nenhuma nova província foi afetada durante o período de referência.

Apesar da contínua expansão geográfica, a transmissão intensa permaneceu amplamente concentrada em áreas específicas. De 31 de julho a 1º de agosto, foram notificados nacionalmente 3.674 casos e 1.621 óbitos confirmados.

A província de Ituri continuou respondendo pela grande maioria das transmissões recentes, com 1.592 casos (88,9%) e 871 óbitos (85,9%). As províncias de Kivu do Norte, Haut-Uélé e Tshopo, em conjunto, registraram 199 casos (11,1%) e 143 óbitos (14,1%). Nenhum novo caso ou óbito foi registrado em Kivu do Sul durante o período.

Das 48 zonas de saúde afetadas, 42 notificaram casos confirmados nos 21 dias anteriores, enquanto seis zonas de saúde (Gety, Goma, Kambala, Mabalako, Miti-Murhesa e

Vuhovi) não relataram novos casos por mais de três semanas. Isso sugere que a transmissão pode ter sido interrompida nessas áreas, desde que a vigilância permaneça suficientemente sensível para detectar eventuais cadeias de transmissão ainda ativas.

Os maiores aumentos no número de casos confirmados nos últimos 21 dias foram registrados em Bunia (301 casos), Nizi (273), Rwampara (211), Mongbwalu (208), Katwa (84), Lita (77), Mangala (61), Nia-Nia (57), Butembo (32) e Bambu (29). Em conjunto, essas dez zonas de saúde responderam por 85,8% de todos os novos casos confirmados notificados no país durante o período.

Bunia, Nizi, Mongbwalu e Rwampara permaneceram como o principal corredor de transmissão, concentrando quase dois terços de todos os novos casos registrados. O aumento contínuo de casos em Lita, Nia-Nia e Mahagi, juntamente com o surgimento da transmissão na Zona de Saúde de Rungu, indica uma expansão contínua do surto em direção ao oeste e ao norte, dentro das províncias de Ituri e Haut-Uélé.

A mortalidade apresentou padrão semelhante de concentração geográfica. Os maiores aumentos no número de óbitos confirmados durante o mesmo período foram observados em Rwampara (166 óbitos), Nizi (147), Mongbwalu (90), Bunia (86), Lita (50), Katwa (47), Mangala (44), Nia-Nia (35), Butembo (29) e Tchomia (22).

Coletivamente, essas dez zonas de saúde foram responsáveis por aproximadamente 83,5% de todos os novos óbitos confirmados registrados no país nos últimos 21 dias, demonstrando que a mortalidade permaneceu concentrada no mesmo corredor de transmissão que impulsiona a epidemia.

De modo geral, os óbitos confirmados continuaram ocorrendo predominantemente fora dos centros de tratamento designados, indicando atrasos persistentes na detecção dos casos, no encaminhamento dos pacientes e no acesso aos cuidados adequados. Nos últimos sete dias do período analisado (20 a 26 de julho de 2026), foram registrados 296 óbitos confirmados, dos quais 186 (62,8%) foram classificados como óbitos ocorridos na comunidade e 110 (37,2%) ocorreram em centros de tratamento ou assistência designados.

É importante destacar que, do ponto de vista operacional, a categoria “óbitos na comunidade” inclui todas as mortes ocorridas fora das unidades de tratamento designadas, embora aproximadamente 30% desses óbitos tenham ocorrido em estabelecimentos de saúde não designados, e não propriamente na comunidade.

A predominância contínua de mortes fora dos centros de tratamento especializados sugere que muitos pacientes ainda estão sendo identificados tardiamente, já em estágios avançados da doença ou mesmo após o óbito. Essa situação reforça a necessidade de fortalecer a vigilância baseada na comunidade, melhorar o reconhecimento precoce dos casos e o encaminhamento a partir das unidades de saúde periféricas, além de ampliar o acesso oportuno ao tratamento especializado.

Das 896 mortes confirmadas analisadas, crianças com menos de 5 anos representaram 17,4% (n = 156), enquanto pessoas com 5 anos ou mais corresponderam a 82,6% (n = 740), refletindo a predominância da mortalidade entre crianças mais velhas e adultos. No entanto, as maiores taxas de letalidade foram observadas nos grupos etários mais jovens, atingindo 65,9% entre lactentes com menos de um ano de idade e 57,8% entre crianças de 1 a 4 anos. A taxa de

letalidade também permaneceu elevada entre crianças de 5 a 9 anos (42,2%) e adultos com 60 anos ou mais (41,8%), enquanto variou entre 24,9% e 29,1% entre pessoas de 10 a 59 anos.

A maior mortalidade observada entre crianças pequenas e idosos provavelmente é multifatorial e pode refletir maior vulnerabilidade biológica, respostas imunológicas menos robustas e uma maior prevalência de condições subjacentes ou desnutrição entre as crianças pequenas das áreas afetadas. De forma geral, a mortalidade foi mais elevada entre os homens (taxa de letalidade de 35,1%) do que entre as mulheres (29,6%). Essa diferença pode refletir uma procura tardia por atendimento de saúde, fatores ocupacionais ou comportamentais associados à demora na busca por cuidados, diferenças na intensidade da exposição ou condições de saúde preexistentes.

Até 26 de julho de 2026, um total de 15.498 contatos estava sob acompanhamento na República Democrática do Congo, dos quais 12.122 (78,2%) foram monitorados com sucesso nas 24 horas anteriores. A Província de Ituri concentrava a maioria dos contatos em acompanhamento, embora apenas 75,6% tenham sido efetivamente monitorados. Haut-Uélé alcançou 60,0%, Kivu do Norte 85,2% e Tshopo 90,9%. As atividades de acompanhamento de contatos foram concluídas em Kivu do Sul, refletindo a ausência de transmissão recente que exigisse monitoramento. No geral, o desempenho do acompanhamento permaneceu significativamente abaixo da meta operacional de 95%, deixando 3.376 contatos sem monitoramento durante o período analisado e aumentando o risco de infecções não detectadas e de continuidade da transmissão comunitária.

Desde o início do surto, a República Democrática do Congo registrou 3.262 casos confirmados, incluindo 1.437 mortes confirmadas, correspondendo a uma taxa bruta de letalidade de 44,1%. O surto afeta atualmente 48 zonas de saúde distribuídas em cinco províncias. A Província de Ituri continua sendo o epicentro, concentrando 2.901 casos confirmados (88,9%) e 1.207 mortes confirmadas (84,0%) reportadas nacionalmente.

As zonas de saúde mais afetadas continuam sendo Bunia (773 casos e 220 mortes), Rwampara (568 casos e 241 mortes), Mongbwalu (506 casos e 244 mortes), Nizi (357 casos e 171 mortes), Lita (117 casos e 66 mortes) e Nyankunde (114 casos e 31 mortes), todas na Província de Ituri, além de Katwa (140 casos e 88 mortes) e Butembo (73 casos e 49 mortes) na Província de Kivu do Norte. Em conjunto, essas zonas de saúde continuam respondendo pela esmagadora maioria dos casos e mortes confirmados registrados no país.

Uganda e França

Nenhum novo caso foi registrado em Uganda e na França desde a atualização anterior. Em Uganda, o último paciente confirmado recebeu alta em 16 de julho de 2026, e o país está no 10º dia da contagem regressiva de 42 dias necessária para declarar o fim do surto. Todos os contatos identificados concluíram o acompanhamento obrigatório de 21 dias e não há mais contatos sob monitoramento ativo.

Na França, nenhuma transmissão secundária foi detectada após o caso importado registrado em 24 de junho de 2026, e todos os cinco contatos identificados no voo completaram com sucesso o período de acompanhamento de 21 dias. Apesar da ausência de novos casos, Uganda permanece em alto risco de reintrodução da doença devido ao surto em curso na vizinha República Democrática do Congo.

Avaliação de Risco

O risco geral para a saúde pública na República Democrática do Congo permanece muito alto, impulsionado pela transmissão sustentada, aumento da mortalidade, contínua expansão geográfica para cinco províncias afetadas e persistência da transmissão no corredor Bunia-Rwampara-Mongbwalu-Nizi, atual epicentro do surto. A propagação contínua para Haut-Uélé e para zonas de saúde recentemente afetadas indica que a transmissão está se expandindo para além de seu foco original.

O risco de disseminação adicional permanece elevado porque a transmissão está ocorrendo ao longo de importantes corredores de mobilidade internos e transfronteiriços. Dentro da República Democrática do Congo, os corredores Butembo-Beni-Goma, Bunia-Komanda-Mambasa-Nia-Nia-Kisangani e Bunia-Mongbwalu-Wamba-Isiro conectam o epicentro do surto a grandes centros populacionais.

No âmbito internacional, o corredor Ariwara-Aru-Mahagi conecta a área afetada à região de West Nile, em Uganda, e segue até o estado de Equatória Oriental, no Sudão do Sul. Já os corredores Bunia-Nizi-Mahagi, Bunia-Tchomia (Lago Alberto) e Beni-Kasindi oferecem rotas adicionais para a propagação transfronteiriça. O intenso deslocamento de comerciantes, mineradores, populações deslocadas, trabalhadores humanitários e outros viajantes ao longo dessas rotas continua aumentando o risco de disseminação nacional e internacional.

Embora Uganda não tenha registrado novos casos durante o período analisado e todos os contatos relacionados ao caso importado anterior tenham concluído o acompanhamento, tanto Uganda quanto o Sudão do Sul permanecem em alto risco de importação de casos devido à transmissão sustentada ao longo desses importantes corredores de mobilidade. A manutenção da vigilância transfronteiriça, do compartilhamento de informações e das medidas de preparação continua sendo essencial para detectar rapidamente e conter quaisquer casos importados.

CDC África

Revisão urgente das restrições de entrada nos Estados Unidos

O Diretor-Geral do CDC África, Dr. Jean Kaseya, solicitou formalmente ao Governo dos Estados Unidos uma revisão urgente e a retirada de Uganda da suspensão temporária de entrada relacionada ao Ebola.

Declaração de Dr. Jean Kaseya, Diretor-Geral do CDC África:

> *Hoje, solicitei formalmente ao Governo dos Estados Unidos que revise com urgência e retire Uganda da suspensão temporária de entrada relacionada ao Ebola.*
>
> *A situação epidemiológica de Uganda melhorou significativamente. O país não registra novos casos confirmados de Ebola desde 21 de junho de 2026, deu alta ao último paciente e entrou na contagem regressiva de 42 dias necessária para declarar o fim do surto.*
>
> *Todos os 836 contatos identificados concluíram o acompanhamento. A vigilância permanece ativa em 36 distritos de alto risco e em 38 pontos de entrada. Os testes laboratoriais, as medidas de prevenção e controle de infecções, o manejo de casos, a comunicação de risco e a vigilância comunitária continuam plenamente operacionais.*

> *Esses resultados refletem uma liderança nacional decisiva, a coragem e o comprometimento dos profissionais de saúde e das comunidades de Uganda, além da forte cooperação entre Uganda, a República Democrática do Congo, o CDC África e seus parceiros.*
>
> *A transmissão contínua em partes da República Democrática do Congo exige vigilância permanente. A capacidade demonstrada por Uganda de detectar, notificar e responder rapidamente aos casos fornece uma base sólida para uma avaliação diferenciada e específica para o país.*
>
> *As medidas de saúde pública devem seguir as evidências.*
>
> *O CDC África defende a adoção de salvaguardas proporcionais que reflitam a situação epidemiológica atual de Uganda. Triagens baseadas em risco na partida e na chegada, declarações de saúde dos viajantes, monitoramento baseado na exposição e encaminhamento rápido de viajantes sintomáticos podem oferecer proteção eficaz à saúde pública.*
>
> *Os países que detectam surtos precocemente, reportam de forma transparente e atuam de maneira decisiva merecem reconhecimento e apoio. Decisões fundamentadas em evidências fortalecem a confiança, a cooperação internacional e a notificação rápida durante futuras emergências de saúde.*
>
> *O CDC África está pronto para compartilhar os dados mais recentes de vigilância com o Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos Estados Unidos e com o CDC dos Estados Unidos, além de facilitar consultas técnicas diretas e apoiar qualquer verificação adicional necessária.*
>
> *O progresso alcançado por Uganda merece reconhecimento. A vigilância deve continuar. Toda decisão de saúde pública deve permanecer fundamentada na ciência, na proporcionalidade e na parceria.*

CDC África e OIM assinam nova parceria para fortalecer a segurança sanitária da África

O CDC África e a Organização Internacional para as Migrações (OIM) assinaram um novo Acordo de Cooperação para fortalecer a capacidade da África de prevenir, detectar e responder a ameaças à saúde pública em todo o continente.

O acordo estabelece como as duas organizações trabalharão em conjunto entre 2026 e 2028, combinando a liderança do CDC África em saúde pública com a experiência operacional global da OIM no apoio à saúde de migrantes, pessoas deslocadas e populações em mobilidade. Juntas, elas apoiarão os Estados-Membros da União Africana no fortalecimento da preparação para emergências, na melhoria da vigilância de doenças, na ampliação do acesso equitativo aos serviços de saúde e na construção de sistemas de saúde pública mais robustos.

A parceria surge em um momento em que surtos de doenças, riscos à saúde relacionados às mudanças climáticas e movimentos populacionais influenciam cada vez mais o cenário da saúde pública na África. Uma colaboração transfronteiriça mais forte ajudará os países a detectar ameaças mais precocemente, coordenar respostas de forma mais eficaz e proteger as comunidades onde quer que vivam ou se desloquem.

O Dr. Jean Kaseya, Diretor-Geral do CDC África afirmou:

> *As ameaças à saúde atravessam fronteiras. A resposta da África também deve avançar de forma conjunta. Esta parceria fortalece nossa capacidade coletiva de antecipar riscos, coordenar ações e apoiar os Estados-Membros com sistemas mais sólidos de vigilância, preparação e resposta a emergências. Ela impulsiona a Agenda Africana de Segurança e Soberania Sanitária por meio de uma cooperação prática que protege vidas e fortalece os sistemas de saúde pública em todo o continente.*

O Acordo de Cooperação baseia-se na colaboração entre o CDC África e a OIM iniciada durante a pandemia de COVID-19 e amplia a cooperação em diversas prioridades estratégicas.

O CDC África e a OIM trabalharão juntos para fortalecer a preparação e a resposta a emergências, garantindo que migrantes, pessoas deslocadas e populações móveis não sejam deixados para trás. A parceria melhorará a vigilância de doenças, fortalecerá as medidas de saúde nos Pontos de Entrada (PoE) e apoiará sistemas de alerta precoce, permitindo que os países detectem ameaças à saúde mais rapidamente, compartilhem informações com maior agilidade e coordenem ações além das fronteiras.

O acordo também amplia a cooperação para melhorar o acesso à atenção primária à saúde, à imunização e aos serviços de prevenção de doenças para migrantes, deslocados e populações móveis. Programas conjuntos fortalecerão a força de trabalho em saúde pública por meio de capacitação, mobilização de profissionais e apoio às respostas rápidas. Além disso, ajudarão os países a lidar melhor com os impactos da mobilidade populacional, do deslocamento e dos riscos à saúde relacionados às mudanças climáticas em seus planos nacionais de preparação, políticas de saúde e esforços de controle de doenças. A parceria também apoiará mecanismos de financiamento sustentável para a prevenção e resposta a futuras emergências sanitárias.

A implementação será orientada por grupos técnicos de trabalho conjuntos que reunirão especialistas das duas organizações em áreas como vigilância de doenças, desenvolvimento da força de trabalho, acesso a serviços essenciais de saúde, clima e abordagem Uma Só Saúde (*One Health*), governança, políticas públicas, mobilização de recursos e outras áreas prioritárias.

Frantz Celestin, Diretor Regional da OIM para a África Oriental, o Chifre da África e a África Austral, afirmou:

> *Sistemas eficazes de saúde pública protegem as pessoas onde quer que vivam, trabalhem ou se desloquem. Esta parceria fortalece a capacidade dos países de se prepararem para emergências sanitárias, melhorar a colaboração transfronteiriça e ampliar o acesso a serviços essenciais de saúde para migrantes, populações deslocadas e comunidades fronteiriças em toda a África.*

O Acordo de Cooperação fornece uma plataforma para cooperação de longo prazo, programas conjuntos e apoio coordenado aos Estados-Membros da União Africana. Ele reforça o compromisso compartilhado do CDC África e da OIM com instituições mais fortes, sistemas de saúde mais resilientes e uma África mais saudável e segura.

O CDC África e PSI firmam parceria para ampliar abordagens inovadoras de imunização e acesso à atenção primária à saúde na África

Um novo acordo de parceria entre o CDC África e a *Population Services International*[2] (PSI) fortalecerá os esforços para ampliar o acesso à imunização e aos serviços integrados de atenção primária à saúde em toda a África.

A parceria reúne a liderança continental do CDC África em segurança sanitária com a experiência da PSI como organização global de saúde que trabalha com governos, comunidades e parceiros para desenvolver e ampliar soluções centradas nas pessoas, destinadas a melhorar o acesso a serviços de saúde de qualidade e a preços acessíveis.

Por meio do Memorando de Entendimento (MoU), assinado pelo Diretor-Geral do CDC África, Dr. Jean Kaseya, e pelo Presidente da PSI, Michael Holscher, as duas organizações colaborarão em abordagens inovadoras para a saúde preventiva, incluindo modelos de imunização realizados por farmácias, estratégias de oferta de serviços em nível comunitário, fortalecimento de parcerias público-privadas, integração da força de trabalho em saúde, produção de evidências e intercâmbio de conhecimentos.

O acordo ocorre em um momento em que os países africanos continuam seus esforços para reduzir lacunas no acesso aos serviços essenciais de saúde e construir sistemas de saúde mais resilientes, capazes de levar intervenções que salvam vidas às comunidades. Mais de sete milhões de crianças no continente permanecem sem receber vacinas de rotina, enquanto outros 3,3 milhões iniciaram, mas não concluíram, o esquema vacinal, evidenciando a necessidade de abordagens inovadoras que aproximem os serviços de imunização das comunidades ao longo de todas as fases da vida.

O Dr. Kaseya afirmou:

> *A segurança sanitária da África depende da nossa capacidade de garantir que todas as pessoas tenham acesso a serviços preventivos que salvam vidas. Esta parceria com a PSI ajudará a aproximar a imunização e a atenção primária à saúde das comunidades, ao mesmo tempo em que fortalece os sistemas nacionais e contribui para uma África mais saudável e resiliente.*

A colaboração apoia o mandato do CDC África de fortalecer a prevenção e o controle de doenças, aprimorar a segurança sanitária e promover sistemas de saúde pública mais robustos em todo o continente. O Plano Estratégico do CDC África para 2023-2027 prioriza a ampliação do acesso a vacinas, diagnósticos e tratamentos, o fortalecimento das instituições de saúde

[2] A PSI é uma rede de organizações lideradas localmente e conectadas globalmente, dedicada a tornar mais fácil para as pessoas viverem de forma mais saudável. A PSI atua sobre diversos fatores que afetam a saúde e a qualidade de vida das populações, desde os impactos das mudanças climáticas até a urbanização e as oportunidades limitadas de subsistência. Com base em sua experiência em *marketing social,* a organização desenvolve e amplia modelos de negócios sociais para alcançar as pessoas de maneiras novas e eficazes, gerando maior impacto na promoção da saúde. Com a sede em Washington, D.C., a PSI foi fundada em 1970, atuando hoje em mais de 40 países, utilizando estratégias de *marketing social* do setor privado para gerar demandas e distribuir produtos e serviços médicos essenciais a preços considerados acessíveis.

pública, a formação de uma força de trabalho qualificada e o desenvolvimento de parcerias orientadas para a ação diante dos desafios emergentes de saúde na África.

Nos termos do acordo, o CDC África e a PSI colaborarão em iniciativas de intercâmbio de conhecimentos em níveis regional e sub-regional, diálogo político com ministérios da saúde e partes interessadas em imunização, divulgação de evidências de implementação, planejamento para expansão em longo prazo e criação de plataformas para documentar e compartilhar boas práticas entre os Estados-Membros da União Africana.

Uma área fundamental de colaboração será o avanço de modelos de vacinação baseada em farmácias (*Pharmacy-Based Immunisation Delivery* – PBID), em conformidade com as políticas nacionais, com o objetivo de ampliar o acesso à vacinação e aos serviços preventivos de saúde por meio de diversas plataformas comunitárias. A parceria apoiará os Estados-Membros na integração de farmacêuticos e profissionais de saúde capacitados aos sistemas nacionais, ao mesmo tempo em que produzirá evidências para subsidiar decisões de políticas e programas.

A PSI atuará como líder técnica e parceira executora da iniciativa PBID, oferecendo apoio no desenho técnico, pesquisa, inovação digital, desenvolvimento da força de trabalho, articulação com partes interessadas, monitoramento e avaliação, além da implementação em nível nacional alinhada às prioridades de cada país. O CDC África fornecerá apoio estratégico, coordenação regional, diálogo político e suporte para a troca de conhecimentos e a expansão sustentável das iniciativas entre os Estados-Membros.

Michael Holscher afirmou:

> *Ninguém deveria ficar sem acesso à imunização e aos cuidados preventivos que salvam vidas porque esses serviços estão distantes ou são difíceis de alcançar. Juntamente com o CDC África, trabalharemos ao lado dos governos africanos para aproximar esses serviços essenciais dos locais onde as pessoas vivem e trabalham, por meio de soluções inovadoras lideradas localmente que fortaleçam os sistemas de atenção primária à saúde e melhorem os resultados de saúde a longo prazo.*

As duas organizações também estabelecerão mecanismos de coordenação contínua, incluindo grupos técnicos de trabalho para avaliar o progresso, abordar prioridades políticas e operacionais e identificar oportunidades para aprofundar a cooperação.

Ao combinar o mandato continental do CDC África com a experiência de implementação da PSI, a parceria apoiará os países africanos no fortalecimento de mecanismos inovadores de vacinação, na ampliação do acesso aos serviços de atenção primária à saúde e na aceleração do progresso rumo à Cobertura Universal de Saúde.

Da prevenção à soberania: a eliminação das hepatites virais na África

Comunicado à Imprensa pelo Diretor-Geral do CDC África

> *A cada ano, o Dia Mundial da Hepatite é mais do que um chamado à conscientização; é um chamado à ação. À medida que a África avança em sua agenda de Segurança e Soberania em Saúde, as hepatites virais representam uma oportunidade crucial para transformar compromissos em resultados concretos por meio de sistemas de saúde mais fortes e*

autossuficientes. Em consonância com a Declaração do Cairo, os Estados-Membros da União Africana estão acelerando os esforços para ampliar os serviços de prevenção, testagem e tratamento das hepatites em todo o continente.

Apesar de serem preveníveis e tratáveis, as hepatites B e C continuam sendo importantes causas de morte, com a África carregando um dos maiores fardos da doença no mundo. Estima-se que 64 milhões de africanos vivam com hepatite B crônica, mas apenas 6% conhecem sua condição e menos de 2% recebem tratamento. O desafio já não é a falta de soluções científicas, mas sim uma lacuna na implementação. Integrar os serviços de hepatite aos sistemas de saúde mais amplos e aos esforços de cobertura universal de saúde é essencial para fechar essa lacuna e alcançar as metas de eliminação.

A ciência já está ao nosso lado. Existem ferramentas eficazes para prevenir, diagnosticar e tratar as hepatites virais. A vacinação contra hepatite B ao nascimento em tempo oportuno, o fornecimento seguro de sangue, as medidas de prevenção de infecções, a ampliação da testagem e o tratamento antiviral acessível podem reduzir drasticamente a transmissão, as doenças e as mortes. A prioridade agora é garantir que essas intervenções comprovadas alcancem todas as mães, todos os recém-nascidos e todas as comunidades por meio de sistemas fortes e integrados de atenção primária à saúde. De forma encorajadora, a resposta africana às hepatites está ganhando impulso. O crescente compromisso político, a inovação científica e a colaboração regional demonstram que a eliminação é tanto possível quanto economicamente viável. Quando incorporada às prioridades nacionais de saúde e desenvolvimento, em vez de ser tratada como um programa isolado de combate a uma doença, a eliminação das hepatites pode se tornar um exemplo poderoso de como a agenda africana de Segurança e Soberania em Saúde produz ganhos mensuráveis para sua população.

A África não precisa mais buscar fora do continente provas de que a eliminação das hepatites é possível. A histórica campanha egípcia "100 Milhões de Vidas Mais Saudáveis", que realizou o rastreamento de mais de 50 milhões de pessoas e colocou o país no caminho da eliminação da hepatite C, tornou-se um modelo global. Ruanda já examinou mais de sete milhões de pessoas e ampliou o tratamento gratuito da hepatite C em todo o país, enquanto o investimento doméstico contínuo de Uganda possibilitou a oferta gratuita de testes para hepatite B, tratamento e monitoramento da carga viral. Progressos semelhantes na Nigéria, Senegal, Gana e Camarões reforçam uma lição comum: quando o compromisso político é acompanhado por financiamento interno, inovação e parceria, a eliminação das hepatites torna-se uma meta realista e acessível.

Esse impulso está sendo cada vez mais conduzido em nível continental. Quase todos os Estados-Membros incorporaram a vacinação contra hepatite B aos programas rotineiros de imunização infantil, e o Plano da União Africana para a Eliminação da Transmissão Vertical do HIV, da Sífilis e da Hepatite B até 2030 reflete um forte compromisso com serviços integrados de saúde materna, neonatal e infantil. Complementando esses esforços, o Programa Continental de Prevenção e Controle das Hepatites Virais do CDC África fortaleceu a coordenação regional, apoiou os Estados-Membros no desenvolvimento e aprimoramento de programas nacionais de hepatite e promoveu a colaboração entre governos, instituições científicas e sociedade civil. Além disso, hoje o CDC África está lançando um conjunto prático de ferramentas operacionais e uma plataforma digital de apoio à decisão que traduz as diretrizes da OMS para hepatite B em ações na linha de frente, ajudando a reduzir a distância entre políticas públicas e implementação em todos os níveis da prestação de serviços de saúde. Juntas, essas conquistas demonstram que a África não está apenas comprometida com a eliminação das hepatites; ela já está construindo os sistemas, as parcerias e a liderança necessários para alcançá-la.

Apesar dos avanços, desafios significativos permanecem. Em toda a África, apenas 17% dos recém-nascidos recebem a dose de nascimento da vacina contra hepatite B, que salva vidas, dentro das primeiras 24 horas após o parto, enquanto muitas gestantes ainda não são testadas para hepatite B durante o atendimento pré-natal. Como resultado, milhões de pessoas permanecem sem diagnóstico até apresentarem doença hepática avançada ou câncer de fígado. Essas lacunas refletem não apenas oportunidades perdidas de prevenção e tratamento precoce, mas também fragilidades mais amplas dos sistemas de saúde na prestação de serviços, diagnósticos, financiamento e continuidade do cuidado. Enfrentá-las exige posicionar as hepatites virais como uma prioridade estratégica dentro da agenda africana de Segurança e Soberania em Saúde, utilizando sua eliminação como catalisadora de sistemas de saúde mais fortes, resilientes e equitativos.

Apelo à ação

Investir na eliminação das hepatites virais fortalece muito mais do que os resultados em saúde. Protege a produtividade da força de trabalho, reduz os gastos de longo prazo com saúde, fortalece a resiliência econômica e promove o desenvolvimento sustentável. A aceleração da eliminação exige exatamente as capacidades que definem a Segurança e Soberania em Saúde da África: atenção primária resiliente, redes integradas de vigilância e laboratórios, financiamento doméstico previsível, transformação digital, cooperação regional fortalecida, produção local e mecanismos de compras conjuntas. Portanto, ao celebrarmos o Dia Mundial da Hepatite, conclamamos nossos Estados-Membros e parceiros a fortalecerem seus esforços de resposta nestas cinco áreas críticas:

1. Aumentar o financiamento doméstico e os mecanismos inovadores de financiamento para expandir a prevenção, a testagem e o tratamento das hepatites, reduzindo ao mesmo tempo a dependência da ajuda externa. Os governos africanos devem explorar novas fontes de financiamento interno e combinado, incluindo contribuições solidárias, títulos de segurança em saúde, títulos da diáspora, impostos sobre produtos nocivos à saúde e investimentos catalíticos do setor privado, complementando o financiamento público;

2. Fortalecer a produção local e as compras conjuntas de vacinas, diagnósticos e medicamentos antivirais para melhorar o acesso, a acessibilidade econômica e a segurança do abastecimento;

3. Integrar os serviços de hepatite à atenção primária à saúde e aos sistemas digitais de saúde, garantindo que todo recém-nascido receba a vacinação contra hepatite B em tempo oportuno e que toda pessoa diagnosticada seja encaminhada para acompanhamento e tratamento;

4. Aprofundar a cooperação regional e as parcerias para compartilhar conhecimentos, ampliar intervenções comprovadas e manter o impulso rumo às metas de eliminação até 2030;

5. Promover a conscientização pública e o engajamento comunitário para reduzir o estigma, aumentar a procura por testagem e melhorar a adesão à vacinação. A sociedade civil e as organizações comunitárias devem ser envolvidas como parceiras fundamentais nos esforços de eliminação.

Diplomacia da saúde na África Austral: clima, financiamento e resposta ao Ebola na sub-região da SADC

Panorama sub-regional

O período entre 20 de julho e 3 de agosto de 2026 foi marcado pela combinação de uma emergência epidemiológica de grande escala na República Democrática do Congo (RDC) com negociações regionais sobre financiamento, produção de medicamentos, HIV, segurança

alimentar e preparação para a próxima temporada climática. A RDC integra a SADC, e a circulação intensa de pessoas e mercadorias entre países transforma o controle do Ebola em tema de segurança sanitária para a África Austral. Ao mesmo tempo, bacias hidrográficas, corredores comerciais e cadeias de abastecimento conectam os 16 Estados-membros, fazendo com que surtos e eventos climáticos exijam respostas coordenadas [14].

Para a agenda da VPSGRI/Fiocruz, os acontecimentos recentes oferecem pontos concretos de interlocução com instituições africanas: cooperação laboratorial, formação de profissionais, vigilância genômica e epidemiológica, comunicação de risco, fortalecimento da atenção primária, pesquisa sobre clima e saúde e apoio à produção local de tecnologias. O desafio é articular a resposta imediata às emergências com capacidades públicas duradouras.

HIV, solidariedade regional e soberania sanitária

Em 27 de julho, durante a Conferência Internacional de AIDS de 2026, no Rio de Janeiro, a SADC e o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS) realizaram uma sessão de alto nível sobre a implementação da Estratégia Global de AIDS 2026–2031. O encontro reuniu governos, sociedade civil, pesquisadores, comunidades e parceiros internacionais em torno de quatro ideias: financiamento sustentável, solidariedade regional, liderança comunitária e soluções conduzidas pelos próprios países africanos [1].

Segundo a SADC, a região alcançou redução de 57% nas novas infecções pelo HIV e sete Estados-membros atingiram as metas 95–95–95 de testagem e tratamento. Entretanto, a África Austral ainda concentra aproximadamente 44% da carga mundial de HIV [1]. Essa combinação de progresso e elevada vulnerabilidade explica por que a resposta ao HIV permanece central para a diplomacia regional. A continuidade do tratamento depende de fluxos previsíveis de medicamentos, profissionais, laboratórios, sistemas de informação e serviços comunitários que não podem ser interrompidos por crises fiscais, eventos climáticos ou deslocamentos populacionais.

A defesa da "soberania sanitária" no encontro não deve ser confundida com isolamento. No contexto da SADC, soberania significa ampliar a capacidade de definir prioridades, mobilizar recursos domésticos, fabricar produtos de saúde e negociar parcerias internacionais em condições menos assimétricas. Ao mesmo tempo, a liderança comunitária é indispensável para reduzir o estigma, alcançar populações móveis e manter as pessoas vinculadas ao cuidado. Assim, a diplomacia do HIV ocorre tanto entre Estados e financiadores quanto na relação entre governos e comunidades afetadas.

Industrialização, medicamentos e financiamento regional

A 9ª Semana de Industrialização da SADC, realizada em Durban entre 27 e 31 de julho, colocou em debate uma industrialização resiliente, sustentável e inclusiva. Entre suas prioridades estavam o fortalecimento das cadeias regionais de valor nos setores farmacêutico e agroindustrial, a infraestrutura de água, energia, transporte e tecnologias de informação, além da mobilização de investimentos [2]. Embora o evento não fosse exclusivamente sanitário, suas decisões são relevantes para a saúde global.

A produção regional de medicamentos, vacinas, diagnósticos e outros insumos pode reduzir a vulnerabilidade a interrupções externas e melhorar a resposta a epidemias. Para isso, os países precisam harmonizar registros regulatórios, compartilhar capacidade laboratorial, realizar compras conjuntas e criar mercados suficientemente amplos para sustentar a produção.

Uma fábrica nacional sem acesso ao mercado regional pode ser economicamente inviável; uma estratégia coordenada entre os Estados-membros pode gerar escala, reduzir custos e estimular transferência de tecnologia.

Esse debate foi reforçado pela reunião de 29 de julho, em Gaborone, entre o Secretariado da SADC e o Banco Africano de Desenvolvimento. As instituições reafirmaram a cooperação em infraestrutura, industrialização, participação do setor privado e soluções inovadoras de financiamento, incluindo a operacionalização do Fundo de Desenvolvimento Regional da SADC [3]. A diplomacia da saúde precisa participar dessas negociações financeiras para que hospitais resilientes ao clima, sistemas de água e saneamento, laboratórios, armazenamento refrigerado e cadeias de abastecimento sejam tratados como infraestrutura regional essencial.

Decisões adotadas pelos Ministros de Finanças e Saúde da SADC no início de julho fornecem a base institucional para essa agenda. Os ministros propuseram acelerar o serviço regional de compras conjuntas, harmonizar marcos regulatórios, promover a fabricação local e fortalecer o financiamento doméstico da saúde diante da redução da ajuda externa [4]. Os acontecimentos do final do mês mostram, portanto, a passagem de uma discussão setorial para uma negociação mais ampla sobre desenvolvimento e autonomia produtiva.

Resposta ao Ebola na RDC e implicações para a SADC

O desenvolvimento epidemiológico mais grave do período foi a intensificação do surto de doença pelo vírus Ebola da espécie Bundibugyo na RDC. Em atualização referente a 30 de julho de 2026, a OMS registrou 3.605 casos confirmados e 1.587 mortes, uma letalidade bruta de 44%. Os casos estavam distribuídos por 49 zonas de saúde em cinco províncias: Ituri, Kivu do Norte, Kivu do Sul, Alto Uélé e Tshopo. Até aquela data, 651 pacientes haviam se recuperado [5].

O quadro tem relevância direta para a África Austral. A RDC é simultaneamente integrante da SADC e de outros espaços de integração africana, ocupando uma posição estratégica entre a África Central, Oriental e Austral. A presença de casos em Kivu do Sul aproxima o surto de corredores que conectam a RDC a países da região dos Grandes Lagos e, por extensão, às redes comerciais e migratórias da SADC. A resposta precisa combinar controle nos pontos de entrada com vigilância comunitária, evitando medidas indiscriminadas que estigmatizem viajantes ou prejudiquem o acesso aos serviços.

Em 30 de julho, a OMS destacou o reforço da prevenção e do controle de infecções em unidades sanitárias congolesas. A estratégia inclui triagem, isolamento, equipamentos de proteção, descontaminação, enterros seguros e capacitação de trabalhadores frequentemente menos visíveis, como equipes de limpeza, higiene e serviços mortuários [6]. Proteger esses profissionais é decisivo tanto para interromper a transmissão hospitalar quanto para manter a confiança da população no sistema de saúde.

A resposta enfrenta uma limitação tecnológica importante: não existe vacina ou tratamento específico aprovado para a espécie Bundibugyo, embora candidatos estejam sendo avaliados. Por isso, a detecção rápida, o rastreamento de contatos, o cuidado clínico de suporte e o envolvimento comunitário permanecem centrais [7]. A cooperação científica internacional deve respeitar requisitos éticos, compartilhar dados e assegurar que as comunidades e

instituições africanas participem da pesquisa e tenham acesso aos produtos que eventualmente demonstrarem eficácia.

O financiamento é proporcional à escala continental do risco. Em 5 de junho, a OMS e o CDC África lançaram um plano conjunto de seis meses, de junho a novembro de 2026, com necessidade estimada de US$ 518 milhões. O objetivo é apoiar países africanos na preparação, detecção e resposta rápida, e não apenas financiar atividades nas áreas que já registram transmissão [8]. Para a SADC, isso implica revisar planos nacionais, testar fluxos de notificação, preparar laboratórios, reservar recursos para equipes de resposta rápida e proteger a continuidade de serviços como vacinação, HIV, tuberculose e saúde materna durante a emergência.

O surto reforça a relação entre financiamento e soberania sanitária. Recursos externos continuam indispensáveis, mas respostas sustentáveis dependem de dotações nacionais, fundos regionais e profissionais mantidos entre uma emergência e outra. A cooperação com a Fiocruz pode contribuir especialmente em diagnóstico, formação, biossegurança, comunicação pública e pesquisa, desde que organizada em parceria com o CDC África, a OMS, instituições congolesas e estruturas técnicas da SADC.

Eventos climáticos como questão de saúde e diplomacia

Os eventos climáticos constituem um dos principais fatores de risco sanitário na África Austral. Uma avaliação humanitária regional publicada em julho registrou a transição de parte da região da resposta às cheias de 2025–2026 para a recuperação, ao mesmo tempo que alertou para risco elevado de seca na estação chuvosa de 2026–2027, associado ao desenvolvimento do El Niño [9]. Essa sucessão de extremos — primeiro, chuvas intensas e inundações, depois possibilidade de déficit hídrico — exige planejamento capaz de lidar com riscos múltiplos e não apenas com uma emergência isolada.

As cheias contaminam fontes de água, danificam unidades sanitárias e estradas, deslocam comunidades e favorecem doenças transmitidas pela água. Em fevereiro de 2026, a OMS informou que os casos de cólera na África Austral haviam aumentado mais de sete vezes nas seis primeiras semanas do ano, em comparação com o mesmo período de 2025. Malawi, Moçambique, Namíbia, Zâmbia e Zimbábue notificavam surtos, e Moçambique concentrava cerca de 90% dos casos regionais. Para o período crítico entre março e agosto, a organização projetou de 12 mil a 22 mil casos adicionais no cenário mais provável [10].

Embora esses números tenham sido divulgados antes do recorte de quinze dias, eles descrevem uma emergência que alcança o período analisado e ajudam a interpretar as negociações recentes. A cólera não respeita fronteiras administrativas. Seu controle exige comunicação epidemiológica rápida, coordenação em áreas fronteiriças, acesso a vacinas, laboratórios, centros de tratamento e investimentos conjuntos em água, saneamento e higiene. A cooperação não pode limitar-se à remessa de suprimentos após as cheias; deve incluir prevenção e adaptação de longo prazo.

A seca produz outra cadeia de impactos. Perdas agrícolas e pecuárias elevam preços, reduzem a diversidade alimentar e aumentam a desnutrição, sobretudo entre crianças e gestantes. A escassez de água também dificulta a higiene, sobrecarrega mulheres e meninas e pode estimular migração temporária. Em Angola, por exemplo, o Programa Mundial de Alimentos registra 1,8 milhão de pessoas em insegurança alimentar relacionada à seca induzida

pelo El Niño e 1,3 milhão necessitando de apoio nutricional [11]. Esses efeitos mostram que segurança alimentar e saúde pública precisam estar integradas às negociações climáticas.

Uma resposta regional já em desenvolvimento reúne Botswana, Lesoto, Madagascar, Malawi, Moçambique, Namíbia, África do Sul e Zimbábue, com apoio de US$ 35 milhões do Fundo para Pandemias e assistência técnica da OMS. O programa busca fortalecer alerta precoce, vigilância transfronteiriça, laboratórios e força de trabalho, além de desenvolver um Observatório de Clima e Saúde [12]. A iniciativa é um exemplo concreto de diplomacia da saúde: riscos compartilhados justificam financiamento comum, padrões interoperáveis e circulação de informações entre países.

Economia azul, alimentação e saúde ambiental

Entre 22 e 25 de julho, Luanda sediou a 3ª Semana Africana da Economia Azul. O encontro terminou com a adoção da Declaração de Luanda e de uma chamada para ação sobre o uso sustentável de oceanos, rios e lagos. A SADC destacou que mais de 3,3 milhões de pessoas na região dependem diretamente dos recursos aquáticos para alimentação e sustento, bem como a importância da cooperação contra a pesca ilegal e para a gestão sustentável das pescarias [13].

Essa agenda possui uma dimensão sanitária frequentemente subestimada. Ecossistemas aquáticos degradados reduzem a disponibilidade de alimentos nutritivos, ameaçam rendimentos familiares e podem aumentar a exposição a contaminantes. Ciclones, aumento da temperatura da água, erosão costeira e mudanças nos estoques pesqueiros também afetam comunidades litorâneas e insulares, particularmente em Angola, Comores, Madagascar, Maurício, Moçambique, Seychelles, África do Sul e Tanzânia. Proteger a economia azul é, portanto, uma forma de prevenção da desnutrição, de proteção da saúde ambiental e de adaptação climática.

A diplomacia regional deve equilibrar exploração econômica e conservação, assegurando que investimentos portuários, corredores marítimos e pesca industrial não prejudiquem comunidades artesanais. A Declaração de Luanda oferece uma plataforma política, mas sua efetividade dependerá de fiscalização coordenada, dados compartilhados, financiamento climático e participação das populações que vivem dos recursos aquáticos.

A preparação da Cúpula da SADC

Em 27 de julho, a SADC divulgou a agenda da 46ª Cúpula de Chefes de Estado e de Governo, prevista para 17 de agosto em Durban. Entre os temas anunciados estão a situação regional de segurança alimentar e nutricional, a preparação e resposta a desastres e o fortalecimento do Centro de Operações Humanitárias e de Emergência da SADC [14]. A presença desses assuntos na instância máxima de decisão regional confirma que clima e saúde deixaram de ser questões periféricas.

A Cúpula constitui uma oportunidade para transformar alertas técnicos em compromissos políticos. Entre as prioridades possíveis estão o financiamento de ações antecipatórias antes de secas e ciclones, a interoperabilidade dos sistemas meteorológicos e epidemiológicos, estoques regionais de emergência, proteção das cadeias de medicamentos e protocolos para continuidade dos serviços essenciais durante desastres. Também é necessário garantir que informações de alerta cheguem às comunidades em formatos compreensíveis e com tempo suficiente para orientar decisões.

Considerações finais

Os temas divulgados entre 20 de julho e 3 de agosto de 2026 mostram uma agenda regional definida pela sobreposição de emergências. A intensificação do Ebola na RDC exige coordenação continental imediata, enquanto a resposta ao HIV demonstra o valor da solidariedade e da liderança comunitária. A Semana de Industrialização coloca a produção farmacêutica e a infraestrutura no centro da soberania sanitária; a cooperação com o Banco Africano de Desenvolvimento evidencia a disputa por financiamento; e a agenda da economia azul relaciona ecossistemas, nutrição e meios de vida.

Os eventos climáticos dão urgência a todas essas negociações. Cheias e ciclones favorecem surtos e destroem infraestrutura, enquanto secas ampliam insegurança alimentar, desnutrição e deslocamento. Uma diplomacia eficaz deve converter previsões em ação antecipatória e compromissos políticos em capacidades locais. Isso requer vigilância transfronteiriça, compras conjuntas, produção regional, sistemas de saúde climaticamente resilientes e participação comunitária.

O principal desafio não é a ausência de estratégias, mas a distância entre declarações e implementação. O êxito da cooperação regional deverá ser medido pela capacidade de controlar o Ebola sem interromper outros serviços, proteger populações vulneráveis antes, durante e depois dos choques climáticos, reduzir dependências externas e assegurar que a integração econômica produza ganhos concretos de saúde e equidade. Para a VPSGRI/Fiocruz, o momento recomenda diálogo estruturado com a SADC, o CDC África, a OMS e instituições nacionais africanas, orientado por prioridades definidas na região e por cooperação científica de longo prazo.

Referências

1. COMUNIDADE DE DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL. SADC champions African-led solutions to advance the Global AIDS Strategy at AIDS 2026. 29 julho. 2026. Disponível em: https://www.sadc.int/latest-news/sadc-champions-african-led-solutions-advance-global-aids-strategy-aids-2026. Acesso em: 3 ago. 2026.

2. COMUNIDADE DE DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL. SADC to hold the 9th Industrialization Week in Durban, South Africa from 27–31 July 2026. 22 julho. 2026. Disponível em: https://www.sadc.int/latest-news/sadc-hold-9th-industrialization-week-durban-south-africa-27-31-july-2026. Acesso em: 3 ago. 2026.

3. COMUNIDADE DE DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL. SADC and AfDB commit to enhance collaboration on development financing and integration. 30 julho. 2026. Disponível em: https://www.sadc.int/latest-news/sadc-and-afdb-commit-enhance-collaboration-development-financing-and-integration. Acesso em: 3 ago. 2026.

4. COMUNIDADE DE DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL. SADC Ministers of Finance and Health call for sustainable health financing and pandemic preparedness to strengthen regional health security. 3 julho. 2026. Disponível em: https://www.sadc.int/latest-news/sadc-ministers-finance-and-health-call-sustainable-health-financing-and-pandemic. Acesso em: 3 ago. 2026.

5. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Ebola disease caused by Bundibugyo virus. Disease Outbreak News, 1 ago. 2026, dados de 30 julho. 2026. Disponível em: https://www.who.int/emergencies/disease-outbreak-news/item/2026-DON614. Acesso em: 3 ago. 2026.

6. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE — ESCRITÓRIO REGIONAL PARA A ÁFRICA. Enhancing infection prevention measures in health facilities to curb Ebola spread. 30 julho. 2026. Disponível em:

https://www.afro.who.int/countries/democratic-republic-of-congo/news/enhancing-infection-prevention-measures-health-facilities-curb-ebola-spread. Acesso em: 3 ago. 2026.

7. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Ebola outbreak — DRC 2026. 2026. Disponível em: https://www.who.int/emergencies/situations/ebola-outbreak—drc-2026. Acesso em: 3 ago. 2026.

8. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Africa CDC and WHO launch joint continental Ebola preparedness and response plan. 5 jun. 2026. Disponível em: https://www.who.int/news/item/05-06-2026-africa-cdc-and-who-launch-joint-continental-ebola-response-plan. Acesso em: 3 ago. 2026.

9. ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A COORDENAÇÃO DE ASSUNTOS HUMANITÁRIOS. Southern Africa: Humanitarian Snapshot (as of July 2026). 8 jul. 2026. Disponível em: https://www.unocha.org/publications/report/angola/southern-africa-humanitarian-snapshot-july-2026. Acesso em: 3 ago. 2026.

10. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE — ESCRITÓRIO REGIONAL PARA A ÁFRICA. Southern Africa faces acute surge in cholera due to floods and displacement. 26 fev. 2026. Disponível em: https://www.afro.who.int/news/southern-africa-faces-acute-surge-cholera-due-floods-displacement. Acesso em: 3 ago. 2026.

11. PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS. Angola. 2026. Disponível em: https://www.wfp.org/countries/republic-angola. Acesso em: 3 ago. 2026.

12. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE — ESCRITÓRIO REGIONAL PARA A ÁFRICA. Southern African countries launch climate-resilient health initiative with WHO support. 9 abr. 2025. Disponível em: https://www.afro.who.int/news/southern-african-countries-launch-climate-resilient-health-initiative-who-support. Acesso em: 3 ago. 2026.

13. COMUNIDADE DE DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL. SADC emphasizes Blue Economy as key driver of growth at the 3rd Africa Blue Economy Week 2026. 28 julho. 2026. Disponível em: https://www.sadc.int/latest-news/sadc-emphasises-blue-economy-key-driver-growth-3rd-africa-blue-economy-week-2026. Acesso em: 3 ago. 2026.

14. COMUNIDADE DE DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL. SADC to hold 46th Ordinary Summit of Heads of State and Government in Durban, South Africa, on 17 August 2026. 27 julho. 2026. Disponível em: https://www.sadc.int/latest-news/sadc-hold-46th-ordinary-summit-heads-state-and-government-durban-south-africa-17-august. Acesso em: 3 ago. 2026.

A Europa dos desafios humanitários

La Europa de los desafios humanitarios

The Europe of humanitarian challenges

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

Resumo: No informe Europa, Freire traz o agravamento dos impactos das mudanças climáticas no continente. Se antes o destaque era o calor extremo, agora os incêndios florestais dominam o cenário, provocando evacuações em massa, mais mortes e o surgimento das chamadas "nuvens de fogo", que favorecem a propagação das chamas. Especialistas apontam que, além das mudanças climáticas, a expansão de florestas de monocultura e o manejo inadequado do solo contribuem para a intensidade dos incêndios. Diante desse cenário, a OMS Europa reforçou a necessidade de planos nacionais para enfrentar ondas de calor, integrando alertas meteorológicos, ações de saúde pública e proteção aos grupos mais vulneráveis. A entidade também alertou para os riscos da fumaça dos incêndios, que pode se espalhar por grandes distâncias e causar problemas respiratórios e cardiovasculares, recomendando medidas de proteção individual e o fortalecimento da resposta dos serviços de saúde. O informe também aborda outros temas prioritários para a saúde na região, como combate às hepatites virais e o aumento dos casos do vírus do Nilo Ocidental em diversos países europeus. A OMS chamou atenção para o rápido avanço da inteligência artificial na saúde sem regulamentação adequada, defendeu maior governança, capacitação profissional e cooperação internacional, incluindo uma futura iniciativa entre países lusófonos. O documento encerra destacando a crise migratória em Ceuta, onde a entrada de dezenas de milhares de migrantes em apenas um dia provocou uma emergência humanitária e reacendeu o debate sobre imigração, desinformação e controle das fronteiras externas da União Europeia.

Palavras-chave: União Europeia; Mudanças climáticas; Calor; OMS Europa; crise migratória.

***Resumen**: En el Informe Europa, Freire destaca el agravamiento de los impactos del cambio climático en todo el continente. Mientras que la edición anterior se centró en el calor extremo, ahora los incendios forestales ocupan el centro de la escena, provocando evacuaciones masivas, un aumento del número de víctimas mortales y la aparición de las llamadas **"nubes de fuego"**, que pueden intensificar y propagar las llamas. Los expertos señalan que, además del cambio climático, la expansión de los bosques de monocultivo y la gestión inadecuada del suelo han contribuido a la gravedad de estos incendios. Como respuesta, la OMS Europa ha reforzado la necesidad de contar con planes nacionales de acción frente al calor extremo que integren alertas meteorológicas, medidas de salud pública y protección para las poblaciones más vulnerables. La organización también ha advertido sobre los riesgos para la salud derivados del humo de los incendios forestales, que puede desplazarse a grandes distancias y provocar problemas respiratorios y cardiovasculares, recomendando medidas de protección individual y un mayor fortalecimiento de la preparación y la respuesta de los servicios de salud. El informe también aborda otras prioridades sanitarias de la región, entre ellas los esfuerzos para eliminar las hepatitis virales y el aumento de los casos del virus del Nilo Occidental en varios países europeos. Además, la OMS ha llamado la atención sobre la rápida adopción de la inteligencia artificial en la atención sanitaria sin una regulación adecuada, defendiendo una mayor gobernanza, la*

capacitación de los profesionales de la salud y la cooperación internacional, incluida una futura iniciativa entre los países de habla portuguesa. El informe concluye con un análisis de la crisis migratoria en Ceuta, donde la llegada de decenas de miles de migrantes en un solo día desencadenó una emergencia humanitaria y reavivó el debate sobre la inmigración, la desinformación y la gestión de las fronteras exteriores de la Unión Europea.

Palabras clave: *Unión Europea; Cambio climático; Calor; OMS Europa; crisis migratoria.*

Abstract: *In the Europe Report, Freire highlights the worsening impacts of climate change across the continent. While the previous edition focused on extreme heat, wildfires have now taken center stage, triggering mass evacuations, a rising death toll, and the emergence of so-called "fire clouds," which can intensify and spread the flames. Experts point out that, in addition to climate change, the expansion of monoculture forests and inadequate land management have contributed to the severity of these fires. In response, WHO/Europe has reinforced the need for national heat-health action plans that integrate meteorological warnings, public health measures, and protection for the most vulnerable populations. The organization has also warned about the health risks posed by wildfire smoke, which can travel long distances and cause respiratory and cardiovascular problems, recommending personal protective measures as well as stronger preparedness and response by health services. The report also addresses other health priorities in the region, including efforts to eliminate viral hepatitis and the increase in West Nile virus cases across several European countries. In addition, WHO has drawn attention to the rapid adoption of artificial intelligence in health care without adequate regulation, calling for stronger governance, workforce training, and international cooperation, including a future initiative among Portuguese-speaking countries. The report concludes by examining the migration crisis in Ceuta, where the arrival of tens of thousands of migrants in a single day triggered a humanitarian emergency and reignited the debate over immigration, disinformation, and the management of the European Union's external borders.*

Keywords: *European Union; Climate change; Heat; WHO Europe; migration crisis.*

O calor segue sendo o destaque do informe Europa, só que agora vem acompanhado do fogo. No caderno 11, o retrato era de asfalto derretendo e a discussão era sobre a adoção do uso do ar-condicionado em larga escala. Trinta dias depois, o cenário é de incêndios florestais e números recordes de mortes diretamente associadas ao calor. Na França e na Espanha, centenas de milhares de pessoas foram obrigadas a abandonar suas casas. A espantosa novidade desta temporada de seca, calor e fogo no verão europeu, são as chamadas nuvens de fogo: formadas calor das queimadas, elas podem produzir raios e rajadas de vento capazes de iniciar novos focos e ampliar ainda mais a propagação das chamas[1].

Especialistas alertam que florestas de monocultura contribuem para o surgimento e o agravamento dos mega incêndios que atingem o sul da Europa anualmente, há anos. A principal causa apontada para a temporada de incêndios de 2026, vem do contato de máquinas com a vegetação seca, o que não explica a proporção assumida por eles. Para compreender a magnitude do fenômeno, seria preciso acrescentar uma combinação de mudanças climáticas,

[1] https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2026/08/03/animais-resgatados-familias-evacuadas-e-cidades-cobertas-por-fumaca-o-drama-dos-incendios-florestais-na-europa.ghtml. Acesso em 03/08/2026.

planejamento insuficiente e o plantio das florestas, que favorece a rápida propagação das chamas. Para os cientistas, três são os fatores que determinam a velocidade de espalhamento de um incêndio: a quantidade de vegetação disponível para queimar, o grau de ressecamento desta vegetação e as condições meteorológicas ao redor do fogo. Estes incêndios estão ocorrendo em locais com árvores altamente inflamáveis, relativamente finas e que crescem muito próximas umas das outras, facilitando o alastramento do fogo. Uma outra ocupação dos solos florestais poderia atenuar os incêndios, substituindo monoculturas por florestas com maior diversidade de espécies que resistam melhor à seca e a tempestades de ventos, por reagirem de maneiras distintas aos estresses ambientais. Outras sugestões são a criação de espaços entre as fileiras de árvores para desacelerar a propagação do fogo e a poda de galhos mais baixos para dificultar o acesso das chamas às copas das árvores, bem como a limpeza dos solos, retirando filhas secas inflamáveis e madeira morta. As mudanças climáticas intensificam e tornam comuns estas condições propícias aos grandes incêndios, que agravam a crise emitindo ainda mais gás carbônico no ambiente, tornando-se um problema que se retroalimenta.

Sob a liderança do diretor regional Hans Kluge, a OMS Europa realizou uma reunião que contou com representantes de 41, dos 53 países da região, para avaliar os impactos da atual onda de calor e a preparação para os próximos eventos[2]. O encontro mostrou a importância de planos de ação para calor extremo para salvar vidas. Países como Itália, Espanha, Áustria, Bélgica, França e Macedônia do Norte conseguiram responder de forma rápida e coordenada, utilizando sistemas de monitoramento, comunicação de riscos, proteção aos trabalhadores e apoio a populações vulneráveis. Segundo a Organização, esses planos integram alertas meteorológicos com ações de saúde pública, planejamento hospitalar, assistência a grupos de maior risco e coordenação entre diferentes setores do governo. Quando preparados com antecedência, eles ajudam a evitar mortes e reduzem a sobrecarga dos sistemas de saúde.

Apesar dos avanços, a OMS destaca que menos da metade dos países da Região Europeia possui um plano nacional de ação para ondas de calor. Entre os principais desafios estão a baixa percepção do risco pela população, a falta de espaços de resfriamento, atrasos na declaração oficial de ondas de calor e a dificuldade em proteger grupos vulneráveis, como idosos, pessoas em situação de rua e moradores de instituições de longa permanência. A OMS Europa pretende compartilhar as lições aprendidas, oferecer apoio técnico aos países e fortalecer a cooperação entre setores como saúde, meio ambiente, planejamento urbano e gestão de emergências. O objetivo é melhorar a resposta imediata às próximas ondas de calor e construir sistemas de saúde mais preparados para enfrentar eventos climáticos extremos.

A fumaça emanada pelos incêndios florestais também está no radar da OMS Europa, que emitiu um alerta sobre este risco à saúde frequentemente subestimado, por poder se espalhar por grandes distâncias, afetando a qualidade do ar em regiões, países e até continentes distantes do fogo. A fumaça contém gases tóxicos e partículas finas, capazes de penetrar profundamente nos pulmões e na corrente sanguínea, provocando irritação nos olhos e na garganta, tosse, dores de cabeça, falta de ar e agravamento de doenças respiratórias e cardiovasculares. Crianças, idosos, gestantes, pessoas com doenças crônicas, pessoas em situação de rua e trabalhadores expostos ao ar livre estão entre os grupos mais vulneráveis. A recomendação é para que as pessoas acompanhem os alertas oficiais sobre qualidade do ar,

[2] https://www.who.int/europe/news/item/07-07-2026-statement---extreme-heat--more-deadly-weeks-may-still-lie-ahead-for-the-european-region. Acesso em 03/08/2026.

permaneçam em ambientes fechados com portas e janelas fechadas quando a fumaça estiver intensa, usem máscaras do tipo FFP2 ou N95 ao sair, reduzam atividades ao ar livre e evitem fontes de poluição dentro de casa. Em situações de fumaça combinada com ondas de calor, orienta-se utilizar ventiladores apenas para circular o ar interno e manter o ar-condicionado no modo de recirculação. Além das medidas individuais, a organização destaca a importância de serviços públicos preparados para informar a população, oferecer atendimento médico, disponibilizar locais com ar limpo e refrigeração e garantir suporte às pessoas mais vulneráveis[3].

Em declaração feita em Lisboa, Kluge fez um alerta importante sobre o uso da Inteligência Artificial na Saúde: sua adoção está avançando mais rapidamente do que sua regulamentação. Embora apenas 8% dos países da Região Europeia possuam uma estratégia específica para IA na saúde, quase dois terços já utilizam a tecnologia em diagnósticos e metade emprega *chatbots* para atendimento a pacientes. Uma pesquisa da OMS com 53 países mostrou que 98% veem a melhoria do cuidado ao paciente como o principal motivo para adotar IA. No entanto, a OMS alertou para lacunas importantes na governança: poucos países oferecem formação em IA para profissionais de saúde, menos da metade revisou sua legislação sobre o tema e cerca de 40% ainda não possuem diretrizes éticas para o uso da tecnologia. Segundo Kluge, essa falta de regulamentação pode aumentar o risco de diagnósticos incorretos, erros clínicos e perda de confiança da população nos sistemas de saúde. Para enfrentar esses desafios, a OMS defende três prioridades: desenvolver estratégias nacionais de governança da IA, fortalecer a cooperação internacional e ampliar a capacitação dos profissionais de saúde. O diretor também destacou o potencial da cooperação entre os países de língua portuguesa — como Portugal, Brasil, Angola e Moçambique — e anunciou a proposta de criar um Roteiro de Cooperação Lusófona em IA e Saúde, com lançamento previsto para a Cúpula Regional de Saúde, no Brasil, em 2028.

No Dia Mundial da Hepatite 2026, a OMS Europa destacou que a Região Europeia avançou significativamente no combate às hepatites virais, mas ainda enfrenta desafios para atingir a meta de eliminação da doença até 2030. Os dados mostram que a prevalência da hepatite B em crianças menores de 5 anos caiu para 0,06%, superando a meta global de eliminação. Desde 2015, as novas infecções por hepatite B diminuíram 54%, enquanto as de hepatite C caíram 28%. Além disso, o número de pessoas vivendo com hepatite C reduziu 29%, e a mortalidade relacionada à doença caiu 33% na última década. Apesar desses avanços, cerca de 9,7 milhões de pessoas vivem com hepatite B e 5,6 milhões com hepatite C na Região Europeia. Apenas 23% das pessoas com hepatite B foram diagnosticadas, e somente 4,2% recebem tratamento, o que mantém elevadas as mortes por cirrose e câncer de fígado. A OMS ressalta que o principal desafio atual não é mais a prevenção, mas sim ampliar o diagnóstico e o acesso ao tratamento[4].

A OMS Europa alertou para o aumento dos casos de vírus do Nilo Ocidental em partes da Europa e recomendou o reforço da vigilância de mosquitos e das medidas de prevenção. Embora o risco para a maioria das pessoas seja considerado baixo, moradores e viajantes de

---

[3] https://www.who.int/europe/news/item/31-07-2026-wildfire-smoke--a-frequently-underestimated-health-risk. Acesso em 03/08/2026.

[4] https://www.who.int/europe/news/item/28-07-2026-world-hepatitis-day-2026--progress-made-against-hepatitis-in-europe--but-millions-still-miss-out-on-diagnosis-and-treatment. Acesso em 03/08/2026.

áreas afetadas devem adotar cuidados para evitar picadas. Até julho de 2026, a Grécia registrou 21 casos, a maioria com formas graves da doença, como encefalite e meningite. A Itália também confirmou 21 casos distribuídos em 17 áreas, enquanto Macedônia do Norte, Romênia e Espanha relataram casos autóctones. O vírus é transmitido pela picada de mosquitos infectados, que adquirem o vírus ao se alimentarem de aves. A maioria das infecções é assintomática, mas cerca de 1 em cada 150 pessoas infectadas desenvolve doença neurológica grave, que pode ser fatal. Não existe vacina para humanos nem tratamento antiviral específico, sendo o cuidado baseado no controle dos sintomas e suporte hospitalar nos casos graves. Como forma de prevenção, a organização recomenda usar roupas que cubram a maior parte do corpo, aplicar repelentes, instalar telas em portas e janelas, utilizar mosquiteiros e eliminar água parada para reduzir a proliferação dos mosquitos. Entre os sintomas mais comuns estão febre, dor de cabeça, fadiga, dores no corpo e erupções cutâneas. Casos graves podem causar febre alta, rigidez na nuca, confusão mental, convulsões, fraqueza muscular, paralisia e coma, exigindo atendimento médico imediato.

O informe se encerra com a crise migratória de grandes proporções em Ceuta, cidade autônoma da Espanha, localizada em continente africano e que faz fronteira com o Marrocos. Em aproximadamente 24 horas, dezenas de milhares de migrantes atravessaram a fronteira a nado, apenas com as roupas do corpo, após ampla divulgação de notícias falsas divulgadas em redes sociais, afirmando que eles não seriam deportados do território espanhol. As estimativas variam de 60mil a 70 mil de pessoas — a maioria jovens, incluindo menores desacompanhados — tentando entrar em uma cidade de 84 mil habitantes, ou seja, praticamente dois terços da população. A entrada em massa gerou uma grande crise que sobrecarregou as forças de segurança e os serviços públicos de Ceuta, gerando uma emergência humanitária, sem falar nas lamentáveis dezenas de mortes por afogamento. Após o reforço da segurança pela Espanha, a maioria dos migrantes voltou voluntariamente ao Marrocos nos dias seguintes.

A origem do aumento repentino tem sido assunto de debates e especulações. Segundo autoridades espanholas, redes de tráfico de pessoas e uma campanha de desinformação nas redes sociais teriam levado muitos migrantes a acreditar que seria mais fácil permanecer na Espanha após uma recente decisão judicial sobre deportações de chegadas por via marítima. Também houve especulações de que o controle fronteiriço marroquino tenha sido temporariamente relaxado em meio a tensões diplomáticas entre Espanha e Marrocos, embora não haja confirmação conclusiva dessa hipótese. Há quem sugira uma manobra de Trump para retaliar, isolar (e punir) Pedro Sanchez, que se recusa a permitir o uso de bases militares espanholas para ataques ao Irã, além de suas posições políticas de enfrentamento aos governos dos EUA e de Israel.

A crise reacendeu o debate sobre imigração e controle das fronteiras externas da União Europeia, além de provocar reações de diversos governos europeus, como o da Itália que sugeriu a retirada da Espanha do Espaço de Schengen, comprometendo a livre-circulação de pessoas, pilar fundamental da constituição da União Europeia.

Considerações Finais

A crise migratória de Ceuta ainda é objeto de muita especulação sobre suas causas. De concreto, por enquanto, apenas o fato de milhares de marroquinos desesperados, fugindo de situações de pobreza e vulnerabilidade social tentando uma vida melhor. É desconfortante pensar na profundidade das motivações que levam estes migrantes a arriscarem suas vidas no

mar. Também é um fato inconteste a ação ter sido coordenada, só não se sabe por quem: se por redes de tráfico humano, se por motivações geopolíticas, o que caracterizaria uma guerra híbrida e o pior: o uso do sofrimento humano como armas para fins políticos. As redes sociais que serviram de plataforma para a disseminação da "oportunidade" precisam ser investigadas e responsabilizadas, não lhes cabendo o véu de neutralidade. Caso as motivações sejam de retaliação ao governo espanhol.

Reforma da OMS: o que defendem países e blocos da Ásia-Pacífico e MENA

Reforma de la OMS: qué defienden los países y bloques de Asia-Pacífico y MENA

WHO Reform: Positions Advocated by Asia-Pacific Countries and Blocs and the MENA Region

Lúcia Marques

> Mudanças significativas no sistema de saúde global são agora inevitáveis. Não é uma questão de se o sistema vai mudar. É uma questão de quando, em que direção e quem molda esse sistema futuro.[1]

Resumo: O debate sobre a reforma da OMS e da própria Arquitetura Global de Saúde (GHA — Global Health Architecture) está em um momento de profunda ebulição, fortemente pautado por uma demanda de descentralização e transferência de poder para os blocos regionais, pois para que o Acordo Pandêmico saia do papel, a OMS precisa de uma estrutura executiva mais ágil, transparente e imparcial. Países em desenvolvimento da Ásia e do Oriente Médio estão usando este debate como barganha política para descentralizar a manufatura de vacinas e insumos, exigindo que a OMS transfira tecnologia para hubs regionais em vez de depender do financiamento ocidental. Países como Índia (OMS/SEARO) e Arábia Saudita (OMS/EMRO) têm se articulado nos bastidores para garantir que seus aliados (ou eles próprios) ocupem vagas na Força Tarefa, grupo que vai liderar os primeiros movimentos de reforma. Enquanto China propõe reformulação das normas globais a partir da centralidade da ONU e do Sul Global, a Índia foca na liderança fabril, biotecnologia e autossuficiência econômica. Arábia Saudita, representando os países do MENA, defende o financiamento estratégico de emergências e autonomia operacional do escritório EMRO. Na Ásia Central, Cazaquistão e Uzbequistão são defensores da Atenção Primária à Saúde e Sub-Regionalização dos escritórios regionais da OMS. A ASEAN**,** enquanto bloco, defende a descentralização da governança e da capacidade fabril e regulatória. Embora haja diferentes visões sobre a reforma da OMS e seu financiamento, todos anseiam pelos mesmos objetivos: autonomia decisória e financeira, descentralização, compartilhamento de dados, hubs e descentralização produtiva. Todos querem se desvincular do Norte Global, das *Big Techs* e dos financiamentos com rubricas.

Palavras-chave: Reforma da OMS; Acordo Pandêmico; China; Índia; Arábia Saudita; Cazaquistão; Indonésia; ASEAN.

Resumen: *El debate sobre la reforma de la OMS y de la propia Arquitectura Global de Salud (GHA — Global Health Architecture) atraviesa un momento de profunda efervescencia, fuertemente impulsado por la demanda de descentralización y transferencia de poder hacia los bloques*

[1] Resumo. Do repensar à reforma: o caminho a seguir para o sistema global de saúde, relatório Wellcome**.**

regionales. Para que el Acuerdo Pandémico se concrete en la práctica, la OMS necesita una estructura ejecutiva más ágil, transparente e imparcial. Los países en desarrollo de Asia y Oriente Medio están utilizando este debate como baza política para descentralizar la fabricación de vacunas e insumos, exigiendo que la OMS transfiera tecnología a centros regionales en lugar de depender del financiamiento occidental. Países como India (OMS/SEARO) y Arabia Saudita (OMS/EMRO) se han articulado entre bastidores para garantizar que ellos mismos o sus aliados ocupen plazas en la Fuerza de Tarea, el grupo que liderará los primeros pasos de la reforma. Mientras que China propone reformular las normas globales a partir de la centralidad de la ONU y del Sur Global, la India se enfoca en el liderazgo manufacturero, la biotecnología y la autosuficiencia económica. Arabia Saudita, en representación de los países de MENA, defiende el financiamiento estratégico de emergencias y la autonomía operativa de la oficina EMRO. En Asia Central, Kazajistán y Uzbekistán abogan por la Atención Primaria de Salud y la subregionalización de las oficinas regionales de la OMS. Por su parte, la ASEAN, como bloque, defiende la descentralización de la gobernanza, así como de la capacidad manufacturera y regulatoria. Aunque existen diferentes visiones sobre la reforma de la OMS y su financiamiento, todos anhelan los mismos objetivos: autonomía decisoria y financiera, descentralización, intercambio de datos, hubs y descentralización productiva. Todos buscan desvincularse del Norte Global, de las Big Techs y del financiamiento condicionado.

Palabras clave: *Reforma de la OMS; Acuerdo Pandémico; China; India; Arabia Saudita; Kazajistán; Indonesia; ASEAN.*

Abstract: *The debate on the reform of the WHO and the Global Health Architecture (GHA) itself is currently at a turning point, strongly driven by demands for decentralization and a transfer of power to regional blocs. For the Pandemic Agreement to actually materialize, the WHO requires a more agile, transparent, and impartial executive structure. Developing countries in Asia and the Middle East are using this debate as political leverage to decentralize the manufacturing of vaccines and health supplies, demanding that the WHO transfer technology to regional hubs rather than relying on Western funding. Countries like India (WHO/SEARO) and Saudi Arabia (WHO/EMRO) have been coordinating behind the scenes to ensure that they or their allies secure seats on the Task Force—the group that will lead the initial reform efforts. While China proposes reshaping global norms centered around the UN and the Global South, India focuses on manufacturing leadership, biotechnology, and economic self-reliance. Saudi Arabia, representing MENA countries, advocates for strategic emergency financing and operational autonomy for the EMRO regional office. In Central Asia, Kazakhstan and Uzbekistan promote Primary Health Care and the sub-regionalization of WHO regional offices. As a bloc, ASEAN calls for the decentralization of governance, as well as manufacturing and regulatory capacity. Although different visions exist regarding WHO reform and its funding, all share the same objectives: decision-making and financial autonomy, decentralization, data sharing, hubs, and distributed production. They all seek to break away from dependence on the Global South's counterpart in the North, Big Tech, and earmarked donor funding.*

Keywords: *WHO Reform; Pandemic Agreement; China; India; Saudi Arabia; Kazakhstan; Indonesia; ASEAN.*

O debate sobre a reforma da OMS e da própria Arquitetura Global de Saúde (GHA — Global Health Architecture) está em um momento de profunda ebulição, fortemente pautado

por uma demanda de descentralização e transferência de poder para os blocos regionais. As disputas geopolíticas aceleraram o processo.

A reforma foi estabelecida formalmente no âmbito da Assembleia Mundial da Saúde (AMS) e do Conselho Executivo da OMS pela na decisão WHA79/20, que define o processo conjunto de reforma da GHA, fixa regra de copresidência e prazos de relatórios. O documento A79/24 detalha os três objetivos da reforma, o mandato da Força-Tarefa (Task Force) com 25 membros, (organizados por regiões geográficas da OMS e nível de desenvolvimento) o cronograma para entregas e regras operacionais.

Países em desenvolvimento da Ásia e do Oriente Médio estão usando este fórum como barganha política para descentralizar a manufatura de vacinas e insumos, exigindo que a OMS transfira tecnologia para hubs regionais em vez de depender do financiamento ocidental. Países com Índia (OMS/SEARO) e Arábia Saudita (OMS/EMRO) têm se articulado nos bastidores para garantir que seus aliados (ou eles próprios) ocupem vagas no Task Force. É o fato político do momento.

Isso também pôde ser acompanhado nos discursos e debates na 79º AMS[2], quando líderes falaram, em uníssono, sobre a urgência de reformar a governança de preparação para crises, mas por ângulos políticos e práticos bem diferentes. Enquanto Espanha fez uma crítica filosófica e macroeconômica à "pandemia do egoísmo" na governança global, Singapura trouxe a resposta pragmática da Ásia sobre alianças técnicas regionais e dados abertos para contornar a paralisia política e o Egito trouxe o clamor do Oriente Médio por sustentabilidade financeira real diante das crises estruturais. Enquanto o Egito focou na *indústria farmacêutica*, a China falou sobre *soberania de dados*.

Para entender melhor esse jogo, é necessário trazer o Acordo Pandêmico da OMS, adotado em 20 de maio de 2025, durante a 78ª AMS, após três anos de negociações que identificaram lacunas e desigualdades na resposta global à pandemia de COVID-19. O documento do Acordo de Pandemia descreve os princípios, abordagens e ferramentas para melhorar a coordenação internacional para prevenção, preparação e resposta à pandemia, incluindo acesso equitativo a vacinas, diagnósticos e terapêuticas.

Para que o acordo saia do papel — garantindo equidade de insumos, transferência de tecnologia e acesso compartilhado a patógenos —, a OMS precisa de uma estrutura executiva interna mais ágil, transparente e imparcial. A própria implementação do tratado exige que a máquina burocrática da OMS se modernize.

Historicamente, cerca de 80% do orçamento da OMS dependia de contribuições voluntárias e carimbadas (geralmente ligadas a interesses de doadores específicos ou grandes fundações). A reforma institucional foca em aumentar a proporção das contribuições compulsórias dos Estados-membros e visa independência para agir. Isso é crucial para o Acordo Pandêmico. Sem financiamento sustentável e com financiamento pré-alocado, a OMS não consegue operacionalizar redes globais de vigilância epidemiológica e capacidade de resposta rápida de forma independente.

---

[2] Ver em Marques, L. (2026). **Na 79ª AMS, discursos contundentes refletiram o momento atual. E a coreografia diplomática da China**. *Cadernos Fiocruz De Saúde Global E Diplomacia Da Saúde*, *8*, 270-281. https://cadernossaudeglobalfiocruz.net/csgf/article/view/357

Por isso, uma das maiores polêmicas do Acordo Pandêmico envolveu os limites do mandato da OMS. A reforma da governança busca exatamente delimitar as atribuições do Secretariado da OMS e do Diretor-Geral em relação à soberania nacional dos países. Portanto, o debate sobre a reforma passa pelo fortalecimento e descentralização para os escritórios regionais, garantindo que as diretrizes globais do Acordo Pandêmico reflitam as assimetrias e particularidades do Sul Global.

Em resumo: o Acordo Pandêmico redefine ***o que*** os países e a OMS devem fazer perante emergências sanitárias (as regras do jogo), enquanto a Reforma da OMS redefine ***como*** a organização funciona, se financia e se estrutura para conseguir coordenar essas regras.

Discussões sobre a reforma

O ecossistema de saúde global tem produzido análises robustas exigindo o redesenho institucional a partir de visões não ocidentais. Além de documentos oficiais da ONU e OMS, think tanks e de organizações globais têm gerado relatórios e documentos robustos e promovendo discussões.

Países da Ásia-Pacífico (WPRO e SEARO) têm como foco principal a intersecção de saúde e segurança climática (como o Plano Estratégico do Centro da OMS para Ambiente e Saúde na APAC, lançado no final de 2025). Países como Indonésia, Índia e Coreia do Sul têm liderado as críticas sobre a centralização das tomadas de decisão regulatórias em Genebra.

O bloco dos países do MENA (EMRO) têm demandado reformas profundas na resposta a emergências humanitárias da OMS. A incapacidade de os mecanismos tradicionais garantirem cadeias logísticas seguras e financiamento ágil em zonas de conflito severo na região gerou propostas de novos fundos de contingência que operem sob regras regionais, e não globais.

O Relatório Wellcome Trust, de março de 2026, "Do repensar à reforma: o caminho a seguir para o sistema global de saúde, compila os resultados de diálogos regionais extensivos promovidos por organizações locais, envolvendo participantes de mais de 114 países sobre a reforma da saúde global. Os diálogos abordaram questões prementes sobre as mudanças necessárias no sistema de saúde global e como elas podem ser alcançadas. O documento detalha a demanda explícita dos blocos regionais por um sistema de saúde global descentralizado e liderado pelos países, reduzindo a dependência de agências centralizadas e focando em compras compartilhadas regionais.

Singapura convocou, no final de 2025, o Diálogo Regional Ásia-Pacífico sobre a Reforma Global da Arquitetura em Saúde para fortalece a liderança da Ásia-Pacífico e a influência nos processos globais de reforma da saúde em andamento na OMS, no G20 e na ONU. Guiado por pesquisa sistemática e ampla consulta, o Consórcio está trabalhando para garantir que a governança global em saúde reflita as prioridades, capacidades e aspirações da região. O evento reuniu ex-ministros da Saúde, formuladores de políticas seniores, representantes da OMS, financiadores regionais, sociedade civil, academia, setor privado, agências da ONU e parceiros de desenvolvimento, refletindo um forte compromisso com o engajamento multissetorial na formação do futuro da saúde global. Esse Diálogo fez parte de uma série de cinco diálogos regionais sobre a reforma da saúde global apoiados pela Wellcome.

O Diálogo Regional do Oriente Médio e Ásia Central (MECA) sobre a Reforma da Saúde Global — liderado pela EMPHNET, pelo Middle East Council on Global Affairs e pela Escola de Medicina da Universidade Nazarbayev, com apoio do Wellcome Trust — mobilizou especialistas

de 17 países para propor uma arquitetura de saúde global mais equitativa, conectada e descentralizada, pautada pelas prioridades da região. Frente a fragilidades como a dependência financeira de doadores e a fraca representatividade regional no modelo atual centralizado em Genebra, o relatório estabelece cinco reformas estruturais prioritárias: o alinhamento dos investimentos internacionais às prioridades nacionais com governança dos próprios países; a transferência de autoridade e recursos para órgãos regionais; a criação de plataformas integradas de cooperação e inovação; o fortalecimento de infraestruturas digitais e de dados interoperáveis; e a consolidação de sistemas de saúde resilientes centrados na Atenção Primária, substituindo programas verticais fragmentados por uma atuação comunitária contínua.

Outros relatórios dos diálogos sobre outras regiões podem ser acompanhados neste link.

O relatório Griffith Asia Pacific Strategic Outlook (GAPSO 2026)[3] aponta que a erosão acelerada da confiança nas instituições multilaterais tradicionais e que, diante de choques recentes — que vão de gargalos nas cadeias de suprimento globais a assimetrias no acesso a tecnologias e insumos sanitários —, os países da região vêm abandonando a dependência de organismos globais baseados no Ocidente. Em seu lugar, priorizam a construção de arranjos mini laterais e redes de proteção locais, buscando blindar suas infraestruturas críticas e garantir a resiliência de seus sistemas nacionais. Na prática, esse movimento se traduz em um esforço coordenado para fortalecer a soberania produtiva, tecnológica e regulatória do bloco Indo-Pacífico. Em vez de aguardar reformas estruturais em agências multilaterais como a OMS ou a OMC, os governos da região estão investindo em acordos bilaterais de biossegurança, hubs regionais de manufatura e plataformas digitais próprias de cooperação. O relatório conclui que a Ásia-Pacífico não busca se isolar do cenário internacional, mas sim redefinir os termos de sua inserção global: o objetivo é interagir com a governança internacional a partir de uma posição de autossuficiência e poder de barganha coletivo, reduzindo drasticamente a vulnerabilidade a crises de governança global.

Índia, Arábia Saudita, Cazaquistão e Uzbequistão, China, Indonésia, Malásia e ASEAN

As posições da Índia e da Arábia Saudita no xadrez da reforma da saúde global (especialmente entre 2025 e 2026) refletem suas respectivas ambições de liderança regional e soberania geopolítica, embora operem por vias diferentes: a Índia aposta na autonomia industrial e na liderança do Sul Global, enquanto a Arábia Saudita utiliza seu poder de financiamento e diplomacia de infraestrutura.

A atuação da **Índia** nas negociações recentes do Acordo de Pandemias e nas discussões de reforma da OMS é pautada pelo conceito de *Viksit Bharat*[4] e por seu papel autodeclarado de

[3] Produzido e publicado pelo Griffith Asia Institute (GAI), pertencente à Griffith University (localizada em Queensland, Austrália), reunindo contribuições e *policy briefs* elaborados em parceria com diversos especialistas, acadêmicos e think tanks regionais da Ásia e do Pacífico. https://www.griffith.edu.au/

[4] O Viksit Bharat @2047 (*Índia Desenvolvida em 2047*) é o plano mestre do governo indiano para transformar o país em uma nação totalmente desenvolvida e autossuficiente no centenário de sua independência (2047). A iniciativa funciona como um guarda-chuva estratégico que orienta tanto a política doméstica quanto a atuação diplomática internacional da Índia. No âmbito da saúde global e da governança internacional, o *Viksit Bharat* se traduz na busca por autonomia estratégica: a Índia rejeita o papel de mera consumidora de tecnologias do Norte Global e busca se consolidar como hub de inovação, polo produtor de biotecnologia/vacinas e líder do Sul Global na exigência por equidade e transferência de tecnologia na OMS.

"farmácia do mundo". Suas principais exigências são: 1) Descentralização Produtiva e Quebra de Patentes — o país lidera o bloco que exige que o sistema PABS (*Pathogen Access and Benefit Sharing*) da OMS não seja apenas uma plataforma de entrega de dados de patógenos ao Norte Global, mas que garanta, contratualmente, a transferência de tecnologia biotecnológica e mRNA para hubs no Sul Global; 2) Financiamento Sem Condicionalidades — a diplomacia indiana tem defendido que os novos mecanismos de financiamento de emergência da OMS reduzam a dependência de doadores filantrópicos privados ocidentais, os quais, segundo a visão de Nova Delhi, distorcem as prioridades epidemiológicas locais. 3) Equilíbrio com o Digital Health — o país propõe que a reforma da OMS crie diretrizes globais para governança de dados que respeitem a soberania nacional, evitando o "extrativismo de dados médicos" por Big Techs estrangeiras.[5]

A **Arábia Saudita** aborda a reforma da OMS a partir da consolidação de sua Visão 2030[6], buscando se transformar no principal polo econômico, logístico e de saúde do Oriente Médio, preenchendo vazios geopolíticos e defendendo a estabilidade regional. Riad tem buscado o fortalecimento do escritório regional (EMRO), pressionando para que a reforma da OMS dê mais autonomia financeira e decisória à EMRO. Diante das crises humanitárias e questões de saúde persistentes na região, a Arábia Saudita defende que a tomada de decisão para o envio de ajuda e fundos de contingência de emergência sanitária seja gerida regionalmente para garantir maior agilidade e neutralidade geopolítica. Além disso, o país tem aumentado significativamente seus aportes em coordenação com o *Pandemic Fund* (hospedado pelo Banco Mundial) e a Gavi, buscando garantir vacinas.[7] Nas negociações de 2026, a diplomacia saudita defendeu uma governança mais integrada e menos fragmentada entre essas iniciativas globais e a OMS, de forma a evitar a duplicação de funções.[8] Sobre segurança sanitária e cadeias regionais de suprimentos, o governo saudita propõe que a nova arquitetura global de saúde reconheça e apoie a criação de hubs logísticos regionais de segurança sanitária no Oriente Médio. O objetivo é garantir que, em futuras emergências globais, o trânsito de insumos médicos para a região MENA e África Subsaariana não sofra com restrições comerciais ou embargos de exportação ocidentais.

Na **Ásia Central**, os atores com posicionamentos mais estruturados e articulados são o Cazaquistão e o Uzbequistão. A região tem buscado sair do papel de receptora passiva de cooperação para o de articuladora de políticas sanitárias e diplomáticas regionais, com foco na Ásia Central e no Cáucaso.[9]

Como visto nas conclusões do *Diálogo Regional de Saúde MECA, do Wellcome Trust,* (que contou com forte articulação da Universidade Nazarbayev do Cazaquistão), a posição conjunta da Ásia Central apoia três pontos críticos de reforma: 1) Representatividade e Sub-Regionalização — exigência de que os escritórios regionais da OMS (como o WHO/Europe, ao qual a Ásia Central

---

[5] https://www.theindiaforum.in/health/who-pandemic-agreement-and-indias-path-forward#:~:text=First%2C%20India%20has%20a%20dual%20role%20in,will%20play%20an%20important%20role%20in%20manufacturing

[6] Visão Saudita 2030. É um projeto de três fases que visa diversificar a economia, promover empoderamento, inovação e sustentabilidade. Relatório de 2025.

[7] https://www.thepandemicfund.org/contributors

[8] https://healthpolicy-watch.news/who-climate-change-and-health-action-plan-approved-after-saudi-led-effort-to-shelve-it-fails/

[9] https://www.specialeurasia.com/2025/12/21/central-asia-risk-2026/

pertence administrativamente) concedam maior autonomia decisória e financeira às sub-regiões não europeias; 2) Sistemas Digitais Interoperáveis — criação de *dashboards* e mecanismos regionais de compartilhamento de dados sanitários em tempo real, evitando a dependência de plataformas centralizadas do Norte Global; 3) Abordagem Saúde Única — integração de riscos ambientais (como a crise hídrica do Mar de Aral) nas diretrizes de emergência da OMS, conectando saúde humana, animal e segurança hídrica regional.

O **Cazaquistão** é o país geopoliticamente mais vocal da região em matérias de governança de saúde. O Cazaquistão é o berço histórico da declaração de Alma-Ata (1978) e da Declaração de Astana (2018) — documento global liderado pelo Cazaquistão que reorientou a governança da saúde pública rumo à Atenção Primária e à resiliência dos sistemas nacionais. Nas discussões recentes sobre a reforma da governança da OMS e no diálogo regional MECA (Middle East and Central Asia), Astana tem pressionado para que a nova arquitetura global abandone ações verticais rígidas (programas específicos impostos por doadores ocidentais) e financie a resiliência da saúde a partir da Atenção Primária em Saúde Pública. No âmbito da diplomacia multilateral, o Cazaquistão tem aproveitado fóruns de cúpula (como o formato C5+1 com a União Europeia ou EUA ou China) para colocar a biossegurança e o monitoramento epidemiológico de fronteiras no centro das negociações financeiras, defendendo a criação de hubs de dados de saúde na Ásia Central.

O **Uzbequistão** foca sua postura diplomática na soberania operacional e capacidade técnica. O país assinou com a OMS/Europa o *Country Cooperation Strategy (2025–2030)*. No âmbito das negociações multilaterais, o governo uzbeque defende que o fortalecimento regulatório nacional deva preceder imposições globais e que a OMS descentralize a capacidade de vigilância de dados de saúde para órgãos locais. Alinhado ao pleito do Sul Global nas discussões do Acordo de Pandemias, o Uzbequistão apoia a produção local e compartilhada de medicamentos e vacinas na Ásia Central para reduzir a vulnerabilidade do bloco a gargalos em cadeias de suprimento no caso de novas emergências globais. A Estratégia "Uzbekistan — 2030, documento uzbeques registrado na plataforma da UNESCO, detalha as metas do país para soberania de infraestrutura, saúde e integração na Ásia Central.

A **China** acabou de publicar um documento oficial focado justamente na reformulação das organizações multilaterais e da governança global — *Livro Branco* (White Paper), lançado pelo Escritório de Informação do Conselho de Estado chinês.[10] Embora o documento *Governança Global Mais Justa e Equitativa: Princípios, Propostas e Ações da China* seja abrangente sobre a ordem internacional, ele dedica seções cruciais à reforma de agências das Nações Unidas, incluindo a governança da saúde global.[11]

A estratégia chinesa para a reforma de agências como a OMS apoia-se em três pilares centrais contidos no relatório: 1) Centralidade das Nações Unidas com Redesenho de Poder — Pequim defende enfaticamente que a OMS e a ONU continuem sendo os eixos centrais da saúde global (rejeitando iniciativas paralelas lideradas exclusivamente pelo Ocidente), mas exige que o Sul Global tenha maior peso decisório nas regras de financiamento e prioridades sanitárias. 2) Institucionalização da Iniciativa de Governança Global (GGI) — O documento formaliza a *Global Governance Initiative*, que já conta com o apoio de dezenas de países em desenvolvimento; na

[10] https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/xw/fyrbt/202606/t20260617_11947701.html

[11] https://www.chathamhouse.org/2026/06/china-sets-out-its-vision-new-global-order-will-it-commit-resources-match-its-ambition

saúde, isso se traduz em criar mecanismos de cooperação técnica e cadeias de suprimentos menos dependentes do ecossistema de Genebra/Washington. 3) A Rota da Seda da Saúde Digital — o texto ressalta o papel da inteligência artificial, infraestrutura de dados e biotecnologia; a China propõe a criação de novos organismos técnicos (como a preparação para a *Organização Mundial de Cooperação em IA*) para ditar as normas de tecnologia na saúde, competindo diretamente com os padrões regulatórios europeus e americanos.

A atuação da **ASEAN**— impulsionada de forma articulada por países como Indonésia e Malásia — traz a dimensão do Sudeste Asiático na disputa pela reforma da saúde global. O bloco do Sudeste Asiático atua no meio do caminho: defende uma regionalização da governança. O objetivo é garantir que as decisões de resposta e o financiamento de emergência sejam descentralizados para organismos do próprio bloco, evitando depender da burocracia central de Genebra ou de acordos pontuais com potências ocidentais.

A prioridade da ASEAN no debate sobre a nova Arquitetura Global de Saúde é a consolidação da sua própria infraestrutura de segurança sanitária: 1) Operacionalização do ACPHEED — o bloco busca utilizar o ASEAN Centre for Public Health Emergencies and Emerging Diseases (ACPHEED) para descentralizar as funções centrais da OMS na região. A ASEAN defende que os dados de vigilância epidemiológica e os estoques de emergência sejam geridos primariamente pelo ACPHEED e alinhados às necessidades locais, em vez de dependerem exclusivamente de mandatos de Genebra. 2) Durante a elaboração e desdobramentos dos anexos regulatórios do Acordo de Pandemias da OMS (como o sistema PABS de partilha de patógenos), a ASEAN articulou uma posição em bloco para exigir que as metas de reserva de vacinas e diagnósticos (os 20% alocados pela OMS) contem com redes diretas de distribuição regional, evitando o "nacionalismo de vacinas" ocorrido em crises passadas.[12]

A **Indonésia** tem sido uma das vozes mais ativas do Sudeste Asiático no conselho executivo da OMS e no G20. Jacarta defende a em Manufatura de Vacinas e Resiliência Financeira. O país arquipélago construiu sua diplomacia baseada na transferência real de tecnologia biotecnológica (hubs de mRNA da OMS). O governo indonésio defende que a reforma da governança global de saúde só será equitativa se descentralizar a capacidade fabril e regulatória para os países em desenvolvimento, permitindo que a Indonésia atue como polo fornecedor de imunobiológicos para todo o Sudeste Asiático e Ásia-Pacífico. Nas rodadas de negociação na OMS, a Indonésia manteve postura firme ao condicionar o compartilhamento de dados genéticos de novos vírus à garantia vinculante de acesso equitativo a vacinas e tratamentos resultantes dessa partilha (combate ao "extrativismo de dados").[13]

A **Malásia** aborda a governança e a reforma da OMS com um enfoque duplo: cooperação internacional forte, mas com salvaguardas rígidas à soberania nacional. Lançado pelo Ministério da Saúde em alinhamento com a OMS, o Plano Nacional de Ação para a Segurança da Saúde da Malásia — 2025-2030 reflete o pleito do país por autonomia nacional no monitoramento de riscos (One Health), priorizando o fortalecimento dos sistemas internos de saúde pública em vez da adoção de mandatos globais rígidos. O plano malásio é um roteiro estratégico multissetorial

[12] https://www.thinkglobalhealth.org/article/putting-the-pandemic-agreement-into-practice-a-case-for-asean

[13] https://unu.edu/publication/indonesias-response-changing-global-health-landscape

focado em prevenir, detectar e responder a emergências de saúde pública.[14] Ele se baseia na abordagem de Saúde Única e é composto por quatro pilares principais e 19 áreas técnicas que espelham as capacidades essenciais exigidas pela OMS e pelo Avaliação Externa Conjunta (JEE, em inglês) do Regulamento Sanitário Internacional: Prevenção e Biossegurança; Resposta Rápida; Resiliência Comunitária

Composição da Força Tarefa

A Força Tarefa será composta de 25 membros, organizados por regiões geográficas da OMS e níveis de desenvolvimento econômico, com indicação direta dos blocos regionais. O objetivo central é aplicar o princípio da subsidiariedade (decisões tomadas no nível regional, e não centralizada em Genebra). A Task Force será composta por:

- 14 Representantes de Estados-Membros (Países): 2 países da Região Africana (AFRO; 2 países da Região das Américas (AMRO/OPAS); 2 países da Região do Mediterrâneo Oriental (EMRO); 2 países da Região Europeia (EURO); 2 países da Região do Sudeste Asiático (SEARO); 2 países da Região do Pacífico Ocidental (WPRO);2 membros adicionais provenientes dos países que assumem a Copresidência.
- Copresidência: a liderança da força-tarefa deve ser compartilhada obrigatoriamente por 1 país em desenvolvimento e 1 país desenvolvido.
- Demais 11 Assentos na Força-Tarefa para evitar duplicações e alinhar financiamento e resposta: 5 principais iniciativas globais de saúde (não-ONU): Gavi (Alliance), Fundo Global (AIDS, TB e Malária), CEPI, Unitaid e o Fundo Pandêmico do Banco Mundial; 4 agências do sistema ONU: Agências focadas em saúde (como UNICEF, UNFPA, UNAIDS); 1 representante do Banco Mundial; 1 representante de organização regional de saúde.

Ainda não há uma lista nominal oficial pública e definitiva dos 14 países, que serão indicados pelas seis regionais geográficas da OMS — AFRO, OPAS, EURO, EMRO (Oriente Médio e Norte da África / MENA), SEARO (Sul e Sudeste Asiático) e WPRO (Pacífico Ocidental) —, que têm até 21 de agosto para formalizar a indicação. Ásia e o Oriente Médio estão articulando suas indicações de assento, que deveriam ser anunciadas até o final de julho, mas não há registro público nem publicação oficial indicando movimentação formal de indicação dos representantes.

A expectativa é que a composição final dos países membros da Task Force seja formalizada nos canais oficiais da OMS antes da apresentação do relatório preliminar, agendada para o ciclo de reuniões de governança entre novembro de 2026 e fevereiro de 2027.

Até o fechamento deste informe, não havia indicação de nomes. Bastidores, notícias aqui e ali, indicam que grandes articulações do Sul Global (incluindo o bloco da ASEAN e o grupo liderado por Índia/África do Sul) pressionaram para garantir que os assentos destinados a países em desenvolvimento fossem ocupados por representantes com forte perfil técnico e político em negociações multilaterais, de modo a contrapor a influência das agências ocidentais.

[14] https://www.who.int/westernpacific/newsroom/feature-stories/item/malaysia-launches-landmark--national-action-plan-for-health-security-(mynaphs-2025-2030)

Considerações finais

É o grande momento para o fortalecimento do Sul Global. E toda articulação é estratégica. A Ásia Central, sob liderança do Cazaquistão, tem buscado sair do papel de receptora passiva de cooperação para o de articuladora de políticas sanitárias e diplomáticas regionais, com foco na Ásia Central e no Cáucaso. Se a Índia aposta na autossuficiência industrial e biotecnológica e a China na reformulação das normas globais de governança, a ASEAN, enquanto bloco do Sudeste Asiático, atua no meio do caminho: defende a descentralização executiva, defende uma regionalização da governança. Enquanto Ásia Central defende a Atenção Primária à Saúde e Sub-Regionalização dos escritórios regionais da OMS, Arábia Saudita, representando o MENA, defende o Financiamento estratégico de emergências e autonomia operacional do escritório EMRO.

Embora haja diferentes visões sobre a reformar da OMS e seu financiamento, todos anseiam pelos mesmos objetivos: autonomia decisória e financeira, descentralização, gestão regional de fundos de contingências regionais, compartilhamento de dados, hubs e descentralização produtiva, entre outros.

Todos querem se desvincular do Norte Global, das *Big Techs* e dos financiamentos com rubricas.

.

Educação com Saúde em Primeiro Lugar

Educación con la salud como prioridad

Education with Health as a First

André Costa Lobato, Anabela Santiago e Rafael Aguilar-Zamudio

Resumo: Pauta bilateral Brasil-China alcança recorde histórico com carros elétricos, carne e petróleo. Aumento foi de 22% no ano. Ministros das Relações Exteriores da China+Asean emitem declaração sobre situação no Oriente Médio, defendendo soberania dos países e liberdade de trânsito no mar. Diante do aumento de procura por Panda Bonds, banco central chinês, demandam-se novas regras das agências de classificação de risco dos títulos. No âmbito sanitário, queda de natalidade é notada na diminuição das doses de vacinas. Xi Jinping propõe novos alicerces para educação básica na China, que incluem ênfase em valores e na saúde coletiva.

Resumen: *El comercio bilateral entre Brasil y China alcanza un récord histórico con los autos eléctricos, la carne y el petróleo. El aumento fue del 22 % en el año. Los ministros de Relaciones Exteriores de China y la ASEAN emiten una declaración sobre la situación en el Medio Oriente, en la que defienden la soberanía de los países y la libertad de navegación en el mar. Ante el aumento de la demanda de «Panda Bonds», el banco central chino exige nuevas normas a las agencias de calificación de riesgo de los títulos. En el ámbito sanitario, la caída de la natalidad se refleja en la disminución de las dosis de vacunas. Xi Jinping propone nuevos fundamentos para la educación básica en China, que incluyen un énfasis en los valores y en la salud pública.*

Abstract: *Bilateral trade between Brazil and China has hit a record high, driven by electric vehicles, meat, and oil; the volume increased by 22% over the year. China and ASEAN foreign ministers issued a statement regarding the situation in the Middle East, upholding national sovereignty and freedom of navigation at sea. Amid rising demand for Panda Bonds, the Chinese central bank is calling for new regulations from bond rating agencies. In the public health sector, a decline in birth rates is reflected in a drop in vaccine doses administered. Xi Jinping has proposed a new foundation for basic education in China, emphasizing values and collective health.*

Diplomacia

Chamada presidencial

Os presidentes de Brasil e China conversaram por telefone, segundo nota da chancelaria chinesa. A nota diz que ambos os países são “membros importantes do Sul Global”[1].

[1] 1 习近平同巴西总统卢拉通电话 — 中华人民共和国外交部. https://www.fmprc.gov.cn/zyxw/202607/t20260727_11992647.shtml (accessed 4 Aug2026).

Carros elétricos, carnes e petróleo

O comércio entre a China e o Brasil atingiu um recorde[2] no primeiro semestre de 2026, impulsionado por um aumento nas exportações chinesas de veículos elétricos e robustas remessas brasileiras de petróleo bruto e carne bovina. Entre janeiro e junho, as exportações do Brasil para a China aumentaram 22% ano a ano, para US$ 58,3 bilhões, enquanto as importações da China aumentaram 8% para US$ 38,5 bilhões, de acordo com um relatório do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC).

Declaração Asean-China sobre Oriente Médio

A Declaração Conjunta dos Ministros das Relações Exteriores da ASEAN-China "Abordar os Impactos Regionais dos Desenvolvimentos no Oriente Médio e Fortalecimento da Cooperação Regional em Energia"[3] reafirma princípios multilaterais como livre navegação e respeito à soberania territorial. A declaração felicita os esforços de mediação do Paquistão e do Qatar, demanda respeito pela proteção de civis e da infraestrutura relacionada aos civis. A declaração afirma que os lados concordam em realizar a trocas "de informações sobre política energética e cooperação prática entre a ASEAN e a China "para melhorar a segurança energética regional e a resiliência" da região.

Agências de risco com novas regras para Panda Bonds[4,5,6,7,8]

A China deu um passo significativo para fortalecer a transparência e a credibilidade internacional do seu mercado de dívida ao anunciar novas regras para os Panda Bonds, que são títulos denominados em yuanes emitidos por entidades estrangeiras no mercado chinês. Em 21 de julho de 2026, a Associação Nacional de Investidores Institucionais do Mercado Financeiro, sob a alçada do banco central chinês, publicou um aviso que exige que as agências de classificação de risco para estes títulos divulguem publicamente a definição dos seus níveis de

[2] China-Brazil Trade Hits Record High on EV Surge and Shifting Oil Flows [Internet]. Caixin Global; 2026 jul 20 [citado 2026 ago 3]. Disponível em: https://www.caixinglobal.com/2026-07-20/china-brazil-trade-hits-record-high-on-ev-surge-and-shifting-oil-flows-102466114.html

[3] ASEAN-China Foreign Ministers' Joint Statement on Addressing the Regional Impacts of Developments in the Middle East and Strengthening Regional Energy Cooperation [Internet]. Beijing: Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China; 2026 jul 24 [citado 2026 ago 3]. Disponível em: https://www.fmprc.gov.cn/eng/wjbzhd/202607/t20260724_11991219.html

[4] 王菁. 新华财经-中国金融信息网 [Internet]. [citado 3 de agosto de 2026]. 【新华解读】银行间市场规范熊猫债评级 以制度型开放夯实人民币资产全球公信力. Disponível em: https://www.cnfin.com/zs-lb/detail/20260721/4443895_1.html

[5] South China Morning Post [Internet]. 2026 [citado 3 de agosto de 2026]. China vows to improve panda bond ratings to lure more foreign capital. Disponível em: https://www.scmp.com/business/banking-finance/article/3361457/china-targets-panda-bond-reform-mandates-global-credit-mapping-lure-foreign-capital

[6] South China Morning Post [Internet]. 2026 [citado 3 de agosto de 2026]. China eyes broader global access to yuan assets, as panda bond demand surges. Disponível em: https://www.scmp.com/economy/china-economy/article/3360693/china-eyes-broader-global-access-yuan-assets-panda-bond-demand-surges

[7] China Plans New Reforms for Panda Bonds to Strengthen Yuan Internationalization — News and Statistics — IndexBox [Internet]. [citado 3 de agosto de 2026]. Disponível em: https://www.indexbox.io/blog/china-to-simplify-panda-bond-issuance-and-trading-to-boost-yuans-global-role/

[8] Panda Bonds [Internet]. [citado 3 de agosto de 2026]. Disponível em: https://www.boc.cn/english/enterprises/cb2/cbf/202601/t20260106_25639231.html

notação e, crucialmente, a sua correspondência com as escalas de notação internacionalmente reconhecidas. Esta medida entrou em vigor no 1º de agosto de 2026, e os relatórios de agências que não cumprirem este requisito deixarão de ser aceites para registo de novos Panda Bonds, assegurando a aplicação da nova norma.

O principal objetivo da reforma é eliminar a assimetria de informação que há muito dificulta a participação de investidores estrangeiros, uma vez que as notações chinesas, como o "AAA", nem sempre eram diretamente comparáveis com as escalas internacionais. Esta iniciativa surge num momento de crescimento exponencial do mercado: só no primeiro semestre de 2026, as emissões ultrapassaram os 160 bilhões de yuans (cerca de 23,6 bilhões de dólares), um aumento de 69% face ao período homólogo. A procura reflete o crescente apelo do yuan como moeda de financiamento, com vários emitentes soberanos a estrearem-se neste mercado, como a Indonésia, Cazaquistão e Paquistão, que angariaram um total recorde de 19,15 bilhões de yuans. A tendência de internacionalização do yuan é evidente, com o banco central chinês a manifestar a intenção de continuar a otimizar o ambiente regulatório para atrair mais emitentes.

Para além das novas regras de notação, o banco central chinês reafirmou o seu compromisso em promover o desenvolvimento do mercado de Panda Bonds, sinalizando que continuará a simplificar os procedimentos de emissão e negociação. Estas reformas são um pilar fundamental para consolidar o estatuto do yuan como moeda de financiamento internacional, oferecendo aos emitentes estrangeiros uma alternativa atrativa em termos de custos num contexto global de taxas de juro elevadas. Com a participação de 2.493 instituições no comércio destes títulos no primeiro semestre, e com a China a defender abertamente que mais entidades elegíveis emitam Panda Bonds, o mercado posiciona-se como um componente estratégico no panorama financeiro global, integrado na política de abertura do país.

Sanitário

Queda na vacinação associada à queda na natalidade

As doses de vacina caíram para um nível recorde em 2025[9] na China, ficando abaixo de 400 milhões pela 1ª vez, por causa da queda acentuada na taxa de natalidade, que prejudica um dos pilares do setor farmacêutico do país. Com a demanda infantil em declínio, os fabricantes perdem um dos pilares da imunização pois a vacinação de adultos não está totalmente integrada aos exames de saúde de rotina, ao controle de doenças crônicas ou aos cuidados com idosos, o que dificulta a conversão de potenciais necessidades de saúde em imunizações efetivas.

Artigo discute tradução de padrão de água potável para o inglês

Artigo publicado no CDC Weekly[10] discute o lançamento da versão em inglês dos "Padrões de Qualidade da Água Potável". Segundo o artigo, a publicação representa uma grande contribuição à saúde global por parte da China ao apresentar critérios flexíveis que possam ser adotados por regiões em diferentes estágios de desenvolvimento. O padrão, diz o artigo,

[9] China registra baixa recorde de doses de vacinas em 2025 [Internet]. Brasília: Poder360; 2026 jul 22 [citado 2026 ago 3]. Disponível em: https://www.poder360.com.br/poder-china/china-registra-baixa-recorde-de-doses-de-vacinas-em-2025/

[10] Ye BX, Yao XY, Zhang L, Shi XM. Release of the English Version of China's Standards for Drinking Water Quality: Bridging Evidence and Global Health Equity. China CDC Wkly [Internet]. 2026 Jul 24 [citado 2026 Ago 3];8(30):954-8. Disponível em: https://weekly.chinacdc.cn/article/doi/10.46234/ccdcw2026.154

incorpora parâmetros e limites específicos da região que refletem as distintas condições hidrogeoquímicas, epidemiológicas e socioeconômicas da China. Isso demonstra uma abordagem baseada na ciência que concilia as melhores práticas internacionais com as prioridades domésticas de saúde pública. Essa ênfase dupla na harmonização e adaptação contextual reforça a robustez científica e a aplicabilidade prática do padrão.

Socioeconômico

Formação moral e desenvolvimento de alta qualidade na educação básica chinesa[11,12,13]

O presidente chinês Xi Jinping defendeu, numa instrução divulgada a 22 de julho, que sejam intensificados os esforços para cumprir a tarefa fundamental de fomentar a virtude por meio da educação, apelando à abertura de novos caminhos no desenvolvimento de alta qualidade da educação básica do país, segundo consta na instrução transmitida sobre o trabalho relacionado com a educação básica. Xi, que acumula os cargos de secretário-geral do Comité Central do Partido Comunista da China e presidente da Comissão Militar Central, sublinhou que, desde o 18.º Congresso Nacional do PCC, em 2012, o Comité Central tem tratado a educação básica como um empreendimento fundamental e pioneiro, promovendo o seu desenvolvimento substancial através de múltiplas medidas e oferecendo forte sustentação para a construção da China como um país líder em educação.

Na instrução, o presidente chinês defendeu a implementação plena da política educacional do Partido, com vista à formação de uma nova geração de jovens dotados de base moral sólida, capacidade intelectual, vigor físico, sensibilidade estética e habilidades de trabalho. Foi ainda destacada a necessidade de aplicar um conceito de "saúde em primeiro lugar" no ensino, associado à melhoria da qualidade pedagógica e ao bem-estar físico e mental dos alunos, bem como a importância de reforçar a qualificação do corpo docente e aprofundar a colaboração entre escolas, famílias e sociedade, otimizando ao mesmo tempo a alocação de recursos educacionais e a reforma abrangente do setor.

A orientação foi transmitida numa reunião nacional sobre educação básica realizada em Pequim a 22 de julho, na qual participou Ding Xuexiang, membro do Comité Permanente do Politburo do Comité Central do PCC e vice-primeiro-ministro chinês, que apelou a um maior ajustamento à nova conjuntura de desenvolvimento económico e social do país e à resposta às novas expectativas da população. Segundo a cobertura da imprensa chinesa em língua portuguesa, participaram ainda no encontro responsáveis do Ministério da Educação e de vários governos provinciais, num sinal da amplitude institucional que o tema assume atualmente na agenda governativa chinesa.

---

[11] CGTN. (2026). Xi Jinping dá importantes instruções sobre educação básica. https://portuguese.cri.cn/2026/07/22/ARTI1784720369438760

[12] China Hoje. (2026). Xi Jinping pede avanço na qualidade da educação básica com foco na formação integral. https://www.chinahoje.net/xi-jinping-pede-avanco-na-qualidade-da-educacao-basica-com-foco-na-formacao-integral/

[13] Ministry of Education of RPC. (2026). 中国教育基座何以炼成世界之最（之一）：办好基础教育，中国有自信.
http://www.moe.gov.cn/jyb_xwfb/xw_zt/moe_357/2026/2026_zt09/yw/202607/t20260721_1444569.html

A China construiu, ao longo da última década, um dos maiores e mais robustos sistemas de educação básica do mundo, abrangendo o ensino desde o pré-escolar até ao ensino secundário superior. De acordo com o China Daily, o país conta atualmente com cerca de 430 mil escolas primárias, secundárias e jardins de infância, que servem 220 milhões de alunos, uma escala sem paralelo à escala global.

Imagem 1 – Crianças de Primária em Yajiang, província de Sichuan



Fonte: China Daily.

Em março, o ministro da Educação, Huai Jinpeng, havia indicado que a cobertura da educação básica chinesa e os seus principais indicadores já ultrapassavam a média dos países de rendimento médio-alto, aproximando-se dos níveis dos países de elevado rendimento no ensino pré-escolar e obrigatório. Esta avaliação assenta num estudo da Academia Nacional de Ciências da Educação da China, que cruzou dados e indicadores de avaliação da UNESCO, do Banco Mundial e da OCDE: de um total de 62 indicadores analisados, a China já iguala a média dos países de elevado rendimento em 28, supera-a em 23 e aproxima-se dela nos restantes 11 indicadores.

Nos testes internacionais PISA, os estudantes chineses têm-se destacado consistentemente entre os melhores do mundo, sobretudo em matemática, leitura e ciências. Ainda assim, persistem preocupações quanto ao facto de o sistema poder continuar a atribuir demasiada ênfase ao desempenho académico e aos resultados dos testes, aumentando a pressão sentida por alguns estudantes, um dos motivos que justifica a ênfase agora colocada na saúde física e mental dos alunos como contraponto a essa lógica centrada nas notas. Para as escolas, essa mudança de política traduz-se no reforço da educação física e artística, da formação de competências práticas e do apoio à saúde mental, ajudando os estudantes a desenvolver resiliência. “Queremos construir um campus repleto de crianças a correr e a rir”, resumiu Liu Weijun, responsável do Partido numa escola primária em Taizhou, na província de Jiangsu.

Quebrar o ciclo da pobreza[14]

Xi apelou também à adaptação da educação básica à evolução demográfica do país, coordenando o financiamento, a distribuição de escolas, a oferta de vagas e a afetação de professores, além de reforçar a atenção às crianças de zonas rurais deixadas ao cuidado de familiares e aos filhos de trabalhadores migrantes, de forma a garantir um limiar sólido de equidade educativa. Segundo o mesmo jornal, Ding Xuexiang defendeu ainda uma gestão rigorosa dos processos de admissão escolar e o reforço do apoio a essas crianças em situação mais vulnerável.

Este objetivo de equidade tem sido, segundo o China Daily, uma prioridade recorrente de Xi Jinping, que já defendera dar especial atenção às crianças de famílias pobres, para que possam quebrar o ciclo de pobreza e crescer com confiança e esperança no futuro. Nesse sentido, o país tem canalizado mais recursos para zonas menos desenvolvidas, procurando reduzir as disparidades educativas entre zonas urbanas e rurais, entre regiões e entre escolas, com particular incidência em áreas remotas, de minorias étnicas e menos desenvolvidas.

Os resultados são já mensuráveis: está reportado um equilíbrio básico do ensino obrigatório nos 2.895 municípios chineses, com 97% das crianças com deficiência em idade escolar já integradas no ensino obrigatório. Todas as escolas estão hoje ligadas à internet, o que permite a mais escolas rurais participar em aulas em linha em tempo real ao lado dos seus pares urbanos. O impacto é visível em Xizang (Tibete): através de parcerias com escolas de outras regiões do país, cada vez mais estudantes de Nagqu têm acesso a um ensino de maior qualidade, segundo Ddrup Tsega, diretor da Escola Secundária Superior n.º 2 de Nagqu, citado pelo China Daily — um intercâmbio que, segundo o mesmo responsável, tem contribuído tanto para melhorar a qualidade do ensino como para criar mais oportunidades para os alunos locais. Tian Zuyin, diretor do Departamento de Educação Básica do Ministério da Educação, adiantou que a China continuará a alargar o acesso a um ensino básico de qualidade, procurando resolver os desafios da reforma educativa e assegurar que mais crianças beneficiam de um ensino de qualidade.

Na visão de Xi Jinping, a educação básica deve ser uma responsabilidade partilhada, que exige uma colaboração mais estreita entre escolas, famílias e sociedade, de modo a criar um ambiente propício ao crescimento, à aprendizagem e ao desenvolvimento pleno dos jovens — uma ideia reforçada na sua mais recente instrução, que apela a um trabalho concertado entre estes três atores.

Museus viram saladas de aula

Esta visão está já a traduzir-se em iniciativas locais concretas. Na cidade nordestina de Dalian, mais de 100 escolas primárias e secundárias estabeleceram parcerias com dezenas de museus, centros de arte e outros equipamentos públicos, oferecendo experiências de aprendizagem imersivas fora da sala de aula. Este verão, o Museu de Ciência e Tecnologia de Chongqing, no sudoeste da China, tornou-se um destes polos de aprendizagem: com quase 30 mil metros quadrados de espaço expositivo e educativo, o museu tem acolhido um vasto leque de atividades científicas, proporcionando aos estudantes oportunidades de explorar tecnologias de ponta. “Aqui, as crianças são incentivadas a pensar como cientistas e a experimentar como

[14] ChinaDaily. (2026). China aims to elevate basic education with focus on virtue, health and equity. https://www.chinadaily.com.cn/a/202607/24/WS6a62cf08a310986e2b46719c.html

engenheiros", afirmou Zheng Ji'an, diretor do museu. Também Li Yi, diretor da Comissão Municipal de Educação de Pequim, indicou que a sua comissão vai continuar a aprofundar a reforma educativa, integrando melhor os recursos disponíveis e mobilizando professores e profissionais de toda a sociedade.

A qualificação dos professores foi outro dos pontos centrais da instrução presidencial. A China Daily recorda que o país conta atualmente com 15,76 milhões de professores a tempo inteiro na educação básica, representando 84,3% do total do pessoal docente do país. Xi já havia afirmado anteriormente que, para um indivíduo, ter um bom professor é uma bênção; para uma escola, ter bons professores é motivo de orgulho; e, para uma nação, um fluxo constante de bons professores constitui a base do seu futuro. Esta ideia é retomada na mais recente instrução, que apela ao reforço da ética profissional docente e à valorização de "professores de excelência". Segundo Song Huan, professor da Universidade Normal de Pequim, os próximos passos passarão por melhor preparar os professores do ensino primário, secundário e pré-escolar, com maior ênfase na prática letiva em sala de aula, no ensino interdisciplinar e no apoio ao bem-estar dos alunos — um conjunto de prioridades que, no seu entender, deverá moldar a formação docente chinesa nos próximos anos.

No seu conjunto, a instrução presidencial e a reunião nacional que a acolheu confirmam que a educação básica continua a ocupar um lugar central na agenda governativa chinesa, articulando três eixos que Pequim apresenta como complementares: a formação moral e integral dos alunos, a equidade no acesso a um ensino de qualidade em todo o território, e o reforço sustentado do corpo docente. Os responsáveis citados pela imprensa chinesa sublinham que estas prioridades deverão continuar a orientar as políticas educativas do país nos próximos anos, num esforço que Pequim associa ao objetivo mais amplo de consolidar a China como um país líder em educação.

A geopolítica dos minerais críticos: reservas, refino e a economia política da posição

La geopolítica de los minerales críticos: reservas, refinado y la economía política de la posición

The Geopolitics of Critical Minerals: Reserves, Refining, and the Political Economy of Position

Paulo Esteves

Resumo: Este artigo propõe uma leitura da geopolítica dos minerais críticos. O artigo sustenta que a criticidade não é uma propriedade geológica, mas uma relação política, fabricada no encontro entre a demanda projetada pelas transições energética e digital e uma geografia de oferta construída por décadas de escolhas de política industrial. O argumento distingue três geografias que o debate público confunde: a das reservas, dispersa; a da produção, concentrada; e a do refino, onde a concentração se converte em estrutura de poder. Examina em seguida as respostas em disputa, o subsídio condicionado norte-americano, a meta regulatória europeia e o controle graduado chinês, e sua convergência num dirigismo mineral generalizado, bem como a camada de iniciativas internacionais que se formou entre elas, dos clubes de alinhamento como a Pax Silica aos princípios do painel da ONU. Para o caso brasileiro, argumenta que o país enfrenta um problema de posição, não de dotação: detentor de reservas expressivas, permanece marginal na produção e praticamente ausente do refino, e a janela política aberta pela rivalidade sino-americana tanto pode financiar a industrialização quanto induzir a reprimarização.

Palavras-chave: Minerais críticos; transição energética; cadeias globais de valor; política industrial; Brasil.

Resumen: *Este artículo propone una lectura de la geopolítica de los minerales críticos. El artículo sostiene que la criticidad no es una propiedad geológica, sino una relación política, fabricada en el encuentro entre la demanda proyectada por las transiciones energética y digital y una geografía de la oferta construida por décadas de decisiones de política industrial. El argumento distingue tres geografías que el debate público confunde: la de las reservas, dispersa; la de la producción, concentrada; y la del refinado, donde la concentración se convierte en estructura de poder. Examina luego las respuestas en disputa, el subsidio condicionado estadounidense, la meta regulatoria europea y el control graduado chino, y su convergencia en un dirigismo mineral generalizado, así como la capa de iniciativas internacionales que se formó entre ellas, de los clubes de alineamiento como la Pax Silica a los principios del panel de la ONU. Para el caso brasileño, argumenta que el país enfrenta un problema de posición, no de dotación: poseedor de reservas expresivas, permanece marginal en la producción y prácticamente ausente del refinado, y la ventana política abierta por la rivalidad sino-americana tanto puede financiar la industrialización como inducir la reprimarización.*

Palabras clave: *Minerales críticos; transición energética; cadenas globales de valor; política industrial; Brasil.*

Abstract: *This article offers a reading of critical minerals geopolitics. It argues that criticality is not a geological property but a political relation, manufactured at the encounter between the demand projected by the energy and digital transitions and a supply geography built through decades of industrial policy choices. The argument distinguishes three geographies that public debate conflates: that of reserves, dispersed; that of production, concentrated; and that of refining, where concentration becomes a structure of power. It then examines the competing responses, American conditional subsidies, European regulatory targets, and graduated Chinese export controls, and their convergence into generalised mineral dirigisme, as well as the layer of international initiatives formed between them, from alignment clubs such as Pax Silica to the UN panel principles. For the Brazilian case, it argues that the country faces a problem of position, not of endowment: holding substantial reserves, it remains marginal in production and largely absent from refining, and the political window opened by Sino-American rivalry may finance industrialisation or a return to commodity dependence.*

Keywords: *Critical minerals; energy transition; global value chains; industrial policy; Brazil.*

1. A fabricação da criticidade

Em setembro de 2010, no auge de uma disputa territorial no Mar do Leste da China, carregamentos de terras raras destinados ao Japão deixaram de sair dos portos chineses. O episódio durou poucas semanas e jamais foi reconhecido como embargo formal, mas bastou para revelar algo que os mercados preferiam não ver: a cadeia que liga a mina ao ímã permanente atravessava, em algum ponto decisivo, o território e a vontade política de um único Estado. Quinze anos depois, o incidente virou regime. Entre 2023 e 2025, a China converteu sua posição dominante no processamento mineral num aparato sistemático de controles de exportação, ao qual Estados Unidos e União Europeia responderam com subsídios, listas de criticidade e uma diplomacia mineral que mobiliza tarifas e fundos públicos. A Agência Internacional de Energia estima que o valor econômico exposto a uma interrupção plena no suprimento de terras raras alcança 6,5 trilhões de dólares anuais em produção a jusante (IEA, 2026). Já não se trata de um problema setorial da mineração, e sim da infraestrutura material da economia que se pretende descarbonizar e digitalizar.

Uma leitura de economia política começa por desnaturalizar a própria categoria. Nenhum mineral é crítico em si; a criticidade é uma relação, e uma relação política. A literatura sobre avaliações de criticidade vem mostrando que as listas resultam de práticas periciais de classificação que constroem o risco ao mesmo tempo em que o medem, legitimando a securitização do suprimento (Machacek, 2017). Não há consenso internacional sobre como medir criticidade, e as metodologias foram desenvolvidas sobretudo por atores do lado da demanda (Schicho et al., 2024). Parte da literatura vai além e sustenta que muitos dos materiais rotulados como críticos provavelmente não o são quando as avaliações se submetem à teoria clássica do risco (Frenzel et al., 2017). Daí que as listas publicadas por Washington, Bruxelas ou Brasília não descrevam o mundo: elas o performam, autorizando fundos, acelerando licenças e redefinindo o que conta como segurança. Compreender a disputa exige, antes de tudo, distinguir três geografias que o debate público insiste em confundir: a das reservas, a da produção e a do refino.

2. Três geografias que não coincidem

A geografia das reservas é a mais dispersa das três e a menos decisiva. Reservas são estimativas economicamente condicionadas do que jaz no subsolo, e sua distribuição é relativamente plural: terras raras existem em quantidade na Austrália, na China, no Brasil e no Vietnã; lítio, no altiplano andino e na Austrália; cobalto, na República Democrática do Congo. A geografia da produção já é mais estreita: a RDC responde pela maior parte do cobalto extraído, e a Indonésia concentrou mais de 75% do crescimento recente da oferta de níquel (IEA, 2026). É na terceira geografia, porém, a do refino e do beneficiamento, que a concentração se torna estrutura de poder. Segundo a IEA, a participação média do principal país refinador subiu de 70% em 2023 para 72% em 2025; no cobre, a China passou de cerca de 15% da capacidade global de refino em 2005 para metade dela em 2025 (IEA, 2026). O funil é claro: muitos têm rocha; poucos têm planta química.

A distinção importa porque desloca o lugar da vulnerabilidade e o da renda. O par abundância e escassez, com que se costuma narrar a corrida mineral, precisa aqui ser complicado: não há escassez geológica relevante para a maioria desses insumos; há escassez fabricada no gargalo. Quem controla a etapa de separação e refino controla o preço, o padrão técnico e, no limite, o acesso; quem exporta o concentrado captura a fração menor do valor e absorve a fração maior da volatilidade. Os preços o demonstram: entre janeiro de 2025 e abril de 2026, o lítio mais que dobrou, o cobalto subiu 130% e o tungstênio sextuplicou (IEA, 2026), oscilações que pouco devem ao custo de extração e muito à política dos gargalos. A análise da cadeia do lítio sugere, ademais, que a pergunta relevante não é apenas onde os minerais são extraídos, mas quem controla a produção, dado o emaranhado de participações cruzadas que as métricas usuais de dependência não capturam (Prina Cerai, 2024). A economia política dos minerais críticos é, nesse sentido, uma economia política da posição: o que está em disputa não é o subsolo, mas o lugar de cada economia na arquitetura da cadeia de valor.

3. Cadeias de valor e a segurança do suprimento

Foi essa anatomia que transformou cadeias de suprimento em objeto de segurança. A transição energética, ao substituir fluxos de hidrocarbonetos por estoques de metais processados, não dissolveu a geopolítica da energia; transferiu-a rio acima, da molécula para o material. Com efeito, a securitização opera hoje por instrumentos administrativos de aparência técnica: listas de criticidade, avaliações de risco, estoques estratégicos, requisitos de origem. A IEA calcula em mais de 300 bilhões de dólares anuais o valor exposto a um controle pleno sobre o grafite (IEA, 2026), número que explica por que um insumo de lápis figura em documentos de defesa. Isto não significa que a segurança tenha simplesmente engolido o mercado; significa que a fronteira entre política comercial e política de segurança, que o ordenamento liberal do pós-Guerra Fria se esforçou por traçar, deixou de operar nesse domínio.

4. Subsídio, meta e controle: as gramáticas em disputa

As respostas estatais delineiam três gramáticas que não se confundem. A norte-americana é a gramática do subsídio condicionado e da negociação coercitiva: o Inflation Reduction Act, de 2022, vinculou o crédito fiscal ao veículo elétrico à origem dos minerais em países confiáveis; a Minerals Security Partnership, do mesmo ano, organizou a diplomacia dos parceiros minerais; a investigação sobre minerais críticos ao abrigo da Seção 232 desembocou, em janeiro de 2026, numa diretriz para negociar acesso a suprimentos com países produtores (Covington, 2026); e o Departamento de Defesa assumiu participação acionária e garantia de preços na MP Materials, principal produtora americana de terras raras (FAS, 2025). A gramática

europeia é a da meta regulatória: o Critical Raw Materials Act, em vigor desde 2024, fixa para 2030 os patamares de 10% de extração, 40% de processamento e 25% de reciclagem domésticos, além do teto de 65% para a dependência de um único país terceiro em qualquer estágio da cadeia (IEA, 2024). A gramática chinesa, por fim, é a do controle graduado: licenças para gálio e germânio em julho de 2023, para grafite em outubro do mesmo ano, proibição de exportar tecnologias de separação de terras raras em dezembro de 2023, antimônio em 2024, tungstênio e telúrio em fevereiro de 2025, terras raras médias e pesadas em abril de 2025 e, em outubro de 2025, a extensão dos controles ao conhecimento tecnológico e a produtos estrangeiros que contenham insumos chineses (Global Trade Alert, 2025). O número de códigos tarifários chineses sujeitos a controle triplicou desde 2023 (IEA, 2026); as suspensões parciais negociadas na trégua do fim de 2025 não desmontaram o aparato, e os controles de abril seguiam operantes em meados de 2026 (TechTimes, 2026).

O contraste entre as gramáticas não deve, contudo, obscurecer sua convergência. De Washington a Bruxelas e Pequim, o Estado voltou a organizar abertamente a cadeia mineral: subsidia, veta, estoca, toma participação em empresas. O velho binário entre mercado e Estado torna-se aqui pouco informativo; a disputa real não opõe economias liberais a economias dirigidas, mas projetos concorrentes de dirigismo mineral. Há, ainda, uma ironia que a leitura de economia política não pode deixar passar: no momento em que os governos redescobrem o setor como estratégico, o capital privado dele se retira. O investimento global em mineração de críticos caiu 9% em 2025, com recuo de 40% no lítio, enquanto os compromissos de financiamento público saltavam de 16 para 65 bilhões de dólares entre 2023 e 2025 (IEA, 2026). A geopolítica aquece; o ciclo de investimento esfria. É nessa tesoura que se decidirá quem chega a 2035 com capacidade instalada.

5. Entre o clube e a norma: as iniciativas internacionais

À margem das gramáticas estatais, e em parte como resposta a elas, constituiu-se uma camada de iniciativas propriamente internacionais, que convém distinguir por sua lógica. De um lado estão os clubes de alinhamento, de que a Minerals Security Partnership foi o protótipo e a Pax Silica é hoje a expressão mais ambiciosa. Lançada pelo Departamento de Estado americano em dezembro de 2025, em reação direta aos controles chineses daquele ano, a iniciativa reunia inicialmente catorze signatários, entre eles Austrália, Índia, Japão, Coreia do Sul, Reino Unido e Emirados Árabes Unidos, e expandiu-se após sua segunda cúpula, em junho de 2026; seu objeto não é um mineral, mas a pilha tecnológica inteira, dos minerais críticos aos semicondutores e à infraestrutura de computação, e seus instrumentos combinam declaração política, acordos bilaterais de segurança econômica e um fundo de 250 milhões de dólares para extração e infraestrutura anunciado em março de 2026 (Departamento de Estado, 2026; INN, 2026). A fórmula de seu arquiteto resume o programa: se o século XX funcionava a petróleo e aço, o XXI funciona a computação e aos minerais que a alimentam. De outro lado está o esforço normativo universal do painel convocado pelo Secretário-Geral da ONU, que publicou em setembro de 2024 sete princípios orientadores para as cadeias de minerais da transição, entre os quais a partilha de benefícios, a agregação de valor e a diversificação econômica nos países produtores, além de recomendar um marco global de rastreabilidade das cadeias (IISD, 2024). As duas famílias respondem a problemas distintos e carregam promessas distintas: o clube promete segurança por exclusão, selecionando parceiros pela confiança geopolítica; a norma promete legitimidade por inclusão, mas carece de instrumentos de execução. Para os produtores do Sul, a escolha raramente se apresenta como escolha. Os clubes oferecem capital e mercado ao preço

do alinhamento; os princípios da ONU oferecem, sem garantia alguma, a linguagem que legitima a reivindicação de industrializar. Não é pouco; tampouco é uma política.

6. O Brasil entre a dotação e a posição

A literatura brasileira recente oferece duas leituras do lugar do país nesse tabuleiro, e a tensão entre elas é instrutiva. A primeira parte da dotação. O relatório organizado por CEBRI e IBRAM, com CETEM e Serviço Geológico do Brasil, descreve um país líder mundial em nióbio, segundo em grafita natural, terceiro em terras raras e quarto em lítio, cujo setor mineral faturou 270,8 bilhões de reais em 2024 e respondeu por quase metade do superávit comercial; as reservas identificadas excederiam em muito a demanda doméstica projetada até 2050 (CEBRI e IBRAM, 2025). A segunda leitura parte da trajetória. O Texto para Discussão 3174 do IPEA mostra que, entre 2017 e 2023, a participação brasileira foi declinante em quase todos os minerais críticos, exceto o lítio, cuja produção cresceu 75% ao ano; que as reservas agregadas do país superam as do Chile, mas a produção chilena é mais do que o dobro da brasileira; e que o Brasil ocupa posição marginal como exportador de minérios brutos e está praticamente ausente do elo dos refinados (Leão, Oliveira e Cunha, 2025). Os dados do USGS dão a medida do contraste: cerca de 11 milhões de toneladas de reservas de terras raras e uma produção de 2 mil toneladas em 2025, aproximadamente 0,5% do total mundial (USGS, 2026). A dotação impressiona; a posição a desmente.

Não se trata de escolher entre as duas leituras, mas de reconhecer o que cada uma ilumina. O otimismo da dotação, sem a trajetória, alimenta a ilusão de que reservas se convertem espontaneamente em poder; o pessimismo da trajetória, sem a dotação, ignora que a conjuntura alterou os termos do problema. A escalada dos controles chineses fez dos detentores de reservas fora da China ativos diplomáticos: desde setembro de 2025, Brasília e Washington negociam sobre minerais críticos, e a agência americana de financiamento ao desenvolvimento aprovou até 465 milhões de dólares para o projeto de terras raras de Serra Verde, em Goiás (Americas Quarterly, 2026). O país não consta, contudo, do rol inicial de signatários da Pax Silica, o que dá a medida da distância entre negociar acesso e integrar o clube. No plano doméstico, a Câmara dos Deputados aprovou, em maio de 2026, o projeto que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos, com um fundo garantidor de 2 bilhões de reais, 5 bilhões em créditos tributários para o beneficiamento local e um conselho encarregado das listas nacionais; o texto aguarda o Senado (Câmara dos Deputados, 2026). O desenho aposta na agregação de valor em território nacional, na linha do que recomendam tanto o relatório do CEBRI quanto a agenda de pesquisa do CETEM, que há mais de uma década aponta a reciclagem e a mineração urbana como rota complementar de suprimento, ainda inexplorada em escala no país (Ferreira e Nascimento, 2013).

A questão que o caso brasileiro coloca, todavia, é anterior ao desenho dos instrumentos: é a questão do tempo e da margem. A experiência do país com ciclos de commodities sugere que janelas de preço alto financiam tanto projetos de industrialização quanto reprimarizações confortáveis, e a demanda externa hoje se dirige precisamente ao concentrado, não ao óxido separado. Aceitar o papel de fornecedor confiável de matéria-prima para as cadeias em reorganização significaria reproduzir, no vocabulário da transição verde, a assimetria que a tradição estruturalista latino-americana diagnosticou para o café e o minério de ferro: exportar o que se extrai, importar o que se fabrica com aquilo que se exportou. A alternativa, construir capacidade de separação, refino e manufatura intermediária, exige capital paciente num momento de retração do investimento privado global, capacidade estatal de coordenação num setor de licenciamento longo e uma diplomacia capaz de extrair das rivalidades alheias

compromissos de transferência tecnológica, e não apenas de compra. É plausível que o país não possa escolher inteiramente sua posição; nenhum país periférico jamais pôde. Mas a distância entre os 11 milhões de toneladas no subsolo e as 2 mil na balança comercial é uma medida do que está em jogo. Vista da periferia, a geopolítica dos minerais críticos não é uma corrida por recursos: é uma disputa pela posição nas cadeias em reconstrução. E posições, ao contrário de reservas, não se herdam; constroem-se, ou se perdem, no tempo curto de uma janela política.

Referências

Americas Quarterly, "Can Brazil and the U.S. Reach a Deal on Rare Earths?" (2026), https://www.americasquarterly.org/article/can-brazil-and-the-u-s-reach-a-deal-on-rare-earths/

Câmara dos Deputados, "Câmara aprova criação da Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos" (6 maio 2026), https://www.camara.leg.br/noticias/1269666

CEBRI e IBRAM, "O papel do Brasil na Agenda Global de Minerais Críticos e Estratégicos: demanda projetada e contribuição possível do Brasil na transição energética", relatório técnico com Cenergia/Coppe/UFRJ, CETEM e SGB (nov. 2025), https://cebri.org/media/documentos/arquivos/CEBRI_MCE_Relatorio_Final.pdf

Departamento de Estado dos EUA, "Pax Silica" (2026), https://www.state.gov/pax-silica

IISD, International Institute for Sustainable Development, "Understanding the United Nations' New Principles for Resourcing the Energy Transition" (2024), https://www.iisd.org/articles/explainer/united-nations-principles-resourcing-energy-transition-critical-minerals

INN, Investing News Network, "What is Pax Silica? The US-Led Alliance Securing the AI Supply Chain" (2026), https://investingnews.com/pax-silica-securing-supply-chains/

Covington & Burling, "Trump Administration Announces Results of Critical Minerals Investigation Under Section 232" (jan. 2026), https://www.cov.com/en/news-and-insights/insights/2026/01/trump-administration-announces-results-of-critical-minerals-investigation-under-section-232-and-directs-us-officials-to-initiate-negotiations

FAS, Federation of American Scientists, "Unpacking the DoD and MP Materials Critical Minerals Partnership" (2025), https://fas.org/publication/unpacking-dod-and-mp-partnership/

Ferreira, F. A. e Nascimento, M., "Terras Raras: aplicações atuais e reciclagem", Série Tecnologia Mineral 91, CETEM/MCTI (2013), https://mineralis.cetem.gov.br/bitstream/cetem/1827/1/stm-91.pdf

Frenzel, M., Kullik, J., Reuter, M. A. e Gutzmer, J., "Raw material 'criticality': sense or nonsense?", Journal of Physics D: Applied Physics (2017), https://consensus.app/papers/details/166d37938b705430b1cce70ff2c80f40/

Global Trade Alert, "A Widening Net: A Short History of Chinese Export Controls on Critical Raw Materials and Their Usage" (2025), https://globaltradealert.org/blog/a-short-history-of-chinese-export-controls-on-critical-raw-materials

IEA, International Energy Agency, "European Critical Raw Materials Act", ficha de política (2024), https://www.iea.org/policies/17662-european-critical-raw-materials-act

IEA, International Energy Agency, "Global Critical Minerals Outlook 2026", Executive Summary (2026), https://www.iea.org/reports/global-critical-minerals-outlook-2026/executive-summary

Leão, R. S. S., Oliveira, M. L. e Cunha, D. R., "Qual a importância do Brasil na cadeia global de minerais críticos da transição energética? Uma análise sobre reservas, produção, comércio exterior e investimentos", Texto para Discussão 3174, IPEA (2025), https://repositorio.ipea.gov.br/

Machacek, E., "Constructing criticality by classification: expert assessments of mineral raw materials", Geoforum (2017), https://consensus.app/papers/details/89d8465c0f435a78be7b14ef0fde207f/

Prina Cerai, A., “Geography of control: a deep dive assessment on criticality and lithium supply chain”, Mineral Economics (2024), https://consensus.app/papers/details/031a948b510a5ab18df09e3243889e9f/

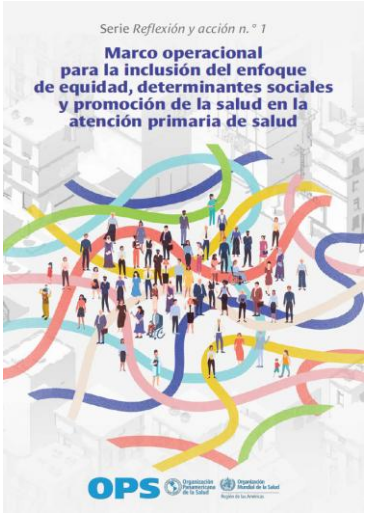
Schicho, M. et al., “Criticality assessment for raw materials: perspectives and focuses”, Mineral Economics (2024), https://consensus.app/papers/details/a9fecc587b1350ff81bce475533e9ff5/

TechTimes, “China Rare Earth Export Controls: April Curbs Still Bite After Beijing Summit” (maio 2026), https://www.techtimes.com/articles/317208/20260526/

USGS, U.S. Geological Survey, “Mineral Commodity Summaries 2026: Rare Earths” (2026), https://pubs.usgs.gov/periodicals/mcs2026/mcs2026-rare-earths.pdf

Estante de livros, vídeos e outros que tais

*A seção **Estante** traz breves informações e resumos de livros, revistas, relatórios e vídeos sobre temas de saúde global e diplomacia da saúde. A ideia é permitir que nossos analistas, mas também leitores e colaboradores, compartilhem dicas sobre o que leram, viram ou ouviram e que gostaram. Os comentários não devem ultrapassar 150 palavras. Sua nota deve ser enviada para o e-mail do editor do Caderno paulo.buss@fiocruz.br*



OPS. Marco operacional para la inclusión del enfoque de equidad, determinantes sociales y promoción de la salud en la atención primaria de salud — 63pp, 2026**.** Esta primeira edição da *série Reflexão e Ação* apresenta um quadro operacional para incorporar a abordagem da equidade, os determinantes sociais da saúde e a promoção da saúde na atenção primária à saúde (APS) na Região das Américas. A publicação responde à necessidade de passar do consenso conceitual sobre a relevância dos determinantes sociais para diretrizes práticas que permitam sua integração no trabalho diário dos profissionais de atenção primária. O quadro propõe uma abordagem territorial, intersetorial e participativa, reconhecendo o território como o espaço onde se moldam os estilos de vida, as condições sociais e as oportunidades para a saúde e o bem-estar. Nessa perspectiva, a APS desempenha um papel estratégico na coordenação das ações das equipes de saúde, governos locais, outros setores e comunidades para abordar as desigualdades em saúde em suas causas sociais e estruturais. O quadro está organizado em torno de três áreas inter-relacionadas — território, atores e agentes de mudança — que se traduzem em seis processos operacionais: avaliações participativas e focadas na equidade da situação territorial em saúde; identificação e redução de barreiras associadas à demanda; identificação e mobilização de recursos comunitários; prescrição social; integração de serviços sociais e de saúde; e o fortalecimento da governança local em prol da saúde e do bem-estar. Destinada a tomadores de decisão, gestores e equipes de saúde, governos locais, acadêmicos e organizações da sociedade civil, esta publicação busca apoiar a implementação de um sistema de atenção primária à saúde mais abrangente e equitativo, focado na incorporação sistemática dos determinantes sociais da saúde na prática diária e na promoção do direito à saúde e ao bem-estar para todas as pessoas nas Américas. Fonte: 9789275331293_spa

UNAIDS. Rompendo o ciclo da desigualdade-pandemia — 56 pp., 2025. Este novo relatório do UNAIDS, elaborado por economistas, especialistas em saúde pública e lideranças políticas globais, mostra que o "ciclo desigualdade–pandemia" precisa ser rompido para garantir a segurança sanitária global e aponta que a desigualdade torna o mundo mais vulnerável às pandemias. O documento original foi intitulado "*Breaking the Inequality–Pandemic Cycle: building true health security in a global age*" e nesta utilíssima versão em português recebeu o título "*Rompendo o ciclo desigualdade–pandemia: construindo uma verdadeira segurança em saúde na era global*". Os resultados mostram que altos níveis de desigualdade estão diretamente relacionados à transformação de crises em pandemias e dificultam respostas eficazes, tornando-as mais longas, letais e com alto custo. Além disso, o relatório revela que as próprias pandemias ampliam desigualdades existentes — criando um ciclo autoperpetuado de vulnerabilidade social e econômica que já pode ser observado em crises como as de AIDS, COVID-19, Ebola, Influenza e Mpox. Desigualdade alimenta pandemias, assim como as pandemias ampliam desigualdades. Segundo o estudo, respostas a pandemias que consideram o impacto das desigualdades, somadas a ações preventivas voltadas à equidade, podem proteger o mundo de forma mais eficaz do que as estratégias tradicionais de preparação. O relatório do UNAIDS detalha os determinantes sociais das pandemias e apresenta recomendações práticas para políticas econômicas globais, acesso a medicamentos e fortalecimento da governança multissetorial. As propostas também ajudam a acelerar o fim de crises de saúde já existentes, como HIV, tuberculose e Mpox. Copresidido por Joseph E. Stiglitz, ganhador do Prêmio Nobel de Economia; Monica Geingos, ex-primeira-dama da Namíbia; Nísia Trindade, ex-ministra da Saúde do Brasil e Sir Michael Marmot, epidemiologista, o estudo foi coordenado pelo Conselho Global sobre Desigualdade, AIDS e Pandemias. O lançamento da versão em português foi lançado no Congresso Internacional de AIDS 2026, no Rio de Janeiro. Acesso: https://unaids.org.br/wp-content/uploads/2025/12/2025_12_15-Relatorio-Rompendo-o-Ciclo-Desigualdade-Pandemia.pdf





PNUD. Dicionário de Mudança do Clima — 90 pp., 2023. Publicação do PNUD sobre 40 termos e conceitos utilizados frequentemente nos debates sobre clima, elaborada para especialistas e não especialistas. Temas (e termos) como Acordo de Paris, Adaptação, Planos nacionais de adaptação**,** Mitigação, COP, Crise climática**,** Descarbonização, Economia circular, Energia renovável, Justiça climática, Mercados de carbono, IPCC, Pegada de carbono, Neutralidade de emissões (ou emissões líquidas zero), Remoção de carbono vs. captura de carbono, Segurança climática, Soluções baseadas na natureza, Transição justa, UNFCCC, entre outros (e para citar apenas alguns), foram desenvolvidos por especialistas do PNUD, em linguagem simples e clara. Material utilíssimo para consultas preliminares e rápidas, para professores e estudantes de saúde pública, profissões da saúde e relações internacionais. Acesso: https://www.undp.org/pt/brazil/publications/dicionario-de-mudanca-do-clima



EDITORES E AUTORES DOS CADERNOS

Paulo Marchiori Buss – Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, diretor do Centro Colaborador da OPAS/OMS sobre Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul na Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina (editor).

Fabiane Gaspar – Bacharel em Direito, Tecnóloga em Comércio Exterior, Mestre em Direito Internacional, Assessora Internacional na VPSGRI/Fiocruz (coeditora).

Sebastián Tobar – Sociólogo, doutor em Saúde Pública, pesquisador sênior da VPSGRI/Fiocruz, assessor sênior da Aliança Latino-Americana de Saúde Global – ALASAG (coeditor).

Alexandra Rodrigues Sanches – Mestranda em Economia Política Mundial pela UFABC. Graduação em Relações Internacionais pela UNISO. Pesquisadora do Grupo de Trabalho Brasil-China da OPEB/UFABC.

Anabela Santiago – Doutora em Políticas Públicas e mestre em Estudos Chineses pela Universidade de Aveiro (Portugal). Investigadora do Centro de Estudos Internacionais do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Membro da PICTIS, parceria entre a Fiocruz e a Universidade de Aveiro.

Ana Carol Aldapi Vaquera – Doutoranda em Ciências Políticas (UFSCar); bolsista CAPES em intercâmbio pelo PDSE na Universidad de Salamanca, Espanha; mestre em Ciência Política e Relações Internacionais (UFPB) com graduação em Ciência Política (UCB, Bolívia/UFPB).

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire – Mestre em Relações Internacionais e especialista em Popularização e Divulgação da Ciência. Analista de Gestão em Saúde na VPSGRI/Fiocruz.

André Lobato – Doutor em Políticas Públicas Estratégias e Desenvolvimento (UFRJ, Chinese Academy of Sciences). Mestre em Mídia e Globalização (London School of Economics, Fudan University). Especialização em Gestão Ambiental (COPPE/UFRJ).

Armando De Negri Filho – Médico, doutor em Medicina Preventiva, mestre em Epidemiologia, pesquisador visitante sênior da VPSGRI/Fiocruz.

Augusto Paulo José da Silva – Biólogo, mestre em biologia pela Moldova State University. Responsável pelo Escritório da Fiocruz para África da VPSGRI, cooperação com África e CPLP, no PECS/CPLP, 2023-2027. Foi Vice-Ministro da Saúde da Guiné-Bissau.

Bárbara Nogueira – Estudante de Relações Internacionais na UERJ, estagiária da VPSGRI/Fiocruz.

Bernardo Bahia Cesáreo – Pesquisador sênior, CEE Fundação Oswaldo Cruz

Bruno Neves – Mestrando em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Pesquisador do Núcleo Economia Política das Relações Sul-Sul (BRICS Policy Center/PUC-Rio).

Claudia Chamas – Pesquisadora do CDTS/Fiocruz, professora do PPED/Instituto de Economia da UFRJ. Doutora em Engenharia de Produção, com graduação em Engenharia Química (UFRJ). Assessorou o MS em propriedade intelectual e acesso e copresidiu grupos de trabalho na OMS.

Claudia Hoirisch – Engenheira química (UFRJ), mestre em Administração com foco em Políticas de Saúde (FGV). Pesquisadora da VPSGRI/Fiocruz. Coordenadora da Rede de Pesquisa em Saúde Pública e Sistemas de Saúde do BRICS.

Cristiane Pereira – Doutoranda e mestre em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo. Pesquisadora do Centro de Pesquisas em Direito Sanitário da USP (CEPEDISA).

Danielly P. Magalhães – Doutora em Química Ambiental, mestre em Saúde Pública, especialista em Saúde Global e Diplomacia em Saúde. Diretora sênior de projetos no Consórcio Global de Educação em Clima e Saúde da Universidade de Columbia, NY; pesquisadora da Estratégia Fiocruz para a Agenda 2030.

Deisy de Freitas Lima Ventura – Doutora em Direito Internacional e mestre em Direito Europeu pela Universidade Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Professora titular da FSP/USP, vice-coordenadora da Pós-Graduação em Saúde Global e Sustentabilidade; professora da Pós-graduação em Relações Internacionais da USP.

Denise Oliveira e Silva – Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Diana Reyna Zeballos Rivas – Médica, doutora em Saúde Pública na área de Epidemiologia (UFBA), mestre em Medicina e Saúde (UFBA). Realizou pós-doutorado no ISC-UFBA e atualmente é bolsista de pós-doutorado júnior do CNPq na Fiocruz Bahia.

Eduardo Nilson – Biólogo, doutor em Saúde Global; pesquisador e docente em saúde pública na Fiocruz Brasília e pesquisador associado do Nupens/USP. Foi coordenador adjunto de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde do Brasil por 15 anos.

Erica Kastrup – Doutora em História das Ciências e da Saúde pela COC/Fiocruz, além de bacharel em Relações Internacionais e mestre em Saúde Global e Diplomacia da Saúde pela ENSP/Fiocruz. Responsável pela Cooperação Sul-Sul/África na VPSGRI/Fiocruz.

Felix Júlio Rosenberg – Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Fórum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI

Frederico Peres – Biólogo, mestre e doutor em Saúde Pública, com pós-doutorado em Saúde Ocupacional e Ambiental pela Icahn School of Medicine at Mount Sinai, onde atua como *fellow researcher*. Pesquisador Sênior do Cesteh/Ensp/Fiocruz e professor associado visitante da ENSP/Universidade NOVA de Lisboa

Giacomo Giannelli – Graduando em Saúde Pública na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Giovana Guiciard – Mestranda em Política Internacional na Shanghai International Studies University; Graduação em Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, bolsista PIBIC em Política Externa Brasileira e Direitos Humanos da ONU.

Gisele Sanglard – Pesquisadora em saúde pública da Fiocruz, atualmente chefe do Departamento de História das Ciências e da Saúde da COC. Possui doutorado em História das Ciências da Saúde (COC/Fiocruz) e mestrado em História Social da Cultura (PUC-Rio).

Giulia Mariano Machado – Graduanda em Saúde Pública na FSP USP e aluna de iniciação científica em Saúde Ambiental

Isis Pillar Cazumbá da Cruz – MBA em Gestão de Projetos e bacharelado em Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de Pesquisa e Colaboradora dos Cadernos da VPSGRI/Fiocruz.

Jesús Enrique Patiño Escarcina – Médico, doutorando em Saúde Pública no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, mestre em Medicina e Saúde pela UFBA, Pós-graduação em Gerenciamento de Serviços de Saúde e Gestão da Qualidade em Saúde pela Universidad Nacional de San Agustín.

João Miguel Estephanio – Doutorando em Relações Internacionais (UnB), mestre em Políticas Públicas em Saúde (EGF-Brasília), bacharel em Relações Internacionais (UFRJ) e técnico em Biotecnologia (Cefet). Assessor da presidência da Fiocruz para assuntos internacionais.

Juan Garay – Co-chair Health, Ecology, Equity, and the Sustainable Health Equity Movement (SHEM); Professor/Researcher of Health Equity, Ethics and Metrics (Spain, Mexico, Cuba, Brazil); Founder of Valyter Ecovillage (valyter.es)

Júlia Moraes e Silva – Graduada em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da USP (FSP-USP) e Mestranda em Saúde Pública na FSP-USP

Laura Tavares Soares – Enfermeira com Habilitação em Saúde Pública pela UERJ. Doutora em Economia pela UNICAMP (Área de Concentração em Política Social). Especialista em Saúde Pública pela ENSP/FOCRUZ e em Planejamento de Saúde pelo IMS/UERJ. Professora aposentada da UFRJ.

Laurenice Pires – Assistente Social, doutora em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz), mestre em Serviço Social (PUC-Rio), especialista em Gestão da Atenção à Saúde (Fundação Dom Cabral). Coordenadora adjunta da especialização em Direitos Humanos, Relações Étnico-raciais e Saúde na ENSP/Fiocruz.

Livia Ferreira – Estudante de Relações Internacionais na UERJ; estagiária da VPSGRI/Fiocruz.

Luana Bermudez – Doutora em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz), mestre em Saúde Pública e especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Atua na agenda internacional da VPPIS e da Presidência da Fiocruz.

Lúcia Marques – Jornalista, especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde e mestre em Saúde Pública. Analista de Gestão em Saúde Pública, coordenadora conjunta do Programa Fioantar, assessora para Antártica e Oceanos e para Ásia Pacífico e Oriente Médio da VPSGRI.

Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza – Sanitarista, doutor em Saúde Pública, professor do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Luiz Augusto Galvão – Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva. Professor adjunto na Escola de Saúde Pública de Loma Linda, EUA, e pesquisador sênior da VPSGRI/Fiocruz.

Manuel Mahoche – Doutorando em Epidemiologia (FSP/USP), mestre em Saúde Pública (UFRGS), especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde (FIOCRUZ) e em Economia e Gestão em Saúde (USP).

Marciglei Brito Morais – Doutoranda em Saúde Pública pela UFBA e mestra em Educação (UESB/BA). Enfermeira e docente no ensino superior na área da saúde. Integra o grupo de pesquisa Economia, Tecnologia e Inovação em Saúde (PECS/UFBA)

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes – Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

Maria Teresa Rossetti Massari – Enfermeira, doutora em Saúde Coletiva, mestre em Saúde da Mulher e da Criança, especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Pesquisadora e docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, atua na Coordenação de Ações Nacionais e de Cooperação do IFF/Fiocruz.

Marina Sujkowski Lima – Mestranda em Saúde Pública pela FSP-USP e graduada em Relações Internacionais pelo IRI-USP

Mateus Brito – Doutorando e Mestre em Saúde Coletiva (ISC/UFBA), *alumni* do Certificado em Estudos Afro-Latino-Americanos (ALARI/Harvard University), especialista pela Residência em Saúde da População do Campo (UPE), Bacharel em Fisioterapia (UNISBA)

Matheus dos Santos da Silveira – Doutorando em Relações Internacionais (PUC-Rio), bacharel (UNAMA) e mestre (UNILA) em Relações Internacionais. Editor da Revista Debates Indígenas.

Nina Bouqvar – Mestre em Análise e Gestão de Políticas Internacionais (PUC-Rio) e bacharel em Ciência Política (UNIRIO). Coordenadora de projetos do Youth Voice Brasil, embaixadora da Politize! e assistente de pesquisa na Fiocruz.

Patrícia Lewis Carpio – Doutoranda em Saúde Coletiva (ISC-UFBA), Mestre em ciências pela USP, Graduada em Psicologia no Peru, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM) e integrante da FENAMI.

Paula Reges – Médica infectologista e pesquisadora, INI/Fiocruz; mestre e doutoranda em Pesquisa Clínica em Doenças Infeciosas pela Fiocruz. Assessora para Assuntos Internacionais da Presidência da Fiocruz, com foco em políticas de saúde global e diplomacia em saúde.

Paulo Esteves – Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

Pedro Burger – Doutorando em Saúde Pública (ENSP), mestre em Economia Política Internacional (UFRJ), especialista em Saúde Pública e em Gestão de Organizações de CT em Saúde (ENSP) e licenciado em História (UFBA). Coordenador de Cooperação Internacional na VPSGRI/Fiocruz.

Pedro Diaz – Doutor em Ciência da Informação PPGCI/USP; pesquisador em História da Ciência no MAST-RJ, Grupo de Pesquisas Patrimônio e Memória Digital do Grupo de Estudos Preservação Digital da Rede Cariniana.

Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos – Psicóloga, sanitarista, mestre em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz) e doutoranda em Saúde Coletiva no IFF/Fiocruz. Analista de gestão e atenção em saúde na Coordenação de Ações Nacionais e de Cooperação do IFF/Fiocruz.

Rafael Aguilar Zamudio – Estudante da especialização em Estudos Chineses na Universidad Nacional de la Plata. Especialização em Gestão Ambiental na Universidad Autónoma de Baja California e graduação em Biotecnologia Genômica na Universidad Autónoma de Nuevo León.

Rafael Gomes França – Doutorando da Faculdade de Saúde Pública da USP; mestre em Gestão e Saúde Coletiva (Unicamp) e bacharel em Relações Internacionais (UnB).

Rafaela Venturella De Negri – Mestra em Desenvolvimento e Segurança pela Universidade Jaguelônica, graduada em Jornalismo e especialista em Relações Internacionais pela UFGRS. coordenação do Fórum Social Mundial da Saúde e da Seguridade Social na ALC.

Regina Ungerer – Médica pediatra, doutora em ciências pela USP, pesquisadora sênior da VPSGRI/Fiocruz, coordenadora adjunta do Curso de Atualidades em Saúde Global e Diplomacia da Saúde/Fiocruz e do Centro Colaborador da OMS para a Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul.

Renan Amaral Oliveira – Doutorando em Saúde Global e Sustentabilidade (FSP/USP) e mestre em Relações Internacionais (UFBA), possui bacharelado interdisciplinar em Ciências e Humanidades e em Relações Internacionais (UFABC).

Rychard de Lima Monteiro – Bacharel em enfermagem, especialista em relações internacionais.

Sâmia de Brito – Mestre e bacharel em Relações Internacionais; MBA em gerenciamento de projetos. Coordenadora adjunta do Núcleo de Apoio à Internacionalização, Instituto Renê Rachou/Fiocruz Minas

Santiago Alcázar – Diplomata de carreira (aposentado) MRE/Brasil; Pesquisador honorário, VPSGRI/Fiocruz.

Tatiana Cerqueira Machado Medrado – Doutoranda em Saúde Coletiva e mestre em Saúde Coletiva (ISC/UFBA). Graduada em Ciências Biológicas e Medicina Veterinária, especialista em Análise de Dados e Monitoramento das Ações de Saúde e Gestão Estratégica do SUS (UFBA).

Thaiany Medeiros Cury – Mestre em Análise e Gestão de Políticas Internacionais (IRI/PUC-Rio), especialização em Saúde Pública em andamento (ENSP/Fiocruz) e bacharel em Relações Internacionais (UFRJ).

Tomé Cá – Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

Vitória Kavanami – Doutoranda em Relações Internacionais pela PUC-Rio e Visiting Fellow do IHEID, em Genebra; Mestre em Análise e Gestão de Políticas Internacionais pela PUC-Rio, formada em Relações Internacionais (UFU-MG).

PRODUTOS DO OBSERVATÓRIO DE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE

Os produtos do ***Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde da Fiocruz (VPSGRI)*** e do ***Centro Colaborador da OPAS/OMS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul na Fiocruz (VPSGRI)*** são:

Cadernos Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde abril de 2020, a Fiocruz vem produzindo os **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Entre 2020 e 2025 foram produzidos **129** fascículos quinzenais. Para 2026 está programada a edição de **23** fascículos. Os interessados na coleção podem acessar ou fazer download de artigos ou edições completas nos endereços abaixo.

2020-2025: https://fiocruz.br/cadernos-cris-fiocruz-informes-sobre-saude-global-e-diplomacia-da-saude

2026: https://cadernossaudeglobalfiocruz.net/csgf/issue/archive

Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, a Fiocruz vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde,** sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. Entre 2020 e 2025 foram realizados **140** Seminários e, em 2026, estão programados **23** Seminários. Os Seminários são acessíveis para audiência e download em:

https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN

Próximos Seminários

Dia 12 de agosto – *One Health / Uma só Saúde*

Dia 26 de agosto – *Produção local de insumos para a saúde*

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
Vice-Presidência de Saúde Global e Relações Internacionais
Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde
Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul

Cadernos FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde
Número: 13/2026
Período: 8 a 22 de julho a 04 de agosto de 2026

Editores: PAULO MARCHIORI BUSS, FABIANE GASPAR e SEBASTIÁN TOBAR
Fundação Oswaldo Cruz; Vice-Presidência de Saúde Global e Relações Internacionais; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde; Centro Colaborador da OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul. Rio de Janeiro, 07 de agosto de 2026
271 pp; il.
Bibliografia: Inclui Bibliografias.
1. SAÚDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.

Nota: Os artigos dos *Cadernos FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde* são de responsabilidade de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos editores ou da Presidência da Fiocruz.